Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Rafael de Araújo Oliveira

“Defenda seu patrimônio”:

Nicolau Alekhine no Arquivo da Superintendência do Iphan em São Paulo

Rio de Janeiro

2021

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Rafael de Araújo Oliveira

“Defenda seu patrimônio”:

Nicolau Alekhine no Arquivo da Superintendência do Iphan em São Paulo

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientador: Dr. Hilário Figueiredo Pereira Filho

Supervisor: Me. Marcos Monteiro Rabelo

Rio de Janeiro

2021

Esta pesquisa foi definida a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em São Paulo. Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

O48 Oliveira, Rafael de Araújo.

"Defenda seu patrimônio": Nicolau Alekhine no Arquivo da Superintendência do Iphan em São Paulo (Iphan-SP) / Rafael de Araújo Oliveira, 2021.
224f. : il. color.

Orientador: Hilário Figueiredo Pereira Filho.
Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2021.
1. Patrimônio cultural. 2. Superintendência Regional do Iphan em São Paulo. 3. Alekhine, Nicolau. 4. Genealogia de terras. 5. São Paulo (Estado). I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). II. Título.

CDD 363.6908161

Ministério do Turismo
Secretaria Especial de Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Rafael de Araújo Oliveira

"Defenda seu patrimônio": Nicolau Alekhine no Arquivo da Superintendência do Iphan em São Paulo

Dissertação apresentada do curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Defesa por videoconferência em 03 de agosto de 2021.

Banca examinadora:

Professor Dr. Hilário Figueiredo Pereira Filho (orientador e presidente da banca) - Mestrado Profissional do Iphan

Professor Dr. Daniel Roberto dos Reis Silva - Mestrado Profissional do Iphan

Professor Dr. Eduardo Augusto Costa - USP

Marcos Monteiro Rabelo (supervisor) – Superintendência do Iphan em São Paulo

Documento assinado eletronicamente por **Hilario Figueiredo Pereira Filho**, **Técnico**, em 08/09/2021, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Daniel Roberto dos Reis Silva**, **Chefe da Biblioteca Amadeu Amaral**, em 24/09/2021, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Marcos Monteiro Rabelo**, **Técnico I**, em 28/09/2021, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Augusto Costa**, **Usuário Externo**, em 14/10/2021, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iphan.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **2938091** e o código CRC **3D68CE98**.

AGRADECIMENTOS

Lembrar de todos aqueles que de alguma forma contribuíram para este trabalho é uma tarefa árdua. Minha tentativa aqui é a de nomear carinhosamente, tantas pessoas quanto a memória permite, já que tive o privilégio de contar com uma grande rede de apoio nessa trajetória.

Agradeço incialmente à minha família e sobretudo a meus pais, por todo apoio e carinho dado em minha trajetória até aqui, pessoal e profissional.

Ao meu orientador, Hilário Figueiredo Pereira Filho, por sua paciência, compreensão e amizade durante todo o percurso da pesquisa.

Ao meu supervisor, Marcos Monteiro Rabelo, com quem pude compartilhar amizade e um grande aprendizado na Superintendência do Iphan em São Paulo.

À Eduardo Siufi, grande mestre, preceptor e amigo, responsável por grande parte do meu aprendizado na área arquivística a partir do meu estágio na Superintendência do Iphan-SP, há nove anos atrás.

Aos amigos do Arquivo e frequentadores do subsolo, com quem tive o privilégio de trabalhar durante minha trajetória no Iphan-SP: Jaíne Diniz, César Rodrigues e Fabiana Belém.

Aos amigos e colegas do Iphan-SP: Patrícia Ferrone, Tatiana Salciotto, Carlos Cerqueira, Simone Toji, Estela Vilela, Rosemeire Castanha, Caio Bourg de Melo, Victor Hugo Mori, Mauro Bondi, Maryclea Maués, Ricardo Reis, Ronaldo Ruiz, Lígia Oliveira, Jaelson Trindade, por todo o conhecimento compartilhado durante esse tempo. À Eliana Queiroz e Bianca Siqueira por todo apoio e suporte pesquisando o Arquivo Fotográfico do Iphan-SP.

Ao corpo docente do mestrado, em especial os professores Cláudia Leal, Kátia Michelan, Luciano Teixeira, Luana Campos, Juliana Sorgine, Lia Motta, pelas contribuições nessa pesquisa e pelo total apoio nos módulos de aulas no Rio de Janeiro.

Aos amigos do mestrado que levarei para vida toda, Eduardo Mancilha, Eduardo Matheus, Vinícius Penna, Yara Diniz e Virgynia Corradi, pela convivência pulsante na Cidade da Guanabara.

Aos amigos cariocas que me acolheram material e afetivamente durante a estadia para realização das aulas, Guilherme França, José Duarte e Mateus Borges.

À Lídia Ananda Ramos Sant’Anna Camargo, por todo o carinho, paciência e companheirismo em todas as horas.

"O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida, é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo. "

(ARTIÈRES, 1998, p. 31)

RESUMO

Nicolau Alekhine (1893 – 1988), brasileiro naturalizado de origem russa, atuou como perito, pesquisador, engenheiro, topógrafo em diversos órgãos da administração pública municipal de São Paulo. Especializou-se nas pesquisas sobre a genealogia de terras da capital e sua organização fundiária, reunindo em torno desta temática, um vasto arquivo particular. Em abril de 1964, Alekhine foi preso por se envolver com grilagem de terrenos da União em São Paulo culminando com a apreensão de seu arquivo pelos militares. Em 1965 o arquivo foi doado para a Superintendência do Iphan em São Paulo através da solicitação de Luís Saia, então diretor da unidade. Para a transferência, a justificativa utilizada pelo chefe da regional era de que os documentos seriam 'indispensáveis' para o estudo e proteção do patrimônio. Nesse sentido, a pesquisa tem como objeto o Fundo Nicolau Alekhine pertencente ao Arquivo do Iphan-SP. Através da etnografia, busca trazer luz às relações entre o titular Nicolau Alekhine e seu arquivo, problematizando episódios da trajetória de ambos e refletindo sobre as práticas de acúmulo, institucionalização, intervenção e acesso.

PALAVRAS-CHAVE: Nicolau Alekhine, biografia de arquivo, genealogia de terras, Iphan-SP, Luís Saia.

ABSTRACT

Nicolau Alekhine (1893 - 1988), a Brazilian of Russian descent, worked as a specialist researcher, engineer and topographer at many public administration offices in the city of São Paulo. Specialized in the research of the genealogy of the capital's lands and its organization, he collected a vast private archive around the topic. In April of 1964, Alekhine was arrested for getting involved with a land grab of the State in São Paulo, which culminated in the apprehension of his archive by the military. In 1965, the archive was donated to the Superintendence of Iphan in São Paulo through the request of Luis Saia, then director of the unit. The justification given by the regional chief for the transfer was that the files were essential to the study and protection of the patrimony. In that sense, the object of the research is the Nicolau Alekhine Fund, which belongs to the Iphan-SP Archive. Through ethnography, it is intended to shed some light on the connections between Nicolau Alekhine and his archive, putting in doubt episodes of both trajectories and reflecting on the practices of accumulation, institutionalization, intervention and access.

KEY-WORDS: Nicolau Alekhine, archive biography, genealogy of land, Iphan-SP, Luís Saia**.**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cartão de visita – Nicolau Alekhine

Figura 2 – Caixas pertencentes ao Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP

Figura 3 – Caixas pertencentes ao Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP

Figura 4 – Caixas pertencentes ao Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP

Figura 5 – Maços pertencentes ao Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan - SP

Figura 6 - Mapa da Rua Oliveira Lima, situada nos limites do HGSP

Figura 7 – Mapa do Hospital Militar de São Paulo

Figura 8 - Histórico Dominial da Chácara da Glória.

Figura 9 - Cópia de Planta do Serviço de Patrimônio da União, com anotações.

Figura 10 - Croquis levantados por peritos para a instrução do IPM

Figura 11 - Desenho de autoria de Nicolau Alekhine

Figura 12 - Fortaleza da Barra Grande - Guarujá - SP [Foto]

Figura 13 - Planta da posse de Ernesto S. Barbosa na Praia do Góis [detalhe]

Figura 14 - Fortaleza da Praia do Góes – Guarujá – SP – março de 1965 [Foto]

Figura 15 - Recorte de Jornal A Tribuna de Santos, de 01/05/1969

Figura 16 – Anotação “Caso do Hospital Militar”

Figura 17 – Anotação “Caso do Hospital Militar” (verso)

Figura 18 - Anotação no verso de um panfleto de propaganda política

Figura 19 - Anotação no verso de um panfleto de propaganda política (verso)

Figura 20 – Mapa do Leito do Rio Tietê no Início do Século XX

Figura 21 – Cartografia interpretativa da década de 1950 sobre o Rio Tietê

Figura 22 - Planta topográfica do Bairro do Tatuapé com a localização dos imóveis de acordo com os registros paroquiais feitos em 1854-1856

Figura 23 - Cartão Postal com as felicitações de “feliz ano novo” em russo

Figura 24 - Letra da música “meu dilema (violão) ” de Adelino Moreira (1918 – 2002)

Figura 25 - Capa de maço com carimbos do Exército

Figura 26 - Ficha de Pesquisa

Figura 27 - Convite de casamento de Nicolau Alekhine com Elza Ribas Fischer

Figura 28 - Caderno de anotações de pesquisas com carimbos

Figura 29 - Documentos sobre o Espólio de José Antônio Borba

Figura 30 - Documentos sobre o Espólio de José Antônio Borba

Figura 31 - Documentos sobre o Espólio de José Antônio Borba

Figura 32 - Documentos sobre o Espólio de José Antônio Borba

Figura 33 - Documentos sobre o Espólio de José Antônio Borba

Figura 34 - Planta dos terrenos correspondentes à Sesmaria de João Ramalho

Figura 35 - Planta dos terrenos correspondentes à Sesmaria de João Ramalho (sem intervenções)

Figura 36 - Capa do maço com título original (Nicolau Alekhine) contendo acima e abaixo intervenções com caneta esferográfica (Jaelson)

Figura 37 – Planta dos terrenos pertencentes à Companhia Iniciadora de São Paulo situados na Luz

Figura 38 – Aprovação de Victor Nothmann e selo de identificação “Sub-divisão de Documentação Histórica – ARQUIVO – Departamento de Cultura

Figura 39 – Reprodução do caderno de campo utilizado nesta pesquisa.

Figura 40 – Planilha em excel – Base de dados Fundo Nicolau Alekhine

Figura 41 – Planta do Sítio Rincão do Gamelão (assinadas por Nicolau Alekhine)

Figura 42 – Planta do Sítio Rincão do Gamelão (assinadas por Nicolau Alekhine)

Figura 43 – Planta do Sítio Rincão do Gamelão (assinadas por Nicolau Alekhine)

Figura 44 – Croqui do estudo dominial sobre a Chácara Pacaembu

Figura 45 - Croqui do estudo dominial sobre a Chácara Pacaembu

Figura 46 - Croqui do estudo dominial sobre a Chácara Pacaembu

Figura 47 - Croqui do estudo dominial sobre a Chácara Pacaembu

Figura 48 - Discriminação dos Próprios Nacionais dentro de uma légua de Pacaembu e dos Pinheiros pertencentes aos ex-jesuítas e incorporada ao patrimônio da Coroa Real (1960)

Figura 49 - Planta do Sítio Embaúbas – questionamentos e prova

Figura 50 - Envelope – Mapa de São Paulo – Matriz de base cartográfica.

Figura 51 - Mapa Geográfico e Histórico Dominial – Ano 1890 até 1918 – Bairros do Sul da cidade de São Paulo

Figura 52 - Redução da Planta da Capital

Figura 53 - Gráfico sobre a sucessão dominial do Sítio Várzea dos Salles.

Figura 54 - Recorte de jornal "Terras de São Miguel Paulista são da União e não do Estado" – Diário da Noite 01/02/1964.

Figura 55 - Estudo Dominial sobre a Sesmaria das Terras dos Índios das Aldeias de São Miguel e Guarulhos

Figura 56 - Organograma de funcionamento do "Serviço Discriminatório da União (SDU)"

Figura 57 - Organograma de funcionamento do "Departamento de Pesquisas e Avaliações" do "Serviço Discriminatório da União (SDU)"

Figura 58 - Croquis para projeto de mobiliário para seu arquivo

Figura 59 - Croquis para projeto de mobiliário para seu arquivo

Figura 60 - Croquis para projeto de mobiliário para seu arquivo

Figura 61 - Projeto de mobiliário para arquivo

Figura 62 – Ficha de Identificação de Luís Saia – Série Delegacia de Ordem Social

Figura 63 - Ficha de Identificação de Luís Saia - Série Prontuários – Nº de Prontuário: 149057

Figura 64 - Fazenda Pau D'alho, Município de São José do Barreiro [Foto]

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

2ª RM – 2ª Região Militar do Exército Brasileiro

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

ARQUIVO IPHAN-SP – Arquivo da Superintendência do Iphan em São Paulo

ANPUH – Associação Nacional de História

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

DPH – Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FNA – Fundo Nicolau Alekhine

FAU-USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

GT – Grupo de Trabalho

HGSP – Hospital Geral de São Paulo

IHGSP – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

IPHAN-SP – Superintendência do Iphan em São Paulo

IPM – Inquérito Policial Militar

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PGFN/SP – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em São Paulo

R/1 – 1ª Classe da Reserva (designação de Classe de patente de oficiais da reserva do Exército)

SDU – Serviço Discriminatório da União

SPU – Serviço de Patrimônio da União

STM – Superior Tribunal Militar

TRF – Tribunal Regional Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

1. NICOLAU ALEKHINE: BIOGRAFIAS 31

1.1 Estelionatário 40

1.2 Ameaça Nacional 53

1.3 Entre crimes e pesquisas 71

2. O FUNDO NICOLAU ALEKHINE DO ARQUIVO IPHAN-SP 77

2.1 Revirando os guardados do outro: as intervenções no arquivo 88

2.2 Estudos dominiais: documentos de trabalho 103

2.3 Terras públicas de São Paulo: problema e solução 119

2.4. Um titular dentro de seu arquivo 134

3. ECOS DE UM ARQUIVO ESQUECIDO: REFLEXÕES ACERCA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO E DO APROVEITAMENTO DO FUNDO NICOLAU ALEKHINE PELO IPHAN-SP 143

3.1 De protagonista a coadjuvante: Alekhine institucionalizado 150

3.2 Luís Saia e sua relação com os militares 152

3.3 Amplificando vozes de um arquivo silenciado 161

3.4 Lócus de atuação profissional, fonte documental e objeto de pesquisa: diálogos sobre a forma, o conteúdo e os sentidos 175

CONSIDERAÇÕES FINAIS 183

BIBLIOGRAFIA 187

ANEXO 1 – ENTREVISTA DE JAELSON BITRAN TRINDADE PARA RAFAEL DE ARAÚJO OLIVEIRA 195

ANEXO 2 - REGISTRO Nº 6042 – NICOLAU ALEKHINE - DEPARTAMENTO DE HIGIENE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO 209

ANEXO 3 - MANDADO DE PRISÃO 210

ANEXO 4 - OFÍCIO INFORMANDO A PRISÃO DE ALEKHINE NA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM SOCIAL – DOPS 211

ANEXO 5 – RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS APREENDIDOS NA RESIDÊNCIA DE NICOLAU ALEKHINE CONSIDERADOS IMPORTANTES PARA SEGURANÇA NACIONAL 212

ANEXO 6 - OFÍCIO DE LUÍS SAIA AO CAP. JOÃO SIHLER 214

ANEXO 7 - TERMO DE ENTREGA 215

ANEXO 8 - PLANTA DA POSSE DE ERNESTO S. BARBOSA NA PRAIA DO GÓIS 217

ANEXO 9 - OFÍCIO Nº 1-E/3 SECRETO, DE 4 DE JANEIRO DE 1962, DO GEN. AMANGÁ LIBERATO DE CASTRO MENEZES, AO GEN. SEC. DO CONS. DE SEGURANÇA NACIONAL 218

ANEXO 10 - CERTIDÃO DE ÓBITO DE NICOLAU ALEKHINE 221

ANEXO 11 - FRAGMENTO DO JORNAL "O DIÁRIO DA NOITE" 24/06/1953..... 222

ANEXO 12 - FRAGMENTO DO JORNAL "O DIÁRIO DA NOITE" 24/06/1953..... 223

ANEXO 13 - GRÁFICO DEMONSTRANDO O "GRILO" EXECUTADO PELA COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DO BRÁS NA VILA FORMOSA 224

INTRODUÇÃO

Ao longo da escrita do presente trabalho, atribuí diferentes títulos à dissertação. No mínimo três versões de títulos foram transcritas neste texto em algum momento de sua produção, sem contar ainda as que foram pensadas e não escritas. Seguramente, ao menos dez versões de títulos foram formuladas. É impressionante como uma simples frase torna-se mais difícil de escrever do que as outras quase duzentas páginas subsequentes. Devido à essa complexidade particular encontrada durante a escrita da dissertação, me atrevo a introduzir este trabalho pelo início: o título.

A expressão 'defender o patrimônio' dentro do campo do patrimônio é enraizada institucionalmente no Iphan desde a promulgação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que em seu preâmbulo "organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional".[1] Ao utilizar a palavra 'proteção', pressupõe-se uma noção de ameaça e a consequente necessidade de 'defesa'. No caso do Iphan, o que estaria ameaçado seria o que vem sendo constituído e definido como patrimônio cultural brasileiro. Para este trabalho, é preciso diferenciar epistemologicamente a palavra 'patrimônio' da expressão 'patrimônio cultural'. Esse apontamento torna-se fundamental já que dentro do Iphan o termo 'patrimônio' naturalizou-se sendo subentendido como 'cultural' sem necessariamente vir acompanhado desta última adjetivação. Alguns funcionários antigos da instituição, inclusive, nomeiam o Iphan, como "O Patrimônio".[2] A noção de patrimônio que permeia esta pesquisa refere-se, quase inteiramente, ao sentido de patrimônio como propriedade privada, cuja matriz de valor é marcadamente econômica.

---

[1] Fonte: Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm#:~:text=Organiza%20a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20do%20patrim%C3%B4nio%20hist%C3%B3rico%20e%20art%C3%ADstico%20nacional.&text=Art.,-1%C2%BA%20Constitue%20o&text=2%C2%BA%20A%20presente%20lei%20se,e%20de%20direito%20p%C3%BAblico%20interno. (Último acesso em 11/09/2020).

[2] Durante meu tempo de trabalho e pesquisa na Superintendência do Iphan em São Paulo, convivendo com colegas que já estavam no Iphan há mais de 30 anos, ouvi frequentemente expressões como: "amanhã estarei no Patrimônio pela manhã" referindo-se à unidade regional da instituição em São Paulo. Desse modo, "patrimônio" e "Iphan" também são expressões que se confundem dentro da instituição. Outro exemplo nessa linha é a nominação histórica do Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro como "Arquivo do Patrimônio" (Fonte: Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural – Verbete 'Arquivo do Patrimônio' produzido por Nayara Cavalini. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/22/arquivo-do-patrimonio - Último acesso em: 16/05/2021).

"Defenda seu patrimônio", título escolhido para este trabalho, é um *slogan* presente em um dos cartões de visita de Nicolau Alekhine – engenheiro e topógrafo militar de origem russa, brasileiro naturalizado, pesquisador e especialista em estudos dominiais sobre a propriedade da terra em São Paulo. A expressão, portanto, se relaciona à sua atuação como pesquisador e perito em causas envolvendo o patrimônio imobiliário. O verbo *defender* pressupõe uma iminente ameaça e se refere às constantes ações judiciais envolvendo litígios sobre imóveis, às grilagens e invasões de terras praticadas em São Paulo durante todo os séculos XIX e XX, causa em que Alekhine se especializou durante toda a sua vida profissional no Brasil. Essa noção de patrimônio como propriedade privada parte da concepção da inviolabilidade e a plenitude do direito de propriedade dada pelo texto da Constituição Federal de 1891. Uma vez que Nicolau Alekhine iniciara sua carreira profissional na segunda metade da década de 1920 e, portanto, anterior à promulgação da Constituição Federal do governo Vargas em 1934, a base jurídica para sua atuação seria inexoravelmente o texto constitucional do final do século XIX.

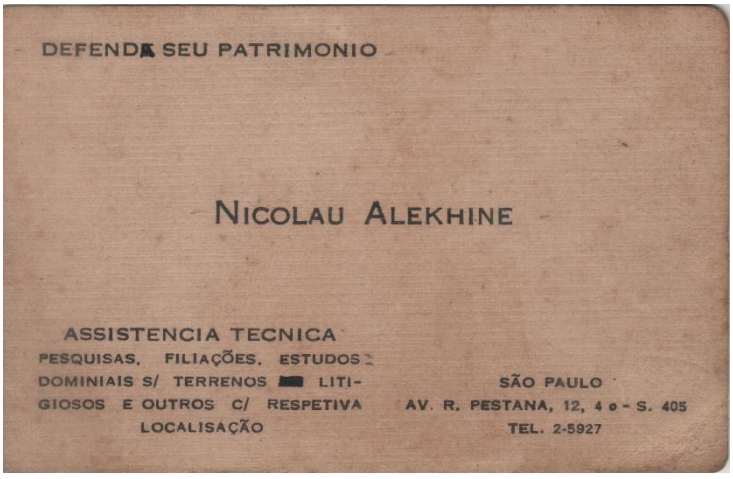


Figura 1 - Cartão de visita de Nicolau Alekhine - Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP – Cx12/62. O cartão estava guardado dentro de um maço de documentos de diferentes formatos. Além do slogan e do nome consta ainda os ramos profissionais de Alekhine como pesquisador especializado em estudos dominiais litigiosos.

Apesar de distintas, as duas noções de patrimônio - se tomarmos como referenciais tanto a ideia acionada por Alekhine em seu cartão, quanto a atuação do Iphan – aproximam-se no que se refere às ameaças e ao constante sentimento de perda. Se para Alekhine a perda iminente sobre o qual deveria haver uma defesa pairava sobre a propriedade - o patrimônio imobiliário - para o Iphan, durante muitos anos, seria necessário proteger e defender o patrimônio cultural, ameaçado de deterioração pelo tempo histórico e indiferença do poder

público num primeiro momento, e pela homogeneização cultural num segundo.[3] Outros fatores que aproximam as duas concepções são a especulação imobiliária e os processos de verticalização dos centros urbanos que constituem constante ameaça ao patrimônio cultural que resiste, na maioria das vezes, por meio das vozes da sociedade civil organizada. Desse modo, a concepção de patrimônio possui tensões e pode ser caracterizada e valorada de acordo com diferentes interesses. Nicolau Alekhine especializou-se nos estudos que envolvem o patrimônio concebido como propriedade privada.

Como engenheiro, topógrafo e pesquisador, Alekhine atuou enquanto perito envolvendo litígios sobre posse e domínio de propriedades. Conforme foi se especializando na área, conseguiu ao longo de sua trajetória posições e cargos em órgãos da administração municipal paulista como desenhista e assistente técnico. Para subsidiar sua atuação profissional, Alekhine montou um vasto arquivo referente à organização fundiária da capital paulista que foi ressignificado ao longo do tempo, por diferentes agentes, de acordo com sua trajetória, tendo culminado com a institucionalização do arquivo pela Superintendência do Iphan em São Paulo – Iphan-SP. Em todo esse processo, a dimensão pessoal e institucional se interligam e se afetam, culminando com a classificação do arquivo como *'Fundo' Nicolau Alekhine*, hoje pertencente à unidade paulista do órgão de preservação do patrimônio federal.

O pano de fundo para a realização da carreira profissional de Alekhine foi, principalmente, a cidade de São Paulo em franca expansão urbana no começo do século XX ocasionada, principalmente, pelas mudanças socioeconômicas advindas da ascensão de uma burguesia cafeeira proprietária de terras e a política imigratória no período pós-abolição. Desse modo, grandes contingentes populacionais chegavam à capital paulista buscando a esperança de melhores condições de vida, empregos e moradias. É nesse contexto que foram realizadas grandes obras urbanas inspiradas pelos conceitos sanitaristas que emanavam da Europa. Geograficamente a cidade se expandia tendo como consequência um *boom* de loteamentos que contribuíram para o surgimento de vários novos bairros pela capital. A partir desta corrida para lotear grandes terrenos é que se davam os litígios entre os proprietários e herdeiros, por vezes, membros da mesma família. Por outro lado, as populações mais vulneráveis, ao serem excluídas economicamente das áreas centrais da cidade, foram gradativamente 'empurradas' para periferia e, eventualmente, ocupando terras em desuso. Sobre a expansão urbana,

[3] Sobre os discursos acionados pelos principais agentes que atuaram no campo do patrimônio cultural brasileiro acionando o caráter de "perda" e consequentemente essa noção de proteção e defesa do patrimônio histórico e artístico ver GONÇALVES (1996).

> A demanda por terras urbanas, gerou, como se poderia esperar, a especulação imobiliária, isto é, o parcelamento e venda de terras segundo as normas da maximização do lucro. Paralelamente a isso, as populações pobres, sem os recursos necessários para enfrentar o mercado de terras urbanas, passaram a ocupar cortiços construídos especialmente para elas ou ocupar as terras desocupadas, mas que, não necessariamente, não tinham proprietário. (PAULA E SILVA, 2002, p. 54).[4]

Desta feita, Nicolau Alekhine profissionalizou-se em pesquisar as origens de diversas propriedades na capital, desde as aquisições pelos primeiros sesmeiros no século XVI até os últimos proprietários que contratavam seus serviços no século XX, demonstrando graficamente, como se deu a organização fundiária da capital em prol das resoluções de litígios judiciais em que atuou.

Quanto à segunda parte do título, "Nicolau Alekhine no Arquivo Iphan-SP", nosso propósito foi de enveredar pela trajetória de vida do titular buscando resgatar rastros que nos levem a recuperar a história biográfica do arquivo acumulado por Nicolau Alekhine, mas também percorrer o movimento inverso. Para tanto, foram exploradas as dimensões presença/ ausência da titularidade do pesquisador russo no Arquivo da Superintendência do Iphan-SP. Este último, departamento com o qual criei relações afetivas e profissionais duradouras, desde 2012, quando realizei estágio, ainda na época da graduação. Enquanto historiador atuante em arquivos, tive a oportunidade de me especializar na gestão de arquivos e a unidade paulista do Iphan certamente é um lugar primoroso para o aprendizado na área. Tendo sido contratado depois de formado como auxiliar de arquivo no Iphan-SP em 2013, pude aprimorar ainda mais meus conhecimentos sobre o tema. Esta prática profissional foi de grande valia para o aprendizado, uma vez que as disciplinas de arquivo na Universidade tiveram caráter apenas introdutório. Entre o período de início do estágio, março de 2012, e o período de início desta pesquisa de mestrado, agosto de 2017, foram quase 5 anos e meio de atuação profissional na Superintendência do Iphan em São Paulo trabalhando diariamente na documentação acumulada pela instituição: realizando procedimentos de conservação preventiva, catalogando peças documentais, pesquisando internamente, atendendo consulentes, orientando estagiários, desenvolvendo procedimentos internos de gestão, enfim, coordenando e realizando atividades práticas visando principalmente à preservação do patrimônio documental da unidade.

[4] Cabe ressaltar que a ocupação de terras desocupadas, sejam elas públicas ou particulares não é um fenômeno exclusivo das populações de baixa renda. Paula e Silva (2002) aborda a questão sistematicamente revelando que a posse ilegal de terras é um fenômeno generalizado, enraizado e que constitui prática usual em todas as camadas econômicas e sociais da sociedade brasileira.

O Arquivo Iphan-SP reúne uma documentação vasta e diversa proveniente da atuação do órgão nesses mais de 80 anos. Além da produção documental sobre os bens culturais tombados no Estado de São Paulo, a Superintendência abriga também documentos referentes aos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, devido aos diferentes períodos de reorganização administrativa e abrangência de sua jurisdição.[5] São documentos técnicos e administrativos das áreas de arquitetura, arqueologia, história, antropologia, educação patrimonial, entre outras, correspondendo a um total de 532,64 metros lineares aproximadamente.[6] A documentação reunida pelo Arquivo Iphan-SP é proveniente de três fundos documentais:[7] Fundo Iphan-SP; Fundo "Janjão" e Fundo Nicolau Alekhine - FNA.

No Fundo Iphan-SP estão reunidos os documentos produzidos, recebidos e acumulados no âmbito da atuação da Superintendência, desde sua criação aos dias atuais. Destes documentos, destacamos o conjunto documental denominado *Monumentos Tombados*, onde estão reunidas informações sobre os bens culturais tombados no Estado de São Paulo. Essa documentação está acondicionada em pastas suspensas e organizadas por ordem alfabética de município e nome atribuído do bem cultural. São documentos referentes aos processos de tombamento, correspondências, estudos, informações técnicas sobre fiscalização e diagnóstico, requerimentos de aprovação de projeto de reforma e restauro do bem cultural e no seu entorno. Esse conjunto é o principal objeto de pesquisa tanto de usuários externos, quanto internos.[8]

---

[5] Nem sempre o Iphan teve representações em cada estado da federação. Em 1946, a unidade paulista do Iphan é instituída por lei sendo responsável também pelas regiões do Sul do país: PR, SC e RS. Durante a história administrativa do Iphan, São Paulo também teve sobre sua tutela os bens culturais dos estados de MS e GO, variando de acordo com reorganizações administrativas da autarquia. Apenas em 2003, através da Portaria nº 357 de 13 de novembro, é que a Superintendência regional de São Paulo passaria a atuar exclusivamente no Estado de São Paulo (MOTTA, 2015, p. 88)

[6] Mensuração feita pelo autor em 2014 de acordo com o *Roteiro para Mensuração de Documentos Textuais* do Arquivo Nacional (2012). Certamente este número aumentou ao longo dos anos, pelo menos até a implementação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que permitiu a produção de documentos nato-digitais.

[7] Utilizamos aqui a definição de fundo documental como "conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. " (Fonte: Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 27).

[8] Informações coletadas do levantamento que é feito pelos funcionários do Arquivo Iphan-SP entre o período de 2011 até 2017.

O Fundo "Janjão" reúne documentos acumulados e produzidos por Antônio Luiz Dias Andrade, o "Janjão". Arquiteto e exímio desenhista, Janjão foi conselheiro do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - Condephaat, do Departamento de Patrimônio Histórico do Município de São Paulo - DPH e Superintendente do Iphan-SP de 1978 até 1994.[9] São documentos relacionados aos levantamentos arquitetônicos, textos internacionais de arquitetura, desenhos e projetos de edificações no Vale do Paraíba, cópias de teses e tratados de arquitetura, estudos históricos sobre a cidade de São Paulo, estudos de planejamento urbano, recortes de jornal, revistas de arquitetura, plantas diversas de edificações e correspondências. Toda essa documentação está organizada em caixas-box e corresponde a um total de 7,28 m lineares aprox. (51 caixas). Além desta documentação, a Superintendência ainda possui a "Coleção Janjão": 1960 livros e revistas acumulados pelo arquiteto e que foram adquiridos pela Superintendência em 1997, em decorrência de seu falecimento.[10]

O Fundo Nicolau Alekhine**,** nosso objeto de pesquisa, é composto por uma documentação diversificada e abrange o período de atuação profissional de seu titular (1922 – 1964).[11] É formado por plantas, croquis, desenhos e mapas elaborados a partir de inventários de particulares, testamentos, estudos genealógicos e dominiais, manuscritos de pesquisas envolvendo ações judiciais em propriedades públicas e privadas no Estado de São Paulo, certidões de compra e venda de terrenos entre particulares, cópias de escrituras, minutas de

[9] MORI, 2008, p. 33. Janjão nasceu em São Paulo, em 1948, filho de Francisco de Paula Dias de Andrade, professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP. Ingressou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU-USP em 1968 e já em 1970 começou a frequentar a Sede da Superintendência do Iphan em São Paulo, chefiada na época por Luís Saia. Tendo formado em 1972, Janjão abriu uma empresa para prestar serviços para o Iphan e paralelamente, iniciou trabalhos de inventários arquitetônicos para o Condephaat relativos à arquitetura rural paulista e à história do café. Em 1976, Janjão ingressou como professor assistente da FAU-USP na disciplina de graduação *História da Técnica no Brasil* tendo feito alguns levantamentos de campo de remanescentes de antigos engenhos na região de Itu, Campinas e Porto Feliz. "O trânsito desses arquitetos entre o campo acadêmico e preservacionista se confundia com suas próprias trajetórias profissionais. Além da docência na disciplina de história da técnica no Brasil, Antônio Luiz Dias de Andrade tratou da reflexão sobre os patrimônios nos seus trabalhos de pós-graduação. Em seu mestrado, estudou os sistemas construtivos do Vale do Paraíba (...). No doutorado (...) realizou um dos estudos pioneiros sobre a atuação preservacionista no Brasil, sob orientação de Carlos Lemos. *"* (MOSANER, 2012, p. 28).

[10] Processo nº 01506.000157/1997-95 – Aquisição de Biblioteca Especializada – Dispensa de Licitação - Arquivo Iphan-SP.

[11] O recorte temporal aqui estabelecido é vulnerável, já que, Nicolau Alekhine acumulou muitos documentos que foram copiados manualmente de outros arquivos. Existem muitas cópias que são de documentos do século XIX tornando-se quase impossível inferir uma data-limite precisa para o fundo documental. Além disso, documentos posteriores a 1964 foram inseridos no fundo pelos próprios funcionários do Iphan-SP deixando-nos uma margem pouco precisa para datar essa documentação. Nos atemos a atribuir a data-limite através do período de atuação profissional de Nicolau Alekhine, desde sua chegada ao Brasil em 1922 até 1964, quando teve seu arquivo apreendido pelo Exército Brasileiro.

petições. Ao todo são aproximadamente 9 metros lineares de documentação distribuídas em 62 caixas-box. Esta documentação está minimamente descrita a partir dos temas pesquisados por Nicolau Alekhine, sendo majoritariamente identificada por nomes de sesmarias, terrenos, chácaras, bairros ou loteamentos no território que constitui historicamente a cidade de São Paulo.





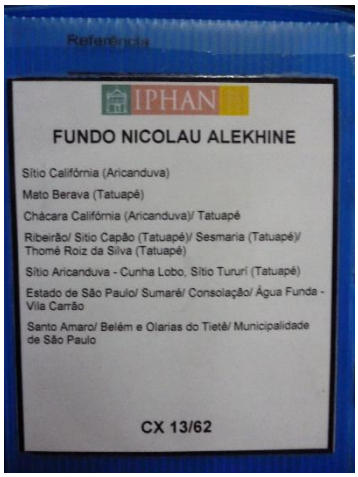




Figura 2, 3 e 4 – Caixas pertencentes ao Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP. Figura 5 – Maços pertencentes ao Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP. A documentação está acondicionada em 62 caixas-box polionda com uma descrição mínima dos temas pesquisados por Alekhine. Na última figura, é possível observar algumas encadernações identificadas e organizadas pelo titular. Ao longo dos anos essa documentação esteve em diferentes espaços dentro da Superintendência do Iphan-SP. Em 2012, quando realizei meu estágio na unidade, a documentação estava abrigada dentro do almoxarifado da instituição – local com acesso restrito e permanentemente trancado. Ao longo dos anos, a documentação foi ganhando visibilidade dentro do Arquivo à medida houve uma compreensão da sua importância, sendo inclusive, um dos objetos de contratação de empresa especializada para higienização, organização e re-acondicionamento de massa documental acumulada. Entre 2012 e 2017, período em que iniciamos a pesquisa, foram realizadas várias reorganizações no arquivo à proporção que novos mobiliários foram sendo adquiridos e que novos espaços para guarda na sede da Superintendência do Iphan em São Paulo foram sendo conquistados. Atualmente a documentação encontra-se no térreo da edícula do casarão sede do Iphan-SP, espaço que passei grande parte do tempo consultando.

Entre os três fundos documentais apresentados, o Fundo Iphan-SP possuía a maior incidência de pesquisas, uma vez que detinha as informações dos bens culturais tombados no Estado de São Paulo, tema largamente estudado pelos pesquisadores internos e externos. Por outro lado, os outros dois fundos constituídos por pessoas físicas, Janjão e Nicolau Alekhine, quase não eram consultados. Desse modo, a presente investigação, visa também, refletir sobre os motivos que levaram à institucionalização do arquivo pelo Iphan-SP e o seu pouco aproveitamento ao longo do tempo. Busca ainda, elucidar o contexto de constituição da documentação acumulada por Nicolau Alekhine através da pesquisa institucional com a finalidade de subsidiar possíveis tomadas de decisão sobre destinação, guarda e ações de conservação dentro da Superintendência. Ademais, o contexto histórico de acumulação dos documentos poderá auxiliar no atendimento aos pesquisadores futuros que venham a ter esse arquivo como referência: potenciais fontes documentais sobre a configuração territorial de São Paulo.

Previamente, as informações sobre esse fundo na Superintendência eram escassas e os relatórios existentes não dimensionavam a complexidade que envolveu o acúmulo da documentação por seu titular, tampouco da trajetória de seu arquivo durante todo esse tempo. Os dados que existiam fornecidos tanto pelas empresas contratadas para a organização e acondicionamento do acervo[12] quanto pelos antigos funcionários eram: I. Nicolau Alekhine era engenheiro e topógrafo russo e foi preso na ditadura militar junto com seu arquivo por se envolver com grilagem de terras do exército brasileiro; II. A documentação foi encaminhada para a Superintendência por intermédio do então Chefe do 4º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Dphan[13], Luís Saia, em 1965.

[12] O acervo do Arquivo Iphan-SP passou por um processo de higienização, organização e acondicionamento por duas empresas especializadas em gestão documental. Em 2011, pela empresa *Spot*, quando a Superintendência de São Paulo mudou sua sede administrativa da Rua Baronesa de Itu para a Avenida Angélica, onde está atualmente. Em 2013, pela empresa *QRT Consultoria*, contratada para organizar 400 metros lineares de massa documental acumulada – documentos administrativos abrigados em caixa-transporte e depositados no almoxarifado da unidade sem nenhuma identificação.

[13] Ao longo da história do Iphan, o órgão federal de preservação do patrimônio teve diferentes denominações de acordo com a sua personalidade jurídica. Iniciou seus trabalhos como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) entre 1937 – 1946; sendo Diretoria (Dphan) entre 1946 – 1970; Instituto (Iphan) entre 1970 – 1979; Secretaria e Subsecretaria (Sphan) entre 1979 – 1990; Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (Ibpc) entre 1990 e 1994; e por fim, novamente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) entre 1994 e o período atual (MOTTA, 2015, p. 11). Para fins de melhor fluidez no texto, optamos por utilizar a sigla Iphan para designar o órgão federal de preservação do patrimônio ao longo de todo este trabalho, com exceção de citações diretas e designações de documentos oficiais do órgão. Do mesmo modo, a Superintendência do Iphan em São Paulo, de acordo com suas jurisdições também possuiu outras designações como, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico em São Paulo (1937 – 1946); 4º Distrito da Dphan (1946 – 1976); 8ª Delegacia Regional da Sphan (1976 – 1982); 9ª Delegacia Regional da Sphan (1982 – 2002); 9ª

A partir dessa escassez de informações sobre a documentação, uma gama de questões emergia com frequência entre nós, funcionários do Arquivo. Notório também era o local de guarda inicial desta documentação: dependências do almoxarifado da Superintendência onde permanecia trancada. Esses dois fatores atrelados à discrepância temática entre o Fundo Nicolau Alekhine e o restante dos documentos que compõem o Arquivo Iphan-SP foram subsídios suficientes para que elaborássemos uma série de indagações iniciais em nossa pesquisa, dentre as quais: quem foi Nicolau Alekhine? Qual o contexto de acúmulo da documentação? Quais foram as pessoas que agenciaram seu arquivo? Por qual motivo essa documentação está sob guarda da Superintendência do Iphan em São Paulo? Qual a temática principal e quais os conjuntos documentais mais relevantes?

Dos pouquíssimos documentos que se tinha conhecimento sobre a transferência da documentação para o Iphan-SP, destacavam-se duas correspondências datadas de 12 de maio de 1965 entre João Sihler – Capitão do Exército e encarregado do Inquérito Policial Militar - IPM[14] que investigou a documentação - e Luís Saia, então Chefe da regional paulista. A primeira correspondência é um oficio do Capitão Sihler informando Luís Saia que o escrivão do inquérito havia sido substituído por outro oficial do Exército. A segunda é a resposta de Luís Saia informando o andamento das ações de arrolamento da documentação, já nas dependências da Superintendência, destacando que os documentos eram importantes para as pesquisas históricas da instituição e que fosse determinada a permanência da documentação no Iphan-SP. São esses dois documentos que constituíram, no âmbito desta pesquisa, a 'ponta do fio' que através de seus 'rastros' apresentamos as narrativas desenvolvidas nesse trabalho.[15]

Nosso primeiro movimento foi o de tentar acessar os autos do processo de investigação de Nicolau Alekhine e da documentação. Após consultar alguns órgãos ligados à Justiça Militar em São Paulo, nos foi informado que os IPMs anteriores à década de 1980, estavam arquivados no Superior Tribunal Militar - STM, em Brasília. Através do Sistema Eletrônico

---

Superintendência Regional do Iphan (2002 – 2009) e, atualmente, Superintendência do Iphan em São Paulo, cuja abreviação para este trabalho será Iphan-SP. (MOTTA, 2015, p. 88).

[14] Segundo a definição do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, "a apuração do crime militar ocorre através do Inquérito Policial Militar (IPM). O IPM, da mesma forma que o inquérito policial, pode ser definido como o procedimento sumário destinado a reunir os elementos necessários à apuração de uma infração penal – no caso, um crime militar – e de sua autoria." (Disponível em: http://www.tjmsp.jus.br/i_apuracao.htm - Último acesso em: 12/11/2018).

[15] II Exército – 2ª Região Militar – Quartel General - Ofício do Capitão João Sihler – encarregado do Inquérito Policial Militar à Luís Saia – Chefe do 4º Distrito da Dphan - Arquivo Iphan-SP – Fundo Nicolau Alekhine – Cx01/62.

do Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC, via Lei de Acesso à Informação, entramos em contato com os funcionários do Arquivo do STM solicitando o processo. Depois de 30 dias foi-nos enviado por e-mail os arquivos digitalizados de dois IPMs que Alekhine figurou como indiciado, e junto a eles, um Habeas Corpus de 1964 requerido por seu advogado, a favor do mesmo.

No âmbito desta pesquisa, os IPMs enviados se tornaram peças-chave na investigação de todo o contexto que envolveu os métodos de acúmulo do arquivo, os agentes que participaram dos processos de transferência da documentação e, principalmente, trechos biográficos de Nicolau Alekhine obtidos através de depoimentos. De um modo geral, os Inquéritos Policiais Militares são uma importante fonte documental do período da ditadura militar no Brasil pois contém as informações sobre investigações de presos e desaparecidos políticos no Brasil. Sabendo ser um período sensível da nossa história, por terem sidos praticados atos de violação dos direitos humanos por parte do Estado, por vezes estes inquéritos constituem a única fonte de informações oficiais. Desse modo, há que mencionar a grande conquista em termos de direitos civis que foi a constituição da Comissão Nacional da Verdade no Brasil.[16]

Inicialmente, pode causar estranheza o fato de Alekhine, na condição de civil, ter sido indiciado num processo relacionado à Justiça Militar – cuja competência principal é julgar crimes militares. O fato é que os inquéritos foram abertos com a finalidade de se investigar crimes de estelionato de dois oficiais do Exército. Durante a investigação, ficou comprovado o auxílio de Alekhine na tentativa de realização do delito. Por ter compactuado com os oficiais, Nicolau Alekhine foi autuado como réu nos processos investigativos.

Grande parte deste trabalho resulta da pesquisa realizada a partir da Apelação nº 40729 (1975),[17] em que estão anexados o IPM nº 278/64 (7 volumes), o IPM nº 943/65 (14 volumes)

[16] Durante o mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011 – 2016) foi promulgada a Lei de Acesso a Informação nº 12527/2011 e criada a Comissão Nacional da Verdade pela Lei nº 12528/2011, ambas do mesmo dia, 18 de novembro de 2011. A finalidade principal da comissão foi "apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988". Através do Projeto Memórias Reveladas foi publicado o Relatório da Comissão Nacional da Verdade em 10 de dezembro de 2014. O documento é formado por 3 volumes e investiga as estruturas do Estado e seu aparato autoritário no período, responsável por graves violações de direitos humanos nos períodos ditatoriais da História do Brasil, elucidando métodos e práticas de tortura, execução, prisões, desaparecimentos forçados através de casos emblemáticos. Em seu III volume são listados os mortos e desaparecidos políticos no período. Fonte: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/ (Último Acesso em: 06/05/2021).

[17] Segundo a definição do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, *Apelação* "é um dos recursos que a pessoa prejudicada pela sentença de Primeira Instância pode utilizar, a fim de que a ação seja analisada pela Instância Superior, e, se esta conhecer do mérito da apelação, pronunciará nova decisão, confirmando ou

e ainda, o Habeas Corpus nº 26827 de 1964 (volume único). Esse corpus documental é formado por diferentes tipologias - entre elas, correspondências entre órgãos do Exército, cópias de inquéritos civis, cópias de registros profissionais, depoimentos transcritos de 38 pessoas, alegações de defesa, plantas, desenhos, apresentação de quesitos, pareceres jurídicos, autos de apreensão, autos de exibição, relatórios diversos, cópias de contratos de serviços profissionais, termos de entrega, doação ou devolução de documentos, dentre outros. São aproximadamente 9.426 páginas documentando além dos fatos relacionados a nossa pesquisa, 13 anos de ritos processuais e trâmites internos dentro de órgãos do Exército Brasileiro entre 1962 e 1975.

Ao complementarmos e confrontarmos as informações dos IPMs com os documentos que compõem o Fundo Nicolau Alekhine, pudemos conceber parte substancial deste trabalho. Se do primeiro conjunto pudemos obter as informações referentes às biografias do titular e dos agentes que se apropriaram do arquivo bem como o contexto de transferência e acúmulo da documentação, no segundo conjunto pudemos ter acesso aos produtos oriundos das atividades de Nicolau Alekhine enquanto pesquisador e perito atuante em questões envolvendo o patrimônio imobiliário.

Utilizando estas e outras fontes documentais, este estudo tem como objetivo traçar uma "biografia do arquivo", entendendo-o não como algo pronto, acabado, mas um produto de uma série de processos de acúmulo, apropriações e intencionalidades.

> (...) a sugestão de traçar a biografia dos arquivos é interessante ao contribuir para desnaturalizá-los, em vez de reificar sua 'coerência', mostrando como eles, da mesma forma que os indivíduos, são muitas vezes objetos de ilusões que fazem desaparecer descontinuidades e deslocamentos, perdas e acréscimos, tanto materiais quanto simbólicos. Nesse sentido, trata-se não de tomar o arquivo como uma entidade simplesmente, mas sim de entender como se torna uma entidade com certos contornos, certa localização e certos atributos (HEYMANN, 2012, p. 47).

A proposta de biografar os arquivos parte do pressuposto de que eles têm suas próprias histórias, são produtos de seleções que são feitas em meio a relações de poder. É preciso romper com a concepção de que os arquivos, principalmente ligados à determinados indivíduos – como os arquivos pessoais – são um espelho fiel da existência de quem o

---

modificando a sentença proferida na jurisdição de grau inferior. " (Disponível em: http://www.tjdft.jus.br/acesso-rapido/informacoes/vocabulario-juridico/entendendo-o-judiciario/apelacao - Último acesso em 12/11/2018). Analisando o processo como um todo, percebe-se que ele começou a ser instruído com os números dos IPMs e ao final do processo, quando do recurso às instâncias superiores, acabou recebendo a denominação "Apelação nº 40729 (1975) " que é a nomenclatura do processo no Superior Tribunal Militar. Utilizaremos essa nomenclatura como referência em todo o trabalho.

produziu ou acumulou. Sendo assim, a própria história biográfica é permanentemente reescrita e permite múltiplas possibilidades de abordagem que vão desde o momento da produção do documento, trâmite, arquivamento e a opção pelo tratamento.

A partir dessas premissas, nossa proposta metodológica é a análise da documentação denominada Fundo Nicolau Alekhine a partir da perspectiva etnográfica, procurando evidenciar usos e representações tanto de seu titular como de seu 'papelório', dando voz aos diferentes agentes que participaram dos processos de acumulação, guarda e apropriação. Sendo um fundo documental pouco pesquisado dentro do Iphan-SP, a pesquisa procura trazer luz à esta documentação, há mais de 55 anos sob guarda da instituição. Ao resgatar vestígios desta história, que também foi reescrita, seja por Alekhine, pelos agentes militares ou por Luís Saia, temos como pano de fundo questões como coerção, legitimidade e violência, principalmente àquelas que foram cometidas pelos oficiais da corporação militar e por isso interessa-nos o que foi dito, o interdito e o não-dito.

Do imbróglio de apropriações pelos quais passaram o arquivo particular de Alekhine, levantamos algumas questões que serão trabalhadas na pesquisa: quais as motivações que levaram Alekhine a guardar seus documentos? Que intenções e sentidos podemos atribuir a esta tarefa minuciosa de produção de mapas, desenhos e estudos dominiais sobre a ocupação territorial de São Paulo? Em que contexto se constituiu o arquivo? Que atores participaram na acumulação, guarda e destinação deste arquivo?

Nosso foco será na produção de uma "biografia do arquivo", entendendo-o como um objeto passível de representações e diferentes apropriações ao longo do tempo. Para tanto, utilizaremos conceitos da antropologia e da história para refletirmos sobre o arquivo como lugar de construções sociais em que será possível perceber as relações de poder, intencionalidades, silenciamentos e as atribuições de valor realizadas pelos diferentes sujeitos. A própria destinação da documentação para o Arquivo Iphan-SP constitui uma dimensão da valorização desta documentação, já que as instituições arquivísticas constituem um *lócus* privilegiado para tal, por serem voltadas para a preservação da memória (HEYMANN, 2012, p. 77).

Exploraremos a dimensão não-retilínea do vínculo entre a constituição e trajetória do arquivo e seu titular. Para isso, emerge a importância dos diferentes sentidos atribuídos pelos sujeitos que de alguma forma, participaram dessa trajetória: I. Nicolau Alekhine, titular do arquivo, que durante toda a sua vida profissional (1922 – 1964) considera o arquivo como sua

documentação pessoal refletindo sua trajetória de mais de 35 anos de trabalho;[18] II. Nero de Macedo Júnior, representante da Procuradoria da Fazenda Nacional, que classificou a documentação como importante fonte de pesquisa para atender os interesses da nação, principalmente no tocante às ações discriminatórias de terras em que a União é parte, no Estado de São Paulo (1956 – 1964);[19] III. Coronel Tito Ascoli de Oliva Maya, encarregado do IPM nº 278/64 e representante do Exército, que enquadrou os réus no crime de estelionato e que lavrou o auto de busca e apreensão da documentação para investigações (1964);[20] IV. Capitão João Sihler - Encarregado do IPM nº 943/65 e representante do Exército, que investigou a documentação classificando posteriormente como comprometedora, uma vez que evidencia "crimes contra a Segurança e Patrimônio Nacional"(1964);[21] V. Luís Saia, representante do Iphan que considerou os documentos como fontes importantes para a história de São Paulo e de igual valor para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (1965).[22]

Em todos esses discursos, as atribuições de valor convergem e divergem entre si, em diferentes momentos. Assim, nossa proposta de análise é retroalimentada pela investigação 'do' e 'no' Fundo Nicolau Alekhine, sendo esse corpus documental fonte e objeto de pesquisa simultaneamente. O objetivo é a reflexão sobre os processos que permeiam a trajetória do arquivo, produto de mais de 35 anos de trabalho de um pesquisador especializado na organização fundiária da capital paulista.

A pesquisa realizada poderá contribuir institucionalmente para servir de subsídio para um possível tratamento arquivístico de parte da documentação da Superintendência do Iphan em São Paulo e ainda, divulgar a documentação como possível fonte de pesquisa para a história da cidade de São Paulo. Nesse sentido, ela vai se encontro aos interesses de pesquisadores do Arquivo Iphan-SP cujos objetos mais recorrentes são dois dos bens culturais tombados mais antigos do Estado de São Paulo: a Capela de São Miguel e a Igreja de Nossa

[18] Histórico da Formação do Arquivo. Apelação nº 40.729 (1975) – STM, fl.1074-1081 (Vol. 4) e Habeas Corpus nº 26.827 (1964) – STM, p. fl. 2-8.

[19] Cópia do Termo de Inquirição a Indiciado – Nero de Macedo Júnior. Apelação nº 40.729 (1975) – STM, fl. 838 (Apenso 4).

[20] Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 790 (Vol. 3).

[21] Portaria de 22 de julho de 1964. Apelação nº 40.729 (1975) – STM, fl. 2 (Apenso 1).

[22] Ofício 105/64 de Luís Saia – Chefe do 4º Distrito da Dphan ao Capitão João Sihler – encarregado do IPM, 02 de outubro de 1964. Apelação nº 40.729 (1975) – STM, fl. 637 (Apenso 3).

Senhora do Rosário.[23] As duas edificações religiosas foram erigidas a partir de aldeamentos jesuíticos, tema bastante pesquisado por Nicolau Alekhine já que boa parte das terras da União no Estado de São Paulo são produtos de transmissões em benefício da Coroa Portuguesa devido à expulsão dos jesuítas em 1759.[24] O material reunido por Alekhine constante no Arquivo poderá servir como fonte não só para a ocupação territorial de São Paulo, como também para a constituição do patrimônio imobiliário do município e da União neste Estado.

No primeiro capítulo denominado *Biografias* abordaremos a trajetória de vida de Alekhine bem como de seu arquivo particular, partindo do entendimento de que titular e arquivo possuem biografias distintas que podem convergir ou divergir entre si num sentido de complementaridade. Ancorados na bibliografia que trata do tema, exploraremos as dimensões simbólicas de poder nas tomadas de decisão pelos agentes do Estado que se apropriaram do arquivo até então particular para institucionalizá-lo. Nossa principal fonte de pesquisa neste capítulo serão os inquéritos policiais militares que levaram à prisão de Alekhine e de seu arquivo. A partir do exame deste corpus documental conseguiremos extrair informações importantes sobre a vida de Nicolau Alekhine, sua trajetória profissional e pessoal desde o seu nascimento até sua condenação pelas autoridades militares em 1975. Desse modo, boa parte da narrativa será relativa a temas silenciados dentro das corporações militares: casos de grilagem e fraude por oficiais tanto da ativa quanto da reserva à época. Igualmente

[23] No Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan, está prevista a entrega de 3 produtos técnicos relacionados com as atividades práticas dos alunos nas unidades do Iphan. Em nosso trabalho apresentado como primeiro produto das práticas supervisionadas, fizemos um levantamento do perfil dos usuários externos do Arquivo com base nas informações constantes nos *Termos de Compromisso,* documento que é assinado pelos pesquisadores para a realização da consulta. Pudemos constatar que os bens culturais tombados que são os objetos de pesquisa mais consultados, além de serem os primeiros bens tombados da regional do Iphan em São Paulo, são as edificações religiosas mais antigas do Estado, que remontam ao século XVII. (OLIVEIRA, Rafael A. A pesquisa no Arquivo Iphan-SP: uma análise crítica sobre o perfil dos usuários externos. 1º Produto das Práticas Supervisionadas, Superintendência do Iphan em São Paulo, 2018 [no prelo]).

[24] Obra de referência neste tema é *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* de John Manuel Monteiro. No livro, este autor trata da importância do sistema de apresamento de índios para a constituição da economia da São Paulo colonial, tema, por vezes, marginalizado pela historiografia. Ele se detém particularmente ao século XVI e XVII, traçando um panorama histórico desde as disputas entre as diversas etnias indígenas que habitavam a região, passando pelo sistema de aldeamentos implantado pelos Jesuítas, o assentamento dos primeiros colonos, a configuração territorial da capitania e por fim, a transição para a escravidão negra, no final do XVII, quando o ouro é descoberto na região de Minas Gerais. Monteiro no capítulo 3 intitulado *O Celeiro do Brasil*, ao tratar do desenvolvimento econômico e a expansão territorial paulista no século XVI, cita o território às margens do rio Pinheiros que onde, segundo ele, "surgiram os sinais mais fortes de uma economia francamente comercial(...). A extensão da influência de Fernão Dias nas áreas próximas ao rio Pinheiros pode ser apreciada a partir dos belos mapas desenhados por **Nicolau Alekhine** em seu exaustivo trabalho inédito e praticamente desconhecido sobre as terras da União no município de São Paulo, arquivado na delegacia paulista do Sphan/Pró-Memória". (MONTEIRO, 1994, p. 244, grifo nosso)

importante, serão as informações sobre os métodos de acúmulo do arquivo descritas por Alekhine nos depoimentos em que prestou. Os ritos processuais descreverão os rumos que seu arquivo particular tomou a partir da apreensão pelas autoridades militares até a sua institucionalização pelo Iphan-SP.

No segundo capítulo, nossa atenção é dada ao Fundo Nicolau Alekhine do Arquivo Iphan-SP. Trabalharemos com a documentação doada para a instituição analisando as principais espécies documentais, a organicidade dos documentos, as intervenções realizadas pelos agentes que participaram das transferências realizadas e por fim, o que o arquivo e as questões que pairam sobre ele podem revelar sobre a organicidade preconizada por seu titular. O método etnográfico nos auxiliará nessa etapa da pesquisa, uma vez que poderemos enxergar com mais nitidez as ações de intervenções e manejos realizados na documentação e que têm consequências diretas na organicidade projetada atualmente. Trabalharemos ainda, com os sentidos atribuídos a este acervo pelos servidores do Iphan-SP e as evocações de valores realizadas no momento de seu recolhimento por esta instituição de preservação do patrimônio.

Por fim, no terceiro e último capítulo traremos à tona a história institucional e administrativa da Superintendência do Iphan em São Paulo, a feitura de seu arquivo e as tomadas de decisões da unidade após a institucionalização dos documentos de Nicolau Alekhine. Peça-chave para o desenvolvimento deste capítulo é a atuação de Luís Saia enquanto chefe do Iphan-SP nas décadas de 1960 e 1970, período em que o arquivo chegou à unidade. Para tanto, procuraremos analisar alguns dos métodos de arquivamento e acumulação de documentos no Iphan que possuem reflexos diretos nas práticas arquivísticas realizadas por Luís Saia. Como subsídio, utilizaremos alguns dos principais projetos e ações da Superintendência à época, realizando um exercício de reflexão sobre as deliberações possíveis que puderam conduzir o Fundo Nicolau Alekhine ao esquecimento, contrapondo a retórica narrativa de Luís Saia para justificar a solicitação de doação dos documentos como "indispensáveis para o estudo e a proteção dos monumentos".[25] Em última análise, buscaremos refletir sobre a nossa própria pesquisa de uma maneira geral, a partir de três abordagens diferentes e complementares: o arquivo enquanto instrumento de trabalho, fonte e objeto de pesquisa. Nesse sentido, o exercício proposto é de retomar dimensões cruciais da pesquisa para tornar nítidos nossos passos diante deste arquivo a partir da perspectiva

[25] Ofício 105/64 de Luís Saia – Chefe do 4º Distrito da Dphan ao Capitão João Sihler – encarregado do IPM, 02 de outubro de 1964. Apelação nº 40.729 (1975) – STM, fl. 637 (Apenso 3).

antropológica, buscando, desse modo, nos projetar como pesquisador e como sujeito "arquivador" (KETELAAR, 2018, p. 194).

1. NICOLAU ALEKHINE: BIOGRAFIAS

A pretensão de construir uma narrativa biográfica de uma entidade não é uma tarefa fácil, tanto que François Dosse deu o nome de seu livro de "O ***desafio*** biográfico: escrever uma vida".[26] A vida de que trataremos nesse trabalho é tanto a de Nicolau Alekhine quanto a de seu arquivo – particular enquanto acumulado por seu titular, institucionalizado a partir das apropriações realizadas. Vida do arquivo contrariando àqueles que insistem em denominar papéis velhos como "arquivo morto". Desse modo, é preciso advertir que trabalharemos com biografias (plural), que se cruzam, ora convergindo, ora divergindo, de forma que o leitor não encontrará um ponto de ruptura, onde começa e termina uma narrativa determinada, e sim, múltiplas narrativas simultâneas de ao menos duas entidades: Nicolau Alekhine e seu arquivo. Eric Ketelaar, ao discorrer sobre as práticas realizadas pelos "arquivadores", é categórico:

> A cada fase de sua trajetória, um "arquivador" narra uma história ativando o documento. Devemos documentar essas histórias. Em primeiro lugar, para responsabilizar todos os "arquivadores", como prescreve o código de deontologia dos arquivistas. Mas também para reconstituir o itinerário dos documentos desde a sua criação até sua guarda nos arquivos e para restabelecer a ligação entre "a realidade dos documentos em mãos de seu criador e esses mesmos documentos numa instituição arquivística" (MILLAR, 2001, p. 15). Quem criou o documento, porque e como? Onde ele estava guardado, num cofre ou num quarto de dormir? Quem utilizou o documento pela primeira, segunda, enésima vez, por que e como? Quem determinou-lhe o valor, quando, por que e como? E assim por diante. Todas essas histórias constituem a genealogia do documento, uma genealogia mais dinâmica e mais efetiva do que a simples história do criador. (KETELAAR, 2018, p. 194).

Se para Nicolau Alekhine interessava a pesquisa da genealogia da configuração territorial da cidade de São Paulo, a nós interessa sobremaneira a genealogia de seu arquivo. A história de vida de Alekhine e os agenciamentos que foram feitos em seu arquivo particular constituem a causa para as múltiplas interpretações realizadas. Para superarmos a contextualização do arquivo a partir da simples trajetória de seu titular inerentemente, é preciso apresentá-la para transpô-la. Nesse primeiro momento, toma corpo uma narrativa do próprio Nicolau Alekhine sobre si mesmo e sobre seu arquivo nos depoimentos que prestou quando estava sob investigação das autoridades militares.

[26] DOSSE, François. O desafio biográfico: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2009 [grifo nosso].

Nicolau Alekhine (Nicolay Alienkini, Aliokhin Nicolas)[27] nasceu em 31 de dezembro de 1893 na cidade de Tulla,[28] na Rússia, filho de Miguel Alekhine e Júlia Alekhine. No ano de 1916, ingressou na Escola Militar Russa depois de se formar em engenharia na Universidade de Moscou. Em 1917, com a eclosão da Revolução Russa culminando com a Guerra Civil, Alekhine se encontrava no posto de Capitão e na condição de oficial militar, lutou ao lado do Exército Branco, fiel ao Czar Nicolau II. Após o período de conflitos e posterior implantação do regime comunista naquele país, imigrou como exilado de guerra para o Brasil em 2 de agosto de 1921.[29] Desembarcando no Rio de Janeiro, trabalhou como carpinteiro com a finalidade de aprender o idioma português até o ano de 1922, tendo participado, inclusive, das atividades na montagem da Exposição Universal do Rio de Janeiro.[30]

No ano seguinte mudou-se para São Paulo onde passou a atuar como desenhista para diversos engenheiros, entre eles, Prestes Maia, à época Diretor da Construção do Parque Ipiranga.[31] Em 1927 exerceu as funções de desenhista na Comissão de Defesa Jurídica do

---

[27] Versões de nomes identificados que constam no *Atestado de Antecedentes* de Nicolau Alekhine expedido pelo Serviço de Identificação da Polícia do Estado de São Paulo em 29 de agosto de 1935 - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 225 (Apenso 1).

[28] A cidade de Tulla está localizada a aproximadamente 186 km ao sul de Moscou. Durante o século XVIII e XIX a cidade tornou-se um importante centro da metalurgia depois de descobertos depósitos maciços de minério de ferro em territórios vizinhos. Ainda com características industriais, a cidade abriga empresas químicas e têxteis, além das metalúrgicas. Para mais informações ver *Russia InfoCentre*. (Disponível em: http://russia-ic.com/regions/3171/3172/history/ - Último acesso em 13/11/2018).

[29] Termo de Perguntas ao Indiciado - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 813 (Vol. 3) A informação de que Alekhine encontrava-se na condição de exilado é informada por seu advogado no Habeas Corpus impetrado a favor de Alekhine: "com a vitória da Revolução Comunista, foi obrigado a fugir para o Brasil, onde chegou por volta de 1920". Habeas Corpus, nº 26.827 – STM: Brasília, fl. 4.

[30] As Exposições Universais foram organizadas com o intuito de mostrar o mundo moderno e como as nações acompanhavam o suposto progresso civilizatório em marcha. Pretendiam ser como um reflexo do mundo moderno ao exibir os avanços no campo das ciências, das artes, da arquitetura, dos costumes e da tecnologia. No Brasil, a Exposição Universal foi realizada no Rio de Janeiro e fez parte das comemorações do Centenário da Independência no ano de 1922. A infraestrutura era composta por pavilhões monumentais para o padrão nacional onde os visitantes percorriam cerca de 2,5 km num espaço amplo. 15 pavilhões estrangeiros foram erguidos e na avenida Rio Branco, a entrada se dava por uma porta monumental de mais de 30 metros de altura. No período de setembro de 1922 e abril de 1923 - período de duração da exposição – cerca de 10 mil expositores participaram. (Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia/ExposicaoUniversalRJ - Último acesso em 24/01/2021).

[31] Termo de Perguntas ao Indiciado. Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 813 (Vol. 3). Francisco Prestes Maia (1896 – 1965) foi engenheiro civil, formado pela Escola Politécnica de São Paulo. Em 1918, começou a trabalhar na Secretaria de Viação e Obras Públicas do Governo Estadual. Assumiu a chefia desta Secretaria ao mesmo tempo em que ministrava aulas na Escola Politécnica. Em 1929, divulgou um plano de reestruturação da cidade, conhecido como Plano de Avenidas Prestes Maia, projeto que tinha como estratégia, a canalização e retificação dos rios da cidade, de forma que as avenidas seguissem o leito ou fossem projetadas à

Patrimônio da Prefeitura Municipal de São Paulo[32] como contratado e simultaneamente trabalhou como topógrafo na Comissão para Retificação do Rio Tietê até o ano de 1932,[33] momento em que todos os contratados foram dispensados em virtude do Movimento Constitucionalista.[34]

Enquanto atuava na Comissão de Defesa Jurídica do Patrimônio e Comissão de Retificação do Rio Tietê, Alekhine trabalhou junto à João Baptista de Campos Aguirra,[35] sendo convidado por este último para organizar tecnicamente seu arquivo particular. Tal acervo documental, conhecido como Arquivo Aguirra,

> (...) é constituído por uma coleção de fichas, mapas, cadastros, livros, fotografias, entre outros itens (...). Trata-se de uma coleção relevante para pesquisadores que buscam dados sistemáticos sobre a história paulista, principalmente quanto à organização e divisão fundiária do território de São Paulo. Há um conjunto expressivo de dados referentes a propriedades rurais ou urbanas que incluem identificação e dados biográficos sobre proprietários, registros de sesmarias, registros paroquiais de terras e cartografia associada a esses temas. (PIRES, 2003, p. 61).

---

margem do leito fluvial. Desse modo, a prefeitura economizaria em indenizações que precisariam ser feitas aos proprietários que tivessem seus terrenos cortados transpassados por estruturas viárias. Em 1938, tornou-se Prefeito da Cidade de São Paulo, cargo em que permaneceu até 1945. Assumiu novamente a Prefeitura de São Paulo em 1962, onde atuou até 1965, ano de sua morte. Sobre dados biográficos de Prestes Maia, ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/prestes_maia . Sobre o plano de avenidas, ver documentário 'Entre Rios – a urbanização de São Paulo' – Editora Contexto, 2009 – Duração: 25'10''. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Fwh-cZfWNIc&feature=share&ab_channel=EditoraContexto.

[32] Sobre a Comissão de Defesa Jurídica do Patrimônio da Prefeitura, "Logo após a proclamação da República, a Câmara começa a se voltar para as avenidas e *boulevards*, fazendo projetos e iniciando desapropriações que, por sua vez, começam a gerar terras públicas Dominiais, não necessariamente usadas para o leito das novas avenidas. Nos estertores da 1.ª República, em 1927, em nova tentativa de tomar conhecimento do patrimônio imobiliário da Câmara, foi constituída uma comissão para defender os bens imóveis da Municipalidade, que apresentou um relatório reportando-se diretamente ao então Prefeito: "Relatório da Comissão para a Defesa Jurídica dos Bens Patrimoniais do Município de São Paulo – Administração Pires do Rio/1927-1928". (PAULA E SILVA, 2002, p. 70)

[33] "No final do século XIX a administração pública encarregou-se da organização de uma Comissão de Saneamento que estabeleceu o Tietê como responsável pelas cheias. Já na década de 20, surgiu a Companhia de Melhoramentos de São Paulo que reuniu sanitaristas e engenheiros que defenderam a necessidade de retificação do curso sinuoso do rio, além do desassoreamento de seu leito. No comando dos trabalhos estava o engenheiro sanitarista Francisco Rodrigues Saturnino de Brito, autor de diversos estudos sobre o Tietê." (Disponível em: Portal do Departamento de águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo - DAEE - http://www.daee.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=796:retificacao-e-decadencia&catid=54:parques – Último acesso em 14/11/2018).

[34] Termo de Perguntas ao Indiciado - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 813 (Vol. 3).

[35] João Batista de Campos Aguirra (1871-1962) nasceu na cidade de Limeira – SP em 04 de setembro de 1871, filho de João Baptista de Campos Pinto e de Rosa Amélia de Aguirre. Aguirra era pesquisador e trabalhou no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP. Coletou informações sobre propriedades imobiliárias no Estado de São Paulo e formou seu arquivo particular, o "Arquivo Aguirra", que se encontra atualmente como pertencente a um dos fundos do Serviço de Documentação Textual e Iconográfica do Museu Paulista da Universidade de São Paulo – USP, tendo sido adquirido em 1962 pela USP. (PIRES, 2003, p. 62).

Com o consentimento de Aguirra, Nicolau Alekhine copiava plantas e fazia anotações a fim de formar seu próprio arquivo - um dos métodos de acúmulo e feitura do arquivo identificados.[36] Nesse sentido, merece destaque este período de sua atuação profissional entre 1927 e 1932, constituindo um momento-chave para entendermos o interesse do pesquisador pelas questões imobiliárias. Enquanto atuava na Comissão de Defesa do Patrimônio da Prefeitura Municipal de São Paulo, Alekhine possuía acesso às informações diversas sobre terrenos de propriedade do município. Simultaneamente, Nicolau Alekhine enquanto interessado na formação imobiliária da cidade de São Paulo, certamente pôde ter acesso ao mapeamento de indenizações que deveriam ser feitas aos proprietários dos terrenos localizados na várzea do Rio Tietê – área diretamente afetada pelas obras de retificação do leito do rio. Em terceiro lugar, ao atuar como 'arquivista' no arquivo de João Batista Campos Aguirra, Alekhine teve acesso ao principal acervo documental - particular existente sobre a organização fundiária de São Paulo. A convergência da atuação profissional nessas três frentes de trabalho revela o contexto de formação e a peculiaridade da temática de seu arquivo.

De 1932 adiante, Nicolau Alekhine trabalhou realizando levantamentos topográficos para diversos engenheiros civis. Em 1936, já naturalizado brasileiro, foi nomeado como Desenhista da Prefeitura Municipal de São Paulo, exercendo tais funções na Divisão de Patrimônio. Em 1940, o pesquisador foi designado assistente técnico junto à Procuradoria Judicial da Prefeitura de São Paulo até 1944, época em que solicitou demissão.[37] Quando da atuação neste cargo, Alekhine teve a oportunidade de organizar o arquivo do Patrimônio da Prefeitura de São Paulo, onde pôde realizar diversas pesquisas sobre bens dominiais[38] dentro

[36] Histórico da Formação do Arquivo - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1074-1075 (Vol. 4).

[37] Termo de Perguntas ao Indiciado - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 813 (Vol. 3). Sobre a administração da Prefeitura e criação da Procuradoria Judicial da Prefeitura na década de 1930, "Antes do Estado Novo, a legislação municipal, procurando dar conta da crescente complexidade da cidade, edita (...) normas visando a ampliação da "máquina". Assim, subdividiu-se a Prefeitura em 6 Departamentos subordinados diretamente ao Prefeito, entre os quais o Departamento Jurídico (Ato de Nº 768 de 1935, Art. 1º) que teve sua estrutura também subdividida pelo Ato de nº 805 editado um mês após, e que criava 3 procuradorias, entre as quais uma "Judicial" que, por sua vez, era dividida em 2 subprocuradorias, cabendo à segunda, "*especialmente as* (Ações) *referentes à defesa do patrimônio do município.* "" (PAULA E SILVA, 2002, p. 73) Hoje a Procuradoria Judicial da Prefeitura de São Paulo é denominada Procuradoria Geral do Município – PGM. Entre os órgãos de execução estão o Departamento de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio – DEMAP. Dentro de estrutura hierárquica existe a Coordenação Geral de Patrimônio da Prefeitura de São Paulo – CGPATRI. Segundo funcionários atuais do órgão, existem até hoje plantas e desenhos com a assinatura de Alekhine.

[38] Segundo Hely Lopes Meirelles, bens dominiais "ou *do patrimônio disponível* são aqueles que, embora integrando o domínio público como os demais, deles diferem pela possibilidade sempre presente de serem

do município, e passou também a organizar seu arquivo particular "resumindo-se a fichários de apontamentos, relacionados a filiação dos bens dominiais, não só de particulares como públicos, da União, Estado e Município, anotando as fontes onde se achavam documentos alusivos as pesquisas patrimoniais."[39] Apesar de não ficar claro no depoimento de Nicolau Alekhine os motivos que levaram ao seu pedido de demissão, é possível aventarmos que ele tenha se desligado da prefeitura para atuar exclusivamente em causas particulares tendo, portanto, já adquirido experiência no campo e um arquivo suficientemente dotado de subsídios para tal.

Após seu pedido de demissão, em 1944, trabalhou como pesquisador e perito em causas particulares, fornecendo "estudos e elementos para que as partes ou propusessem a competente ação judicial reivindicando bens dominiais, de acordo com a documentação fornecida, ou para que as mesmas se defendessem o seu direito no mesmo campo."[40] O acesso às informações, tanto sobre os imóveis pertencentes ao Estado quanto aos particulares, fizeram com que Alekhine reunisse em seu arquivo um amplo espectro de conhecimento sobre a organização fundiária da capital. O próprio fato de Alekhine ter iniciado sua atuação como perito particular logo após ter trabalhado na Prefeitura de São Paulo corrobora para que possamos inferir o caráter valioso dessas informações, replicadas no seu arquivo particular. Sua expertise nessa seara, levou-o em 1952 a ser contratado como pesquisador pelo Grupo Jafet[41] para pesquisar o domínio de um imóvel - ou seja, o histórico de proprietários que, de

---

utilizados em qualquer fim ou, mesmo, alienados pela Administração, se assim o desejar. Daí por que recebem também a denominação de *bens patrimoniais disponíveis* ou de *bens do patrimônio fiscal*. Tais bens integram o patrimônio do Estado como objeto de direito pessoal ou real, isto é, sobre eles a Administração exerce 'poderes de proprietário, segundo os preceitos de Direitos Constitucional e Administrativo' (...). Além desses bens originariamente integrantes do patrimônio disponível da Administração, por não terem uma destinação pública determinada, nem um fim administrativo específico, outros poderão ser transferidos, por lei, para esta categoria, ficando desafetados de sua primitiva finalidade pública, para subsequente alienação. Todas as entidades públicas podem ter bens patrimoniais disponíveis, isto é, bens não destinados ao povo em geral, nem empregados no serviço público, os quais permanecem à disposição da Administração para qualquer uso ou alienação, na forma que a lei autorizar. " (MEIRELLES, 2016, p. 639).

[39] Termo de Perguntas ao Indiciado - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 814 A (Vol. 3).

[40] Termo de Perguntas ao Indiciado - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 814 A (Vol. 3).

[41] Em 1955, o grupo era formado pelas seguintes empresas: Fiação, Tecelagem e Estamparia Ipiranga Jafet S/A; Mineração Geral do Brasil Ltda.; Usina Siderúrgica São José S/A; Metalúrgica São Francisco S/A; Usina Santa Olímpia Indústria de Ferro e Aço S/A; De Martino S/A Usinas Brasileiras de Ferro e Aço; Codiq S/A Construtora de Equipamentos Industriais; Têxtil Porto Ferreira S/A; Mias da Jangada S/A; Banco Cruzeiro do Sul de São Paulo S/A; Codime S/A Construtora de Equipamentos Mecânicos; Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia; Empresa Internacional de Transportes Ltda.; Empresa Continental de Mineração S/A e Imobiliária Bom Pastor S/A." (TRUZZI, 1993, p. 53).

fato, exerceram posse, uso e gozo sobre aquele imóvel - situado no bairro da Água Branca,[42] em São Paulo, "sobre o qual pesava o direito real de enfiteuse."[43] À época, as organizações concentravam seu capital nas áreas têxtil, de mineração e siderurgia - o Grupo ainda possuía o título de ser proprietário da maior usina de aço do Estado de São Paulo. A partir desta experiência de pesquisa, Alekhine acabou se especializando na investigação das terras da União, sendo que

> (...) Em vista de tais pesquisas no sentido da demonstração daquele imóvel pertencente ao Patrimônio da União, teve a oportunidade o depoente [Alekhine] de iniciar os apontamentos, em seu arquivo particular, relacionados com os bens do domínio da União – situados dentro do Estado de São Paulo, ampliando seu estudo e pesquisa não só quanto àquele imóvel mas também com referência aos demais existentes no Estado de São Paulo.[44]

Mais uma vez torna-se evidente a metodologia de acúmulo e ampliação de seu arquivo. Através dessa passagem – narrada por Alekhine - percebemos o movimento dialógico dos procedimentos de investigação. Se antes, a pesquisa de bens pertencentes ao Estado o levaram a prestar seus serviços a particulares, desta vez, o caminho se reverte, já que a investigação incialmente provocada por interesses privados se desdobra na defesa dos interesses do Estado. Isso demonstra que uma possível classificação bilateral entre público x privado dada aos interesses contidos nas informações pesquisadas por Alekhine, acaba por formar intersecções de contornos pouco nítidos no que tange à organização fundiária da capital paulista. É através dessa falta de nitidez que Alekhine acabou por se especializar, tendo como pano de fundo, a incerteza quanto à propriedade da terra em São Paulo.

Essa posição alcançada por sua expertise ao longo de sua trajetória, dá a Alekhine e a seu arquivo uma dimensão simbólica de poder. Sendo seu arquivo constituído de remissões, apontamentos e reproduções de fontes oficiais, produziu-se um apanhado de subsídios

[42] O bairro da Água Branca se situa na zona oeste do município de São Paulo, entre os bairros da Barra Funda, Vila Romana e Perdizes e tem como limite o Rio Tietê. Para maiores informações, ver: RAMOS, Aluísio Wellichan. Espaço-tempo na cidade de São Paulo: historicidade e espacialidade do "bairro" da Água Branca. Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – USP, 15 (2002), p. 65-75. O autor discute a Água Branca como bairro levando em conta seu conceito geográfico, já que durante muito tempo convencionou-se situá-lo como dentro dos limites do bairro da Barra Funda.

[43] "Enfiteuse ou aforamento é o instituto civil que permite ao proprietário atribuir a outrem o domínio útil de imóvel, pagando a pessoa que o adquire (enfiteuta) ao senhorio direto uma pensão ou foro, anual, certo e invariável. Consiste, pois, na transferência do domínio útil de imóvel público a posse, uso e gozo perpétuos da pessoa que irá utilizá-lo daí por diante. Em linguagem técnica, aforamento ou enfiteuse é o direito real de posse, uso e gozo pleno da coisa alheia que o titular (foreiro ou enfiteuta) pode alienar e transmitir hereditariamente, porém com a obrigação de pagar perpetuamente uma pensão anual (foro) ao senhorio direto." (MEIRELLES, 2016, p. 650-651).

[44] Termo de Perguntas ao Indiciado - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 814 (Vol. 3).

históricos para apontar, em litígios judiciais, o que seria verdade ou não. Desse modo, entra em voga o poder da narrativa discursiva a partir da formação de uma rede:

> (...) as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede. (FOUCAULT, 2008, p. 26)

As remissões de que trata Foucault seriam os diferentes enunciados que formam um discurso. Por meio dessa trama de discursos materializados nas fontes oficiais, replicados em seu arquivo, Alekhine produziu um capital simbólico de conhecimento que o tornou especialista em pesquisas sobre imóveis da capital, sejam eles de domínio público ou privado. Aproxima-se o arquivo de Alekhine à concepção de arquivo para Foucault: não sendo o somatório de textos de uma cultura guardados como documentos do passado ou testemunho de identidade

> (...); mas que tenham aparecido graças a um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo; que em lugar de serem figuras adventícias e como que inseridas, um pouco ao acaso, em processos mudos, nasçam segundo regularidades específicas; em suma, que se há coisas ditas – e somente estas -, não é preciso perguntar sua razão imediata às coisas que aí se encontram ditas ou aos homens que as disseram, mas ao sistema da discursividade, às possibilidades e às impossibilidades enunciativas que ele conduz. (FOUCAULT, 2008, p. 147)

O domínio das informações sobre a localização de terras da União em São Paulo abriu caminho para que Alekhine atuasse em outras esferas federativas. Logo após a questão judicial envolvendo o Grupo Jafet, uma ação de reintegração de posse[45] foi proposta em uma das Varas do município de São Paulo, com a intervenção da Fazenda Nacional. Em virtude disso, por volta de 1956, Nicolau Alekhine teve seu primeiro contato com Nero de Macedo Júnior, Procurador Chefe da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em São Paulo -

[45] "As ações de reintegração e manutenção de posse, embora tenham o mesmo objetivo de recuperar o terreno do suposto proprietário, são diferentes: enquanto, na primeira, busca-se recuperar a posse indevidamente perdida ou esbulhada, de forma violenta, clandestina ou com abuso de confiança, na segunda, mesmo com a posse, não há como exercê-la de forma livre. (...) As ações possessórias estão previstas no artigo 926 do Código de Processo Civil (CPC), que prevê que o possuidor tem o direito a ser mantido na posse e reintegrado no caso de turbação ou esbulho. A turbação ocorre quando um terceiro impede o livre exercício da posse sem que o legítimo possuidor a perca integralmente e muitas vezes se dá por meio de um ato clandestino e violento. " Disponível em: http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79441-saiba-definicao-de-manutencao-de-posse-reintegracao-e-interdito-probitorio - (Último acesso em: 21/11/2018).

PGFN.[46] Após o contato, Alekhine foi convidado a trabalhar como perito informador e pesquisador do dito procurador em caráter de auxílio particular, sem gratificação, em que sua compensação "era a oportunidade de, em face das pesquisas dadas ao seu trabalho, ampliar com apontamentos o seu arquivo particular, arquivo este que não se restringia mais a bens dominiais particulares, mas também públicos."[47]

É recorrente na retórica discursiva de Alekhine a apresentação do acúmulo de seu arquivo como remissões de fontes oficiais produzidas pelo Estado. Isso nos dá a possibilidade de tecer considerações a respeito do envolvimento de Alekhine no que tange a defesa dos interesses da União. Em primeiro lugar, a dimensão de poder conferida ao acesso às fontes disponíveis da PGFN acaba por extrapolar a possibilidade de remuneração pelos serviços prestados. Ou seja, ao trabalhar sem gratificação, projeta-se um valor quase imensurável para a lida com estas fontes. Em consequência, sendo um lugar não de consulta, mas de apropriação, Alekhine ampliaria ainda mais seu arquivo. Isso nos leva a uma outra conjectura que é a concepção de um possível arquivo-projeto, onde a partir do qual se poderia lucrar futuramente prestando serviços a terceiros através de informações de órgãos públicos – estratégia que não surpreende por já ter feito parte da trajetória de Alekhine. A terceira dimensão seria a formação de seu arquivo como o que Heymann (2012) chama de arquivo-legado. Segundo a autora, que aborda sociológica e historicamente o arquivo de Darcy Ribeiro, essa dimensão projeta ao arquivo a finalidade do titular de "assegurar que sua memória perdurasse, vencendo a morte e o tempo" (HEYMANN, 2012, p. 16). No caso de Alekhine, a não gratificação aliada à acumulação obsessiva de informações sobre o tema da organização fundiária da capital, explicaria a importância de seu arquivo, produto de seus serviços em prol de um interesse público. Um outro caso em que Alekhine aponta o caráter 'beneficente' de seu serviço é com relação à uma pesquisa outrora realizada para o Ministério da Aeronáutica utilizando seus estudos em uma ação de reintegração de posse movida pela Prefeitura de São Paulo, cujo objeto foram as terras do Campo de Marte, no bairro de

[46] Nero Macedo Júnior nasceu em 15 de junho de 1913 em Goiânia – GO. Filho de Nero de Macedo Carvalho e Maria Andrade de Macêdo. Foi Procurador-Chefe da Fazenda Nacional em São Paulo. *Termo de Inquirição de testemunha.* Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 843 (Vol. 4). Seu pai nasceu no mesmo estado em 1887, filho do Major Luís de Macedo Carvalho, veterano da Guerra do Paraguai e de Joaquina de Macedo. Formado em Direito, foi funcionário da Fazenda Nacional, escriturário da Delegacia Fiscal em Goiás, Inspetor fiscal em Minas Gerais e Alagoas, Chefe da Comissão de Inspeção da Fazenda em Pernambuco, contratado da Delegacia Fiscal em São Paulo e Minas Gerais e oficial-maior do Tesouro Nacional. Fonte: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nero-de-macedo-carvalho (Último acesso em 21/11/2018).

[47] Termo de Perguntas ao Indiciado - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 815 (Vol. 3).

Santana.[48] Na ocasião houve a comprovação do domínio efetivo da União Federal sobre o imóvel. Este caso é invocado em sua defesa ao longo do processo, primeiro em seu depoimento, depois no *Habeas Corpus*, como se fosse uma espécie de "favor em defesa do interesse nacional".[49]

Alekhine pesquisou diversas informações sobre terrenos e áreas de domínio da União Federal a pedido do Procurador da Fazenda Nacional, Nero Macedo Júnior, que através de seu cargo na PGFN, apresentava o pesquisador às repartições competentes, detentoras dos documentos. O próprio Procurador-Chefe lhe confiava processos para que seus estudos os subsidiassem, razão pela qual Alekhine alegou possuir processos originais deste órgão em sua residência quando questionado da procedência dos mesmos.[50] Os documentos referentes à sua atuação na PGFN compõem a maioria do fundo documental que existe na Superintendência do Iphan em São Paulo, o que levanta uma dúvida sobre essa total abdicação de vencimentos, já que foi o órgão em que ele atuou a maior parte de sua vida (1956-1964).

Paralelamente ao auxílio que prestava para a PGFN, Alekhine realizava serviços particulares para terceiros, como pesquisador, orientando propositura de ações ou contestações que versavam sobre direitos imobiliários

> para fins de garantia (d)o[sic] pagamento de seus serviços profissionais contratados por particulares, elabora o respectivo Contrato de Honorários, sendo que (...) dentro do corpo do contrato de honorários é celebrado também uma cessão de direitos imobiliários de parte da área objeto do serviço correspondente aos seus honorários, numa cobertura do lhe for devido na hipótese do reconhecimento dos direitos pleiteados pelo particular.[51]

A atuação de Alekhine se situava em duas frentes simultâneas: ao pesquisar as informações sobre divisas de terras da União com particulares, ele detinha para si o conhecimento sobre as propriedades de domínio público e poderia utilizar essas informações,

---

[48] O Campo de Marte foi o primeiro aeroporto de São Paulo e inaugurou suas atividades em 1929. Em 1932 foi bombardeado durante a Revolução Constitucionalista e só retomou suas atividades em 1933 quando iniciaram-se voos comerciais para o interior de São Paulo. Atualmente o tráfego do aeroporto é predominantemente de helicópteros e aviões de pequeno porte. Está localizado na Zona Norte de São Paulo, próximo à marginal do Rio Tietê e ao Terminal Rodoviário. Fonte: http://www.campodemarte.com.br/index.php/historia (Último acesso em 21/11/2018).

[49] Termo de Perguntas ao Indiciado - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 815 (Vol. 3). & Habeas Corpus nº 26.827 – STM: Brasília/DF, fl. 19, 41 e 42.

[50] Termo de Perguntas ao Indiciado - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 816 (Vol. 3).

[51] Termo de Perguntas ao Indiciado - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 817 (Vol. 3).

de certo modo, privilegiadas - já que não era servidor efetivo da PGFN - para atender a serviços prestados – estes sim, mediante pagamento – para particulares.

Em face destes estudos contratados tanto por particulares quanto de atuação 'beneficente' na PGFN, Nicolau Alekhine foi montando seu arquivo particular. Em 1958, por já ter pesquisado os terrenos da Chácara da Glória,[52] foi-lhe encomendado um estudo mais completo sobre o histórico de posses desta área por Nero Macedo Júnior para que subsidiasse uma ação de reconhecimento de domínio em nome da Fazenda Nacional. O fato de Alekhine dominar os conhecimentos sobre esta área em particular levou-o a ser apresentado, em 1963, para o Tenente Coronel Ariolando Carneiro de Oliveira através do procurador da PGFN, Alfredo Zanoni. Os desdobramentos desta relação profissional levariam ambos a responderem por tentativa de crime de estelionato de terrenos do Ministério da Guerra na Chácara da Glória, em São Paulo.

1.1 Estelionatário

Se até o presente momento trabalhamos com depoimentos do próprio Alekhine sobre sua história de vida e de seu arquivo, entram em foco as narrativas produzidas pelos oficiais do Exército Brasileiro, responsáveis pela investigação de delitos supostamente praticados por ele e refletidos em seu arquivo. O crime de estelionato, o qual foram enquadrados o Tenente Coronel Ariolando Carneiro de Oliveira,[53] o Major Ruy Loury Lacerda de Oliveira[54] e Nicolau Alekhine, está previsto no Código Penal Militar (Decreto Lei nº 6227, de 24 de janeiro de 1944), que vigorava à época da prisão dos já citados indiciados. O artigo consta no Livro II – "Dos Crimes em Espécie"; Primeira Parte "Dos crimes militares, em tempos de paz". No "título VI – Dos Crimes contra o Patrimônio; Capítulo III – Da Apropriação Indébita e do Estelionato", em seu artigo nº 207, é conceituado o estelionato como "Obter, para si ou

[52] A antiga Chácara da Glória ficava ao lado do Sítio Tapanhoim, entre os Rios Tamanduateí, Cambuci e Ipiranga. "Existindo desde o princípio do século XIX, só foi loteada no final do século, transformando-se no Jardim da Glória, o qual foi incorporado ao bairro da Aclimação", entre o centro e o começo da Zona Sul de São Paulo. (DOREA, 1982, p. 95).

[53] Ariolando Carneiro de Oliveira nasceu em 1909 em Curitiba-PR, filho de João Francisco de Oliveira e Antônia Carneiro de Oliveira. Foi Tenente Coronel Dentista e Chefe do Serviço Odontológico do Hospital Geral de São Paulo. Termo de Perguntas ao Indiciado - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 41 (Vol. 1).

[54] Ruy Loury Lacerda de Oliveira nasceu em 1928 em Paranaguá-PR, filho de Ariolando Carneiro de Oliveira e Nair Cordeiro de Lacerda. Foi Capitão intendente do Exército. Termo de Perguntas ao Indiciado - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 131 (Vol. 1).

para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento".[55]

Neste caso, o objeto que os três indiciados tentaram se apropriar foi um terreno vizinho ao Hospital Geral de São Paulo - HGSP, sob a administração direta do Exército Brasileiro e propriedade da Fazenda Nacional, localizado na Chácara da Glória, hoje, bairro do Cambuci, no município de São Paulo. Segundo consta nos autos do Inquérito Policial Militar - IPM nº 278/64, apensado à Apelação nº 40.729 (1975), do Superior Tribunal Militar, para tanto, os indiciados cometeram o crime "forjando documentos, alterando plantas, fazendo falsos registros em cartório de títulos e documentos."[56]

O processo está permeado de imbróglios jurídicos, já que os indiciados tentaram provar a todo momento a inocência com relação ao crime, e ainda, a comprovação da posse do terreno, objeto do litígio. É importante não perder de vista que a fonte principal que estamos utilizando é um conjunto documental produzido no contexto do Golpe Civil - Militar, por militares, ou seja, numa época em que todo um aparato legislativo foi criado para dar legalidade aos atos coercitivos praticados pelo Poder Executivo.[57] Nicolau Alekhine era russo e como tal, poderia ser facilmente confundido com alguma espécie de 'espião' comunista,[58] já que ele detinha sob sua posse documentos sobre localização de territórios do Exército em sua

[55] Código Penal Militar, Decreto Lei nº 6227, de 24 de janeiro de 1944. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6227-24-janeiro-1944-417391-publicacaooriginal-65269-pe.html

[56] Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1A (Vol. 1). Utilizaremos ao longo do trabalho a denominação de "Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF" para referenciar o processo em questão, pois foi a denominação oficial que nos foi fornecida pelo Arquivo do Superior Tribunal Militar. Dentro dos autos, estão o Inquérito Policial Militar nº 278/64 e o nº 943/65. Trataremos dos dois inquéritos separadamente nos subitens 1.2 e 1.3.

[57] Para mais informações sobre o comportamento da Justiça Militar no período do golpe de 1964, ver SILVA, 2011.

[58] Na documentação em posse de Alekhine, foram encontrados alguns documentos referentes a terrenos na Praia de Peruíbe, região do Vale do Ribeira – SP, divisa com o Estado do Paraná. Esses terrenos constituíam propriedade da União, cujo aforamento foi concedido para Leão Benedito de Araújo Novaes. Na década de 1950, membros do Círculo Operário do Ipiranga tentaram se apossar dos terrenos e procuraram Nero de Macedo Júnior para promover a ação via PGFN. Segundo o depoimento de Leão Novaes, Nero Macedo estava atuando em favor dos posseiros, fato que pode explicar a documentação em poder de Alekhine. Leão, em suas declarações considerou a agremiação trabalhadora como uma "liga camponesa" com "ideias comunizantes" e "subversivas". Desse modo, segundo a interpretação do Exército, Nero de Macedo Júnior e Nicolau Alekhine estariam favorecendo uma "Liga Camponesa" de ideias comunistas num processo de usucapião em detrimento de Leão Novaes, legítimo foreiro do terreno. Depoimento de Leão Benedito Araújo Novaes, 2 de setembro de 1964 - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 376-382 (Apenso 2).

residência. O próprio encarregado do IPM levou isso em consideração quando de sua prisão em 1964

> (...) Assim é que, a prisão do civil mencionado ocorreu, com fundamento no constante do art. 156, do CJM, já que, as investigações policiais procedidas no IPM que dirijo tornaram-na imperativa, efetivando-a no dia 4 do corrente, em cumprimento ao mandado respectivo expedido por V. Exa., datado de 29 de abril último. Como realce da necessidade da prisão do mencionado civil, para atendimento de medidas de investigações policiais, é de ser salientado que, a quando da prisão do civil NICOLAU ALEKHINE, em sua residência (...), foi apreendida farta e robusta documentação imobiliária, sendo que, a maioria, versando sobre imóveis do Patrimônio da União e, especificamente, do Exército, inclusive destacando o litoral brasileiro, com aerofotografias revelando fortificações e quartéis militares, inclusive a Vila Militar do RJ., circunstâncias que, **aliadas à nacionalidade russa do dito civil,** levaram este encarregado à solicitar, como consta do Ofício de nº 463-Sec/Reservado, providências superiores, demandando dita documentação acurado e minucioso exame, por quanto, poderá exigi-lo a própria Segurança Nacional.[59] [grifo nosso]

Atrelado à questão, ao compararmos os depoimentos de Alekhine no processo, percebemos uma mudança na autodeclararão de sua identidade nacional: enquanto nos primeiros depoimentos ele se diz "russo", em outros posteriores, ele se denomina "brasileiro naturalizado", fato que pode ser interpretado como uma forma de amenizar as suspeições que dele se fizeram.

O objeto de investigação do IPM é a tentativa de estelionato de um terreno na Rua Oliveira Lima, na antiga Chácara da Glória, no município de São Paulo. O terreno em si, supostamente, faria divisa com o Hospital Geral de São Paulo - HGSP, hoje denominado Hospital Militar de Área de São Paulo,[60] sob administração da 2ª Região Militar do Exército Brasileiro.

---

[59] Ofício nº89 – IPM – Do Cel. Tito Ascoli de Oliva Maya, encarregado do IPM para o Exmo. Sr. General Comandante, da 2ª Região Militar - Habeas Corpus nº 26.827 (1964) – STM: Brasília/DF, fl. 33.

[60] O Hospital Militar de São Paulo teve sua pedra fundamental inaugurada em 1918, depois do Comandante da 2ª Região Militar destinar o terreno onde abrigava o paiol da guarnição, conhecido como Morro da Pólvora, no Cambuci, para a instalação do hospital. Em 1955, passou a ser denominado Hospital Geral de São Paulo. Em 1º de janeiro de 2010 sua nomenclatura passa a ser Hospital Militar de Área de São Paulo. Fonte: Site oficial do Hospital Militar de Área de São Paulo. Disponível em: http://www.hmasp.eb.mil.br/index.php/editoria-f (Último acesso em 03/07/2018). Vale a pena salientar que à época do IPM, o Hospital Geral de São Paulo não possuía sua divisa definida por muros, como é atualmente, e sim, divisas naturais, como ruas e/ou leitos de córregos. Isto será fundamental para que a tentativa de fundamentar o crime de estelionato.

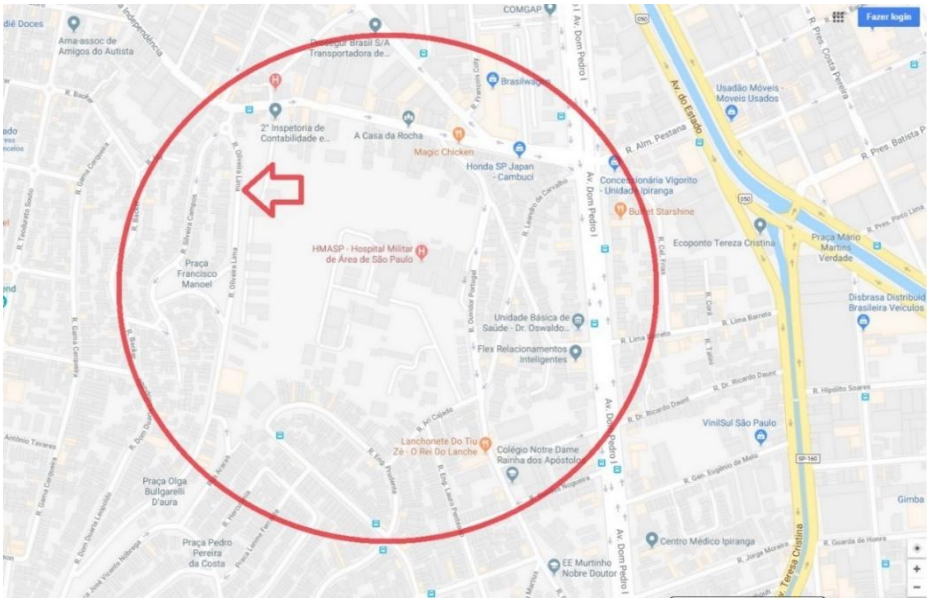


Figura 6 - Mapa da Rua Oliveira Lima, situada nos limites do HGSP. A seta referenciada no mapa indica o leito da Rua Oliveira Lima localizada no Bairro do Cambuci, município de São Paulo. Na parte central do círculo referenciado no mapa e ao lado direito da Rua Oliveira Lima está localizado o vasto terreno pertencente ao Hospital Geral de São Paulo, de propriedade da União, sob administração do Exército Brasileiro. Fonte: mapa obtido do aplicativo *google maps* editado pelo autor - Disponível em: https://www.google.com.br/maps/place/R.+Oliveira+Lima+-+Cambuci,+S%C3%A3o+Paulo+-+SP/@-23.5759582,-46.6266628,15.5z/data=!4m5!3m4!1s0x94ce59658b4f12e9:0x39992cb3798c1f84!8m2!3d-23.5715213!4d-46.6175057 (Último acesso em 03/07/2018).

Conforme observamos, boa parte da Rua Oliveira Lima faz divisa com os fundos do HGSP, já que a entrada é pela Rua Ouvidor Portugal, nº 230, localizada no paralelo oposto. Na Figura 7 (a seguir), cujo levantamento foi feito em 1930, fica mais nítida a visualização das divisas do HGSP. Toda essa área fazia parte da Chácara da Glória e compreendia os terrenos nos atuais bairros do Cambuci, Glória, Aclimação e Vila Mariana. Seu proprietário era Dom Matheus de Abreu Pereira (1742-1824), então Bispo de São Paulo. Com a sua morte no início do século XIX, a propriedade foi leiloada e arrematada pela Fazenda Nacional, em 1825. Em 1876, o Governo Imperial transferiu a área para o Ministério da Agricultura, para atender ao serviço de colonização[61] que nomeou o engenheiro Leopoldo José da Silva para chefiar a Comissão de Medição dos Lotes Coloniais (PIRES, 2005, p. 77). Desse modo criou-

[61] O serviço de colonização era uma das atribuições da Inspetoria-Geral das Terras e Colonização, criada pelo decreto nº 6129, de 23 de fevereiro de 1876, resultado da fusão entre a Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas e a Agência Oficial de Colonização. À Inspetoria coube a responsabilidade sobre as competências das duas antigas repartições, entre elas, a demarcação das terras públicas e de domínio particular, a fiscalização e a direção de todos os serviços relativos a imigração, colonização e o estabelecimento dos imigrantes. Fonte: http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/356-inspetoria-geral-de-terras-e-colonizacao (Último acesso em 21/11/2018).

se o núcleo da Glória em 26 de agosto de 1877. Além da área destinada ao loteamento colonial, em 1884, foi entregue pelo Governo Imperial ao Ministério da Guerra, uma área de 159.000 m² para a construção do depósito da Pólvora (onde está localizado o atual Hospital Militar de São Paulo).



Figura 7 – Mapa do Hospital Militar de São Paulo. Fonte: Levantamento SARA Brasil – 1930.[62] Detalhe para a baixa taxa de ocupação que havia ao redor do terreno à época.

No levantamento realizado em 1930 denominado SARA Brasil,[63] é possível visualizar a área de construção do Hospital. Pelas curvas de nível, nota-se que o terreno estava localizado numa elevação, ao lado direito da Rua Oliveira Lima, o que justifica a denominação antiga da área como "morro da pólvora". Quando comparamos este mapa, aos relatos do processo e ao mapa atual, percebemos raras edificações ao longo de todo o terreno, demonstrando que desde 1930, época em que o levantamento foi feito, até a década de 1960, quando foi aberto o inquérito de investigação, boa parte do lote não tinha sido povoado. Este dado foi crucial para que a tentativa de grilagem se realizasse.

[62] Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx# (Acesso em 31/10/2017).

[63] SARA Brasil foi um levantamento aerofotogramétrico realizado entre 1928 e 1933 pela empresa italiana *Societá Anonima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici – SARA*. O projeto pioneiro "fez com que São Paulo fosse a primeira cidade no mundo a produzir cartas detalhadas em escala 1:1000 impressas também em 1:5000". Fonte: Portal Geosampa – Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-disponibiliza-mapa-historico-de-1930-no-geosampa/#:~:text=O%20Sara%20Brasil%20%C3%A9%20um,An%C3%B4nima%20de%20Rilevamenti%20Aerofotogrammetrici%20%E2%80%93%20SARA. (Último Acesso em: 08/05/2021).

A reorganização fundiária desta região, denominada Chácara da Glória foi realizada em duas etapas: a primeira em 1878-1889, quando os terrenos foram adquiridos em leilão por comerciantes, capitalistas, profissionais liberais e fazendeiros; a segunda etapa em 1890-1893, momento em que os lotes coloniais foram adquiridos por empresas e bancos (PIRES, 2005, p. 79-80). Um desses compradores foi Bartholomeu Gomes Carneiro que adquiriu parte da área em 1885. Em 1890, Bartholomeu vendeu ao Barão de Campinas a área conhecida como Chácara do Curtume, que estaria localizada ao lado esquerdo da Rua Oliveira Lima (ref. Figura 7). Com a morte do Barão, esta área fica de herança para Joaquim Pinto da Silveira Cintra em 1902. Em 1926, a mesma área foi vendida para Dona Olga Schmidt Siqueira Campos.

Segundo consta nos autos do IPM, Miguel da Silva Gordo teria 'supostamente' adquirido um terreno de Dona Olga, em 1927.[64] Em 1961, ele teria vendido o mesmo terreno ao Capitão Ruy Loury Lacerda de Oliveira (indiciado), que por sua vez e no mesmo ano, teria vendido a Dona Belmira de Oliveira, sua madrasta, casada com o Tenente Coronel Ariolando Carneiro de Oliveira (indiciado).[65] Dona Belmira, por fim, vendeu a propriedade em 1962 para Camilo Deccache.[66] Em 1962, Deccache recebeu um telefonema anônimo dizendo que havia placas do Exército na área de seu terreno.

[64] Utilizamos a palavra "supostamente" pelo fato de que Miguel da Silva Gordo não conseguiu comprovar a aquisição do terreno, conforme fica demonstrado na investigação. *Escritura de Compra e Venda e Cessão*. Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 10-11 (Vol. 1).

[65] Escritura de Promessa de Venda e Compra - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 12-13 (Vol. 1). O Ten. Cel. Ariolando Carneiro de Oliveira, à época dessas transações era Chefe do Serviço Odontológico do Hospital Geral de São Paulo, cujo diretor era o Gen. José de Oliveira Ramos. Ariolando foi cunhado de Miguel da Silva Gordo, pai do Cap. Ruy Loury Lacerda de Oliveira e marido de Dona Belmira de Oliveira, o que indica a prática do estelionato realizada "em família".

[66] Escritura de Permuta - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 14-15 (Vol. 1).

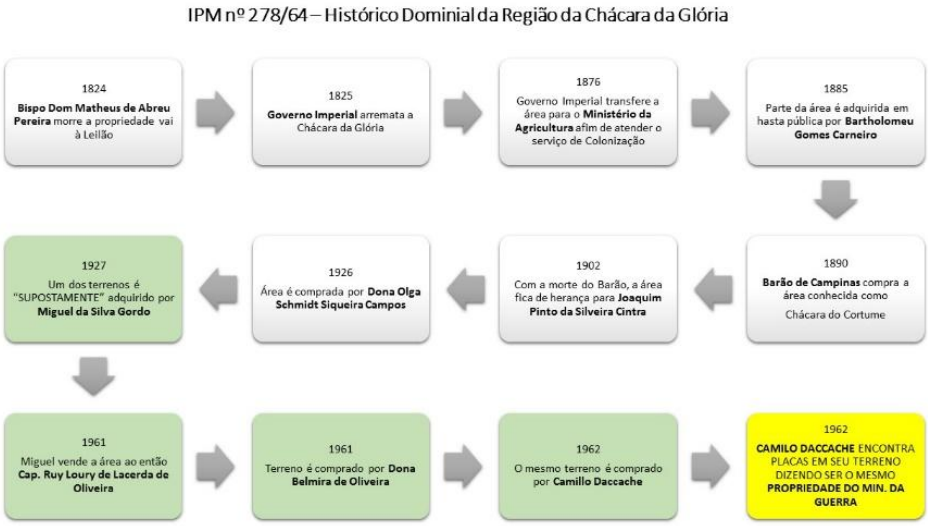


Figura 8 – Quadro esquemático representando o Histórico Dominial da Chácara da Glória. Nas cores verdes estão as transações consideradas ilegais no processo. Em amarelo, o último comprador e suposto proprietário. (Esquema elaborado pelo autor, apresentado no I Seminário Interno, atividade que está inserida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan).

Aconselhado por seu advogado, Deccache procurou a direção do Hospital Geral de São Paulo,[67] que solicitou a abertura do IPM, instaurado em 06 de junho de 1962, através da portaria nº 5 AJG – SEC/1, assinada pelo General de Divisão Aurélio de Lyra Tavares, comandante da Segunda Região Militar, tendo como encarregado o Coronel Médico Tito Ascoli de Oliva Maya – anos depois acusado de corrupção durante as investigações da Comissão Municipal da Verdade da Câmara dos Vereadores de São Paulo.[68]

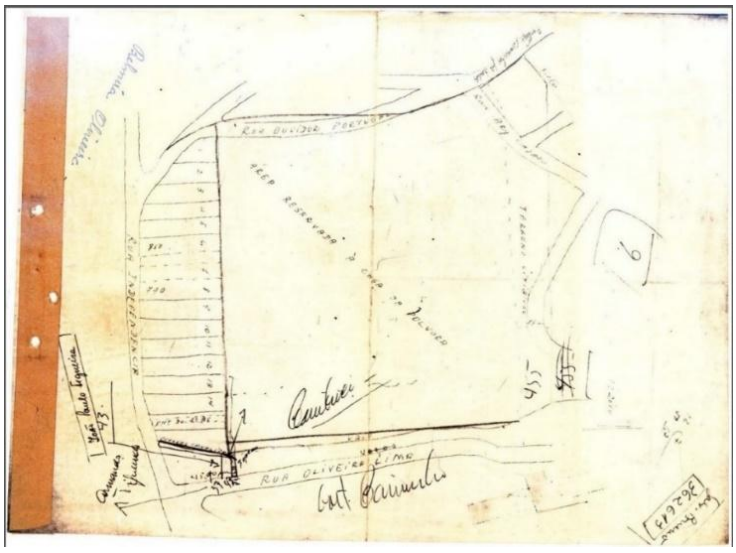
[67] Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 5 (Vol. 1).

[68] Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1 (Vol. 1). Tito Ascoli de Oliva Maya nasceu em 1907, no Estado do Rio de Janeiro, filho de Antônio Almeida de Oliva Maya e de Englandine Selmara Amico Ascoli de Oliva Maya. Foi Coronel Médico da Ativa do Exército e Diretor do Hospital Geral de São Paulo. Termo de Inquirição de Testemunha Informante. Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 50 (Apenso 1). Em artigo intitulado *O irresistível poder da Corrupção* - publicado no Relatório da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog - Tito Ascoli de Oliva Maya é citado no depoimento do Coronel Erimá Pinheiro Moreira como sendo cúmplice de um ato de corrupção às vésperas do Golpe Militar. Segundo Erimá, então Major Farmacêutico do HGSP, o Coronel Tito pediu-lhe que cedesse sua sala para uma "reunião secreta" que seria realizada na presença do Comandante do II Exército, Amaury Kruel, às 18h do dia 31 de março de 1964. Nesta reunião, Kruel e Maya se encontraram com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, que acompanhado de três homens lhes entregaram seis malas contendo maços de dólares (vindos do governo norte-americano) para que o II Exército apoiasse o Golpe. Segundo o Major, Kruel era "homem de confiança" de João Goulart e foi "comprado" no fatídico dia 31, dentro do HGSP. Esta informação é interessante para demonstrar que a mesma pessoa que foi encarregada de um IPM de estelionato foi cúmplice em prática de corrupção tempos depois. (Fonte: Relatório da Comissão Municipal da Verdade: Vladimir Herzog 2013/2014.

Conforme consta na denúncia,

> Por volta de 1960, em dia que os autos não precisam, quando estava na direção do Hospital Geral de São Paulo o falecido General R1[69] Dr. José de Oliveira Ramos, cuja desídia (preguiça) no exercício de suas funções é notória pois já foi indiciado no processo do "quebra-galho" do Hospital Geral de São Paulo, Ariolando Carneiro de Oliveira, observando que havia áreas enormes de terreno desocupadas ao redor do H.G. planejou delas se apoderar. Sabendo que Dona Olga Schmidt Silveira Campos era proprietária das glebas contíguas e houvera falecido, com a orientação de Nicolau Alekhine, cuja ação incompreensível junto ao patrimônio da União era ativa e acatada, "fabricou" uma procuração em causa própria em favor de Miguel da Silva Gordo, cunhado de Ariolando Carneiro de Oliveira tendo como objeto os terrenos de Dona Olga, datando-se o documento de 1927. A Seguir, Miguel da Silva Gordo, sempre dentro do esquema pré-traçado pelos criminosos, transferiu as terras em questão a Ruy Loury Lacerda de Oliveira, que "vendeu" parte delas à sua madrasta, esposa de Ariolando, parte ao citado General Ramos, sendo que Dona Belmira, madrasta de Loury, transferiu sua parte a Camilo Deccache por Cr$ 12.000,00 e mais uma casa na Avenida Nove de Julho.[70]

A tentativa de estelionato só foi possível devido às condições geográficas do terreno. Sem muros cercando os terrenos do Hospital Geral de São Paulo - HGSP, sabendo ser a divisa entre estes e os terrenos de Dona Olga um leito de rio denominado Córrego do Curtume, os indiciados tentaram utilizar uma valeta - cavada pela própria administração do Exército - como sendo, de fato, o Córrego do Curtume, conforme consta na cópia da planta utilizada pelo Coronel Ariolando Carneiro de Oliveira.



Câmara Municipal de São Paulo; Presidente da comissão Gilberto Natalini; Vice-Presidente Juliana Cardoso; relator Mário Covas Neto – São Paulo: CMSP, 2015, p. 45).

[69] R1 é a designação dentro da Corporação Militar para oficiais da reserva e sua respectiva classe, no caso, "R" significa Reserva e "1", 1ª Classe. Fonte: Decreto nº 90.600, de 30 de novembro de 1984 (Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90600-30-novembro-1984-440877-regulamento-pe.doc - Último acesso em: 02/02/2021).

[70] Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1791 (Vol. 7).

Figura 9 - Cópia de Planta do Serviço de Patrimônio da União, com anotações - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 164 (Vol. 1). Na Planta aparecem as anotações referentes às dimensões e a localização do suposto limite entre os terrenos: a valeta.

A área, objeto da tentativa de estelionato, estaria entre a Rua Oliveira Lima e a valeta, marcada em negrito na planta. Em contraponto, foi apresentada a planta elaborada pelo Exército, onde o córrego do curtume, limite geográfico natural que divisa os terrenos de Dona Olga e os do HGSP, estaria canalizado, acompanhando o leito da Rua Oliveira Lima, conforme consta no croqui abaixo, desenhado a partir do depoimento do engenheiro responsável pelas obras de canalização.

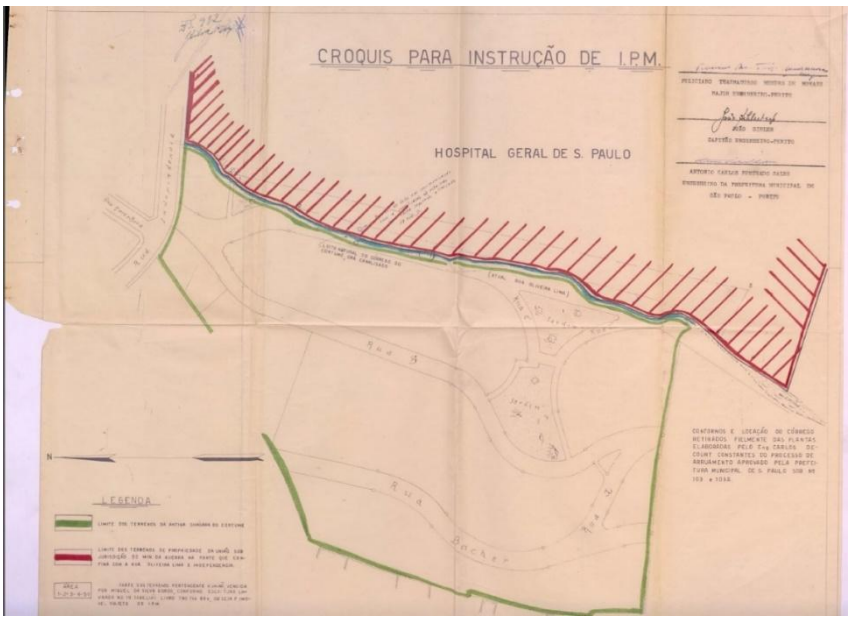


Figura 10 - Croquis levantados por peritos para a instrução do IPM - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 982 (Vol. 4). Documento produzido com base nos depoimentos prestados pelo engenheiro-chefe das obras de canalização do Córrego do Curtume (em azul), limite geográfico entre os terrenos do HGSP (em vermelho) e a Chácara do Curtume (na cor verde).

Ainda segundo a denúncia,

> Para incluir na transação criminosa terrenos da União, sob administração do Exército Brasileiro, utilizando-se de uma valeta que fora construída no campo de futebol do Hospital Geral e que era usado pelos militares do Segundo B. S., incluíram-na no "enxerto" feito na documentação como sendo o leito de um córrego que limitava os terrenos de Dona Olga e os do HGSP, onde é a Rua Oliveira Lima. Assim, colocado muito além da real divisa das terras de Dona Olga, "grilou-se" vasta área da União. Para que fosse possível a realização do crime, foi o documento falso (procuração em causa própria de Dona Olga a Miguel da Silva Gordo) registrado no Registro de Títulos e documentos, destruído o original para impedir

> perícias e utilizada a certidão. Para que ninguém encontrasse a ponta do "fio de Ariadne" foram lavradas as escrituras das transações citadas (...). [71]

Em 1963, o Cel. Ariolando Carneiro Oliveira e Dona Belmira Oliveira moveram uma ação de reintegração de posse contra o General Comandante da 2ª Região Militar para recuperar o terreno, objeto do IPM. Com a mediação do Procurador da Fazenda Nacional, Alfredo Zanoni, eles foram apresentados à Nicolau Alekhine para que este fornecesse subsídios à ação, assessorando o perito Marcílio Martins, contratado pelo casal. No desenho de Alekhine para o subsídio da ação, o leito do córrego do curtume aparece situado à direita da Rua Oliveira Lima, como se vê abaixo.

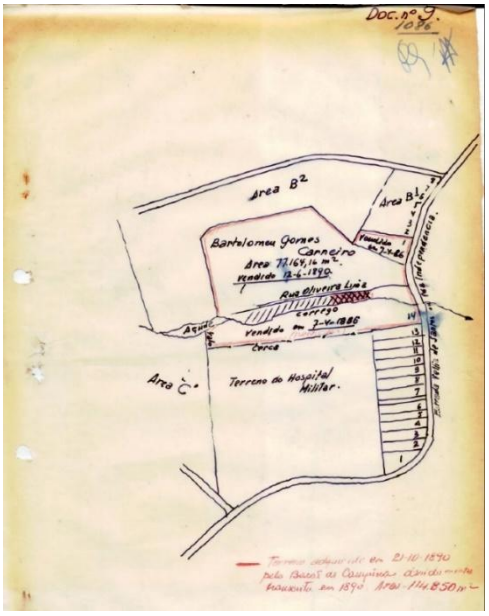


Figura 11 - Desenho de autoria de Nicolau Alekhine - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1086 (Vol. 4). A representação feita por Alekhine corrobora com a representação do desenho da figura 9, contrária, por conseguinte, ao croqui apresentado pelo Exército (figura 10).

A ação de reintegração de posse foi contestada pelo 3º Procurador da República, Mário de Vasconcelos Ribeiro que alegou ter ocorrido um "incidente de falsidade documental" na escritura de compra e venda que supostamente haviam celebrado Dona Olga Schmidt Siqueira Campos e Miguel da Silva Gordo, uma vez que o documento original - no caso, a procuração em causa própria - não foi apresentado pela parte interessada que moveu a ação.

Na Arquivologia, um documento é considerado autêntico quando possui duas características básicas: identidade e integridade. Integridade "é a capacidade de um

[71] Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1791 (Vol. 7).

documento arquivístico transmitir exatamente a mensagem que levou à sua produção (sem sofrer alterações de forma e conteúdo) de maneira a atingir seus objetivos."[72] Já a identidade, é todo o agrupamento de elementos que tornam o documento único e que o diferenciam dos demais, por exemplo: assinatura, data, autor, destinatário, assunto, número de protocolo, dentre outros. No caso narrado, uma escritura de compra e venda e cessão foi registrada em cartório e o oficial responsável emitiu uma certidão. Quando foi solicitado pelos investigadores que se apresentasse o documento que deu origem à certidão, os indiciados não fizeram. Somente com este documento é que os peritos conseguiriam atestar sua autenticidade, já que um dos atributos que seria analisado era a assinatura. Por meio de perícia grafotécnica é que se poderia comparar a assinatura da outorgante. Como os indiciados não apresentaram o documento, a validade jurídica da transação não pôde ser confirmada.

De qualquer modo, chegou-se à conclusão de que os interessados não conseguiram provar a posse, tampouco a perda da posse.[73] No entanto, o procurador alegou não possuir atribuições criminais e recomendou o encaminhamento do processo para a justiça comum. O parecer do juiz federal foi dado quatro anos depois, em junho de 1969,[74] quando os autos foram remetidos para a Justiça Militar, sob o entendimento de que não competia à Justiça Federal julgar o caso pois o imbróglio ocorreu nas terras administradas pelo Exército (HGSP). Na Segunda Auditoria o processo permaneceu aguardando os prazos de recurso da sentença. A apelação foi julgada em 10 de março de 1971 negando provimento ao recurso. Em outubro de 1972, foi reunido o Conselho Especial de Justiça composto por militares sorteados para julgarem o IPM. Até maio de 1973 foram realizados os ritos processuais, colhendo depoimentos de todos os indiciados, testemunhas da acusação e de defesa. Em despacho do

[72] Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional - Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, 2012, p. 2. (Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/conarq_presuncao_autenticidade_completa.pdf - Último acesso em 21/01/2019).

[73] Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1215-1216 (Vol. 5).

[74] Entre 1965 e 1969, a Justiça Militar, com todo o aparato legislativo criado a partir de 1965 para atuar dentro de uma tentativa de legalidade e de acordo com o projeto político do Poder Executivo (publicação de Atos Institucionais e Leis de Segurança Nacional, por exemplo) passou a atuar mais como "Justiça do Regime" - julgamento de opositores – casos contra a segurança nacional e probidade administrativa - do que "Justiça Corporativa" (crimes militares – portanto, caso de Alekhine). Justamente nesse período, houve um aumento exponencial nos casos de crimes políticos a serem julgados pelo Superior Tribunal Militar e Auditorias Militares de cada região, superando, em número, os casos de crimes cometidos contra a corporação militar. Isso pode explicar o porquê de o processo ter ficado parado durante quatro anos. Para mais informações, ver SILVA (2011, p. 185).

STM, os autos foram enviados para a Terceira Auditoria Militar da 2ª Região Militar em 30 de novembro de 1973.

Novamente o Conselho Especial de Justiça do Exército foi reunido em 28 de novembro de 1974, quando compareceram os acusados acompanhados de seus defensores, que concluiu pela culpabilidade dos réus: Coronel Ariolando Carneiro de Oliveira, por ser oficial exercendo funções odontológicas e de Fiscal Administrativo do HGSP, aproveitou-se da oportunidade que as funções lhe conferiam para se apossar das áreas do terreno da União, unindo-se a Nicolau Alekhine, que levantou o histórico de proprietários dos terrenos lindeiros ao HGSP. Ambos encontraram nas informações sobre imóveis Dona Olga, já falecida, uma oportunidade para forjar documentos que dariam títulos imobiliários aos parentes do militar, aumentando, inclusive, as áreas originais dos imóveis daquela senhora. Posteriormente, estes imóveis foram vendidos a terceiros:

> vindo ao conhecimento da direção do Hospital tais transações, a venda e permuta efetuadas, com relação à parte do terreno pertencente ao Hospital, ficaram sem efeito, de imediato, daí se originando toda a sindicância e consequentemente inquérito policial militar, donde se conclui, mais uma vez, que nem mesmo conseguiram ter a posse das terras, detendo-se, ou melhor, sendo obstados, quando ainda tentavam possuí-las.[75]

Foram condenados o Tenente Coronel Ariolando Carneiro de Oliveira, o Major Ruy Loury Lacerda de Oliveira, Miguel da Silva Gordo e Nicolau Alekhine à pena de reclusão de dois anos, reduzida para 2/3 por se tratar de tentativa de estelionato.[76]

Embora condenados, foi decretada a extinção da punibilidade pela prescrição da ação penal, em decorrência da idade avançada dos sentenciados e do fato de terem se passados mais de dois anos entre a denúncia e a sentença. Em 19 de dezembro de 1974 foram expedidos alvarás de soltura pelo juiz auditor Raphael Carneiro Maia. Os indiciados entraram com recurso da sentença em dezembro de 1974, no entanto, em setembro de 1975, o STM resolveu negá-lo, mantendo a decisão em primeira instância.[77]

Por mais que Nicolau Alekhine tenha recebido o deferimento de dois *habeas corpus* a seu favor condenando, inclusive, os atos arbitrários praticados pelos agentes encarregados dos

[75] Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1845-1846 (Vol. 7).

[76] Ata da Sentença - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1747-1753 (Vol. 6).

[77] Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1928 (Vol. 7).

IPMs, seu arquivo particular jamais foi devolvido. É notório durante todo o processo o apreço que Alekhine tinha pela documentação acumulada e produzida. Seu papelório constituía um produto de anos de atividades profissionais ligadas diretamente à história de São Paulo e sua própria história de vida. No documento apresentado pela defesa intitulado "Histórico da Formação do Arquivo",[78] Alekhine retrata os processos de acúmulo do seu arquivo particular onde é possível vislumbrar um reflexo da sua própria história de vida. Nesse sentido, podemos interpretar a lógica de organização de Alekhine com o que é chamado de "pragmática da função" (HEYMMAN, 2012, p. 70): os processos de guarda, organização e classificação se dão por meio das funções profissionais exercidas por seus titulares. Além de apreender seu papelório, o Exército desmembrou o arquivo de Alekhine por meio de doações e devoluções de documentos aos órgãos competentes, entre eles, a Superintendência do Iphan em São Paulo.

Sua prisão e a apreensão de seu arquivo em abril de 1964 motivou a abertura de outro Inquérito Policial Militar, em paralelo, com a finalidade de investigar crimes contra a Segurança Nacional evidenciados no conteúdo de seu arquivo particular. Nos autos do processo, o nome de Alekhine aparece pela primeira vez na folha 787, da Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF (Vol. 3), onde através de despacho, o encarregado manda prendê-lo em 28 de abril de 1964.

Segundo consta no auto de informação,

> Aos vinte e oito dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta Cidade de São Paulo, no Hospital Geral de São Paulo, me foi mandado pelo Sr. Cel Médico Tito Ascoli de Oliva Maya, Encarregado do Inquérito, que lavrasse o presente auto, dizendo que chegou ao seu conhecimento que na residência do civil Nicolau Alekhine, se encontrava oculta documentação emoldurante de ilícito penal e ligada às irregularidades objeto do presente IPM, informações estas confirmadas por diligências feitas pelo próprio Sr. Encarregado do Inquérito que apurou estar o aludido civil ligado a problemas atinentes a imóveis pertencentes ao Patrimônio da União e assim, se apresentando como robustos os indícios da veracidade da informação.[79]

A "documentação emoldurante de ilícito penal" de que trata o texto são os documentos sobre a Chácara da Glória em São Paulo. Como Nicolau Alekhine havia realizado estudos para particulares sobre essa região, uma parte considerável de documentos sobre o assunto se encontrava sob sua posse. Para o Exército, estar em posse destes documentos era um símbolo

[78] Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1074 (Vol. 4).

[79] Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 790 (Vol. 3).

de poder e uma garantia adicional de que eles conseguiriam provar a culpabilidade dos indiciados. Sendo indiciado em dois inquéritos policiais, Alekhine, civil, dificilmente conseguiria provar sua inocência. O próprio contexto em que a prisão foi realizada (28 de abril de 1964) já punha em xeque a garantia de suas liberdades civis e a devolução de seu arquivo. Alekhine, estrangeiro, tinha sob sua posse todo um arquivo particular cuja temática é ocupação territorial da cidade de São Paulo, em especial, documentos sobre propriedades da União Federal. Quando o Exército Brasileiro se apropriou deste acervo, ele reivindicou para si o poder simbólico (BOURDIEU, 1989) que a posse destes documentos representava já que em abril de 1964, o Governo Federal iniciara seus primeiros meses sob a administração de militares. Desse modo, os militares se apropriaram de um arquivo particular que versava sobre a história de seu próprio patrimônio imobiliário. Simultaneamente, foi produzida uma segunda narrativa pautada na interpretação, à luz da Lei de Segurança Nacional, de que as atividades de Alekhine e as informações de seu arquivo seriam motivos suficientes para uma nova investigação.

1.2 Ameaça Nacional

Com a prisão de Alekhine em 1964, foi aberto o Inquérito Policial Militar de nº 963/65, cujo objetivo era apurar

> (...) os fatos e devidas responsabilidades, nas atividades desenvolvidas pelo indiciado Nicolau Alekhine e outros, capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e seu Patrimônio e a Ordem Política e Social, evidenciados em documentos pertinentes ao Patrimônio da União, à Justiça do Estado e à Segurança Nacional, apreendidos em poder do indiciado(...). [80]

Neste IPM, foram indiciados juntos com Alekhine, Nero de Macedo Júnior e o escriturário do HGSP, Oscar Palocci.[81] Na delegação de poderes nº 569, o Marechal da Reserva de 1ª Classe - R/1 Estevão Taurino de Rezende Neto, do "Comando Supremo da

[80] Portaria de 22 de julho de 1964 - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 2 (Apenso 1). O texto desta portaria faz referência aos atos nº 8 e 9, que regulamentaram o Ato Institucional nº 1 – AI-1, publicados pelo 'Comando Supremo da Revolução' no dia 14 de abril do mesmo ano (Ver SILVA, 2011, p. 51). Neste IPM, Alekhine foi enquadrado no Artigo nº 297 do Código Penal, (Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940), onde especifica o crime de "falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro". (Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm - Último acesso em 22/11/2018).

[81] Oscar Palocci nasceu em 1937, em Ribeirão Preto – SP, filho de Ângelo Palocci e Guiomar Spagnul Palocci. Foi escriturário do Hospital Geral de São Paulo. Seu envolvimento no IPM se deu por ter fornecido cópias de documentos referentes ao HGSP ao Coronel Ariolando Carneiro de Oliveira no período de apuração dos crimes. Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 56 (Apenso 1).

Revolução", encarregou o Capitão de Engenharia João Sihler para presidir o presente inquérito, aproximadamente, 45 dias após a prisão de Alekhine, em 15 de julho de 1964.[82] Como escrivão deste inquérito, foi nomeado o Capitão Reginaldo Moreira de Miranda, amigo pessoal de Luís Saia e colaborador das atividades da Superintendência do Iphan em São Paulo.[83] Após a instauração do IPM, o encarregado Cap. João Sihler solicitou ao Cel. Méd. Tito Ascoli de Oliva Maya toda a documentação apreendida em poder de Alekhine para que se fizesse uma análise mais minuciosa do papelório.[84]

Por terem sido encontrados diversos documentos originais pertencentes ao Arquivo Público do Estado de São Paulo,[85] Serviço do Patrimônio da União - SPU,[86] Prefeitura Municipal de São Paulo,[87] Arquivo Histórico Municipal,[88] Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em São Paulo[89] e 4ª Zona Aérea da Aeronáutica,[90] os respectivos funcionários destes órgãos foram convocados a depor no processo a fim de que se fizesse a devida identificação dos documentos, que acabaram por ser restituídos. A suspeição do extravio das peças documentais acarretou a abertura de cinco inquéritos na 1ª, 10ª, 14ª, 16ª e 22ª varas criminais para apurar as devidas responsabilidades pela contravenção. Todos os inquéritos foram arquivados por falta de provas e ninguém foi responsabilizado. Em boa parte dos órgãos que tiveram documentos extraviados em poder do pesquisador, alegou-se por seus funcionários, a falta de estrutura para que houvesse um monitoramento mais eficaz do acesso aos arquivos. Muitos destes órgãos estavam defasados de pessoal e infraestrutura, como a própria Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em São Paulo.

---

[82] Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 4 (Apenso 1).

[83] Segundo informações prestadas pelo historiador e ex-servidor do Iphan-SP, Jaelson Bitran Trindade, Luís Saia - então Chefe do Iphan-SP - mantinha relações de amizade com o Capitão Reginaldo Miranda já antes da abertura dos Inquéritos, o que pode ser um indício do motivo pelo qual Saia teve um primeiro conhecimento da documentação. Miranda era dentro do Exército um "defensor do patrimônio histórico" do país.

[84] Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 12 (Apenso 1).

[85] Ibidem, fl. 778 (Apenso 3).

[86] Ibidem, fl. 570 (Apenso 2).

[87] Ibidem, fl. 364 (Apenso 2).

[88] Ibidem, fl. 627 (Apenso 3).

[89] Ibidem, fl. 851-852 (Apenso 4).

[90] Ibidem, fl. 631-633 (Apenso 3).

Em relatório elaborado por Cyro da Rocha Mendes, Delegado-Chefe da Zona Policial Sul, sobre o inquérito policial instaurado na Secretaria de Segurança Pública por prática de crime contra o patrimônio municipal (extravio de documentos originais), foram levantadas as seguintes questões

> Não ficou esclarecida, entretanto, qual a verdadeira finalidade da permanência de tanta documentação em poder de NICOLAU ALEKHINE. Seria apenas um "hobby" de um colecionador de plantas antigas? Seria o desejo de poder fornecer a interessados detalhes de levantamentos de áreas da Capital, com evidente prejuízo para a Prefeitura? Haveria vantagem, como topógrafo, de fazer levantamentos a interessados, modificando divisas, em detrimento de terceiros? Qual a razão de ter em seu poder robusta e farta documentação imobiliária, versando a maioria sobre imóveis do patrimônio da União, especificadamente do Exército, destacando o litoral brasileiro, com aerofotografias de fortificações e quartéis militares, inclusive a Vila Militar do Rio de Janeiro (...)? Não sabemos. O certo é que NICOLAU ALEKHINE está envolvido em IPM no 2º Exército, em que se apura transações de imóveis pertencentes ao patrimônio do Exército, cujo desfecho ignoramos, mas que a justiça poderá sabê-lo oportunamente (...).[91]

A partir das questões levantadas, torna-se presente o tom de suspeição adotado na narrativa do relatório elaborado. A linha argumentativa conduz para que haja um pré-julgamento do interlocutor para condenar as práticas realizadas por Nicolau Alekhine. No entanto, o delegado autor do texto exime-se de fazê-lo cabendo a tarefa à justiça militar uma vez que a justiça comum arquivara todos os processos investigativos por falta de provas. Assim como as questões levantadas pelo delegado, diversos elementos são elencados pelos encarregados dos IPMs para tentar provar a "periculosidade" de Alekhine e de sua possível ameaça à Segurança Nacional. Este IPM que teve a documentação como objeto de investigação durou aproximadamente um ano, entre 1964 e 1965, que conforme vimos, procedeu-se simultaneamente ao inquérito do estelionato em que Alekhine foi condenado.

Dos documentos apreendidos em poder de Alekhine, merece destaque a relação produzida pelo Capitão João Sihler, encarregado do IPM, que foram considerados de importância para a Segurança Nacional, a saber: fotografia aérea da Região da Vila Militar no Rio de Janeiro; Planta da Comissão de Obras da Defesa de Santos – SP (cópia); Planta do Exercício de Combinação das Armas (cópia); Planta da Fortaleza de Itaipu (cópia); Planta do túnel do Forte dos Andradas (cópia); dentre outros (ver Anexo 5). Em sua defesa, Alekhine alegou que os documentos referentes às áreas militares foram entregues a ele por Nero

[91] Relatório do delegado Cyro da Rocha Mendes ao Encarregado Cap. João Sihler, 27 de janeiro de 1965 - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1201 (Apenso 6).

Macedo Júnior na presença de um oficial do Exército, Coronel Antônio Máximo, do Comando de Artilharia de Costa e Antiaéreos, que o procurou com a finalidade de que se produzissem estudos sobre o assunto quando de sua atuação na PGFN.[92] O fato é comprovado quando em 1961, o General Amangá Liberato de Castro Menezes enviou para Nero de Macedo Júnior uma série de documentos sobre as terras da Praia do Góis, onde se localiza o Fortim do Góis, solicitando apoio na reintegração de posse destas terras que seriam da União.[93]

Ao examinarmos este conjunto de documentos, constatamos a pertinência das informações prestadas por Nicolau Alekhine tornando possível a compreensão dos motivos que levaram os documentos a serem classificados como de importância para a Segurança Nacional e por último, de terem despertado o interesse de Luís Saia em recebê-los sob guarda do Iphan-SP. Boa parte dos documentos são referentes às fortalezas que constituíam o *Sistema de Fortificações da Baixada Santista*. Destas fortalezas, merece destaque duas delas: Itaipu e Andradas. Estas duas fortalezas fazem parte do desenvolvimento, na história da arquitetura militar, de um período denominado "cortina invisível" ou "artilharia raiada". Subterrâneas, estas fortalezas foram camufladas na paisagem, já que com "o uso do aeroplano para fins bélicos acentuou a necessidade e se procurar, cada vez mais, a proteção do subsolo" (MORI, 2003, p. 28). Desse modo, a arquitetura militar não mais estaria presente em edificações projetadas na paisagem, mas sim, ocultas e protegidas em relevos naturais (Idem).

A Fortaleza de Itaipu foi projetada em 1898 e teve sua execução ao longo da primeira década do século XX. Possui um "sistema complexo composto de múltiplas e variadas baterias de artilharias" como: canhões *Schneider-Canet de 150 mm* e canhões *Krupp de 75 mm* (MORI, 2003, p. 210-211). Já o Forte dos Andradas, projetado em 1934, foi concluído somente em 1942. Sua instalação é subterrânea "para a proteção da aviação e dos canhões de carga explosiva" (MORI, 2003, p. 213). Possui planta em formato de "T" e quatro canhões *Obus 280 mm* equipados com escudo de blindagem e camuflados no meio da floresta.

Como podemos ver, trata-se de fortalezas subterrâneas, que precisariam ficar 'invisíveis' para que se garantisse a eficácia da sua artilharia e da proteção contra um possível ataque aéreo. Nicolau Alekhine possuía sob sua posse plantas destas fortificações e dos túneis

[92]Termo de Declarações de Nicolau Alekhine em Inquérito aberto na Procuradoria da Fazenda Nacional - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 995 (Apenso 5).

[93] Ofício nº 123 – E/3 do General Amangá Liberato de Castro Menezes para Nero de Macedo Júnior – 21 de setembro de 1961 - Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx32/62.

que as guarneciam. Atrelado a isso, na década de 1960, como veremos adiante, estabeleceu-se um plano do Exército para aumentar exponencialmente o poder de fogo do Comando de Artilharia de Santos na Praia do Góis. Todos estes documentos estavam em poder de um civil, estrangeiro, que prestou seus serviços a um oficial militar acusado de tentar grilar terras do Exército. A hipótese da divulgação da localização das baterias antiaéreas e dos túneis que formavam as fortalezas construídas para serem 'invisíveis' seria comprometedor para todo este sistema de defesa nacional. Parte destes documentos explicam simultaneamente o envolvimento de Luís Saia nas investigações do IPM e como ele – enquanto diretor do Iphan-em São Paulo - conseguiu a transferência de parte da documentação apreendida na residência de Alekhine para o órgão que chefiava. Ou seja, o processo de transformação do arquivo particular em Fundo Nicolau Alekhine pertencente ao Iphan-SP.

O Capitão Encarregado João Sihler, ao encontrar diversos documentos relativos ao patrimônio cultural, em especial, ofícios do comandante da Praça de Santos versando sobre a "ocupação indevida de próprios nacionais" sob a responsabilidade do Iphan-SP naquela cidade, convocou Luís Saia a prestar depoimento como testemunha informante, em 05 agosto de 1964.[94] À época, Luís Saia era chefe do Iphan-SP e em seu depoimento, declarou serem tais documentos indispensáveis para a "defesa e proteção dos monumentos."[95] Em 2 de outubro de 1964, Saia solicitou a documentação ao Capitão Encarregado João Sihler com a justificativa de habilitar a 'repartição' na defesa judicial dos imóveis tombados, particularmente a Fortaleza da Praia do Gois, em Santos – SP, e a antiga Armação da Pesca das Baleias, no Guarujá (ver Anexo 6).[96] O requerimento nos convida a refletir sobre o interesse de Luís Saia nesses documentos, enquanto representante da unidade paulista do Iphan.

Desde 1937, existia a pretensão por parte do Iphan-SP de tombar a Fortaleza da Barra Grande e o Fortim da Praia do Góis, ambos no Guarujá. Em seu primeiro relatório, Mário de Andrade – enquanto assistente técnico do Iphan-SP – já apontava características históricas

[94] Termo de Inquirição de Testemunha Informante - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 68 (Apenso 1).

[95] Termo de Inquirição de Testemunha Informante - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 69 (Apenso 1).

[96] Ofício de Luís Saia ao Cap. João Sihler - Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 637 (Apenso 3).

nesses monumentos que justificavam o tombamento federal.[97] Segundo o escritor, a Fortaleza da Barra Grande teria sido erguida no ano de 1584, no reinado de Felipe II de Espanha e I de Portugal, enquanto o Fortim do Góis foi construído em 1766 e 1767, pelo Capitão-General D. Luís Antônio de Souza "para proteger a retaguarda da Fortaleza da Barra Grande, e evitar assim desembarque de forças na praia de que esta fortaleza tem o nome" (ANDRADE, 1981, p. 94-95). Sendo bens culturais provenientes do período colonial e tendo o caráter de defesa do país contra invasões estrangeiras, acabaram entrando no rol de edificações que poderiam ser tombadas nos primeiros anos de atuação do Iphan. O próprio Mário de Andrade, em carta para Rodrigo Melo Franco de Andrade declarava sua estratégia de atuação para São Paulo

> A orientação paulista tem de se adaptar ao meio: primando a preocupação histórica à estética. Recensear e futuramente tombar o pouco que nos resta seiscentista e setecentista, os monumentos onde se passaram grandes fatos históricos. Sob ponto de vista estético, mais que beleza propriamente (esta quase não existe) tombar os problemas, as soluções arquitetônicas mais características ou originais. (ANDRADE apud MORI, 2011)

Apesar do interesse de Mário de Andrade, as fortificações não foram tombadas de imediato. A regional do Iphan em São Paulo estava ocupada com processos de tombamento e restauros em outros bens do Estado. Em 1944, Luís Saia escreve a Rodrigo Melo Franco de Andrade

> Fortaleza da Barra Grande de Santos. Apesar de não ainda tombado é material que interessa ao Serviço. A capela lá existente é do começo do século 18 e tem a estrutura completa. O guarda-mor de Santos que atualmente administra o referido forte pede, por oficio que lhe será enviado, que o Serviço vistorie o referido forte e capela. Juntamente com o relatório e orçamento a respeito enviarei a documentação e o pedido de tombamento.[98]

[97] Primeiro Relatório enviado por Mário de Andrade ao Sphan em 16/10/1937. In: Mário de Andrade: cartas de trabalho, correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade [1936-1945]. Brasília: SPHAN / Fundação Nacional Pró-Memória, 1981, p. 79-106.

[98] Correspondência de Luís Saia à Rodrigo Melo Franco de Andrade, 29 de janeiro de 1944. Pasta 00136, 10/12-441-T-50 – Fortaleza da Barra Grande, Fortim da Praia do Góis e Portão Espanhol. Série Monumentos Tombados. Arquivo Iphan-SP.



Figura 12 - Fortaleza da Barra Grande – Guarujá - SP. Foto: Herman Hugo Graeser - Acervo: Arquivo Central do Iphan.[99] Desde 2017 a respectiva fortaleza está incluída na Lista Indicativa a Patrimônio Mundial da Unesco junto com outras 18 fortificações brasileiras. A iniciativa foi documentada na Carta do Recife, assinada por diversas instituições no Seminário Internacional de Fortificações Brasileiras – Recife – 2017.[100]

Embora Saia se comprometa a enviar o pedido, somente no ano de 1950 iniciou-se no Iphan o Processo de Tombamento nº 0441-T-50 – Fortaleza da Barra Grande, município de Guarujá – SP.[101] A motivação principal para abertura do processo foi uma correspondência assinada por Edgard Falcão,[102] em que é denunciada a iminência da transformação da Fortaleza da Barra Grande em um Iate Clube moderno pelo Círculo Militar de Santos, organização social que pleiteava a ocupação da fortaleza formada por militares e seus

[99] Disponível em: http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/33310/F023146.JPG?sequence=1&isAllowed=y (Último acesso em 27/11/2018).

[100] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1609#:~:text=Dentre%20todas%20essas%20fortifica%C3%A7%C3%B5es%2C%20est%C3%A1,a%20Patrim%C3%B4nio%20Mundial%20da%20Unesco. (Último Acesso em 06/02/2021).

[101] Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro/RJ.

[102] Edgard Cerqueira Falcão (1904 – 1987), filho de Theophilo Borges Falcão e Maria das Dores Cerqueira Falcão foi um importante médico formado na Faculdade de Medicina da Bahia. Na área, atuou como pesquisador da epidemia de febre tifoide que acometeu a cidade de Salvador, em 1924, tendo seu reconhecimento pelo trabalho ocorrido na forma de uma carta laudatória do Doutor Genésio Pacheco – Governador do Estado da Bahia. Diplomado, mudou-se para a cidade de Santos – SP onde passou a atuar não só como médico, mas como historiador, biógrafo e artista publicando mais de 50 livros versando por estes temas. Em 1963, recebeu a Medalha do Mérito Cultural Cidade de Santos em reconhecimento de suas contribuições para a cidade. Fonte: Homenagem a um grande brasileiro – Edgard de Cerqueira Falcão (1904 – 1987) Revista da Sociedade de Brasileira de Medicina Tropical 20(1): 59-60, jan-mar, 1987 – Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v20n1/12.pdf - Último Acesso em: 08/05/2021).

parentes.[103] Em documento de Lucio Costa, diretor da Divisão de Estudos e Tombamento – DET do Iphan, é manifestado parecer favorável ao tombamento, inclusive salientando que a instalação do Iate Clube não seria incompatível com o tombamento "nem constituiria profanação como parece insinuar o Dr. Falcão."[104] Não obstante ter sido determinada a inscrição da fortaleza no Livro de Tombo Histórico em 1951 pelo então diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, o processo só seria retomado em 1962, pelo fato de "não ter sido acusado o recebimento da notificação de tombamento (...) encaminhada ao Diretor do Serviço de Patrimônio da União" já que o bem em questão era propriedade da União Federal.[105]

Retomado o processo, Rodrigo Melo Franco de Andrade solicitou por ofício (nº 603 de 29 de maio de 1963)[106] a anuência do Ministério da Guerra para a transferência da jurisdição de dos imóveis Fortaleza da Barra Grande e Forte de São Felipe, ambos no município do Guarujá/SP e Casa do Trem Bélico no município de Santos/SP, para o Ministério da Educação e Cultura - MEC, sob alegação de que seriam conservados e restaurados por serem monumentos históricos.

Em 23 de abril de 1964, a Fortaleza da Barra Grande no município do Guarujá foi inscrita no Livro do Tombo Histórico, ainda sem a conclusão da transferência de jurisdição.[107] A tentativa de efetivação da transferência só viria ocorrer em 19 de janeiro de 1965,[108] pressionada pelo Exército, na figura do Capitão João Sihler, encarregado do IPM de

---

[103] Processo de Tombamento nº 441-T-50, fl. 1. Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro/RJ. O Círculo Militar de Santos foi fundado em 3 de fevereiro de 1948. À época do pedido de tombamento, existia por parte da organização pretensões de transformar a Fortaleza da Barra Grande em sua sede oficial, fato que só ocorreu oficialmente em 1953. Correspondência do Círculo Militar de Santos ao Comandante da Segunda Região Militar – São Paulo. Cx0031/62 – Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP.

[104] Processo de Tombamento nº 441-T-50, fl. 2. Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro/RJ.

[105] Ibidem, fl. 11.

[106] Apesar de não constar esse ofício no Processo de Tombamento, há uma remissão a ele no Aviso GR nº 015-D/4 – RESERVADO, de 26 de fevereiro de 1964, assinado pelo General Jair Ribeiro ao Ministro da Educação e Cultura Júlio Furquim Sambaquy. Processo de Tombamento nº 441-T-50, fl. 22. Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro/RJ.

[107] Certidão de Tombamento. Processo de Tombamento nº 441-T-50, fl. 44. Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro/RJ.

[108] Termo de entrega e recebimento dos imóveis denominados "Antigos Forte da Barra Grande e São Felipe da Bertioga", na Ilha de Santo Amaro, município de Guarujá, e Antiga Casa do Trem", em Santos, que o Serviço do Patrimônio da União faz ao Ministério da Educação e Cultura, conforme processo nº 2417/63 DSPU-SP ou 232.263/64 M.F. Processo de Tombamento nº 441-T-50, fl. 28. Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro/RJ.

Alekhine.[109] A partir condução do IPM, Sihler tomou conhecimento das tratativas para a transferência e passou a pressionar os representantes do Iphan para sua efetivação, no caso, Luís Saia e Rodrigo Melo Franco de Andrade. No Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro/RJ, encontramos alguns documentos assinados por Rodrigo, todos de outubro de 1964 - época em que Saia prestou depoimento no IPM - os quais tratam da urgência de transferência da jurisdição do Ministério da Guerra para o MEC, e a solicitação de "medidas decisivas contra as intrusões ocorridas nos terrenos integrantes das fortificações tombadas nos municípios de Santos e Guarujá."[110] Apesar de Sihler tomar conhecimento das negociações e imbróglios jurídicos que pairavam sobre a fortaleza apenas em 1964, o assunto já vinha sendo discutido há anos entre representantes do Iphan (pelo fato de a fortificação ser objeto de tombamento federal) da SPU (por constituir propriedade da União) e de órgãos do Exército (pelo bem cultural em questão estar sob administração do Ministério da Guerra). Esse fato fica evidenciado em uma série correspondências sobre o assunto, presentes no Fundo Nicolau Alekhine.

Em 1943 foi movida uma ação de usucapião por Severino Viana, natural de Pernambuco, lavrador e pescador domiciliado na Praia do Góis. O terreno, objeto da ação, situava-se de frente para terrenos da Marinha e estava sob sua posse há mais de 30 anos contínuos, mansa, pacífica e incontestada, características que fizeram com que a ação fosse julgada procedente a seu favor em 1944.[111] Severino Viana, em 1945, vendeu uma parte de seu terreno a Hamilton Prado, advogado, e o restante da propriedade foi deixada para sua mulher e seus 4 filhos quando de sua morte, em 1952.[112] No ano de 1961, 70 famílias residiam na área da Praia do Góis, entre as quais, as áreas de Severino Viana, Hamilton Prado

[109] Ofício nº 70 IPM de 9 de outubro de 1964, do Capitão João Sihler a Rodrigo Melo Franco de Andrade – Solicita providências urgentes para a Entrega de Monumentos Nacionais a Jurisdição da Dphan. Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 651 (Apenso 3).

[110] Ofício nº 1155, de 19 de outubro de 1964, de Rodrigo Melo Franco de Andrade – Diretor da Dphan para Luís Saia – Chefe do 4º Distrito da Dphan. Outros ofícios que tratam do tema: Ofício nº 1154, de 19 de outubro de 1964, de Rodrigo Melo Franco de Andrade – Diretor da Dphan para Fábio Andrada – Procurador da República; Ofício nº 1156, de 19 de outubro de 1964, de Rodrigo Melo Franco de Andrade – Diretor da Dphan para Capitão João Sihler – Encarregado do IPM; Ofício nº 1157, de 19 de outubro de 1964, de Rodrigo Melo Franco de Andrade – Diretor da Dphan para Francisco Sá Filho – Diretor do Serviço de Patrimônio da União; Ofício nº 1168, de 20 de outubro de 1964, de Rodrigo Melo Franco de Andrade – Diretor da Dphan para Luís Saia – Chefe do 4º Distrito da Dphan; Ofício nº 1198, de 29 de outubro de 1964, de Rodrigo Melo Franco de Andrade – Diretor da Dphan para Luís Saia – Chefe do 4º Distrito da Dphan. Série Técnico Administrativo CX050/373/P0244 e P0245. Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro/RJ.

[111] Doc. 7 – Certificado de cópia da ação – Cartório Pinto Novaes – 6º Tabelião de Notas da Comarca de Santos. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx031/62.

[112] Certificado de cópia de registro imobiliário – Registro Geral de Hipotecas da Comarca de Santos. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx031/62.

e do Tenente Coronel Ernesto de Souza Barbosa constituíam as únicas regularizadas (este último conseguiu a ação de usucapião em 1948).[113] O início do litígio dessas áreas entre particulares e o Exército remontam a primeira década do século XX, quando o Ministério da Guerra estava demarcando as áreas sob sua responsabilidade. No entanto, a demarcação das áreas tomou caráter de urgência quando inúmeros processos de usucapião foram concedidos a moradores da praia na década de 1940, entre eles, o do Coronel Ernesto de Souza Barbosa. Em vários documentos oficiais do Exército consta nominalmente o coronel, que além de 'tumultuar a convivência dos moradores da praia', estaria prejudicando os interesses do Exército, que produziu um dossiê de 15 páginas sobre ele.[114] Em outro documento escrito a lápis "para o MEC/Dphan – 1963" são relatadas "algumas anotações sobre tentativas de particulares que pretendem esbulhar o Patrimônio Nacional de valiosíssimos bens", que constam as ações de usucapião de Ernesto de Souza Barbosa:

> O atual Cap. Ernesto de Souza Barbosa, servindo no SFR/2, tem procurado humildes habitantes do Forte de São Miguel (Fortaleza da Barra Grande) para comprar as benfeitorias implantadas nessas terras com evidente intuito de lesar o Patrimônio Nacional que ele deveria defender. Sabe o Cap. Ernesto de Souza Barbosa que não tem direito a essas terras, que essas terras não pertencem àqueles que as habitam e sabe também que é fácil lidar com gente humilde e com o Domínio da União porque este implicado em graves, complexos e inúmeros problemas não pode desviar sua atenção para todos eles.[115]

[113] Ofício 123-E/3 – do General Amangá Liberato de Castro Menezes - Comandante da Artilharia de Costa e Antiaéreos e Nero de Macedo Júnior – Procurador Chefe da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em São Paulo. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx031/62.

[114] Evocando o caráter "revolucionário" do Golpe Militar de 1964 e valores como a "abolição" dos "climas de subversão e corrupção que eram as constantes normativas em todas as operações governamentais", o dossiê de autoria do General Antônio Máximo – do Comando de Artilharia de Costa e Antiaéreos – é um documento que difere dos demais pertencentes ao mesmo conjunto pelos enunciados utilizados. Ao tratar das ações do Coronel Barbosa, ele exalta a promulgação do Ato Institucional nº 1 "cuja linha mestra parece ter sido a implantação de IPMs", e denuncia o "esquecimento" por parte do Governo de instaurar um deles: o que investigaria as ações do Cel. Barbosa na Praia do Góis. Ao longo de 15 páginas ele acusa a inércia e má vontade do Serviço de Patrimônio da União, a "indolente", "confusa" e "intrincada" Procuradoria da Fazenda Nacional e expõe por meio de textos jurídicos e históricos a sucessão de proprietários das terras da Praia do Góis. Ao final ele tenta provar a "ilegalidade" e "imoralidade" da ação de usucapião de Ernesto Barbosa, "um dos maiores grileiros da região" que teria "num passe de mágica", feito "surgir na frente de todos sem que o percebessem, na faixa de terras entre as da Fortaleza de Santo Amaro e a Praia do Góis que eram contíguas, adjuntas e vizinhas, uma excrecência, um apêndice até então inexistente". Dossiê sobre atuação do Coronel Ernesto de Souza Barbosa produzido por General Antônio Máximo. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx031/62. Em outubro de 1960, foi aberta uma sindicância contra Ernesto Souza Barbosa, acusado de cometer crime civil, contra o Patrimônio da União. (Processo de Sindicância do Ministério da Guerra e Fazenda Nacional contra Ernesto de Souza Barbosa. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx032/62).

[115] Algumas anotações sobre tentativas de particulares que pretendem esbulhar o Patrimônio Nacional de valiosíssimos bens - s/ autor. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx031/62.

Segundo planta elaborada pelo engenheiro F. P. Camargo, as ‘supostas’ terras de Ernesto Souza Barbosa estariam dentro dos limites das terras do Exército na Praia do Góis, cerca de 300 metros da fortaleza, conforme imagem.

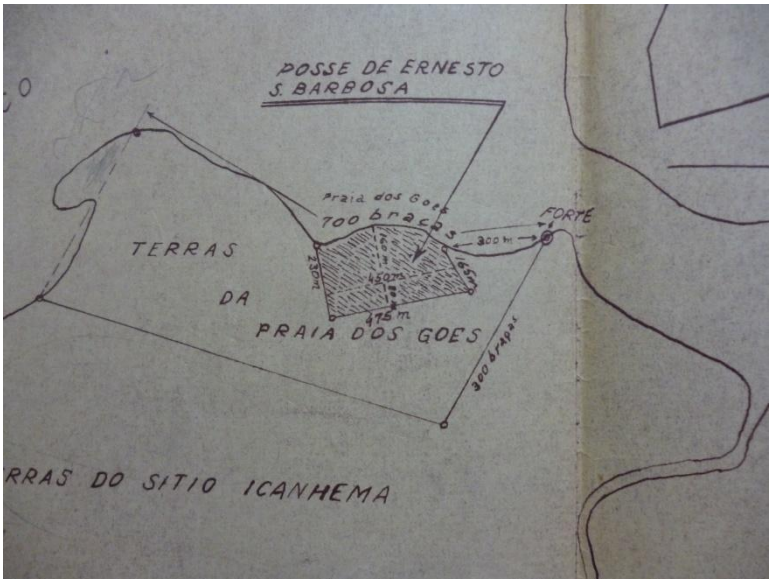


Figura 13 - Planta da posse de Ernesto S. Barbosa na Praia do Góis [detalhe]. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx031/62 (ver planta em tamanho original – Anexo 8).

A ocupação da Praia do Góis por terceiros transforma-se num problema a ser resolvido pelo Exército somente na década de 1960. Em 1962 o Exército começou a reunir vasta documentação a fim de mover uma ação de reivindicação de posse na área ocupada pelas famílias.[116] Na oportunidade foram feitos estudos sobre o histórico de posse da área cuja conclusão é a de que os terrenos pertenceriam à União. Em documento secreto (Anexo 9), do General Amangá Liberato de Castro Menezes, Comandante de Artilharia de Costa e Antiaéreos da 2ª Região Militar, ao General Secretário do Conselho de Segurança Nacional, são narrados os motivos da reintegração do domínio da área de Santos como indispensável à “Segurança Nacional”. Segundo o documento, havia já desde 1954 interesse na região do Canal da Bertioga e Canal de Acesso ao Porto, “devido a sua importância no cenário nacional e internacional”. Para ele, a Praia do Góis seria um ponto fixo estratégico de defesa nacional. Assim ele sugere:

> (...) a instalação de dois grupos de 90mm um no saliente d’Itaipu e outro na Ponta dos Simões (área da Praia do Góis) justamente para impedir que qualquer navio depois de ultrapassar a linha Itaipu-Andradas, atinja o canal de acesso engarrafando

[116] Ofício 54-E/3 – do General Amangá Liberato de Castro Menezes - Comandante da Artilharia de Costa e Antiaéreos e Nero de Macedo Júnior – Procurador Chefe da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em São Paulo. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx031/62.

> o Porto com tremendas consequências financeiras, morais e psicológicas, provocando situação de verdadeiro pânico em todo país, dado a posição de destaque no cenário internacional do Porto de Santos. (...) A complementação da defesa do Porto de Santos está, portanto, a exigir: a-1 Grupo de Minas; b-1 Grupo de Antiaéreo (Ponta dos Simões); c-1 Grupo Antiaéreo (Ponta de Itaipu). Interessa ao Exército a reserva das áreas do Forte de Santo Amaro e da Praia do Góis como necessárias a defesa nacional por terem as condições indispensáveis para o desdobramento do material que poderá atuar contra as embarcações que demandem o canal do porto. Essas áreas estão incluídas entre bens imóveis pertencentes à União, entretanto, devido a um erro da Justiça Local, parte delas foram perdidas a favor do Cap. Ernesto Souza Barbosa e civil Severino Vianna que delas se apossaram (...).[117]

A pretensão de ocupação da área da Praia do Góis pelo Exército se arrastou durante toda a década de 1960 sem resolução dos litígios. Em 1968, Luís Saia solicitou a extensão do tombamento da Fortaleza da Barra Grande no Guarujá, ao Fortim da Praia do Góes, ao Portão Espanhol e a área de propriedade da União onde se localiza a Antiga Armação de Pesca da Baleia, na Praia do Góis. Segundo o ofício nº 208/68, de 26 de novembro de 1968,[118] a extensão do tombamento se justificaria pelo fato de as construções datarem do século XVIII, e ainda, a área da armação ser "indispensável para a adequação paisagística dos mesmos" e constituiu "a única maneira operante de habilitar esta Diretoria para intervir efetivamente no seu tratamento paisagístico."[119] Já em 1965, quando da tentativa de transferência dos imóveis para a jurisdição do MEC/Iphan, Saia realizou uma vistoria nos próprios nacionais que seriam transferidos. Nessa época ele se queixava dos anúncios publicitários colocados nas áreas dos morros que compõem a paisagem dos "monumentos", que "constituem flagrante desrespeito não só a composição paisagística das fortalezas, como atentado predatório a vegetação característica". Segundo o relatório, a colocação dos anúncios seria autorizada pelo Coronel Barbosa.[120] O coronel havia feito um contrato com a empresa Equipe Indústria e Comércio de Painéis Ltda, assinado em 2 de junho de 1960, alugando a mencionada área pelo preço mensal de 6.000,00 cruzeiros durante 3 anos.[121]

---

[117] Ofício nº 1-E/3 SECRETO, de 4 de janeiro de 1962, do General Amangá Liberato de Castro Menezes, Comandante de Artilharia de Costa e Antiaéreos da 2ª Região Militar, ao General Secretário do Conselho de Segurança Nacional. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx031/62.

[118] Processo de Tombamento nº 441-T-50, fl. 30. Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro/RJ.

[119] Processo de Tombamento nº 441-T-50, fl. 30. Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro/RJ.

[120] Relatório de Vistoria realizada em 25 de março de 1965. Pasta 00136, 10/12- 441-T-50 – Fortaleza da Barra Grande, Fortim da Praia do Góis e Portão Espanhol. Série Tombados. Arquivo Iphan-SP.

[121] Algumas anotações sobre tentativas de particulares que pretendem esbulhar o Patrimônio Nacional de valiosíssimos bens. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx031/62.



Figura 14 - Fortaleza da Praia do Góes – SP – Ilha de Santo Amaro – Litoral – março de 1965 – Foto de Herman Hugo Graeser (Germano). Foto 4 – Pesquisa. Arquivo Fotográfico Iphan-SP. Na imagem, detalhe para a presença do letreiro da "Semp Rádios Eletrônicos" próximo à fortificação.

Em 26 de fevereiro de 1969, foram tombados o Fortim da Praia do Góis, o Portão Espanhol e a área que envolve todos os monumentos.[122] O Jornal *A Tribuna* de Santos, de 01 de maio de 1969 publicou uma planta que apresentava a área tombada cujo nome da matéria é "Conheça a área que é da União" em que o texto foi feito com base numa entrevista de Luís Saia, ou seja, deixa claro para o leitor que a área escolhida como protegida pelo tombamento é pertencente à União. No texto ainda foi transcrita uma fala de Saia em que o chefe da Regional do Iphan alerta "os incautos para que não adquiram terras pertencentes ao Governo Federal, pois isso poderá acarretar-lhes problemas futuros."

[122] Observações constantes na Certidão de Tombamento. Processo de Tombamento nº 441-T-50, fl. 44. Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro/RJ.



A TRIBUNA

Edição de hoje: 31 páginas

01-MAIO-1969

Conheça a área que é da União

As medidas

AREA TOMBADA JUNTAMENTE COM OS FORTES BARRA GRANDE E GÓIS

Figura 15 - Recorte de Jornal A Tribuna de Santos, de 01/05/1969. Pasta 00138, 12/12- 441-T-50 – Fortaleza da Barra Grande, Fortim da Praia do Góis e Portão Espanhol. Série Tombados. Arquivo Iphan-SP.

Nesse sentido, o tombamento da Fortaleza da Barra Grande e a extensão do tombamento para o Fortim do Góis, Portão Espanhol e Armação de Pesca das Baleias, assim como a tentativa de transferência de jurisdição dos imóveis para o MEC, constituem estratégias administrativas internas, entre órgãos federais, com a finalidade de que se freassem as ocupações das terras da Praia do Góis. Embora o Processo de Tombamento da Fortaleza da Barra Grande aborde com nitidez essas questões, foi possível recuperar as informações complementares no Arquivo Iphan-SP, em especial, no Fundo Nicolau Alekhine.

Em 1965, o Ministério da Guerra e o SPU lavraram um termo de entrega para o MEC, transferindo a jurisdição dos bens pleiteados, no entanto, o objeto da transferência era apenas as benfeitorias e não das áreas. Em ofício nº 44/65 de 18 de abril de 1965,[123] Saia lamenta a não efetivação da transferência e anexa o já citado *Dossiê sobre atuação do Coronel Ernesto de Souza Barbosa* produzido pelo General Antônio Máximo, tratando da ocupação das terras pelo coronel e sua respectiva atuação de alugar os espaços para instalação de anúncios.

A conclusão que chegamos é a de que Luís Saia se interessou pela documentação da Praia do Góis em 1964 – sob posse de Alekhine - já prevendo a extensão do tombamento conforme Mário de Andrade indicara em seu Primeiro Relatório e ainda, pretendendo que o

[123] Ofício nº 44/65, de 18 de abril de 1965, de Luís Saia para o Comandante da 2ª Região Militar. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx48/62.

tombamento pudesse estancar as ações do Coronel Barbosa na área. Desse modo, os interesses do Iphan em São Paulo acabaram se convergindo com os do Exército e da SPU, sendo o tombamento mais um instrumento jurídico de proteção a favor da União, Iphan e do Exército.[124]

Apesar de robusta e importante, a documentação constante no "Termo de Entrega" celebrado entre o Exército e o Iphan-SP (Anexo 7), ainda que tenha sido relacionada nos autos do processo (11 peças), não constitui a totalidade do que hoje se conhece como Fundo Nicolau Alekhine do Arquivo Iphan-SP. Atualmente, documentação sob guarda da Superintendência tem uma extensão maior do que a mencionada no documento: 62 caixas-box de documentos sobre a organização fundiária em grande parte do Estado de São Paulo. Desta divergência, surge a questão: Por que então essa diferença entre o referenciado no termo de entrega e o que constitui realmente o acervo documental?

Quando os autos do IPM foram enviados para a 2ª Auditoria da 2ª Região Militar para o julgamento do caso, o promotor da Justiça Militar, Durval Ayrton Moura de Araújo, apontou em seu parecer de 11 de março de 1965, algumas diligências que ainda precisavam ser atendidas, sendo uma delas "determinar que proceda o Senhor Escrivão Capitão Reginaldo Moreira de Miranda o arrolamento da documentação apreendida e que foi remetida para a guarda ao Serviço do Patrimônio da União - SPU (Delegacia em São Paulo). "[125]

A fim de atender a diligência feita pela 2ª Auditoria, o Cap. Reginaldo Miranda, visitou a Delegacia do SPU para fazer o devido arrolamento. No entanto, o local escolhido para a guarda da documentação não permitia um maior aproveitamento do trabalho, como relata o Cap. João Sihler em seu relatório

[124] Iphan, Forças Armadas e União nem sempre convergem seus interesses. Prova disso é a promulgação do Decreto-Lei nº 3.866 de 29 de novembro de 1941, publicado quase 4 anos depois do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Nele é previsto o cancelamento de ofício do tombamento, pelo Presidente da República, de bens públicos da União, Estados e municípios ou pessoas naturais ou jurídicas de direito privado atendendo a motivos de interesse público, realizados pelo Iphan. (Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3866.htm). Além disso, existem alguns Processos de Tombamento de bens públicos no âmbito do Iphan que foram impugnados por órgãos e entidades públicas, por exemplo: Processo de Tombamento nº 1384-T-97 - Tombamento da Ilha de Trindade: onde a Marinha do Brasil alegou que "a Ilha da Trindade possui importância científico-ambiental, além de se constituir em ponto de apoio importante para as forças navais em um conflito armado que envolva o Atlântico Sul, impugnando o tombamento do bem por razões de valor estratégico, científico e militar" (CAMELO, 2017, p. 137). Se no caso do Fortim do Góis a evocação do caráter estratégico da localização da área pelo Exército foi um dos fatores para o tombamento do bem cultural, no caso da Ilha de Trindade - ES este caráter foi um dos motivos para o pedido de impugnação pela Marinha do Brasil.

[125] Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1153-1154 (Apenso 5).

> Tendo em vista que o Serviço do Patrimônio da União, Delegacia no Estado de São Paulo, à Avenida São João nº 2150, recolheu para guarda a documentação, assunto do presente IPM, no único local que sua Chefia considerou de segurança necessária, e que foi o das **instalações sanitárias privativas do Chefe – constituídas de dois cubículos, um com vaso sanitário e outro com lavabo e espelho** – naquele local o Capitão Escrivão procedeu ao arrolamento da documentação, até este Encarregado sentir que não havia o indispensável rendimento de trabalho. (...) Destarte, este Encarregado recolheu a documentação daquela Delegacia com plena aquiescência do Chefe, que reconheceu a precariedade das condições de trabalho do Escrivão, tratando de providenciar local onde o arrolamento pudesse ser executado sem qualquer restrição de ordem material ou de horário. Em decorrência, **a documentação foi depositada na Sede do 4º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN,** importante órgão do Ministério da Educação e Cultura, Repartição que, de longa data, mantém com o Quartel General da 2ª região Militar cordiais relações funcionais em assuntos de interesse comum. (...) Em Ofício nº 54/65, datado de 12 de maio de 1965 (fls. 1271 - 6º Volume) o Excelentíssimo Senhor Chefe do 4º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, à vista, que solicitou e obteve, das Relações do arrolamento em curso, requereu à consideração das autoridades judiciais no sentido da permanência naquela Diretoria da documentação assunto do presente IPM, a qual é de evidente importância para estudos e pesquisa históricas especializadas, inclusive no aspecto da formação histórica do Patrimônio Público em São Paulo. (fls. 1265/67 – 6º Volume). [126] [grifo nosso]

Conforme relatado, quando a documentação do SPU foi para as dependências do Iphan-SP, Luís Saia pôde examinar o papelório e tendo interesse na documentação, solicitou ao Cap. João Sihler, via ofício, em 12 de maio de 1965.[127] Com a anuência do Encarregado do IPM, a documentação que outrora pertencia ao SPU permaneceu na Superintendência. A relação de amizade de longa data entre Luís Saia e o Capitão Reginaldo Miranda, então escrivão do IPM, foi decisiva para que a transferência fosse realizada. Como o Capitão Miranda tinha sido destacado para fazer o arrolamento, ele pôde trabalhar durante muito tempo nas dependências da Superintendência. Em 1965 a Sede do Iphan-SP era um casarão situado na Rua Baronesa de Itu, na Santa Cecília, local onde existia bastante espaço para que o serviço de arrolamento fosse executado.

Em entrevista,[128] Jaelson Bitran Trindade – historiador aposentado do Iphan-SP - revela que um dos seus primeiros trabalhos realizados depois de sua contratação, por volta de 1972-1973, foi a tentativa de organização e identificação dos documentos do Fundo Nicolau Alekhine. Segundo ele, Luís Saia havia solicitado que se pesquisasse na documentação as informações referentes aos próprios nacionais, particularmente, as antigas terras pertencentes aos jesuítas que, sendo expulsos do Brasil no século XVIII, tiveram suas propriedades

[126] Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1344-1345 (Apenso 6).

[127] Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1271 (Apenso 6).

[128] Entrevista concedida por Jaelson Bitran Trindade no Arquivo Iphan-SP, no dia 17/08/2017.

confiscadas pela Coroa Portuguesa e com a proclamação da República, vieram a constituir patrimônio da União. Naquela época, o Iphan já havia tombado no Estado de São Paulo, pelo menos quatro bens culturais remanescentes dos aldeamentos jesuítas: Igreja de Nossa Senhora da Escada, em Guararema; Capela de São Miguel Paulista, em São Paulo; Aldeia e Capela de São João Batista, em Carapicuíba e Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Embu das Artes. Luís Saia sabendo do conteúdo do acervo, pediu ao historiador que fizesse um levantamento dos documentos sobre esses bens à pedido do então diretor, Renato Soeiro.[129] À princípio, a documentação estava bem desorganizada, já que ninguém no Iphan, antes do historiador, tinha manipulado

> (...) eu quase que manipulei isso em bruto. Essa tentativa de organizar foi porque eu já conhecia o potencial e achava que precisava organizar para a gente poder trabalhar melhor e usar essa documentação. (...) As caixas tinham de tudo, as pastas às vezes não tinham identificação e tinha muita coisa dentro além do que estava escrito ou nem tinha nada escrito.
> Essa pesquisa me fez ver as dificuldades de manipular e de aproveitar o acervo, porque eu fui vendo que tinham plantas dos aldeamentos, plantas desses lugares, as fazendas também. Não só os aldeamentos. Está vendo?! Tudo isso fui eu que fui organizando. Foi uma tentativa de. Eu tinha tantos outros trabalhos de pesquisa que eu não podia me dedicar a isso, né?! Mas sempre eu tirava um tempo para fazer isso.

Ao compararmos a situação do arquivo descrita por Jaelson com a atual, percebemos que apesar dos esforços em organizar o acervo, pouca coisa conseguiu ser efetivada no sentido de se elaborar um arranjo que facilitasse a recuperação da informação. Existia ainda, por parte do técnico, um esclarecimento com relação ao total aproveitamento da documentação. Jaelson sabia que nem toda a documentação convergia com os interesses do Iphan-SP:

> A linha Santos-Jundiaí - terrenos apropriados - isso não interessava diretamente a nós na época, mas era o que tinha (...). Fazenda Cubatão eu sabia que não existia mais nada. Foi simplesmente para identificar as coisas, para facilitar a achar outras coisas. Já que eu estou achando outras coisas que quero classificar, classifico tudo. A ideia foi essa, entende?!
>
> (...) classificando tudo eu sei o que eu poderia aproveitar para o Iphan ou não. De fato, tem muita coisa a não ser aproveitada pelo Iphan: localização da cidade nova, isso nunca foi motivo de trabalho no Iphan. Pode ser para quem estuda a cidade de São Paulo antiga né?! (...) todas essas coisas eram mais se um dia alguém quiser saber, não eram assuntos mais nossos: ficar procurando chácaras antigas no meio de São Paulo e em lugares que a gente sabia que estava completamente urbanizado. (...) Cubatão Geral, terrenos de Marinha que eram aldeamentos, São Miguel, Guarulhos, Barueri e Pinheiros: sim, aqui eu sabia que tinham dados que a gente deveria capturar - não é tê-los aqui, é capturar e fichar.[130]

[129] Entrevista concedida por Jaelson Bitran Trindade no Arquivo Iphan-SP, no dia 17/08/2017.

[130] Idem.

Se ao Saia interessou a totalidade documentação a princípio, quando foi doada em 1965, na narrativa de Jaelson sobre suas pesquisas empreendidas na documentação, quase 10 anos após a doação realizada, percebemos uma análise mais minuciosa do acervo, tendo a consciência que, de fato, nem tudo que existia no Fundo Nicolau Alekhine serviria para o trabalho cotidiano da Superintendência.

Perguntado se conhecia o processo de transferência da documentação, Jaelson revela ter pouco conhecimento sobre o assunto, no entanto, o historiador levanta uma hipótese sobre o motivo que teria levado à doação da documentação para além do que está registrado nos inquéritos e que envolvia os oficiais responsáveis pela investigação, em especial, João Sihler e Reginaldo Miranda por já conhecerem Luís Saia antes de todo o processo investigativo. A de que nos idos de 1964, houve uma ordem de prisão para Luís Saia e quem teria avisado o chefe da regional paulista sobre a determinação seriam os dois já citados oficiais que atuaram nos IPMs. Sabendo disso, Luís Saia ficou escondido em uma fazenda em Minas Gerais até a ordem ser revogada. A hipótese do historiador é a de que a documentação foi transferida para Luís Saia para que se amenizasse as suspeições a respeito dele.[131]

De fato, o retorno do "exílio" de Saia corresponde à época de doação da documentação: 1965. Essa suposição do historiador é importante para refletirmos sobre as causalidades para a transferência da documentação até então silenciadas na instituição, em que Saia precisou se apoderar de um arquivo de interesse militar, de segurança nacional, adquirindo o status de "fiel depositário" do acervo para que se livrasse de uma possível perseguição dos militares. O relatório final do Capitão João Sihler corrobora para a suposição de Jaelson na medida em que o oficial militar credencia positivamente a Superintendência como "importante órgão do Ministério da Educação e Cultura, repartição que, de longa data, mantém com o Quartel General da 2ª região Militar cordiais relações funcionais em assuntos de interesse comum. (...)" e a transferência da documentação corresponderia assim a "todas as conveniências da defesa do Patrimônio da União."[132]

Em síntese, hoje o que entendemos por Fundo Nicolau Alekhine é a documentação apreendida na residência de Alekhine pelo Exército, doada para o Iphan-SP e acrescida da documentação de Alekhine que foi doada para o Serviço do Patrimônio da União – SPU. De fato, a grande maioria dos documentos que compõem o fundo são da parte que coube ao SPU.

[131] Entrevista concedida por Jaelson Bitran Trindade no Arquivo Iphan-SP, no dia 17/08/2017.

[132] Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1344-1345 (Apenso 6).

Alekhine sintetizou em seu arquivo informações importantes sobre terras públicas no Estado de São Paulo. A maioria são estudos sobre a proveniência das propriedades que constituem os chamados bens dominiais. Entre os objetos pesquisados estão o Sítio dos Sales (Tatuapé); Terras Devolutas na Mooca; Sítio Embaúbas (Brás); Bairros do Rio Grande e Rio Pequeno; Freguesia de São Bernardo (Bairro do Ipiranga e Cupecê); Ibirapuera; Terrenos dos Jesuítas no Pacaembu e Pinheiros; Praia de São Lourenço (Bertioga-SP); Sítio Zanzalá (Santos-SP); Cubatão e vertentes do Rio Cubatão; Campos das Perdizes e Adjacentes); Estação de Paranapiacaba (bem tombado); Fazenda Rio Pequeno; Chácara Martinho Prado; Sítio Cubatão; Pacaembu de cima; Cafezal; Cubatão Geral; Sítio da Serra; Sítio Juca Padre; Bairro da Lapa; Tijuco Preto; Boaçava; Cemitério da Lapa e adjacências; Fazenda Sant'anna; Sítio Água Podre (Alto e Funil); Sítios Peri-Peri; Pirajunará; Rincão do Gamelão; Morumby; Butantã; Bairro do Jaguaré; Sítio Pirajussara; Caxingui; Sítio Jundiahy; Sesmarias de Afonso Sardinha; Aldeamento de São Miguel; Guarulhos e Barueri; dentre outros.

Através de informações coletadas em diversos arquivos públicos da capital, tais como o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo Histórico Municipal, Alekhine pôde sintetizar informações em estudos pormenorizados sobre o histórico de diversas propriedades do Estado. Essas informações seriam utilizadas tanto em favor de órgãos públicos em imbróglios judiciais quanto em favor de particulares. Um destes estudos é o Caso da Fazenda Tamboré, em Barueri, ainda em trâmite na justiça, cujas partes interessadas são o empreendimento Alphaville Urbanismo S/A x União Federal.[133] Durante muito tempo os ocupantes das terras chamadas de Fazenda Tamboré (hoje adquiridas pela Alphaville Urbanismo S/A) na condição de foreiros, pagavam impostos à União. Na ação movida, a empresa Alphaville requer a devolução de todas as quantias que foram pagas alegando que a propriedade nunca pertenceu à União. Para subsidiar o requerimento, os advogados da empresa utilizaram um documento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em São Paulo, de 1961, cuja autoria é de Nicolau Alekhine.

1.3 Entre crimes e pesquisas

A trajetória de Nicolau Alekhine narrada até aqui demonstra o quanto é possível projetar múltiplas representações sobre uma mesma pessoa e um mesmo arquivo. Alekhine -

[133] Processo nº 0011791-82.1997.4.03.6100. Tribunal Regional Federal – TRF – Justiça Federal da 3ª Região – Poder Judiciário de São Paulo.

por ele mesmo – apresenta-se como russo e depois, brasileiro, profissionalmente como engenheiro, pesquisador e perito. A ele, interessava principalmente, livrar-se das acusações que foram feitas pelas autoridades militares e reaver seu estimado arquivo. Foram essas motivações que nortearam a narrativa produzida de si mesmo. Segundo Artières,

> Fazemos triagens nos nossos papéis: guardamos alguns, jogamos fora outros; damos arrumações quando nos mudamos, antes de sairmos de férias. E quando não o fazemos, outros se encarregam de limpar as gavetas por nós. Essas triagens são guiadas por intenções sucessivas e às vezes contraditórias (ARTIÈRES, 1998, p. 10).

Por meio destas ações praticadas cotidianamente construímos uma imagem de nós mesmos (Idem). O processo de "arquivar nossas vidas" não é um espelho fiel de nossa vivência terrena, é um processo seletivo pelo qual "fazemos um acordo com a realidade, manipulamos nossa existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens" (ARTIÈRES, 1998, p. 11). Alekhine tinha muitos motivos para fazer esses rearranjos existenciais, já que sua liberdade dependia disso.

Por outro lado, seus interlocutores em todo o processo foram os próprios militares no contexto histórico do Golpe Civil Militar de 1964. Isso nos traz a dimensão de poder sobre as informações prestadas: mesmo que Alekhine seja autor de seus depoimentos nos inquéritos, até que ponto não poderia ter prestado sob algum tipo de coação? No processo, os produtos finais dos depoimentos são sempre transcrições feitas pelo escrivão do inquérito e assinadas por Alekhine. Até que ponto o que se fala é registrado? A falta de outras fontes para confrontação sobre a história de sua vida nos impõe uma limitação neste trabalho. Sendo documentos produzidos pela Justiça Militar, julgados em última instância pelo Superior Tribunal Militar – STM - tribunal de recurso por excelência para crimes militares durante a ditadura – propomo-nos a examinar mais detalhadamente, o comportamento desde órgão do poder Judiciário.

Silva (2011), analisa a atuação do STM, destacando sua tripla função atuante: I) Justiça Corporativa - atuando no julgamento de crimes militares; II) Justiça do Regime - julgando opositores do regime, atuando em casos de atentado contra a segurança nacional e contra a probidade administrativa; III) Justiça Político-Corporativa - no julgamento incriminado em delitos militares, mas por motivação política (SILVA, 2011, p. 16). Tendo como base esta análise, podemos classificar o caso de Alekhine para a Justiça Corporativa.

No IPM que investigou a prática de estelionato, Alekhine foi enquadrado no Código Penal Militar de 1944, cometendo assim, um crime militar, não apenas pelo fato de ter auxiliado oficiais da corporação, mas por ter como objeto do crime um equipamento militar, o HGSP. Já no segundo IPM, Alekhine foi enquadrado no código penal, tendo cometido, portanto, crime da Justiça Comum. Se os dois crimes destoam quanto a competência, porque Alekhine teria sido julgado por um tribunal militar?

Essa pergunta tem uma resposta no próprio funcionamento da Justiça Militar no período. Criada em 1808, com a vinda da família real portuguesa, a Justiça Militar tinha como atribuições até 1964, o julgamento de crimes no âmbito da corporação estritamente. Conforme a arena política do Executivo foi se estruturando, ela passou a atuar segundo os preceitos do projeto autoritário oriundos do regime militar.

Segundo Silva (2011, p. 54)

> O início do envolvimento do STM no processo punitivo pós-golpe, configurou-se no momento em que o Tribunal passou a julgar pedidos de concessões de habeas corpus de pessoas presas para averiguações através dos IPMs e ao debater sobre a conjuntura política e suas implicações na Justiça Militar e na legislação processual e penal da época(...)

Só em 1964, de 1º de abril até dezembro deste ano, 681 pedidos de *habeas corpus* foram recebidos no STM, solicitados por 1290 pessoas, sendo 898 (69, 61%) civis e 392 (30,39%) militares (SILVA, 2011, p. 64).

Desse modo, para operar na esfera política, de acordo com os ideais do Golpe de 1964, foi criado todo um aparato legislativo para trazer legalismo à atuação do judiciário. No entanto, de fato, somente com o Ato Institucional nº 2 – AI-2 promulgado em outubro de 1965 é que se trouxe a legalidade necessária para que o judiciário atuasse em consonância com o executivo.

Analisando o primeiro ano do regime, em 1964, especialmente,

> O STM apresentou comportamento ambíguo e ambivalente ao longo do processo punitivo do regime de ditadura militar. Ainda que sua atribuição constitucional não incluísse a apreciação de crimes contrários à ordem e à segurança interna e externa do Estado, sua dinâmica de funcionamento acabou por contemplar situações decorrentes do acerto de contas com indivíduos que, de alguma forma, representassem ameaça aos ideais proclamados e defendidos pela "Revolução de 1964". (SILVA, 2011, p. 81).

Neste primeiro momento, muitas ações do judiciário foram realizadas sem saber muito bem o *modus operandi* para lidar com temas que até então não eram de sua competência o que

se traduz em ambiguidade e ambivalência, muito bem pontuados pela autora. Do mesmo modo, os agentes responsáveis pela instauração dos IPMs durante um bom tempo, praticavam toda a sorte de abusos (SILVA, 2011 p. 120).

Os *habeas corpus* impetrados no STM, pelo advogado de Alekhine mencionam coação física praticada pelo Encarregado Cel. Tito Ascoli de Oliva Maya;[134] incompetência da Justiça Militar para julgar o caso;[135] invasão de propriedade quando do ato de sua prisão, praticando um ato "violento, arbitrário e inconcebível";[136] apoderação criminosa de "toda biblioteca imobiliária particular do paciente (...), um tesouro de valor inestimável";[137] ilegalidade da prisão de seus "documentos imobiliários", requerendo portanto, a devolução dos mesmos.[138]

Como resolução do habeas corpus de Alekhine, dizem os senhores ministros do STM

> Segundo o art. 156 do CJM (Código de Justiça Militar) somente o indiciado pode ser preso durante as investigações policiais. O paciente não era indiciado no inquérito, nem sequer parte da demanda civil em que se discute a propriedade de um imóvel.
>
> (...) Esteve o paciente preso por trinta dias, embora não se lhe impute crime algum.
>
> A invasão da casa do paciente, a busca e a apreensão realizada em documentos de sua propriedade é outro manifesto abuso de autoridade.
>
> (...) Será crime militar possuir ele documentos que possam interessar à defesa do patrimônio nacional? Só seria, e ainda assim crime de natureza comum, se os houvesse obtido por meio criminoso.
>
> (...) Em face do exposto, acordam em julgar prejudicado o pedido, por ter sido, intercorrentemente, posto em liberdade o paciente, remetendo-se cópia (...) deste acórdão à S. Excia. O Sr. Ministro da Guerra, a fim de que se digne mandar apurar a responsabilidade pelas violências sofridas pelo paciente Nicolau Alekhine.
>
> Superior Tribunal Militar, 15 de junho de 1964.[139]

O caso acima retrata bem a situação do judiciário frente ao poder executivo no primeiro ano do Golpe Civil-Militar de 1964. Apesar de terem sido denunciadas irregularidades e mandadas apurá-las pelo Superior Tribunal Militar, depois de cinco meses do acórdão,

---

[134] Habeas Corpus nº 27.393 – Apelação nº 40.729 – Arquivo do STM: Brasília, fl.1142.

[135] Idem. Este habeas corpus e todos os outros tiveram como resolução a concessão de ordem ao paciente.

[136] Habeas Corpus nº 26827 – Arquivo do STM: Brasília, fl. 3.

[137] Idem, fl. 3.

[138] Idem, fl. 8.

[139] Habeas Corpus nº 26827 – Arquivo do STM: Brasília, fls, 47-54

nenhuma medida tinha sido tomada (e, sabemos, nunca foi) pelo Executivo, representado pelo Ministro da Guerra. Nos primeiros anos do Golpe Civil - Militar, entre 1964 e 1965

> O Superior Tribunal Militar ocupou-se, quase que integralmente, do julgamento de crimes militares, sendo os mais recorrentes os crimes contra o serviço e o dever militar, como deserção e insubmissão, os crimes contra o patrimônio como furto, apropriação indébita e estelionato, corrupção, peculato e receptação e os crimes contra a vida, como lesão corporal. (SILVA, 2011, p. 165)

Por serem crimes militares e já fazerem parte da rotina do Judiciário, os julgamentos relativos à justiça corporativa foram os mais incidentes no STM. Apenas a partir do final do ano seguinte, com a promulgação do AI-2, a atenção do tribunal se voltaria para o julgamento de crimes políticos. Desse modo, cada vez mais o STM se alinhou com os ideais do movimento golpista.

Se Alekhine era mesmo considerado "elemento perigoso", condenado por tentativa de estelionato, qual a legitimidade de seus trabalhos executados para terceiros? Qual a veracidade das informações levantadas por ele sobre bens imóveis no Estado de São Paulo? Se os estudos que ele fez foram utilizados por órgãos públicos (Prefeitura Municipal de São Paulo, SPU, PGFN) por que não foram revistos quando Alekhine foi indiciado nos dois Inquéritos Policiais Militares que acabamos de relatar? As narrativas produzidas pelo Exército na figura do Capitão João Sihler, do Coronel Tito Ascoli de Oliva Maya e em certa medida, por Luís Saia acerca das representações forjadas sobre Alekhine e seu arquivo, tornam-se ambivalentes, admitindo duas hipóteses: ou Alekhine era inocente das acusações de estelionato por meio de falsificações de plantas e seu arquivo tinha um enorme potencial para subsidiar pesquisas em órgãos federais (Iphan, SPU e Exército), ou ele era culpado de ter forjado documentos e seu papelório não teria valor algum. O que ocorreu foi que Alekhine acabou sendo culpado nos dois inquéritos. Ao analisar por esta ótica, os IPMs tornam-se incongruentes entre si e corroboram para as afirmações contidas no *habeas corpus* sobre as arbitrariedades praticadas pelas autoridades militares.

Como vimos, muitos documentos sob posse de Alekhine foram restituídos ou doados a órgãos diversos da administração pública. Se de fato as informações contidas nos documentos eram consideradas "questão de Segurança Nacional", porque então, o Exército não as manteve sob sua guarda? Ao doar os documentos para o Iphan, estreitaram-se as relações entre o órgão das Forças Armadas e a regional do Iphan em São Paulo, situação que ajuda a corroborar com a hipótese levantada pelo historiador Jaelson, em que Saia teria recebido a

documentação visando a projeção de uma imagem de confiabilidade diante do Exército, que o estaria perseguindo.

A doação destes documentos para órgãos públicos ampliou a perspectiva de acesso. Por outro lado, estando nas dependências do Iphan em São Paulo, pertencente ao Arquivo da instituição, porque este fundo não havia sido pesquisado? Existiria um receio em disponibilizar essa documentação ou seria o problema crônico de falta de servidores disponíveis para organizar o papelório? A localização dos documentos parece ter influenciado diretamente nessa questão. Quando a Sede da Superintendência mudou de endereço, a documentação foi depositada nos fundos do novo espaço, trancado e com acesso restrito. Seria somente por conta da falta de espaço?

O Fundo Nicolau Alekhine atualmente está higienizado e acondicionado, no entanto, a organização da documentação ainda precisa ser refeita para que fique acessível. Muito do que está descrito nas capas dos maços de documentos não condiz com o conteúdo. Embora Jaelson tenha se empenhado numa tentativa de organização e descrição dos documentos, muito trabalho ainda precisa ser feito. O papelório, do modo como se encontra, parece representar a organização deixado pelo Exército, que poderia ser personificado como "os outros" que fazem o trabalho de "limpar as gavetas", como fala Artières (1998, p. 10). Ao levarmos em conta a história de vida de Alekhine e sabendo de sua atuação como "arquivista" em pelo menos duas instituições custodiadoras de arquivos (Arquivo do Patrimônio da Prefeitura e Arquivo João Batista Campos Aguirra), o Fundo Nicolau Alekhine reflete pouco a organização inicial que, supomos, foi atribuída por seu titular. Muitas intervenções foram realizadas na documentação, principalmente por parte do Exército e do Iphan. Desse modo, abordaremos no próximo capítulo o Fundo Nicolau Alekhine: a partir de uma lente etnográfica, pretendemos trazer luz aos métodos de acúmulo da documentação, às apropriações que foram feitas e principalmente, ao caráter das intervenções realizadas.

2. O FUNDO NICOLAU ALEKHINE DO ARQUIVO IPHAN-SP

Ao analisarmos o Fundo Nicolau Alekhine - FNA, pertencente ao Arquivo Iphan-SP, nosso interesse irá se concentrar, para além do conteúdo escrito em papel por um determinado sujeito, no "não-dito" e as relações de poder que foram decisivas para formar o que hoje denominamos de Fundo Nicolau Alekhine. Levando-se em conta o processo de institucionalização deste acervo, de arquivo particular para institucionalizado, partimos do pressuposto que

> O arquivamento necessita igualmente da seleção daquilo que deve ser preservado ou não. A memória humana e social não pode tudo reter: não é possível lembrar certas coisas senão esquecendo outras. Somente uma parte dos testemunhos tornam-se arquivos: esse resíduo não é senão uma construção que transpõe fronteiras para alimentar memórias coletivas. (KETELAAR, 2018, p. 201)

Nesse sentido, pretendemos trazer para a reflexão as ações que determinaram continuidades e rupturas no arquivo, amplificações e silenciamentos, ou ainda, elucidações e apagamentos. Para tanto é pragmático que não percamos de vista algumas questões que foram levadas em conta no início deste trabalho, como as classificações que foram dadas à documentação, os discursos acionados pelos diferentes sujeitos e instituições que se apropriaram do arquivo - inclusive o próprio Iphan – e as decisões e escolhas que fizeram com que se efetivassem as transferências da documentação entre as partes interessadas. Aqui, nossa proposta metodológica será a de trabalhar com a "etnografia do arquivo", a fim de "desnaturalizá-lo" por meio da análise sociológica e histórica da documentação. Desse modo, a lente etnográfica auxiliará a pesquisa histórica para que consigamos enxergar alguns aspectos desse acervo. Sendo que,

> A etnografia do arquivo teria, assim, uma dupla função: do ponto de vista das ciências sociais, permitiria perscrutar como os acervos documentais são constituídos e de que maneira eles se tornam fonte de pesquisa; do ponto de vista da arquivologia, permitiria esquadrinhar as razões para a presença dos documentos no arquivo, contribuindo para a contextualização preconizada pela disciplina. (TRAVANCAS, 2013, p. 9)

Para além das informações registradas, é preciso conceber os arquivos como produtos de intencionalidades dos diferentes agentes que dele se apropriam diariamente: titulares, família, arquivistas, pesquisadores. Segundo Heymann,

> Abordar os arquivos pessoais sob um olhar antropológico sugere deslocar a atenção dos documentos para os processos de constituição desses acervos. Nessa mirada, além dos gestos individuais de seleção e guarda dos registros, devem ser considerados os contextos nos quais os conjuntos documentais se inserem: contextos sócio-históricos mais amplos, de uma parte, e contextos arquivísticos nos quais são preservados, tratados e disponibilizados, de outra. (HEYMANN in: TRAVANCAS, 2013, p. 67)

Um exemplo de pesquisa na área de etnografia de arquivos é a de Maria Castilho Costa sobre o arquivo de Miroel Silveira, diretor de teatro, que se encontra na Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo - ECA – USP. Nele estão reunidas informações sobre as práticas de censura aos meios de comunicação: 6.205 processos de liberação de peças teatrais para apresentação pública encaminhados ao Serviço de Censura do Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo entre os anos 1930-1970 (COSTA, 2010, p. 176). Segundo a autora,

> É época de remexer os guardados, revirar os arquivos, reorganizar os documentos e interpretar as informações, buscando recriar as relações que eles legitimam e sacramentam. Não apenas para reconstruir a memória e suas continuidades, mas como propõe Michel Foucault (1995:6), para descobrir descontinuidades e a irrupção de novos acontecimentos (COSTA, 2010, p. 176.)

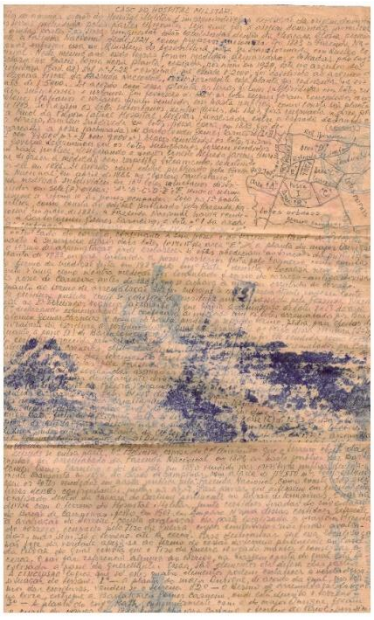
A etnografia contribui para que irrupções sejam percebidas nos documentos: anotações, analogias, regularidades e remissões (COSTA, 2010, p. 182). Os documentos do arquivo de Miroel Silveira trazem essas marcas, frutos dos trâmites realizados nos processos dentro dos órgãos responsáveis pela censura. Citando o antropólogo Roberto Cardoso, a autora define o método etnográfico como uma "pesquisa empírica segundo a qual partimos dos ritos para chegar aos sentidos desses ritos" (CARDOSO apud COSTA, 2010, p. 182). Para a construção do significado, que resulta da interpretação etnográfica do pesquisador, exige-se

> um diálogo entre observador e observado, um encontro etnográfico capaz de romper fronteiras e superar confrontos. A etnografia é o método adequado para ultrapassar e compreender as relações de poder estabelecidas quer pelas instituições, quer pela ideologia do cientista, quer pelos processos de classificação científicos (COSTA, 2010, p. 182-183).

Alekhine enquanto esteve sob posse de seus arquivos, foi um pesquisador obsessivo e organizava-os de forma sistemática. A análise da documentação permite afirmar seu desejo pela constituição de um arquivo que retratasse a ocupação fundiária da cidade de São Paulo. As reproduções que Nicolau Alekhine fez dos diversos arquivos que consultou registram essa

preocupação: não bastava apenas consultar as informações, era preciso reproduzi-las sistematicamente para si. Configura-se um acúmulo de dados que poderiam ser usados tanto no presente - documentos de trabalho - quanto no futuro, vislumbrando sua contribuição profissional para um projeto ainda maior no que se refere aos subsídios para a regularização fundiária da cidade.

Enquanto pesquisador obstinado, Alekhine anotava informações em pedaços de papel, versos de receitas médicas, versos de 'santinhos' de propaganda política, versos de cartões de visitas, versos de folhas de calendários, tiras avulsas de papel sulfite com e sem pautas, papéis timbrados dos órgãos pelos quais passou e embalagens de alimentos. Dentre essa infinidade de suporte para registros de informações, destaca-se o "Caso do Hospital Militar", produzido no verso de um papel de embrulho de pães.[140] Nele, Alekhine resumiu todo o histórico dominial sobre o terreno que o levou à prisão localizado na Chácara da Glória, hoje bairro do Cambuci. A dimensão do papel, as dobras, a presença de pautas feitas a lápis e a caligrafia de pequenas dimensões caprichada indicam que o documento passou por um prévio trabalho de fabricação e não foi uma simples anotação feita às pressas, como muitas anotações de documentos já citados. Levando-se em conta a trajetória de Alekhine narrada até aqui é provável que essa peça documental tenha funcionado como uma espécie de material de consulta pessoal com a finalidade de ser acessada num ambiente vigiado, ou seja, a suposição é que este pequeno pedaço de papel possa ter sido usado em uma das ocasiões em que Alekhine foi convocado a prestar depoimento perante o Exército.

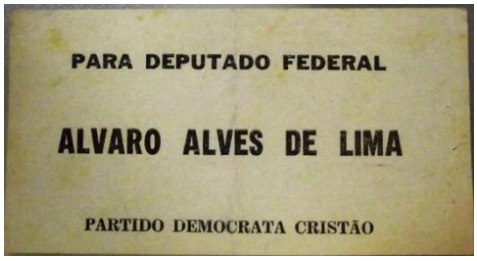


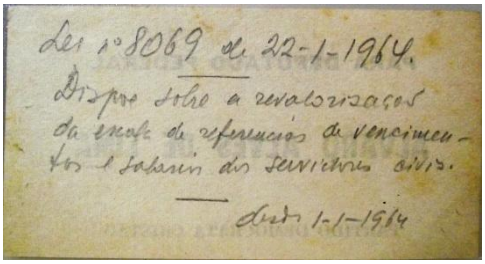


[140] Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx06/62.

Figuras 16 e 17: Caso do Hospital Militar (frente e verso). Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx06/62. Além de toda a descrição do histórico do referido caso, Alekhine ainda conseguiu, de maneira hábil representar graficamente as divisões que foram feitas dos terrenos (detalhe no canto superior direito do documento). No verso, percebemos o carimbo de identificação do estabelecimento: doceria paulista.

Pelo volume de anotações que se encontram hoje no Fundo Nicolau Alekhine - FNA, podemos afirmar que ele era um pesquisador atarefado e compromissado com o ofício que ele exercia. Numa espécie de confronto com a própria memória, sujeita às falhas, Alekhine anotava informações sobre pesquisas que deveriam ser feitas, arquivos que deveriam ser consultados, genealogia de interessados que contratavam seus serviços, jurisprudências, contas matemáticas de agrimensura e de valores a receber, referências bibliográficas jurídicas que poderiam ser utilizadas em peças documentais, páginas de livros de registros de terras e sua localização, endereços de cartórios e tabeliães, telefones de peritos e advogados.





Figuras 18 e 19 - Anotação no verso de um panfleto de propaganda política (frente e verso*).* Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx012/62. Referência de Lei nº 8069 de 22 de janeiro de 1964 que "Dispõe sobre a revalorização da escala de referências de vencimentos e salários dos servidores civis e militares e dá outras providências. "

Essas anotações feitas por Alekhine constituíam a base para as peças documentais que produzia, relacionadas a seu principal objeto de pesquisa: históricos dominiais de imóveis na cidade de São Paulo. Quando tratamos de histórico dominial, entendemos como um processo de modificações levando-se em conta a relação espaço-temporal pela qual uma determinada propriedade passa. No presente caso, o pesquisador as representava em seus documentos cartográficos, tendo como objetivo evidenciar graficamente aspectos referentes ao domínio dos imóveis buscando confrontá-lo com as posses ocorridas. Diferenciando *domínio* e *posse* juridicamente, por *domínio* de um imóvel, podemos entender a relação de direito entre uma entidade ou indivíduo e sua propriedade: é a garantia por meio de documentos probatórios de que ele é proprietário daquele imóvel, o que difere de *posse*. Ter a *posse* de um imóvel, significa ter o usufruto daquele imóvel, ou seja, possuir uma relação de fato com a

propriedade. Essa diferença pode ser exemplificada em casos de ações de *reintegração de posse*. Geralmente, o autor de uma ação judicial requerendo a *reintegração de posse*, é o indivíduo que detém o *domínio* do imóvel, objeto da ação, já que a *posse* está sendo exercida por outro (s) indivíduo (s), que não ele. Do mesmo modo, funcionam as ações de *usucapião*, que são requeridas por aqueles que detém a posse do imóvel, objetivando a conquista de seu *domínio.*

Alekhine se detinha a pesquisar a sucessão do *domínio* de propriedades na cidade e no Estado de São Paulo. Ora, se o *domínio* está garantido por meio de registros cartoriais, por que terceiros haveriam de contratar seus serviços de pesquisa? Ao interessado, bastava uma pesquisa de suas propriedades nos cartórios correspondentes. Acontece que os casos pesquisados por Alekhine envolviam disputas judiciais entre diferentes partes interessadas no domínio de um mesmo imóvel, sendo que a expertise de seu trabalho se desenvolveu com base nas incertezas acerca dessas questões. Segundo Paula e Silva (2002),

> Foi comum, principalmente na primeira metade do século XX, o poder público municipal exigir provas de domínio para ocupantes de terras consideradas devolutas em Pinheiros, Vila Guilherme e outros locais. Isto, causava um imediato pânico entre os ocupantes que se viam, de repente, obrigados a desenterrar documentos e títulos de propriedade para não serem simplesmente expulsos de suas terras, ou seja, suas casas e lares. (PAULA E SILVA, 2002, p. 80)

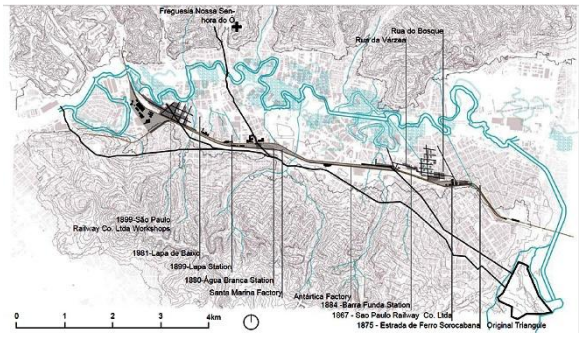
A questão torna-se crucial pois se tratava da garantia de um dos aspectos básicos de sobrevivência: a moradia. Além disso, os antigos registros de terras da cidade de São Paulo eram vagos e imprecisos e os limites geográficos dos terrenos se baseavam em referências naturais como um leito de um córrego, uma rocha saliente, uma árvore específica, matas nativas ou pastos vizinhos, elementos que hoje já não existem.[141] Dada a especificidade temporal da narrativa de descrição cartorial, como Alekhine poderia localizar com exatidão estes imóveis em plantas da cidade das décadas de 1940 – 1960? Foi preciso construir um arquivo que reunisse informações diversas sobre as modificações geográficas da cidade e sobre a história de constituição dos bairros paulistanos, subsídios que levaram à expertise de

[141] A título de exemplo temos o registro paroquial nº 4 (Brás – Maço 26 – Folha 3), em que a viúva proprietária Rosa Maria é possuidora de "Uma sorte de terras no bairro Caguassú, distrito da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Brás (...) cujas confrontações são as seguintes: de um cerne de cambará que está fincado na beira do mato, daí segue por uma picada acima até dar em um pau de Sapopemba que tiraram raízes para fazer rodeio de carro e daí segue pela mesma picada até sair em outro campo onde está outro cerne de cambará afincado e daí segue por um barranco abaixo até chegar ao córrego, onde tem outro cerne fincado e que fica defronte à nossa casa, e, segue córrego abaixo até dar na barra de uma sangra e sobe essa mesma sangra até dar na cabeceira que também tem um cerne ali afincado e daí até a beira do campo onde tem outro cerne que serve de divisa com Hilário Barbosa de Siqueira, para o lado de baixo, onde vem fazer a quadra com o lugar que principiou (Brás, 16 de setembro de 1854)". Cópia de Registro Paroquial. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx25/62.

seu trabalho. Para isso, o contato com arquivos de instituições públicas fora crucial. São Paulo na primeira metade do século XX é a cidade modernizada de Prestes Maia em que se privilegiaram as grandes obras de urbanização que transformaram a capital, canalizando os leitos de rios e córregos da cidade para dar lugar às grandes avenidas. A partir de 1935,

> a cidade começa a ser sacudida pelo Plano de Prestes Maia que corta a cidade com a abertura de diversas avenidas para dar vazão ao intenso movimento das quase um milhão e meio de pessoas que a habitam, absorvendo grande número de propriedades pela desapropriação (PAULA E SILVA, 2002, p. 73 - 74)

Estrategicamente, Alekhine sobrepunha diversas representações temporais da capital paulista, camada sob camada, com a finalidade de elucidar as transmissões imobiliárias da capital. Dado importante para a sua atuação profissional é o conhecimento que detinha sobre a hidrografia do território da capital. Em 1930, Nicolau Alekhine havia trabalhado no Projeto de Retificação do Rio Tietê – marco na urbanização da cidade - e pôde ter acesso a diversos estudos sobre a hidrografia paulistana. Sabendo que os leitos de rios por vezes constituem limites naturais para divisa de terras, estas informações tornaram-se preciosas. No caso do Rio Tietê, a questão fica ainda mais nítida por ser um rio que originalmente fora sinuoso. Uma vez que os registros mais antigos dos terrenos de sua várzea foram feitos com base num Tietê do século XVIII e XIX, com a retificação de seu leito hidroviário na década de 1930, muitos registros precisaram ser revistos com a finalidade de atualizar a matrícula dos imóveis, desapropriar ou mesmo indenizar proprietários. As obras de retificação do Rio Tietê atreladas à edição do Código de Águas de 1935 no Governo Vargas "que, atento às questões energéticas, reserva, para o município, terras dominiais resultantes de leitos de rios e córregos" dariam origem à "diversas grandes áreas dominiais (...) ao longo das avenidas marginais àquele rio" que persistindo até pelo menos o início do século XXI (PAULA E SILVA, 2002, p. 72 – 73).



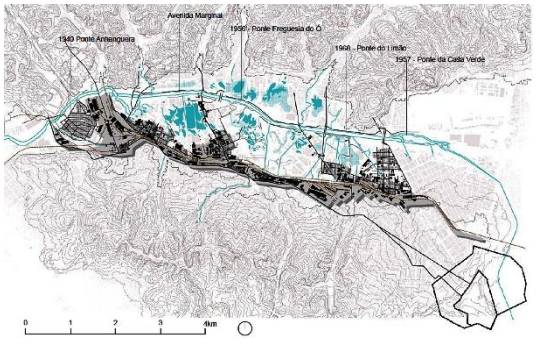


Figura 20: Leito do Rio tietê no início do século XX. Mapa "elaborado por Eliana Barbosa, com base na Planta da geral cidade de São Paulo, de 1905, Acervo da Prefeitura Municipal de São Paulo". Figura 21: "Cartografia interpretativa da década de 1950, elaborado por Eliana Barbosa, com base em imagem aérea de 1958. Acervo da Prefeitura de São Paulo". Fonte: BARBOSA, E. R. Q.; SOMEKH, N; DE MEUDER, B. O rio, a ferrovia e a marginal: infraestrutura e ambiente na ocupação da várzea do Tietê em São Paulo. Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 22, p. 527 – 553, 2020. (Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962020000200527 – Último acesso em: 15/03/2021). Na Figura 20, temos representado no mapa o antigo leito do Rio Tietê antes das obras de retificação e, portanto, com características naturais. Já na figura 21 temos a representação do Rio Tietê após as obras de retificação. Nesse sentido é possível perceber como as obras de retificação transformaram radicalmente a configuração territorial nos terrenos localizados na região de várzea do Rio.

Em resumo, o que Nicolau Alekhine fazia era pesquisar os registros de terras, cartoriais ou paroquiais, que são descritivos, e a partir deles, elaborar um mapa do terreno por vezes se baseando em outros mapas mais antigos. Desse modo, ele localizava as confrontações dos terrenos e o histórico de sucessores que possuíram o domínio do imóvel recuando, quando necessário, aos séculos XVI, XVII e XVIII – período em as terras eram concedidas por cartas de datas e sesmarias pela Coroa Portuguesa ou pela administração local através da Câmara de São Paulo.

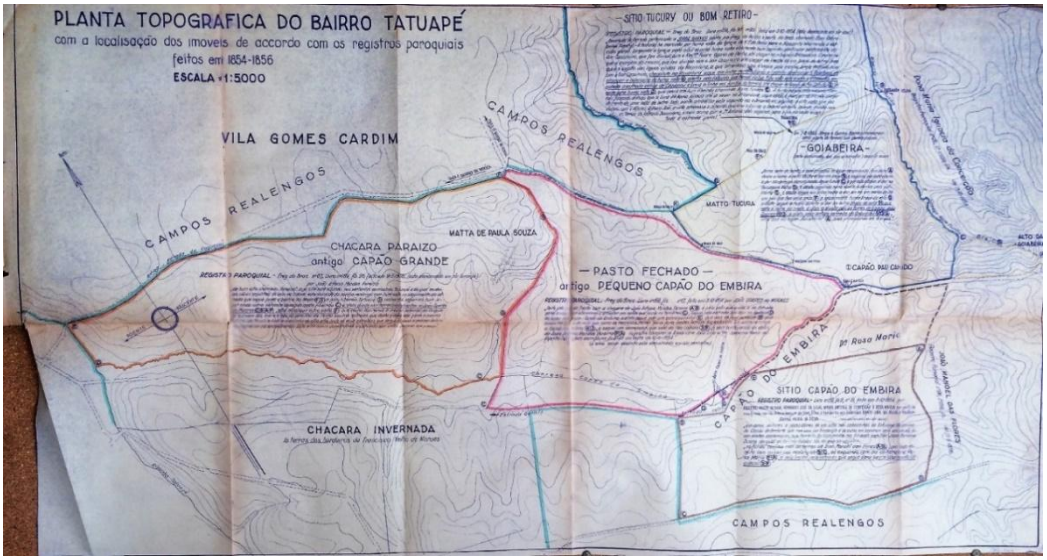


Figura 22 - Planta topográfica do Bairro do Tatuapé com a localização dos imóveis de acordo com os registros paroquiais feitos em 1854-1856. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx020/62.

Na planta acima, podemos perceber que, além de desenhar os limites dos imóveis, Alekhine transcrevia o trecho dos registros paroquiais para legitimar a visualidade representada no desenho. Outro recurso utilizado era a colorização diferenciada para a representação dos imóveis na planta. Esses documentos cartográficos produzidos por Nicolau

Alekhine constituem umas das principais, senão, a principal espécie documental de seu arquivo, por sua visualidade se pretender como caráter probatório e sustentar as hipóteses levantadas nos estudos produzidos por ele. A cartografia, quando analisada em conjunto com os estudos descritivos, por vezes dissociados entre si no arquivo, formam o que Alekhine chama de estudo dominial. Na sua atuação profissional, não bastava que ele compreendesse como se deu a sucessão de um imóvel, ele precisava representá-la visualmente, de forma que os interessados assimilassem a tese elaborada. Havia a estratégia deliberada, portanto, de construir graficamente uma arguição jurídica com a finalidade principal de convencer os magistrados sobre a verdade representada. Nesse sentido, é possível conceber a dimensão da autoridade do desenho vinculada à uma produção de documentos visuais com caráter de prova de uma determinada realidade.

Estes estudos constituíram o produto final de seu trabalho e para que Alekhine chegasse nesse resultado, reuniu toda a documentação 'bruta' que compõe o arquivo, documentos que contém informações extraídas de várias fontes para subsidiar suas hipóteses, dentre elas: certidões cartoriais; cópias e fotocópias positivas e negativas de certidões; cópias de documentos antigos obtidos em arquivos públicos; anotações de pesquisas; cópias de peças judiciais; estudos sobre jurisprudência na área trabalhista;[142] escrituras; recortes de jornal – páginas do Diário Oficial do Estado de São Paulo contendo acórdãos, editais de citações, retificações de nomes e numeração de ruas;[143] quadros genealógicos de sucessores produzido através de pesquisa em inventários; mapas dos Estado de São Paulo; cópias de plantas dos terrenos objetos de seus estudos; índice de registros paroquiais; lista de foreiros.[144] Para ter acesso à esses dados, Alekhine consultou os mais diferentes arquivos para compor o Fundo que leva o seu nome: Arquivo Nacional - RJ; Arquivo Público do Estado de São Paulo;

[142] Num destes estudos, Alekhine pesquisou legislações e jurisprudências relativos ao aumento de vencimentos por "risco de vida e da saúde" dos trabalhadores da área da saúde. Esta pesquisa se deu em favor de sua esposa Elza Fischer Alekhine, funcionária do Hospital das Clínicas de São Paulo, que junto com outros colegas do hospital pleitearam gratificação por conta deste tema. Posteriormente, o requerimento inicial virou um Mandado de Segurança contra o Hospital. *Pasta: legislação sobre risco e vida e da saúde.* Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx19/62).

[143] Nicolau Alekhine recortou, cuidadosamente, 215 anúncios de retificação de números de rua e os separou por logradouro. Entre os 215 recortes, um deles era sobre uma partida de xadrez entre os campeões mundiais Max Euwe e o russo Alexander Alekhine, possivelmente algum parente.

[144] Muitos dos documentos do FNA são cópias, ou cópias de cópias. Mesmo os documentos produzidos e assinados por ele, também são cópias. Quando trabalhava nos órgãos de patrimônio imobiliário, Alekhine entregava a planta original e fazia uma cópia para seu próprio arquivo. Desse modo, Alekhine acabou preservando informações de várias plantas do século XIX já deterioradas no momento em que ele reproduziu. A reprodução, dessa maneira, configura-se como ato de preservação.

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo; Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo; Arquivo do Tribunal de Apelação do Estado de São Paulo; Arquivo João Batista Campos Aguirra (hoje incorporado ao Museu Paulista); arquivos de cartórios, tabeliães, ofícios cíveis; arquivos paroquiais de municípios cujos imóveis constituíram seu objeto de pesquisa. Além destes arquivos, ele pôde agregar documentos enviados pelos próprios interessados contratantes de seus serviços, como por exemplo, documentos da Empresa Territorial Dias de Toledo[145], e ainda, os arquivos do espólio do Banco de Crédito Real de São Paulo, que contém inventários, processos de liquidação e escrituras de terras.

Merece destaque também os documentos pessoais de Nicolau Alekhine que compõem o fundo: cartões postais de sua terra natal;[146] recortes de jornal sobre a possível existência de extras-terrestres[147] e sobre uma expedição às Ilhas Galápagos;[148] dois pequenos livros de meditação;[149] notas fiscais de obras executadas na sua residência entre os anos de 1953 e 1956;[150] recortes de jornal sobre corte e costura;[151] convite de seu casamento com sua esposa Elza Ribas Fischer; contas de energia elétrica de seu imóvel na Rua Prisciliana Duarte nº 55 – Bairro Jardim Saúde, e até mesmo uma letra de música gravada por Nelson Gonçalves, rascunhada num pedaço de papel. Estes fragmentos são igualmente importantes por conferir pessoalidade ao arquivo. No meio de certidões, escrituras e plantas, surge despretensiosamente um recorte de jornal sobre um tema que despertou o interesse do titular, passou por seleção e foi incorporado ao seu arquivo. Esses fragmentos são registros pessoais de Alekhine, para além de sua vida profissional representada pela grande totalidade do fundo. A existência desses registros demonstra a intersecção das dimensões pessoais e institucionais do arquivo. A falta de organização dos documentos é outro fator que contribuiu para a

[145] Esta Empresa tinha interesse na comprovação do domínio de vasta propriedade localizada entre os municípios de São Bernardo do Campo e Santos e contratou Alekhine para pesquisar o histórico de seus imóveis que estavam em litígio.

[146] Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx04/62.

[147] Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx06/62.

[148] Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx33/62.

[149] Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx49/62.

[150] Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx26/62.

[151] A maioria destes recortes é de um suplemento intitulado "Momento Feminino" dos jornais *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*. Alguns destes artigos são: "Como obter um armário mais cômodo?"; "Que é, afinal, a água pesada?"; "Blusa: confecção simplíssima"; "A dieta e a qualidade dos alimentos"; "A mulher instável"; "Como preparar um bom rosbife"; "Toalhas de Mesa"; "Cobertorzinho modelo Nadeje: como fazer"; "Molde humano para costuras". Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx36/62.

confluência e demonstra, mais uma vez que, as apropriações feitas tanto pelo Exército quanto pelo Iphan carregam um caráter arbitrário ao classificar essas tipologias específicas de documentos, seja como de ‘importância para a Segurança Nacional’ ou como ‘indispensáveis para as pesquisas e proteção dos monumentos’.



Figura 23 - Cartão Postal com as felicitações de “feliz ano novo” em russo. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx04/62.

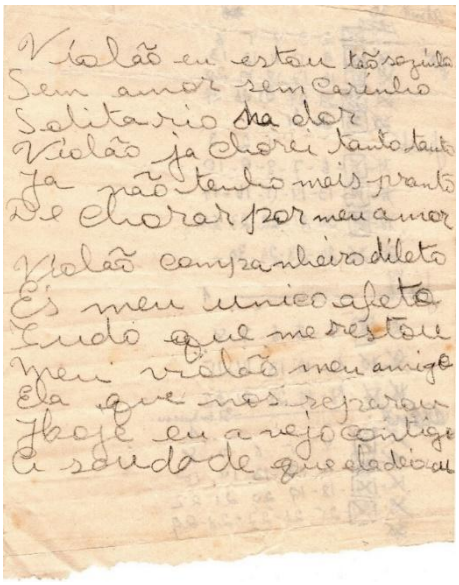


Figura 24 - Letra da música “meu dilema (violão) ” de Adelino Moreira (1918 – 2002) gravada por Nelson Gonçalves em 1960. Sem informações de data ou de autoria – pesquisa feita pelo autor. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx032/62 – Maço 5.

Uma outra parte da documentação do FNA é proveniente dos arquivos da 2ª Região Militar do Exército Brasileiro – 2ª RM que foi enviada diretamente para Luís Saia e que não se relaciona diretamente com a apreensão de Nicolau Alekhine e nem de seu arquivo. São plantas, desenhos e projetos de dependências do Quartel General da sede da 2ª Região Militar feitas para estruturas em concreto armado, o que poderia se justificar pelo encaminhamento à Luís Saia, já que o chefe da regional paulista do Iphan era especialista no uso desta técnica construtiva – largamente empregada em diversos restauros em que o arquiteto esteve à frente – constituindo uma espécie de consulta prévia a um especialista para análise e posterior devolução, o que não ocorreu. Ainda sobre este conjunto, alguns documentos são de bens tombados pelo Iphan no Estado de São Paulo que estavam sob a jurisdição do Exército e que foram enviados a Luís Saia a pedido. Esta documentação constitui-se basicamente de plantas e correspondências sobre ocupações "indevidas" nos imóveis Fortaleza da Barra Grande – Guarujá; Forte São João – Bertioga; Fortim da Praia do Góis – Guarujá; Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Iperó.[152]

Estes documentos revelam um estreitamento das relações entre o Exército e o Iphan - SP. A maior parte dos documentos foram encaminhados por dois oficiais, os capitães João Sihler e Reginaldo Moreira de Miranda – os dois agentes responsáveis pelo inquérito que prendeu e investigou o arquivo de Nicolau Alekhine, conforme abordado no Capítulo 1. Ambos oficiais eram funcionários do Serviço de Patrimônio Regional da 2ª Região Militar – SPR - 2ª RM e trocavam informações relacionadas aos imóveis tombados pelo Iphan e inventariados pelo Exército, constituindo um canal de colaboração para a preservação dos bens culturais sob proteção nos dois órgãos. São documentos provenientes do Exército que destoam do restante por não estarem dentro da data-limite possível de acumulação pelo titular e são correspondências trocadas diretamente entre os oficiais militares do SPR e Luís Saia. Enquanto a maioria dos documentos foram acumulados por Nicolau Alekhine, este segundo conjunto jamais poderia ter sido acessado pelo titular pois foram produzidos após sua apreensão e de seu arquivo. Se Luís Saia solicitou a documentação para subsidiar estudos sobre os bens culturais sob jurisdição da 2ª RM, por que esses documentos não foram acondicionados junto ao conjunto de bens culturais tombados da Superintendência, em pastas

[152] Já desde 1963, dois anos antes de Saia prestar depoimento no IPM, existia um canal de comunicação entre a 2ª Região Militar e o Iphan-SP. (Boletim Regional nº 141 de 31 de julho de 1963 informando sobre a remessa de documentos sobre o Forte São João de Bertioga e Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx48/62).

suspensas, organizadas em séries documentais?[153] Por que incorporar esta documentação junto ao FNA, um fundo fechado, com data limite pré-estabelecida? Estas ações constituem intervenções no FNA que foram realizadas pela Superintendência do Iphan em São Paulo, *a posteriori*, quando o arquivo de Alekhine já estava sob guarda da regional. Incuta-se, desse modo, uma projeção da lógica de guarda baseada na proveniência, ou seja, o arquivo que outrora fora de Alekhine se transforma no arquivo da 2ª Região Militar, a partir do qual se reúne toda e qualquer documentação proveniente do Exército. Desse modo, Luís Saia retira o protagonismo do titular do arquivo e projeta na instituição militar que arbitrariamente se apropriou dele.

Todas essas intervenções, ao serem examinadas sem o prévio conhecimento sobre a trajetória do titular e de seu arquivo podem ser concebidas como natural, o que sabemos, não o serem. Já que nos propomos a desnaturalizar esse acervo, pretendemos trazer luz às intervenções que foram feitas pelos diferentes agentes que tiveram contato com a documentação, com destaque para as praticadas pelos agentes do Exército por terem sido realizadas no contexto coercitivo e serem visualmente impactantes. Além disso, buscamos perscrutar as intervenções realizadas quando a documentação já se encontrava nas dependências do Iphan-SP, práticas que se relacionam com a pragmática da disciplina arquivística na lida cotidiana de uma instituição.

2.1 Revirando os guardados do outro: as intervenções no arquivo

A documentação reunida no FNA passou por algumas intervenções que trouxeram um protagonismo para os sujeitos que agenciaram esses arquivos, tencionando a relação supostamente indivisível entre o titular e seu arquivo. Uma dessas intervenções foi a promovida pelo Exército Brasileiro quando apreendeu a documentação: criou um carimbo de identificação com os dizeres: "Documento apreendido com outros em a residência do Sr. Nicolau Alekhine".

[153] O conjunto de documentos dos Bens Tombados seria um local mais apropriado para receber a documentação já que as pastas constituem um "histórico" sobre as intervenções que foram feitas nos bens culturais e contém informações básicas sobre eles. É nesse conjunto que se encontram plantas, levantamentos, medições, informações de administração e jurisdição, etc. Além disso, estes documentos estão acondicionados em pastas suspensas, guardadas num arquivo deslizante com o intuito de serem melhor preservados.

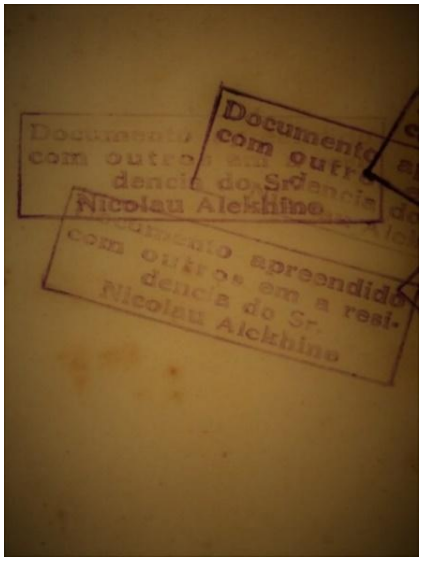


Figura 25 - Capa de maço com carimbos do Exército. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx12/62.

A menção explícita à apreensão dos documentos no carimbo, além de projetar a contravenção, revela a intencionalidade de frisar que são peças documentais que não pertencem ao titular e sim, que foram resgatadas na residência do suposto contraventor. Nessa medida, o arquivo identificado não pertenceria a Alekhine, antes, fora encontrado e apreendido em sua posse, cunhando desse modo uma dimensão indeterminada da titularidade. Fazia-se necessária a utilização dessa retórica pelos agentes militares para, mais uma vez, incisivamente, provar a contravenção praticada por Alekhine. Quanto ao sentido da ação, ao refletirmos sobre o ato de identificar a documentação, podemos supor um trabalho pragmático e exaustivo que deveria contemplar, toda a documentação: isso, no entanto, não ocorreu. Apenas alguns maços de documentos foram carimbados o que nos leva a questionar se houve uma seleção nos documentos que deveriam ser carimbados ou se constituiu um ato aleatório. Além da identificação, muitos documentos foram manchados com tinta, de mesma coloração utilizada nos carimbos, convergindo para a hipótese de que seriam também provenientes dos agentes do Exército.

Ao identificarmos o padrão de intervenção nos documentos, a forma da expansão da tinta pelo papel, percebemos que a intervenção foi proposital numa tentativa, aparente, de apagamento das informações. A questão da seleção do suporte para algumas das intervenções - fichas de pesquisa - demonstra ainda, a intencionalidade de se anular a recuperação das informações dentro do arquivo contribuindo, dessa forma, para desorganizar uma ordenação

pré-estabelecida. Se o Exército acabara de apreender "robusta e farta documentação imobiliária, versando a maioria sobre imóveis do patrimônio da União"[154] dimensionando inclusive, sua importância para a 'Segurança Nacional' faria mais sentido utilizar-se dos atributos pré-estabelecidos de organização do arquivo para poder consultá-lo futuramente. O fato de não o fazê-lo corrobora para concebermos um caráter de punição, censura e ainda, de legitimação coercitiva da apropriação neste tipo de intervenção.

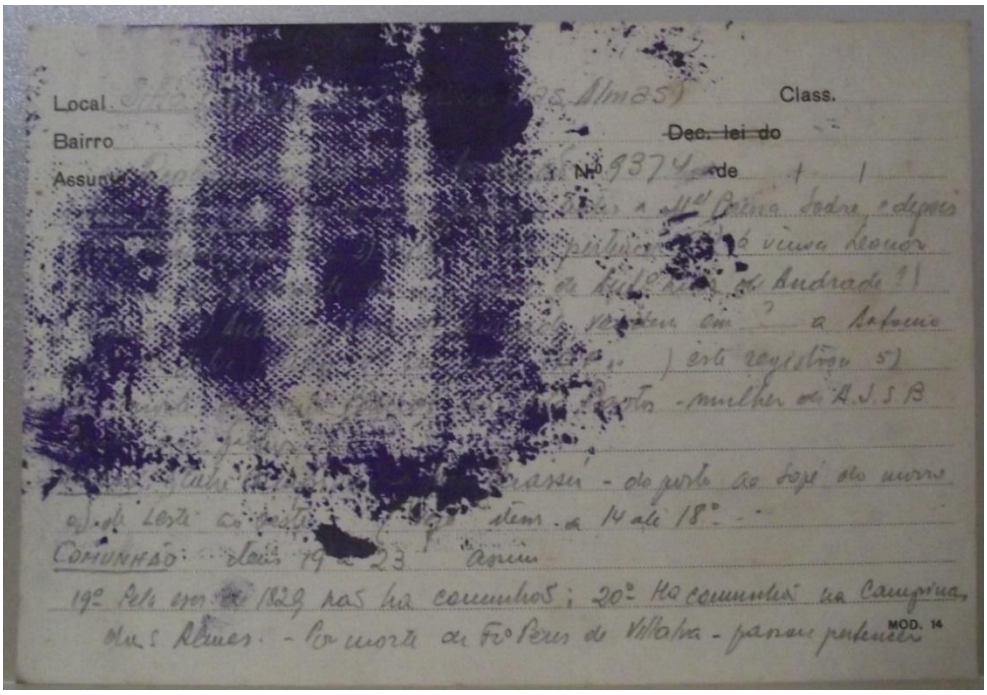


Figura 26 - Ficha de Pesquisa. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx12/62. Apesar da intervenção, a ficha diz respeito ao Sítio Campinas das Almas. Na ficha constam informações das transmissões entre os herdeiros e proprietários, se houve ou não comunhão de bens e ainda, os limites dos terrenos. Esse tipo de ficha foi fabricada exclusivamente para atender às necessidades de pesquisa e organização do arquivo de Alekhine.

Na ficha exemplificada, o agente responsável pela intervenção utilizou a própria mão para pressionar a almofada de carimbo sobre o papel. É como se utilizassem de uma 'almofada' de carimbo encharcada de tinta e virassem sobre a folha, pressionando-a com a palma da mão. Quase a totalidade das fichas de pesquisa está manchada com tinta. Nesses termos, a intencionalidade principal seria a de anular sobremaneira a possibilidade de recuperação das informações no arquivo.

[154] Relatório do delegado Cyro da Rocha Mendes ao Encarregado Cap. João Sihler, 27 de janeiro de 1965. Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1201 (Apenso 6).

Não só os documentos profissionais de Nicolau Alekhine sofreram intervenções desse tipo. Os documentos pessoais também foram contemplados na intervenção. Questiona-se assim o caráter comprometedor deste conjunto de documentos e até que ponto seriam importantes para a 'Segurança Nacional' como os agentes do Exército defenderam nos IPMs. Caso emblemático e representativo é a intervenção com tinta sobre o convite de casamento de Alekhine com sua última esposa, Elza Ribas Fischer. Um convite de casamento, a rigor, conteria nome dos noivos, por vezes a filiação correspondente e o endereço da cerimônia, nada mais. É produzido para que sirva de lembrança de um momento especial, caro aos amigos e familiares que testemunharam a união matrimonial. Qual seria, então, a intenção de manchar com tinta esse tipo de documento? Torna-se quase impossível não interpretarmos como uma atitude deliberada de agressão ao titular do arquivo. Uma violência simbólica que denotaria um instinto de destruição das memórias afetivas de Nicolau Alekhine por parte dos agentes do Exército. O ato de carimbar e manchar com tinta a recordação de seu matrimônio mostra o quanto estas intervenções foram abusivas e nenhuma relação possuíram com a retórica argumentativa jurídica forjada para a investigação, já que nenhuma informação comprometedora há num convite de casamento.

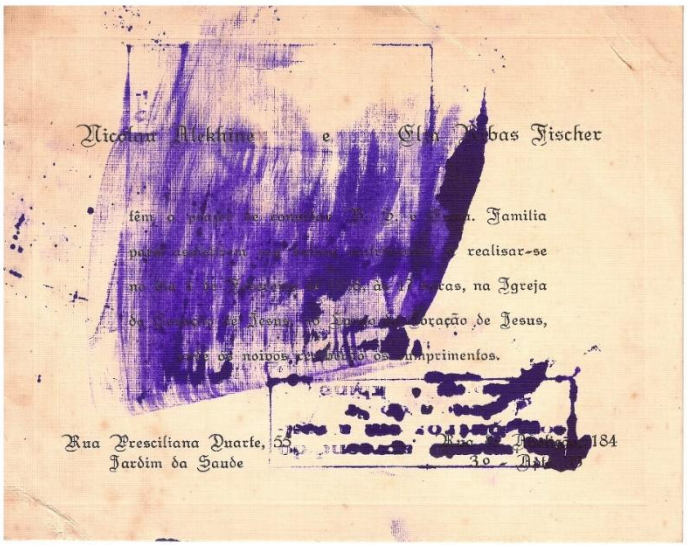


Figura 27 - Convite de casamento de Nicolau Alekhine com Elza Ribas Fischer. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx12/62. Alekhine e Elza se casaram em 1º de fevereiro de 1958, às 17 horas na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, no Largo do Coração de Jesus, bairro de Campos Elíseos, região Central de São Paulo. Após a união matrimonial, o casal passou a morar na casa de Alekhine, à Rua Prisciliana Duarte, nº 55, Jardim da Saúde, local onde foi aprendida a documentação. No canto inferior direito, presente o já citado carimbo de identificação criado pelo Exército.

Além do carimbo com os dizeres, foi utilizado para intervir na documentação um outro carimbo com formas geométricas quadradas dispostas lado a lado, cujo único propósito parece ter sido o ocultamento das informações. A própria existência de um carimbo ausente de símbolos gramaticais sugere este propósito, já que dentro de um sistema burocrático, carimba-se quando há a pretensão de formalizar um ato administrativo específico, seja identificar, autenticar ou receptar documentos.

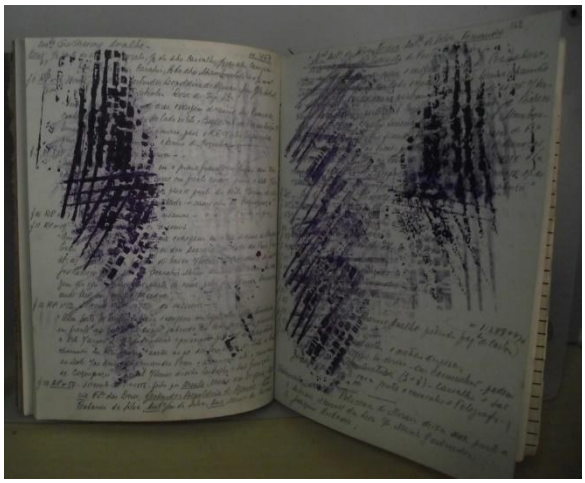
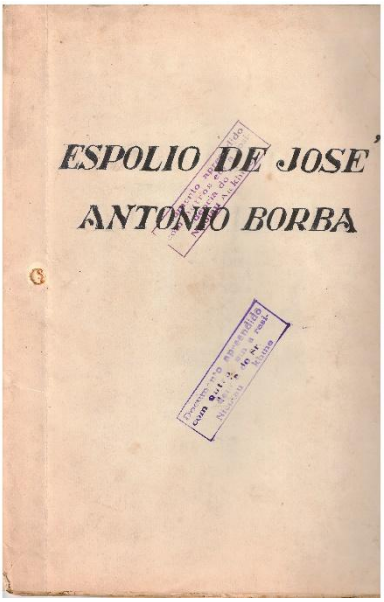


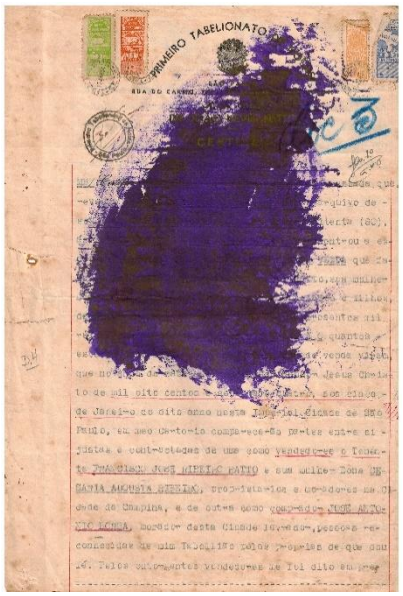
Figura 28 - Caderno de anotações de pesquisas, com carimbos. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx18/62. A maioria das anotações são de registros paroquiais, contendo, na margem esquerda a folha do livro de registro, o número e em seguida, a transcrição, demonstrando conhecimentos de paleografia pelo titular.

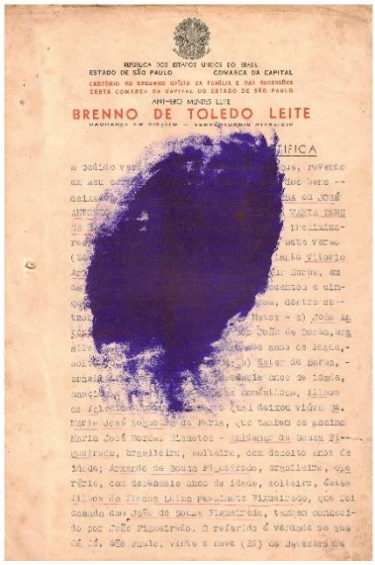
Na imagem representada acima estão presentes informações reproduzidas de registros paroquiais e sistematizadas por meio das anotações a lápis. Se existiu a intenção dos agentes do Exército de ocultar as informações presentes no caderno, faria mais sentido utilizar-se de uma borracha para apagar as informações, uma vez que a totalidade das anotações foi registrada a lápis. A reflexão acerca das questões levantadas nos direciona para conceber uma ausência de pragmatismo nas ações, evidenciando, por conseguinte o caráter arbitrário e punitivo das intervenções.

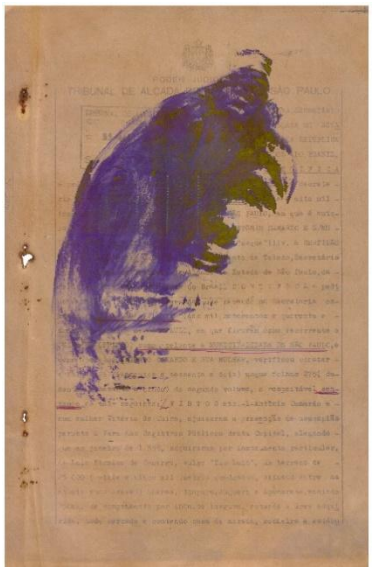
Se até aqui, as intervenções prezaram pelo uso de um objeto como suporte, seja carimbo ou almofada de tinta, entra em análise agora um modo diferente de se intervir na documentação. Um terceiro tipo de intervenção, ainda feita pelos agentes do Exército, foi realizada com tinta de carimbo diretamente sobre o suporte em papel. Quando comparada com todas as outras intervenções, ganha destaque a violência da intervenção praticada –

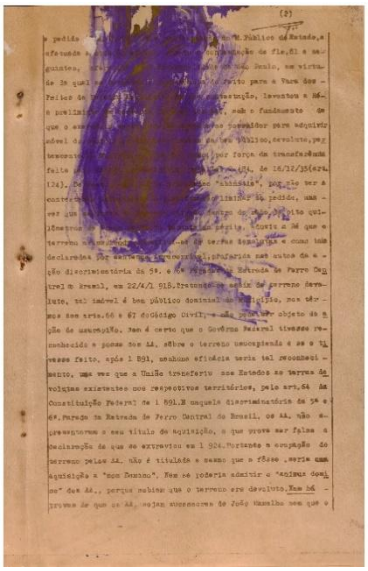
despejando e espalhando tinta sobre os documentos. Nesse sentido, o conjunto documental, intitulado “Espólio de José Antônio Borba” é representativo já que todos os documentos foram manchados com tinta. São documentos que dizem respeito ao Sítio Embaúvas, na região que hoje se encontra o Bairro da Mooca, nos arredores do Centro de São Paulo.











Figuras 29, 30, 31, 32 e 33 – Documentos que compõem o Espólio de José Antônio Borba. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx04/62. Conjunto constituído de certidões de registros de terras sobre a propriedade denominada Sítio Embaúvas.

Na documentação sobre o Espólio de José Antônio Borba, a maioria dos documentos são cópias de certidões e registros de terras cartoriais e ao final do conjunto, é possível

vislumbrar a planta do terreno, produzida por Nicolau Alekhine com base nas informações sobre os proprietários, as confrontações dos terrenos e as transmissões realizadas. Era através desses subsídios que Alekhine construía graficamente suas hipóteses de localização dos terrenos. Estrategicamente, o Sítio Embaúvas estaria representado entre os terrenos correspondentes à Sesmaria de João Ramalho[155] e à Sesmaria do Rossio da Cidade de São Paulo – terras pertencentes à Câmara Municipal no Centro da Cidade.[156]

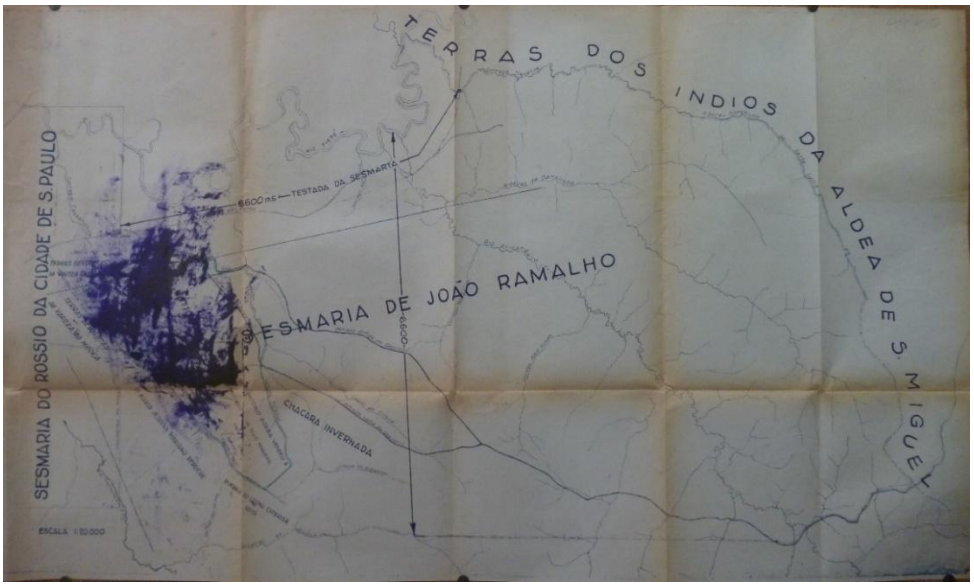


Figura 34 - Planta dos terrenos correspondentes à Sesmaria de João Ramalho. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx04/62.

Na imagem acima, o Sítio Embaúvas está representado exatamente onde estão as manchas de tinta. Ao conjecturar a hipótese da intenção de apagamento da informação,

[155] "(...) atendendo às disposições da Coroa, foram concedidas terras em sesmaria a João Ramalho – português que viveu com diversas índias em Santo André e deixou enorme prole – e aos índios – para seus aldeamentos sob tutela dos jesuítas – na região onde hoje situa-se o bairro de Pinheiros e os municípios de Barueri, Carapicuíba e Osasco. Além destas, foi concedida a sesmaria de São Miguel, à leste da Vila de São Paulo de Piratininga, também aos índios. O Mapa 1 dá uma ideia da localização da última e da dimensão das sesmarias concedidas, que mediam "seis léguas em quadra" ou até dez léguas de costa " (PAULA E SILVA, 2002, p. 44)

[156] A Sesmaria do Rossio foi definida como um perímetro de terras destinado ao crescimento da cidade, pertencente à Câmara Municipal de São Paulo para aforar a quem bem entendesse. "Como germe da área urbana da cidade, já em 1598, foi oficializado, como distinto das outras terras, o rossio da cidade doado por Martim Afonso de Souza, constituído de sesmaria de meia légua de terra "para todos os lados", o que equivalia a uma légua em quadra (...). Na verdade, a área efetivamente ocupada pela cidade era muito menor e o rossio constituía as terras sob o domínio das Câmara. Cassada a doação por capricho de um desembargador, o rossio foi restabelecido em 1724, respeitados os direitos (propriedades) dos que já tinham terras reconhecidas como suas, os "paus reais" e o dízimo de praxe. A demarcação ocorreu em 1769, 45 anos depois, portanto, tendo como centro o então Largo da Sé. Mas a legislação não fixou limites para o município. " (PAULA E SILVA, 2002, p. 47 - 49).

quando levamos em conta o conjunto de documentos que sofreram as intervenções, chegamos à conclusão de que existiu um descuido na ação. Nas cinco primeiras imagens, os documentos reproduzidos são certidões obtidas em cartório, portanto, uma reprodução: o teor do documento original continua existindo no recinto cartorário, bastaria uma nova solicitação para que se emitissem as certidões. Quanto à planta, através do exame exaustivo do FNA foi possível recuperar as informações que foram ocultadas através da localização da planta original, que está no mesmo arquivo, em melhores condições, na caixa de número 20.

Em síntese, podemos afirmar que apesar de violentas, as intervenções realizadas pelo Exército foram pouco efetivas - levando-se em consideração a intencionalidade de apagamento de informações - já que muito dos documentos que constituem o FNA estão reproduzidos mais de uma vez, como no caso da planta acima. Desse modo, essa reprodutibilidade presente na maioria dos documentos do FNA acaba se constituindo uma forma de preservação das informações, seja pela duplicidade das peças documentais, seja pelo próprio método de acúmulo do arquivo – reproduzindo documentos de arquivos outros, por vezes em estágio de deterioração. Das 62 caixas que formam o Fundo Nicolau Alekhine, apenas 10 contém documentos com carimbos do Exército e/ou manchas de tinta, o que corresponde à 16% da totalidade do arquivo. Se a intenção dos agentes do Exército era apagar as informações, houve uma falha na operação, já que o exame exaustivo do arquivo no momento da intervenção não ocorreu. O uso da tinta nas intervenções nos encaminha, principalmente, para a concepção de um caráter de punição propagado pelas autoridades militares. Em vista disso, através das reproduções, o arquivo resistiu dentro de si mesmo contra as arbitrariedades praticadas, muitas vezes realizadas sem nenhum tipo de conhecimento prévio sobre a totalidade da documentação apreendida.



Figura 35 - Planta dos terrenos correspondentes à Sesmaria de João Ramalho (sem intervenções). Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx20/62. Com a totalidade do documento cartográfico visível, percebemos as confrontações do terreno denominado Sítio Embaúvas tendo como referências a Estrada da Cassandoca, o Córrego Tatuapé e o perímetro do Rossio da Cidade de São Paulo. Dentro do terreno são representadas ainda uma invasão de terras por Rafael Paes de Barros - rico proprietário de terras na cidade, o local da questão em que pesou o litígio, a chácara inventariada e as terras devolutas na Várzea da Cassandoca e da Mooca.

Quando a documentação foi transferida para o Iphan-SP, além da intervenção já mencionada de Luís Saia - que incorporou documentos ao FNA que não faziam parte da apreensão pelos agentes do Exército e tampouco foram produzidos por Alekhine - uma outra intervenção foi realizada por iniciativa do chefe da regional paulista. Por volta de 1972 – 1973, Saia incumbiu o historiador Jaelson Bitran Trindade de realizar um levantamento da documentação correspondente aos antigos bens dos jesuítas no estado de São Paulo dentro do FNA, solicitação proveniente da Diretoria do Iphan no Rio de Janeiro.[157] Segundo informações de Trindade, conforme ele foi pesquisando a documentação, simultaneamente, tentou organizá-la e identificá-la com a finalidade principal de recuperar as informações posteriormente. A premissa do mapeamento para recuperação das informações se deu pelo fato de que a documentação estava bastante desorganizada, a priori,

> As caixas tinham de tudo, as pastas às vezes não tinham identificação e tinha muita coisa dentro além do que estava escrito ou nem tinha nada escrito.
> Essa pesquisa me fez ver as dificuldades de manipular e de aproveitar o acervo, porque eu fui vendo que tinham plantas dos aldeamentos, plantas desses lugares, as fazendas também. Não só os aldeamentos. Está vendo?! Tudo isso fui eu que fui organizando. Foi uma tentativa de. Eu tinha tantos outros trabalhos de pesquisa que

[157] Entrevista concedida por Jaelson Bitran Trindade no Arquivo Iphan-SP, no dia 17/08/2017.

> eu não podia me dedicar a isso, né?! Mas sempre eu tirava um tempo para fazer isso.[158]

Ao selecionar o que poderia ser utilizado ou não para as pesquisas levadas a cabo pelo Iphan-SP, o historiador realizou sua investigação identificando as capas dos maços com caneta esferográfica e/ou pincel permanente, numerando os maços e as pastas que continham os documentos e, às vezes, descrevendo seu conteúdo. Segundo Jaelson, posteriormente, foram produzidas fichas correspondentes à numeração inicial que serviriam para recuperar as informações do arquivo – registros que não foram encontrados na nossa pesquisa. Com a finalidade de melhor acondicionar os documentos, algumas capas de maços foram substituídas por capas do Ministério da Educação e Cultura, que eram utilizadas na instrução de processos do Iphan.

A utilização destes mecanismos para identificação dos documentos trouxe uma nova organização – ou uma tentativa de – para o arquivo. Desse modo, a representação gráfica de identificação dos maços passou a conter anotações promovidas pelo funcionário do Iphan-SP ao lado da identificação original realizada por Nicolau Alekhine.

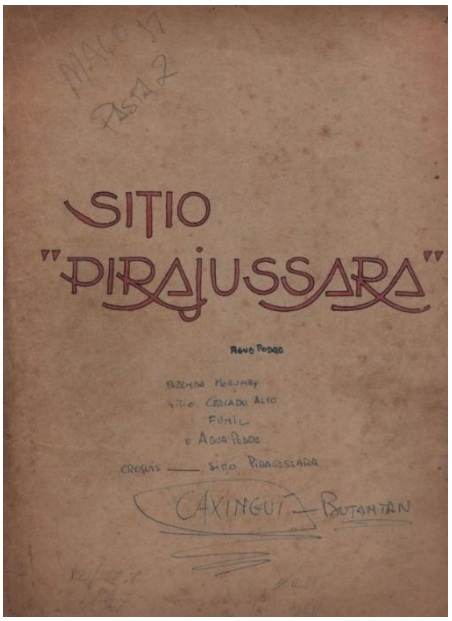


Figura 36 - Capa do maço de documentos do Sítio Pirajussara com título original contendo na parte superior e inferior intervenções com caneta esferográfica - Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx05/62. Na grafia de identificação original podemos perceber um cuidado na produção, característica presente nas capas de maços produzidas por Alekhine. Na intervenção pelo historiador Jaelson, vemos além da numeração das pastas e maços, a descrição do conteúdo de acordo com os terrenos pesquisados: Fazenda Morumby, Sítio Cercado Alto, Funil e Água Podre, Caxingui, Butantã, além de croquis do Sítio Pirajussara.

[158] Entrevista concedida por Jaelson Bitran Trindade no Arquivo Iphan-SP, no dia 17/08/2017.

Não há dúvidas de que as intervenções realizadas pelo historiador foram feitas com a melhor das intenções, já que o objetivo era identificar a documentação para melhor recuperar as informações e ainda, re-acondicionar os documentos contidos nos maços com capas em melhores condições: as originais já se encontravam com perda de suporte ocasionado, pela deterioração do material e pelas transferências realizadas do arquivo. Jaelson Trindade menciona um registro que foi feito dessas intervenções por meio de um relatório no formato de folhas A3 e outro arrolamento da documentação de cerca de 70 páginas.[159] No entanto, esses documentos não foram encontrados em nossa pesquisa e não estão junto à documentação, o que deixa uma lacuna nesse processo de organização. Sem acessar esse relatório e o arrolamento mencionado, o consulente poderia cometer equívocos, presumindo que a organização realizada teve como autoria o titular do arquivo, Nicolau Alekhine. Até o momento da entrevista realizada com historiador, nossa hipótese era essa. Devido a isso, tornou-se crucial para este trabalho a conversa com Jaelson, que gentilmente se dispôs a ser entrevistado e ajudar no que fosse possível. O historiador, por meio do exame inicial da documentação identificou pastas e maços de documentos em 30 caixas do arquivo. Embora não tenha sido executado exaustivamente - por uma série de motivos, entre os quais, o destacamento de apenas um funcionário para realizar o trabalho numa documentação bastante desorganizada - a ação foi importante para que o Iphan-SP, em tese, se apropriasse da documentação como parte de seu arquivo.

Novas tentativas de organização foram realizadas posteriormente. Em 2010, uma empresa foi contratada para a higienização, organização e acondicionamento de parte dos documentos do Iphan-SP, entre os quais, o FNA. A Superintendência do Iphan em São Paulo acabara de se mudar de Sede – de um casarão na Rua Baronesa de Itu para novo casarão na Avenida Angélica, mais amplo, e após a mudança, fazia-se necessário o acondicionamento da documentação no novo espaço. Conforme relatório apresentado pela empresa *Spot Consultoria*, o contrato tinha como objetivo a "prestação de serviços profissionais na gestão de documentação e de informação, visando à organização e processamento do acervo arquivístico na Superintendência do Iphan em São Paulo."[160] Desse modo, os documentos do FNA foram higienizados e re-acondicionados em caixas-box, mantendo-se a organização

[159] Entrevista concedida por Jaelson Bitran Trindade no Arquivo Iphan-SP, no dia 17/08/2017.
[160] Relatório final, p. 3. Processo nº 01506.001784/2010-45 – Arquivo Iphan-SP.

anterior.[161] No processo ainda consta um relatório individual do FNA, contendo informações básicas sobre Nicolau Alekhine e seu arquivo. Segundo o relatório,

> O fundo constitui-se de documentos reunidos por Nicolau Alekhine, topógrafo e engenheiro, russo, que pesquisou terras e propriedades do Estado de São Paulo, produzindo um interessante acervo de mapeamento de terras e genealogia de possíveis proprietários e seus herdeiros.
>
> Este acervo foi apreendido pelo Exército Brasileiro, por volta da década de 1970, por se tratar de grilagem, ou seja, alienação fraudulenta de terras foi repassado para Iphan na condição de depositário fiel dos documentos.
>
> Devido ao processo de organização dos documentos da Superintendência do Iphan-SP, o Fundo Nicolau Alekhine passou por higienização e acondicionamento adequado. No momento se faz necessária a definição de guarda oficial destes documentos, por se tratar de uma documentação muito rica historicamente e merecer acessibilidade do público.[162]

Até então, eram essas informações que tínhamos registradas no Arquivo sobre o Fundo Nicolau Alekhine. O relatório não deixa claro de que forma a empresa obteve esses dados biográficos do arquivo. Hoje sabemos que a apreensão se deu em 1964 e não 1970, como diz o relatório, e ainda, os documentos foram, de fato, doados à Superintendência e não "repassados na condição de depositário fiel"[163] o que dispensa também a orientação da empresa na "definição de guarda oficial". O relatório segue por mais 9 páginas descrevendo em tópicos os locais pesquisados por Alekhine, sítios, fazendas, chácaras e termina por apresentar uma tabela contendo a numeração das caixas e o conteúdo, a partir do que já havia sido organizado anteriormente.

No ano de 2013, uma nova empresa foi contratada para higienizar, organizar e acondicionar 450 metros lineares de massa documental acumulada na Superintendência do Iphan em São Paulo.[164] Tal iniciativa partia da necessidade de que se organizasse uma documentação armazenada em caixas-transporte depositada no almoxarifado da Sede da Superintendência, cuja maioria era proveniente da Coordenação Administrativa da unidade. Percebendo que o principal objeto do contrato não totalizou os 450 metros previsto no contrato, os conjuntos documentais mais relevantes para a Superintendência foram adicionados aos poucos, entre eles, o FNA. A definição de prioridade partiu da gestão do Arquivo Iphan-SP pelo então arquivista Eduardo Siufi, servidor de carreira, hoje lotado na

[161] Relatório final, p. 8. Processo nº 01506.001784/2010-45 – Arquivo Iphan-SP.

[162] Relatório documental – Fundo Nicolau Alekhine, p. 3. Processo nº 01506.001784/2010-45 – Arquivo Iphan-SP.

[163] Ver capítulo 1.

[164] Processo nº 01506.005103/2013-61. Arquivo Iphan-SP.

Superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul. À época, a equipe de arquivo era formada por ele, a então estagiária e estudante de história Lídia Camargo e eu, enquanto assistente do arquivo. A questão acerca da importância do Fundo Nicolau Alekhine já era levantada por Siufi antes mesmo da contratação da empresa que, quando foi efetivada, tornou-se uma oportunidade para a inclusão do FNA. A empresa contratada higienizou e re-acondicionou o acervo, mantendo a organização anterior e identificando os maços de documentos. No entanto, o processo de identificação física dos maços cobriu apenas 15 caixas das 62 que compõem o fundo, cerca de 25% do total. No relatório final, a empresa conseguiu condensar dados mais precisos sobre o fundo, como data de nascimento do titular, filiação, data de sua prisão e a identificação do habeas corpus. A organização baseou-se num quadro de arranjo por assunto e tipo documental. Apesar de ser um avanço com relação aos outros trabalhos, ao descrever apenas o tipo documental e o texto de identificação nas capas dos maços, a recuperação da informação não ficou tão efetiva, uma vez que nem sempre o que está identificado nas capas corresponde ao conteúdo, como frisou Jaelson na primeira tentativa de organizar a documentação.

Durante nossa pesquisa, adotamos o uso de um caderno de campo em que foram anotadas as informações sobre o Fundo Nicolau Alekhine no período em que estivemos "imersos" no arquivo tal qual um antropólogo o faz num trabalho de campo. Essa imersão se deu consultando exaustivamente as caixas de documentos e conversando com antigos funcionários, entre eles, o historiador Jaelson Bitran Trindade. Esta etapa constituiu a mais importante da pesquisa e foi realizada em um período de três meses. O exame minucioso e exaustivo da documentação em um ambiente isolado, no local de guarda do arquivo aparado por toda uma infraestrutura de consulta e reprodução permitiu a concepção permanente de hipóteses que foram sendo confirmadas ou refutadas à medida que avançávamos. Isso também permitiu que examinássemos a documentação a partir de lentes diversas, sendo uma delas a da conservação. Nesse sentido, de nossa parte, o caráter interventivo ocorreu de duas maneiras: ao re-acondicionarmos alguns documentos de grandes formatos que apresentavam perda de suporte por estarem dobrados e ao iniciarmos um processo de devolução de uma planta de loteamento pertencente ao Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. As duas intervenções foram realizadas com prévia comunicação à atual equipe do Arquivo Iphan-SP. Quanto à primeira, as plantas foram re-acondicionadas em material neutro de maneira que preservasse suas dimensões dentro da caixa. Já na segunda intervenção, nos deparamos com um selo de identificação da planta contendo a menção ao Arquivo Histórico Municipal. Juntamente com

a equipe do Arquivo Iphan-SP contatamos os responsáveis do Arquivo Municipal os quais atestaram a originalidade e autenticidade do documento e a partir disso, iniciamos as tratativas para a devolução. Na caixa onde estava a referida planta inserimos uma informação técnica de referência ao processo de devolução.



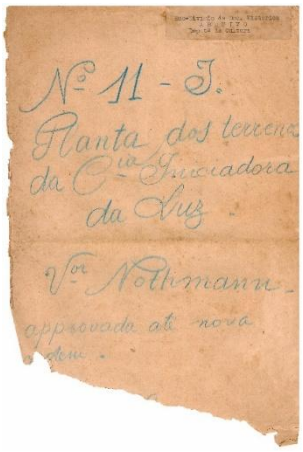


Figura 37 – Planta dos terrenos pertencentes à Companhia Iniciadora de São Paulo situados na Luz. Figura 38 – Aprovação de Victor Nothmann e selo de identificação "Sub-divisão de Documentação Histórica – ARQUIVO – Departamento de Cultura". Esta planta encontrava-se na caixa nº 33 do Fundo Nicolau Alekhine, a qual recebeu uma informação técnica sobre o processo de transferência, que pode ser consultado através do Sistema Eletrônico de informações sob o número: SEI – IPHAN nº 01506.002042/2019-75.

Quanto ao caderno de campo, constituiu um importante instrumento metodológico para que registrássemos, além das informações instrumentais das fontes e os metadados de localização dos documentos, as reflexões, análises e impressões que foram surgindo ao longo do exame da documentação. Também buscamos mapear as intervenções realizadas, distinguindo, na medida do possível, quais eram provenientes do titular, quais seriam de autoria dos agentes militares e quais as realizadas no âmbito institucional do Iphan-SP. Nesse sentido, foi crucial a contribuição do historiador Jaelson Trindade, sem a qual esta identificação não seria possível.

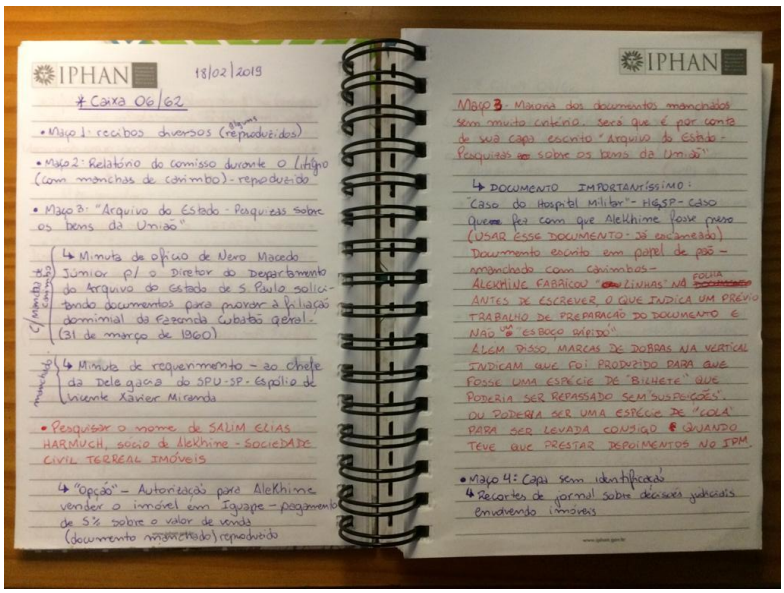


Figura 39 – Reprodução do caderno de campo utilizado nesta pesquisa.

Sem nos desvencilharmos completamente da formação profissional na área de arquivos, na condição de observador-participante propiciada pela formação do Mestrado Profissional, a partir dos dados coletados e visando suprir lacunas e deficiências quanto a recuperação das informações, produzimos uma planilha em formato excel identificando a numeração das caixas, transcrevendo o texto de identificação dos maços, descrevendo seus conteúdos e na medida do possível, anotando as intervenções realizadas.

	A	B	C	D	E
1	FUNDO NICOLAU ALEKHINE				
2	Nº da Caixa	Nº do Maço	Indentificação (Capa do Maço)	Descrição	Observações
3	Cx01/62	1	Sem identificação	Ofício nº 105/64 de Luís Saia para Capitão João Sihler (Encarregado do Inquérito Policial Militar que investigou os documentos de Nicolau Alekhine) solicitando doação dos documentos para o IPHAN São Paulo	
4	Cx01/62	2	Sem identificação	Correspondências sobre a transferência da documentação para o IPHAN (Inquérito Policial Militar)	
5	Cx01/62	3	Sem identificação	Planta do Núcleo Colonial de São Bernardo - Sede da Colônia	
6				Cópia do decreto nº 3777 de 02/03/1939	
7				Minuta de contrato de locação de serviços - herdeiros do Conselheiro Manoel Dias de	
8				Coordenadas da Sesmaria Rio Pequeno pertencente ao Conselheiro Manoel Dias de	
117	Cx06/62	2	Sem identificação	Relatório do Comisso durante o Litígio	Com manchas de tinta
118	Cx06/62	3	Arquivo do Estado - Pesquisas sobre os Bens da União	Minuta de ofício (Fazenda Nacional) para o Diretor do Arquivo do Estado de São Paulo solicitando documentos para produzir a filiação da Fazenda Cubatão Geral (31-03-1960)	
119				Minuta de requerimento ao Chefe da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União - SPU - Espólio de Vicente Xavier Miranda	
120				Opção - Autorização de venda de imóvel em Iguape para Alekhine (5% do valor da	Com manchas de tinta
121				Caso do Hospital Militar de São Paulo	Com carimbos do Exército "Documentos apreendidos na Residência de Nicolau Alekhine"
122	Cx06/62	4	Sem identificação	Recortes de Jornal - Páginas do Diário Oficial do Estado de São Paulo	
123				Plantas dos Bairros de São Paulo aprovadas pelo decreto nº 2066 de dezembro de 1952 - Diário Oficial do Estado de São Paulo nº 48, ano 63º (01-03-1953)	
124	Cx07/62	1	Próprios Nacionais - Aldeamentos - São Miguel	Minuta de Estudo sobre terras de Aldeamentos	

Figura 40 - Reprodução da Planilha em formato excel entregue como um dos Produtos Técnicos das Práticas Supervisionadas no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. Disponível nas bases de dados internas do Arquivo Iphan-Sp. Produzido pelo autor.

Das informações coletadas no caderno de campo, as que trazem elementos da pragmática inerente às práticas arquivísticas estão contidas na planilha referenciada. As impressões, reflexões, e questões suscitadas durante a 'imersão' no FNA e referenciadas no caderno de campo constituíram o subsídio principal para a feitura deste capítulo. De todos os documentos examinados, destacam-se a documentação cartográfica e os estudos dominiais que compõem o FNA - "produtos finais" da pesquisa que Alekhine realizou por mais de 35 anos - documentos sobre os quais debruçaremos analiticamente, pois representam a visualidade e a base de arguição concebida por Alekhine frente ao exercício de sua atuação profissional.

2.2 Estudos dominiais: documentos de trabalho

A documentação cartográfica que Nicolau Alekhine produziu pode ser traduzida como peças-chave para subsidiar teses jurídicas a partir das pesquisas que foram realizadas ao longo de sua vida profissional. Esses documentos contém a localização de terrenos em litígio e expõem o contexto histórico e geográfico de localização de imóveis, informações caras tanto para os interessados que o contratavam quanto para ele próprio, pois à medida em que pesquisava sobre terrenos na cidade, seu arquivo se expandia junto com seu conhecimento sobre o assunto. Desse modo, Alekhine foi contratado por diversos interessados (pessoas físicas e jurídicas) para investigar a localização das terras que por vezes, se encontravam em litígio. Dentre os exemplos arrolados no FNA, destacamos questões judiciais que envolveram: engenheiro Paulo Ribeiro di Lorenzo (terrenos no Sítio Traição), Empresa Territorial Dias de Toledo (terrenos entre São Bernardo do Campo e Santos), Leão Jafet e irmãos Ltda (Sítios Zanzalá e Taura), herdeiros de Maurício K. Klabin (terrenos na Vila Mariana), herdeiros de Vicente Xavier de Miranda (Sítio Água Podre). Com relação aos últimos, Alekhine além de localizar a propriedade intitulada "Sítio Água Podre e seus cercados Alto e Funil", pôde também adquirir os direitos hereditários dos herdeiros pagando noventa mil cruzeiros,

constituindo posteriormente uma sociedade intitulada "Sociedade Civil Terreal Imóveis" para administrar o imóvel em 1953.[165]

Sua atuação dentro da Procuradoria Judicial da Prefeitura Municipal de São Paulo, e a consequente participação na organização do Arquivo do Patrimônio Imobiliário Municipal, vinculado a este órgão, conferiam uma posição privilegiada que foi utilizada por Alekhine em seu benefício. É o caso do Processo nº 43289/33 cujo interessado era a Companhia de Melhoramentos do Brás. Alekhine foi incumbido para "verificar os documentos apresentados pela Cia de Melhoramentos do Brás"[166] sobre um arrumamento executado por esta empresa no Bairro de Vila Formosa.[167] Depois de examinar os documentos, Alekhine revela em parecer[168] ter produzido um estudo, gráficos e várias plantas provando que a Companhia teria grilado terras devolutas do Estado e terras de particulares, estes, herdeiros de Ângelo Fenili (ver Anexo 13). No mesmo conjunto de documentos avulsos, há um "contrato de administração de condomínio e outros serviços", de dezembro de 1941, firmado entre os herdeiros de Ângelo Fenili (locatário) e as partes: Gino Martinelli, funcionário judicial; Silvino Canuto Abreu, advogado e Nicolau Alekhine, funcionário municipal[169] (locadores) em que estes receberiam "3% sobre o montante do valor que for apurado em sentença" e além disso, Nicolau Alekhine,

[165] 'Contrato de Cessão e Transferência de Direitos Hereditários' celebrado em 3 de fevereiro de 1953 entre os cedentes: João de Miranda e Alice Januária de Miranda; Antônio Barbosa e Ruth Garcez Barbosa; Paulino Barbosa; Martinho da Silva e Dolores da Silva; Antônia de Andrade Marques e seu marido Francisco Antônio Marques; Maria de Miranda Andrade; Sebastião Miranda de Andrade; Amadeu de Andrade e Maria Rodrigues de Andrade; Clementino Miranda de Andrade; Paulina Miranda de Andrade; Mário de Andrade e Edith Moraes de Andrade; Catarina da Luz; e o outorgado cessionário Nicolau Alekhine. A partir deste instrumento, Alekhine adquiriu os direitos hereditários dos filhos, filhas, noras, genros, netos e bisnetos de Vicente Xavier de Miranda e Francisca Isabel de Miranda. O objeto da transação foi o Sítio Água Podre e seus Cercados Alto e Funil, "localizados à margem esquerda da estrada de rodagem SP-PR na altura do quilômetro 15 (...), com uma área aproximada de 90 alqueires de terras". Para a administração do imóvel foi constituída a Sociedade Civil Terreal Imóveis por meio de Contrato Particular de Convenção celebrados entre Nicolau Alekhine, Ary Rangel de Castro e Romeu Nunes. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx24/62.

[166] Parecer – Assinado por Nicolau Alekhine (09/04/1940). Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx11/62.

[167] Apesar do processo ser de 1933 e o parecer de Alekhine datar de 1940, tudo indica que as questões de terras na Vila Formosa ainda ficaram longe de ser resolvidas, como mostra um recorte de jornal intitulado "Regime de Terror em Vila Formosa" – Diário da Noite – 24-06-1953 – Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP – Cx11/62 (ver anexo 11 e 12). No artigo, percebe-se como se dava a disputa de terras na época e como se revolviam os conflitos de terras: homens armados desapropriavam moradores a pedido de um senhor que disse ser proprietário das terras no Bairro de Vila Formosa, loteadas pela Companhia de Melhoramentos do Brás.

[168] Idem.

[169] Certidão. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx11/62.

> na qualidade de técnico para localização dos terrenos, filiação dos títulos, levantamento de plantas e de todos os trabalhos de investigações, buscas, consultas, vistorias e estudos, aceitava prestar serviços dos locatários, trabalhando conjuntamente com o primeiro e segundo locadores, quer nas ações, quer nos acordos, valendo os seus serviços como prestados desde que exibidos, embora obrigado a acompanhar as demandas até o final, fornecendo todos os dados que lhe sejam pedidos e de natureza técnica (...) que em pagamento de seus honorários, receberia, afinal, como os demais locadores, a porcentagem correspondente a 19% sobre o valor bruto das liquidações, quer amigáveis, quer judiciais (...).

Ora, Alekhine já havia constatado em abril de 1940 que as terras em posse da Companhia de Melhoramentos do Brás pertenciam legitimamente aos herdeiros de Ângelo Fenili e aproveitando desta descoberta, firmou um contrato com os herdeiros para prestar seus serviços de pesquisador e receber uma porcentagem do que seria apurado em juízo, ou seja, a possibilidade de revés no acordo judicial realizado seria praticamente nula.[170] No entanto, essa atuação de mão dupla não passou despercebida pela municipalidade, parte interessada na ação. Em 1943, Alekhine recebeu uma ordem de serviço emitida pelo Diretor do Departamento Jurídico da Prefeitura do Município de São Paulo para explicar, no prazo de 48 horas, "justificando, o fornecimento de pareceres, a particulares, sobre a questão de terras, quando a municipalidade pode ser interessada."[171]

A maior parte desta documentação cartográfica são cópias de outros arquivos que Alekhine teve acesso quando de sua atuação profissional na prefeitura e como pesquisador. Assim ele recorria às plantas, mapas e croquis antigos já existentes e a partir desta base cartográfica Alekhine representava didaticamente os históricos de sucessão dominial.[172] Sua atuação não era meramente como copista que apenas reproduzia a informação: além de copiar o documento original ele intervinha na reprodução inserindo e atualizando informações sobre as sucessões que ocorreram no território, desde o momento de produção do documento original até à data de sua pesquisa. Desse modo, ele produzia um "estado de arte" sobre a propriedade e, além disso, ao copiar as plantas antigas sobre a cidade de São Paulo, ele pôde

[170] Nas contrarrazões de apelação dos autores Companhia de Melhoramentos do Brás os advogados xingam Alekhine como sendo um "famigerado adulterador de plantas". (Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx55/62).

[171] Ordem de serviço nº 24 – Departamento Jurídico – Prefeitura do Município de São Paulo – 31 de março de 1943. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx43/62. Em resposta, Alekhine produz um relatório de 28 páginas explicando o porquê de a Prefeitura Municipal não poder constituir parte interessada no processo ao invés de explicar o porquê de ele ter produzido os pareceres para os interessados.

[172] Nicolau Alekhine utilizou duas importantes bases cartográficas em suas pesquisas: o levantamento executado pela empresa SARA Brasil da década de 1930 e as plantas e relatórios de medição do patrimônio da Prefeitura Municipal de São Paulo produzidos pelo engenheiro italiano José Scutari em 1896. Hoje, o levantamento que foi feito pela empresa SARA Brasil pode ser consultado no site: https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/

preservar as informações de plantas originais que, por vezes, se encontravam com deterioração ou perda de suporte.[173]

Muitos documentos cartográficos não estão assinados porque Nicolau Alekhine produzia desenhos para engenheiros que pagavam pelo serviço.[174] Entretanto, é possível atribuir sua autoria quando comparamos alguns sinais como presença exaustiva das referências bibliográficas e documentais na própria planta; caligrafia específica; uso de vetores indicando os limites geográficos dos imóveis; e, por fim, presença de uma coloração diferenciada para cada terreno estudado. O uso de lápis para a produção das anotações e rascunhos de Alekhine também evidencia uma "marca" própria. Pouquíssimos documentos foram produzidos à caneta em sua primeira versão, o que revela uma facilidade de revisão, bem como um cuidado com o texto que se tornaria a versão definitiva, encadernada, final. O design final do material produzido também constituía um cuidado no trato de seu papelório. Com uma escrita rebuscada atrelada ao uso das cores diferenciadas, Nicolau Alekhine criou uma documentação cartográfica rica esteticamente e que faz jus à sua dedicação profissional. Nas plantas assinadas por ele que compõem o estudo dominial sobre o sítio Rincão do Gamelão podemos visualizar os sinais que indicam sua autoria. O uso das cores seria um recurso didático utilizado para demonstrar os resultados de sua pesquisa. Aliás, cabe apontar que havia uma necessidade do didatismo em seus trabalhos já que atendia às pessoas de diversos extratos sociais, leigas ou não em matéria imobiliária, e, como dissemos, seu principal objetivo era o convencimento dos juízes de que seus estudos expressavam a verdade.



[173] Alekhine copiou 16 plantas em 1943 do processo de discriminação do perímetro entre os rios Ipiranga-Cupecê. Nestas plantas reproduzidas, ele atualizava as informações dos imóveis e assinava a autoria da cópia, bem como sua data, deixando suas intervenções bem delineadas.

[174] Alguns dos engenheiros e peritos que mais aparecem na documentação: Ricardo Guimarães Sobrinho, Zenon Fleury Monteiro e Pedro Nicolau Ricci.

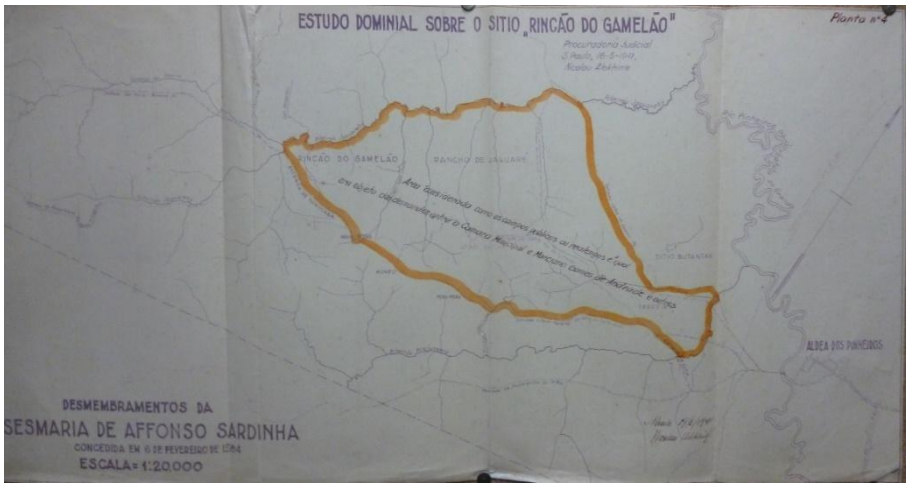




Figura 41, 42 e 43. Estudo Dominial sobre o Sítio Rincão do Gamelão (assinadas por Nicolau Alekhine). Fundo Nicolau Alekhine - Arquivo Iphan-SP, Cx05/62. O sítio Rincão do Gamelão são terrenos desmembrados da Sesmaria de Affonso Sardinha – um dos mais antigos bandeirantes e proprietário de terras da São Paulo seiscentista, responsável pela descoberta de minério de ferro na proximidade das terras de Sorocaba.

Entendendo suas produções documentais como provas de uma verdade ocorrida, para Alekhine seus escritos aproximam-se do conceito positivista de documento do final do século XIX e início do XX, que se traduz em "fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito" (LE GOFF, 1990, p. 537). Em contraponto, entendemos seus documentos como monumentos pois transformados pelos usos que se fazem por relações de poder:

> O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990, p. 546)

Para a comprovação das verdades contidas em sua pesquisa pautada em documentos escritos, Alekhine se utilizava de representações estratificadas dos terrenos. Outro estudo dominial de fôlego e bastante representativo produzido por Alekhine é sobre a Chácara Pacaembu.[175] Em seu estudo, o pesquisador apresenta as sucessões dominiais que ocorreram no terreno entre 1820 e 1851, percorrendo transmissões realizadas por mais de 30 anos. Apesar de não estar assinado, podemos atribuir a ele a feitura do estudo por conter algumas das características já mencionadas. As referências de autoria, que constam nas plantas e croquis, são o número da carteira profissional e o registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA de outro engenheiro, Ricardo Guimarães Sobrinho.[176] A depender do ano dos trabalhos executados, de fato, Alekhine não poderia assinar plantas como desenhista, engenheiro ou topógrafo, já que a regulamentação da profissão passando pela habilitação do CREA só aconteceu em 1933.

[175] Em 1923, "o Pacaembu que havia ficado vazio até então, é adquirido pela *City of São Paulo Improvements* – juntamente com a Edificadora Paulista – e a Câmara vota a Lei de N.º 2.731 de 20/08/1924, desapropriando "*os terrenos necessários à abertura de uma avenida que [...] vai ter ao vale do Pacaembu*" (Art. 1.º) e autorizando abertura de crédito para as despesa com as obras complementares desta avenida (Art. 3.º e 8.º) já que, às empresas, caberiam as despesas com os movimentos de terra e galerias" (PAULA E SILVA, 2002, p. 69). Bairro nobre da Cidade de São Paulo, o Pacaembu se situa em um vale entre incidências topográficas que compõem os bairros de Higienópolis e Perdizes, alcançando fama com a construção do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho (Pacaembu), entre 1936 e 1940, sob administração dos prefeitos Fábio Prado e Prestes Maia.

[176] As poucas informações que conseguimos sobre o engenheiro Ricardo Guimarães Sobrinho revelam que estudou na Escola Politécnica da USP na década de 1910, foi prefeito do município de Ribeirão Preto durante a década de 1930, sendo responsável por importantes obras naquela cidade e, já na década de 1970, atuou como assistente técnico da Fazenda Estadual. (Fontes: Prontuário de ex-alunos da Escola Politécnica de São Paulo – Disponível em: http://18.216.230.148/index.php/ricardo-guimaraes-sobrinho-ouvinte / "Acervo Folha narra a história de Ribeirão" – Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1906201135.htm / "À sombra dos jequitibás: políticas públicas na criação e implantação do parque estadual de Vassununga - SP (1969 – 2005)" – Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93376/menarin_ca_me_assis.pdf?sequence=1

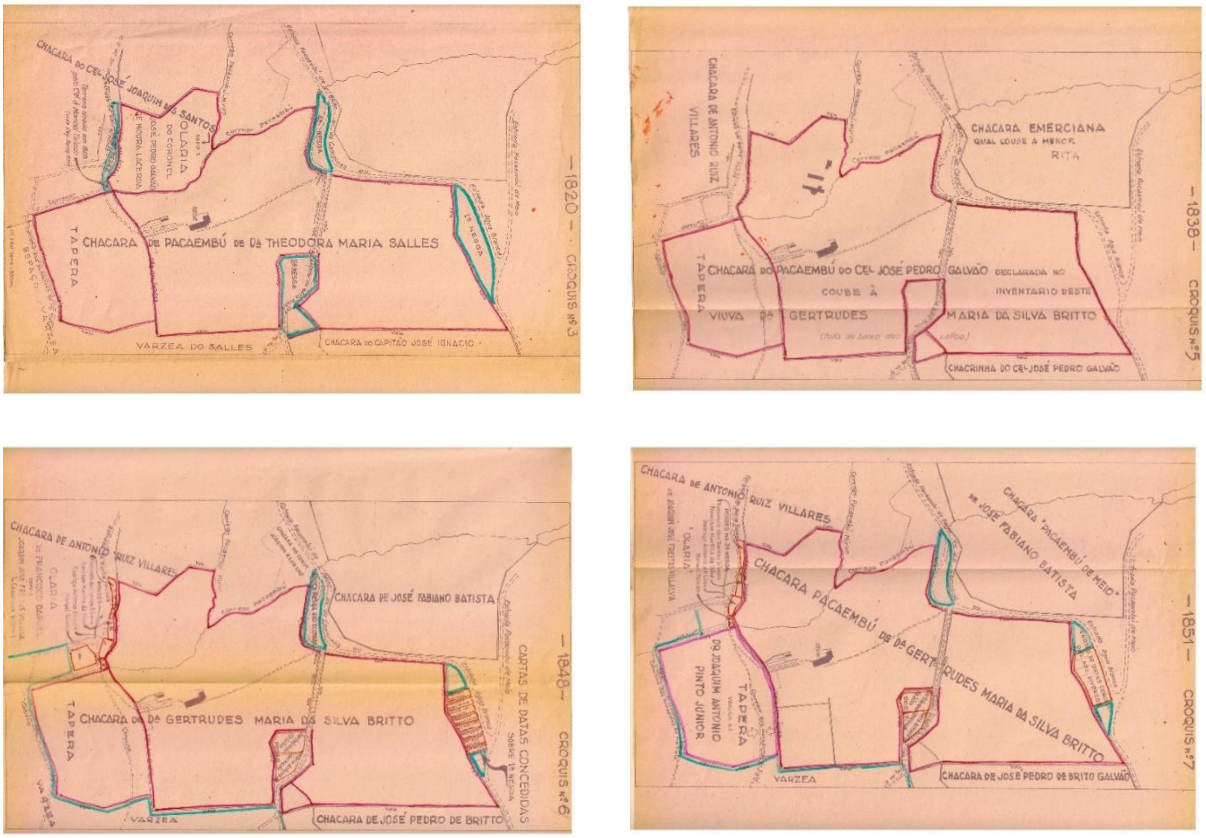


Figura 44, 45, 46 e 47 - Conjunto de croquis do estudo dominial sobre a Chácara Pacaembu. Fundo Nicolau Alekhine - Arquivo Iphan-SP, Cx05/62.

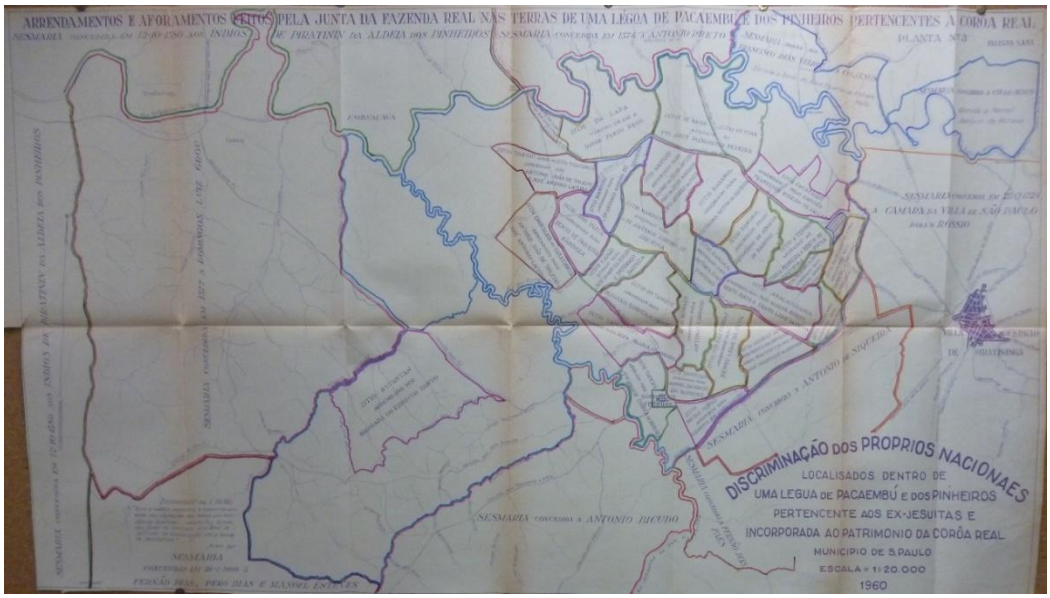


Figura 48 - Discriminação dos Próprios Nacionais dentro de uma légua de Pacaembu e dos Pinheiros pertencentes aos ex-jesuítas e incorporada ao patrimônio da Coroa Real (1960). Fundo Nicolau Alekhine - Arquivo Iphan-SP, Cx09/62. Destaque no documento cartográfico para a riqueza de detalhes com colorização diferenciada correspondente a cada terreno discriminado e o tamanho da região pesquisada: uma légua de terras cujos proprietários eram os Jesuítas que, uma vez expulsos no século XVIII, passaram a pertencer a Coroa Portuguesa.

Nos anos 1950, Alekhine foi convidado para trabalhar na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em São Paulo - PGFN. No mesmo ano de sua contratação, foi decretada a Lei nº 3081 de 22 de dezembro de 1956. Esta lei regulava a instrução dos processos nas ações discriminatórias públicas de terrenos pertencentes à União, Estados e Municípios. Para a instrução do processo seriam necessários os seguintes elementos: mapa do percurso prévio da zona a ser discriminada, com a delimitação do perímetro; relação dos ocupantes encontrados nas terras, suas posses ou presumíveis propriedades; menção às moradias, culturas e benfeitorias principais e às matas e capoeiras, provas de existência de domínio público. Ao convergirem o início da atuação de Alekhine e a promulgação da mencionada lei, cremos que ele foi convidado justamente para executar estes trabalhos relativos às novas competências emanadas da legislação sobre ações discriminatórias da União em São Paulo dentro da PGFN. Essa fase de atuação profissional configura-se um marco em seu arquivo pois constitui uma virada temática na documentação de terras públicas de São Paulo: se até a década de 1950, o técnico tinha como tema principal a pesquisa do patrimônio municipal, a partir de 1956, seus estudos englobariam o patrimônio da União, como é o caso do mapa acima, abrangendo as terras de "uma légua de Pacaembu e dos Pinheiros" pertencente aos aldeamentos jesuíticos e posteriormente incorporados aos bens da União.

Dos documentos cartográficos produzidos por Nicolau Alekhine, alguns apresentam os questionamentos levantados que compõem sua tese jurídica visando a prova da legitimidade de suas hipóteses. No caso do já citado Sítio Embaúvas (Embaúbas em algumas plantas), localizado na atual região do bairro da Mooca, percebemos uma diversidade de elementos acionados para provar a localização do terreno: inventários dos herdeiros, registros cartoriais de transmissões, descrições de agrimensores, dentre outros. Um dos produtos finais produzidos é a representação iconográfica da localização do terreno tendo como base a planta atualizada da cidade, lembrando que se tratava mesmo terreno que teve a planta de localização manchada com tinta pelo Exército (ver figuras 29, 30, 31, 32, 33 e 35).

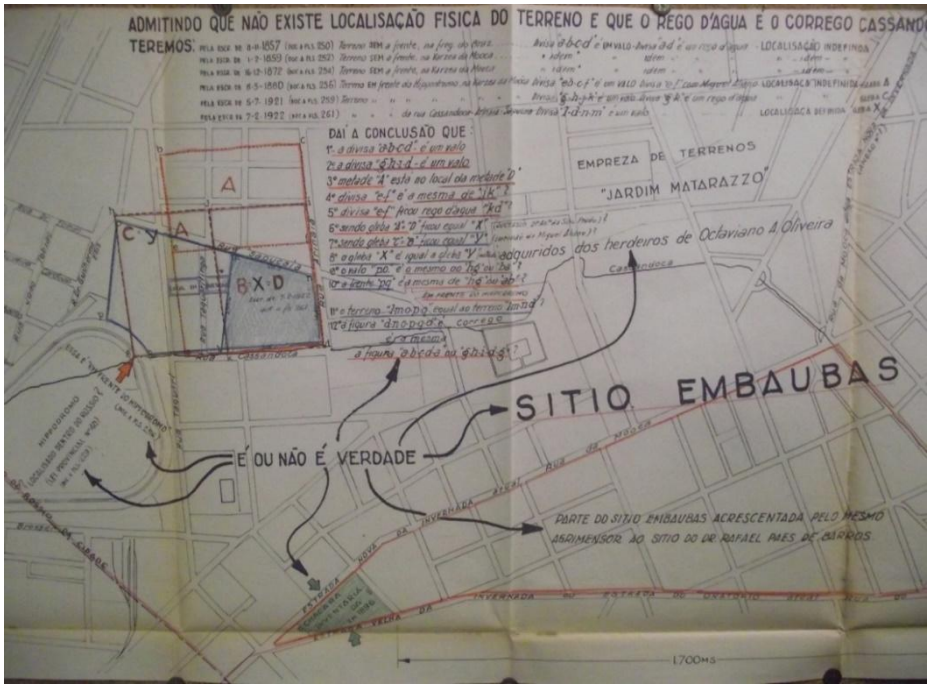


Figura 49 - Planta do Sítio Embaúbas – questionamentos e prova. Fundo Nicolau Alekhine - Arquivo Iphan-SP, Cx17/62. Ao dialogarmos com os documentos reproduzidos no item 2.1 deste capítulo, percebemos o quanto ainda há de trabalho à ser feito visando a melhoria das condições de organização do FNA: enquanto a primeira planta reproduzida do Sítio Embaúvas manchada com tinta se encontra na caixa nº 04 (Figura 34), a segunda planta em condições melhores e sem intervenções está guardada na caixa nº 22 (Figura 35), e esta última planta de localização do terreno com os elementos apontados pode ser acessada na caixa nº 17 (Figura 49). três documentos de igual importância, de mesmo assunto, em caixas diferentes.

Nicolau Alekhine, por vezes, se apresentava textualmente como um pesquisador que elucidaria os litígios dos imóveis, levaria a "verdade" ocultada durante todo esse tempo e mostraria o caminho, a prova final, incontestável em detrimento de uma "falsa informação".[177] Sua convicção como pesquisador profissional era quase irrefutável. É o caso dos estudos manuscritos produzidos pelo pesquisador sobre o Sítio Guarapuava. Em um deles ele intitulou "Sítio Guarapuava: verdadeira história dominial, de acordo com documentação idônea",[178] demonstrando essa presunção de autenticidade dos documentos pesquisados, bem como um compromisso profissional com a verdade dos fatos. Nesse sentido, Alekhine mobiliza um tipo de discurso na produção dessa documentação: o 'poder simbólico' fomentado através de seu arquivo entendido como "poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo, e

[177] Série de documentos intitulados "A verdade sobre o Sítio Guarapuava". Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP - Cx07/62.

[178] Manuscrito Sítio Guarapuava. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx46/62.

deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo" (BOURDIEU, 1989, p. 14–15). Sendo seus estudos concentrados na dimensão da cidade através dos campos histórico e geográfico - tempo e espaço - o pesquisador detinha para si um poder discursivo sobre construção da realidade. A larga atuação profissional pública e privada de Nicolau Alekhine fez dele credenciado como especialista, produzindo, inclusive, estudos para peritos judiciais, criando um sistema de validação da autenticidade de seus documentos.

Para representar a prova das investigações realizadas, ele se utilizava de bases cartográficas previamente concebidas em documentação oficial. Muitos desenhos e plantas de sua autoria estão em papel vegetal, escritos com nanquim, sendo possível prever o uso desses substratos - recurso inicial para a feitura dos mapas. As bases cartográficas que Alekhine utilizava serviam como matrizes para a localização dos terrenos que constituíam seu objeto de pesquisa. No FNA, encontramos um envelope de papel vegetal em formato A4 com uma antiga planta da cidade de São Paulo que comprova esta metodologia de produção. Para tanto, bastava encaixar o papel no envelope e estaria pré-fabricada a base do desenho representada pelo núcleo colonial da cidade de São Paulo, os principais rios e afluentes do território, os antigos e principais caminhos de passagem da cidade, as linhas férreas e o quadrado representando o terreno do Rossio da cidade de São Paulo.

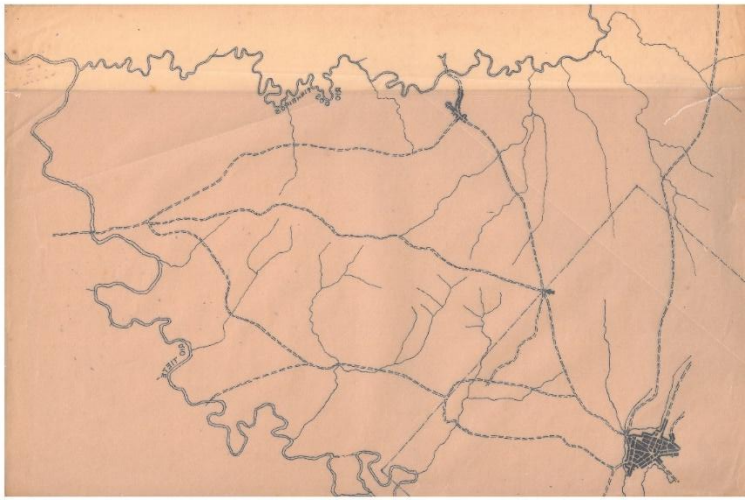


Figura 50 - Envelope em papel vegetal com elementos servindo de base cartográfica. Fundo Nicolau Alekhine - Arquivo Iphan-SP, Cx37/62. Entre os elementos geográficos reproduzidos que serviriam como base cartográfica para a localização de terrenos estão o núcleo original da cidade seguida do perímetro do Rossio definido pela Câmara Municipal (em recorte no canto inferior direito); os principais caminhos que levavam ao sertão e ao litoral paulista e em destaque, os dois principais Rios que cortam o território: Tietê à esquerda e Pinheiros na parte superior. Embora não haja datação na base cartográfica, é possível aventarmos que se trata de uma representação do território entre o final do século XVIII e início do XIX.

Entre os documentos que poderiam servir de base cartográfica, destaca-se o "Mapa Geográfico e Histórico Dominial 1890 até 1918 – Bairros do Sul da Cidade de São Paulo – IX."[179] Esse mapa, o qual atribuímos a Alekhine, representa um desejo da produção de uma cartografia com esta temática sobre a cidade de São Paulo que deveria ser produzida e expandida temporal e geograficamente. A referência do número romano IX, indica, possivelmente, uma ordem dentro de uma série. A presença de outras folhas em branco, com a matriz original que deveria ser preenchida em vermelho, confirma esta hipótese e evidencia a intenção de mapear a cidade de São Paulo desde o século XVI até o XX. A produção de uma coleção cartográfica com esta temática reflete ainda, o desejo de se construir um estudo exaustivo sobre o tema como um legado de sua atuação profissional, servindo de referência para a questão das divisões de terra da capital paulista.

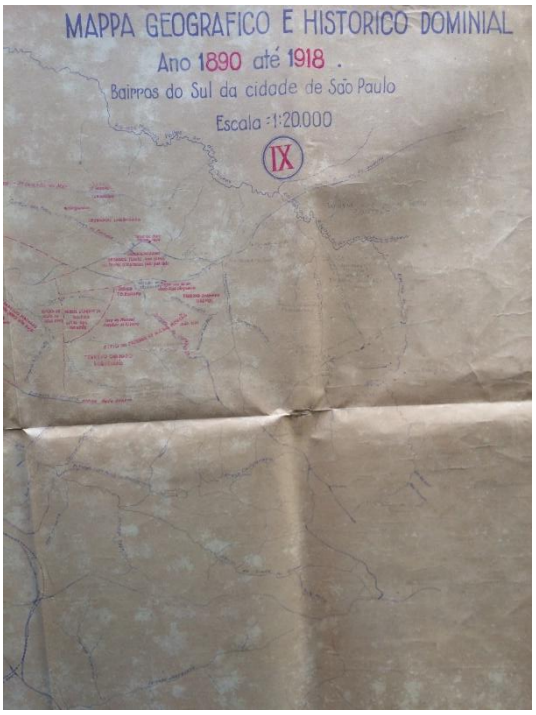


Figura 51 - Mapa Geográfico e Histórico Dominial – Ano 1890 até 1918 – Bairros do Sul da cidade de São Paulo [recortado]. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP – Cx28/62. Na matriz produzida, de dimensões maiores do que a imagem reproduzida, também servem de subsídios para localização dos terrenos os principais rios e afluentes que cortam o território da capital paulista. Em vermelho, a identificação dos terrenos que compõem os bairros da Zona Sul da cidade, de propriedade de Leonardo Langokarg, terras de Antônio Mariano de Barros Torres, casa de Leão Dias Cerqueira, terreno chamado Onofre, terreno do Boqueirão, Sítio de Nossa Senhora das Mercês, casa de Manoel Joaquim de Oliveira, tapera de João da Silva Fevo, entre outros.

[179] Mapa Geográfico e Histórico Dominial – Ano 1890 até 1918 – Bairros do Sul da cidade de São Paulo. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP – Cx28-62;

Dessas matrizes cartográficas concebemos uma metodologia de sobreposição sucessiva de camadas representativas da cidade de São Paulo em diferentes tempos históricos. Nesse sentido, podemos destacar um estudo de Alekhine em que consta, mais nitidamente, a representação da cidade antiga de São Paulo atualizada através de elementos contemporâneos sobrepostos. Com uma riqueza de detalhes, percebemos elementos históricos da São Paulo colonial, como terras de Fernão Dias Paes entre o núcleo colonial e o leito do Rio Pinheiros cobrindo a Zona Oeste da cidade; as terras dos jesuítas concedidas por sesmarias; os principais rios da cidade de São Paulo bem como os marcos históricos: Pateo do Collégio, Igreja de São Francisco, Aldeamento de Pinheiros. Chama a atenção ainda, na representação, a localização das Avenidas Paulista e Franca, a primeira inaugurada em 1891 e a segunda projetada junto ao bairro Jardim Paulista, já na primeira década do século XX. A presença destes dois últimos elementos demonstra a expertise e a capacidade de Nicolau Alekhine ao trabalhar com projeções da cidade em recortes históricos e geográficos amplos. Convergem, sobrepõem-se e são transpostas ao menos duas cidades de São Paulo, uma do século XVI e outra do século XX.

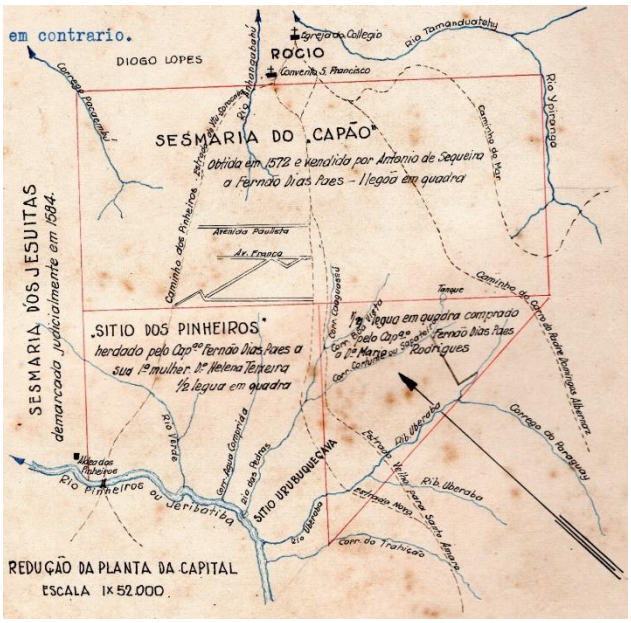


Figura 52 - Redução da Planta da Capital. Fundo Nicolau Alekhine - Arquivo Iphan-SP, Cx32/62. O texto que precede a representação gráfica é enfático e demonstra a convicção da retórica argumentativa de Alekhine para as peças judiciais produzidas: "A reprodução, que a seguir, para estas alegações transplantamos, na escala de 1 por 52.000 é a expressão gráfica verdadeira das conclusões que devem ser tiradas dos elementos de convicção oferecidos e que desafia qualquer prova em contrário".

Além do uso de desenhos como recursos cartográficos para subsidiar suas hipóteses, o pesquisador também produzia gráficos e esquemas de sucessão de terras, demonstrando as

transmissões entre herdeiros de um mesmo terreno e as negociatas realizadas de venda e compra por terceiros. Este recurso traz didatismo e clareza às arguições a respeito dos litígios processuais e, ao lado dos documentos cartográficos, completam os estudos dominiais. No caso do terreno denominado “Várzea dos Salles”, Alekhine analisa as transmissões a partir de um contrato de locação realizado exatamente para “investigar eventuais direitos” sobre o terreno celebrado em 1890. Ao produzir o infográfico, ele mobiliza as informações sobre as transmissões e venda de herdeiros objetivando desconstruir um estudo já produzido sobre o tema. No título do documento, a utilização da expressão “suposto domínio” indica a presunção da inverdade, sendo as informações trazidas pelo pesquisador na representação, estas sim, dignas de fé.

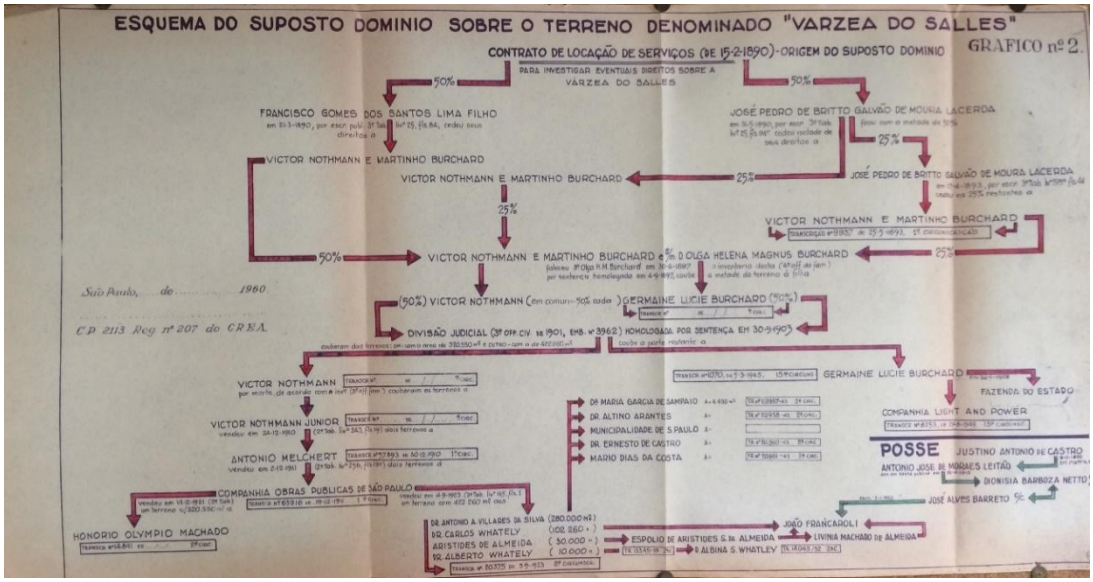


Figura 53 - Gráfico sobre a sucessão dominial do Sítio Várzea dos Salles. Fundo Nicolau Alekhine - Arquivo Iphan-SP, Cx32/62. Do lado esquerdo da representação, consta o ano de produção, 1960, e o número dos registros para quem Alekhine produziu o estudo, carteira profissional nº 2113 e registro no CREA de nº 207. Identificamos ao longo da pesquisa que os dados dizem respeito ao já citado engenheiro Ricardo Guimarães Sobrinho.

A utilização de todo esse material gráfico acompanhado dos estudos dominiais descritivos produzidos por ele representa toda a dedicação e cuidado que Alekhine se ateve sobre o tema da configuração fundiária da capital. Ao analisarmos esse conjunto entendido de forma complementar - documentação textual acompanhada das peças gráficas – podemos supor que, na organização original, o acondicionamento seria realizado de forma agrupada, entretanto, a maioria destas peças documentais está dissociada no FNA. Sabendo das dificuldades que envolvem a questão da dissociação nos arquivos, um dos principais fatores

de risco para a gestão de acervos documentais, os pesquisadores e funcionários que pretendem consultar essa documentação futuramente precisarão manter um cuidado e atenção para conseguir desentranhar esse emaranhado de informações a fim de obter uma linha de investigação a respeito dos temas presentes no arquivo. A questão da dissociação é trabalhada por Nayara Cavalini de Souza tendo como análise a documentação do Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro (ou Arquivo do Patrimônio). A autora define o conceito como "ato ou efeito de separar, desagregar, desintegrar, decompor" (SOUZA, 2014, p. 21). Nesse sentido, a dissociação,

> (...) resulta da tendência natural que sistemas ordenados possuem de desmoronar ao longo do tempo. Processos de manutenção e outras barreiras à mudança são necessários para evitar esta desintegração. Dissociação resulta em perda de objetos ou dados relacionados aos objetos, ou a capacidade de recuperar ou associar objetos e informações. (WALLER & CATO apud SOUZA, 2014, p. 22)

No caso do Arquivo Central do Iphan, a dissociação é observada, sobretudo nos documentos que compõem a série *Processos de Tombamento*. Ali, a opção pela conservação dos documentos fotográficos da instituição separados de seus correspondentes textuais sem a presença de notas remissivas é entendida conceitualmente por Souza como dissociação (SOUZA, 2014, p. 44-60).[180] Segundo a autora,

> o modelo de arquivamento respeitando a organicidade da documentação seria aplicado apenas no momento de sua produção e tramitação do dossiê. Definindo-se a opção dos técnicos pelo tombamento ou arquivamento definitivo da documentação, o respeito à proveniência seria flexibilizado para possibilitar o acesso a partes do acervo, promovendo uma dissociação planejada do acervo (SOUZA, 2014, p. 65)

Essa prática perdurou na Instituição durante, pelo menos, até a década de 1980. Além do acesso (SOUZA, 2014, p. 52 – 53), outros fatores são elencados como responsáveis pela dissociação no Arquivo, como o fato de que documentos fotográficos eram enviados, por vezes, sem identificação, portanto, sem relação com uma possível documentação textual pré-existente, contribuindo para que fossem arquivados de forma separada (SOUZA, 2014, p. 48). De um modo geral, a causa para a dissociação no Arquivo Central do Iphan é produto de uma série de 'tomadas de decisões' ao longo do tempo, por diversos agentes que estiveram à frente da organização dos arquivos na instituição (SOUZA, 2014, p. 63-64), sendo uma "questão processual, resultado de diversas escolhas, produto de diferentes contextos e possuindo significados e desdobramentos distintos" (SOUZA, 2014, p. 29). Cabe ainda ressaltar que

[180] Algumas notas remissivas entre as fotografias e os documentos textuais na série *Processos de Tombamentos* são citadas na pesquisa de Nayara Cavalini de Souza, no entanto, são exceções. (SOUZA, 2014, p. 49-51).

"esta retirada de documentos de seus locais de originais não aparentou ter sido vista de maneira negativa pelos agentes envolvidos, o que aponta para um cenário onde a noção de dissociação como um risco para a recuperação da informação era inexistente, relativizada ou desconsiderada" (SOUZA, 2014, p. 54-55). Em nosso caso, a apreensão do arquivo de Nicolau Alekhine pelos militares e as transferências realizadas - ações de caráter coercitivo e à revelia do titular - foram as principais causas para a dissociação hoje percebida no Fundo Nicolau Alekhine pertencente ao Iphan-SP, tema que será retomado posteriormente, quando nossa reflexão se voltará para a possível organicidade da documentação pelo titular já que

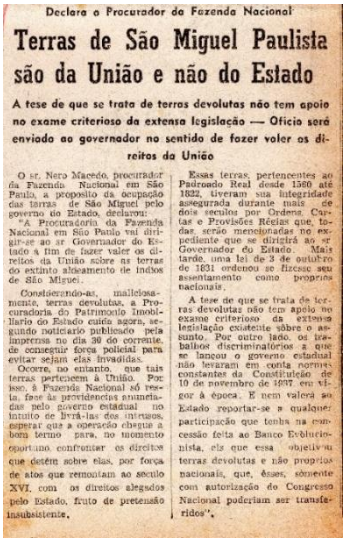
> Só existe dissociação (ou desorganização) em um arquivo porque existe um arranjo, sistemática, origem ou ordem primeira definida – baseado em determinados princípios, como o princípio da proveniência, conceito este atrelado ao próprio desenvolvimento da arquivologia como campo e como ciência (SOUZA, 2014, p. 57)

O destaque para os estudos dominiais produzidos por Alekhine se dá em face de serem estes os subsídios principais para as inúmeras ações judiciais a favor da municipalidade e da União. Como funcionário da Prefeitura e auxiliar particular do Procurador-Chefe da Fazenda Nacional em São Paulo, Alekhine pôde com seus estudos, dar início a inúmeras ações de discriminação de terras públicas em São Paulo. Em conflito de interesses entre a União e o Estado de São Paulo, Nero de Macedo Júnior declarou num pequeno artigo de jornal intitulado "Terras de São Miguel Paulista são da União e não do Estado", que "a Procuradoria da Fazenda Nacional em São Paulo, vai dirigir-se ao sr. Governador do Estado a fim de fazer valer os direitos da União sobre as terras do extinto aldeamento de índios de São Miguel". Segundo ele,

> Essas terras pertencentes ao Padroado Real desde 1560 até 1822, tiveram sua integridade assegurada durante mais de dois séculos por Ordens, Cartas e Provisões Régias que, todas serão mencionadas no expediente que se dirigirá ao Sr. Governador do Estado.[181]

Essa informação prestada por Nero de Macedo Júnior foi feita com base em estudos produzidos por Nicolau Alekhine. A veiculação desta matéria em jornal de grande circulação em São Paulo, bem como a intenção do Procurador-Chefe de enviar expedientes para o Governador do Estado corroboram para dimensionar a importância da atuação profissional do pesquisador.

[181] "Terras de São Miguel Paulista são da União e não do Estado" – Diário da Noite 01/02/1964. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx42/62.



Declara o Procurador da Fazenda Nacional

Terras de São Miguel Paulista são da União e não do Estado

A tese de que se trata de terras devolutas não tem apoio no exame criterioso da extensa legislação — Ofício será enviado ao governador no sentido de fazer valer os direitos da União

O sr. Nero Macedo, procurador da Fazenda Nacional em São Paulo, a propósito da ocupação das terras de São Miguel pelo governo do Estado, declarou:

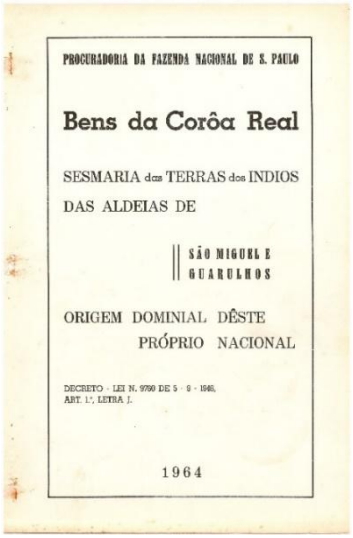
"A Procuradoria da Fazenda Nacional em São Paulo vai dirigir-se ao sr. Governador do Estado a fim de fazer valer os direitos da União sobre as terras do extinto aldeamento de índios de São Miguel.

Considerando-as, maliciosamente, terras devolutas, a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado cuida agora, segundo noticiário publicado pela imprensa no dia 30 do corrente, de conseguir força policial para evitar sejam elas invadidas.

Ocorre, no entanto, que tais terras pertencem à União. Por isso, à Fazenda Nacional só resta, face às providências enumeradas pelo governo estadual, no intuito de livrá-las dos intrusos, esperar que a operação chegue a bom termo para, no momento oportuno, confrontar os direitos que detém sobre elas, por força de atos que remontam ao século XVI, com os direitos alegados pelo Estado, fruto de pretensão insubsistente.

Essas terras, pertencentes ao Padroado Real desde 1580 até 1822, tiveram sua integridade assegurada durante mais de dois séculos por Ordens, Cartas e Provisões Régias que, todas, serão mencionadas no expediente que se dirigirá ao sr. Governador do Estado. Mais tarde, uma lei de 3 de outubro de 1831 ordenou se fizesse seu assentamento como próprios nacionais.

A tese de que se trata de terras devolutas não tem apoio no exame criterioso da extensa legislação existente sôbre o assunto. Por outro lado, os trabalhos discriminatórios a que se lançou o govêrno estadual não levaram em conta normas constantes da Constituição de 10 de novembro de 1937, em vigor à época. E nem valerá ao Estado reportar-se a qualquer participação que tenha na concessão feita ao Banco Evolucionista, eis que essa objetivou terras devolutas e não próprios nacionais, que, êstes, sòmente com autorização do Congresso Nacional poderiam ser transferidos".



PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DE S. PAULO

Bens da Corôa Real

SESMARIA das TERRAS dos INDIOS DAS ALDEIAS DE

SÃO MIGUEL E GUARULHOS

ORIGEM DOMINIAL DÊSTE PRÓPRIO NACIONAL

DECRETO - LEI N. 9760 DE 5 - 9 - 1946, ART. 1º, LETRA J.

1964

Figura 54 - Recorte de jornal "Terras de São Miguel Paulista são da União e não do Estado" – Diário da Noite 01/02/1964.

Figura 55 - Estudo Dominial sobre a Sesmaria das Terras dos Índios das Aldeias de São Miguel e Guarulhos. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx42/62. Detalhe para o cuidado na encadernação, feito, possivelmente, a partir da entrega do estudo por Alekhine na PGFN. Os manuscritos e as versões preliminares podem ser acessados no FNA, caixas de nº 07 e 42.

A disputa entre Estado e Município representada acima demonstra o quanto a questão da terra em São Paulo estava longe de resolução. Se os estudos dominiais constituem os principais documentos do arquivo reunido e acumulado por Nicolau Alekhine, também são cruciais para entendermos a configuração territorial da cidade e sua história político-administrativa. Como peças centrais e argumentativas para a reivindicação de domínio no âmbito das ações de discriminação de terras, tornam-se subsídios de grande relevância para a constituição do patrimônio pertencente aos entes federativos. No plano macro, refletem ainda, como a questão da terra foi tratada no Brasil nos diferentes períodos históricos. Ilustram, em certa medida, o porquê da questão do acesso à terra ser de difícil resolução já que, de maneira enraizada, a ambição, a cobiça, e a sede de poder pautaram a aquisição da propriedade no Brasil.

2.3 Terras públicas de São Paulo: problema e solução

Para compreendermos a questão da distribuição da terra no Brasil, e em especial na cidade de São Paulo, torna-se indispensável um recuo histórico aos procedimentos de como se deu o a ocupação do solo no território nacional, sendo antes, "fruto muito mais das circunstâncias conjunturais por que passa a sociedade, do que da opção clara do Estado brasileiro – federal ou municipal – por uma política de ordenamento do uso do solo urbano" (PAULA E SILVA, 2002, p. 2). Ao abordar a questão historicamente, esperamos que o espectro apresentado nos leve, inclusive, a uma melhor compreensão da atuação profissional de Nicolau Alekhine e seu desejo de reverter a situação em que se encontravam os arquivos e o patrimônio da União em São Paulo.

Historicamente as mudanças políticas, econômicas e sociais que ocorreram na sociedade ocidental tiveram reflexos diretos na concepção do uso que se fazia da terra. Se no domínio feudal esse acesso era um privilégio de um grupo restrito – nobres e clero – a partir do século XVI ocorrem mudanças significativas. Com o enriquecimento da burguesia, a terra passa a ser vista como propriedade acessível e a partir do sistema capitalista transforma-se em mercadoria. Portugal guardou algumas particularidades com respeito a organização fundiária e distribuição de terras, baseado no modelo de sesmarias exportado para o Brasil

> (...) "a terra obedecia a um regime patrimonial, doada sem obrigação de serviço ao rei, não raro concedida com a expressa faculdade de aliená-la. O serviço militar, prestado em favor do rei, era pago. O domínio não compreendia, no seu titular, monopólio real ou eminente do soberano", (FAORO, Op. Cit.) o que era completamente diferente de outras partes da Europa, onde o direito feudal impunha ao vassalo obrigações de defesa do nobre superior e papel administrativo vinculado à sua posição na cadeia de vassalagem. Ao mesmo tempo, no restante da Europa, esta vassalagem não implicava em submissão irrestrita, mas em escolha livre dentro dos costumes militares. (PAULA E SILVA, 2002, p. 30)

Nos séculos XIV e XV alguns fatores contribuíram para o despovoamento do interior de Portugal como a epidemia de peste bubônica, a expansão territorial em direção ao norte da África e as expedições ultramarinas. Com o despovoamento constante no meio rural, atrelado ao êxodo em direção às cidades em florescimento comercial na Europa, Portugal passou por constante queda na produção agrícola. A Coroa encontrou um meio de solucionar o problema ao justapor um sistema de distribuição de terras que obrigava ao beneficiário - geralmente aldeães - o cultivo do solo: as sesmarias. (PAULA E SILVA, 2002, p. 30 – 31). Dessa maneira, a instituição das sesmarias

> deixara de ser um mero costume feudal para se constituir em instrumento de política agrária, abrangendo todas as terras incultas e incorporando ao reino (Estado) – que

> já tinha limites definidos e administração centralizada no século XIII – o comando do uso da terra, investindo contra a propriedade privada senhorial ou, mais corretamente, contra o domínio desta terra pelos nobres territoriais. Na verdade, esta legislação alterava completamente o balanço dominial sobre a terra, pois de um lado subtraía do costume das aldeias a distribuição da terra submergindo-o sob o peso de uma lei régia e por outro, tornava a terra não titulada domínio de fato da Coroa, inserindo-se nos interstícios entre os domínios titulados dos nobres territoriais e do clero representado pelos monastérios. (PAULA E SILVA, 2002, p. 31 – 32).

Ao transplantar o modelo sesmeiro para o Brasil, algumas alterações foram realizadas e servem de base para entendermos como esse modelo de distribuição de terras fundamenta-se como subsídio para compreendermos algumas permanências no trato da configuração fundiária no país. Com a conquista portuguesa do Brasil no século XVI, a Coroa Portuguesa se viu proprietária de uma descomunal gleba de terras que, ao concebê-la desprovida de possuintes – já que pela visão colonizadora os indígenas habitantes eram sequer considerados seres humanos – todo o território brasileiro se tornou propriedade pertencente ao Reino de Portugal. O complemento do regime de terras vigente em Portugal e implantado no Brasil se deu através de bulas papais promulgadas no século XV, em que a jurisdição das terras recém-descobertas passaria para a Ordem de Cristo, ou Companhia de Jesus. Desse modo, "as terras do Brasil eram terras da Ordem de Cristo o que, na verdade, não alterava muito as coisas, uma vez que o monarca português era "*senhor natural e administrador perpétuo*" da Ordem de Cristo" (LIMA, Ruy Cirne apud PAULA E SILVA, 2002, p. 32 – 33).

No entanto, as Ordenações Manuelinas de 1521 vedavam a apropriação de terras inabitadas por titulares de jurisdição – no caso do Brasil, a Companhia de Jesus – para que se criasse justamente uma reserva de terras para a implantação do regime sesmeiro, ainda com base nos ideais de repovoamento e aumento da produção de alimentos por meio do cultivo agrícola. Como tentativa de frear a extração de pau-brasil pelos franceses em território brasileiro no início do século XVI, a Coroa Portuguesa concedeu a Martim Afonso de Souza, Carta Régia que lhe dotava de poderes para a concessão de sesmarias, ainda com a devida obrigação de cultivo como contrapartida, dando por efetivo os primeiros passos da implantação do regime de sesmarias no Brasil. (PAULA E SILVA, 2002, p. 33).

Inicialmente, transplantou-se o regime sesmeiro vigente em Portugal em que o beneficiário tinha prazo de dois anos para o aproveitamento do solo sob penalidade de perdê-lo, diferentemente das capitanias hereditárias doadas por meio de carta régia, que não poderiam ser alienadas. Com a instituição do Governo Geral, em 1548 e o desembarque do primeiro mandatário, iniciou-se a mudança do sistema de sesmarias através de legislação válida em todo o território brasileiro que

> (...) mandava conceder terras em sesmarias, para instalação de engenhos e para a construção de fortificações que os protegessem, àqueles "*homens bons*" que tivessem posses para tanto. Concederam-se, então, enormes tratos de terra que deram origem aos fidalgos fundiários, gente que se originou de uma sociedade portuguesa organizada em torno de honras, *cavallerias* e aristocracia assentada sobre solares e morgadios. Gente que alegava posses para se candidatar à concessão das sesmarias e que conseguia terras de que nunca poderia apoderar-se materialmente diante da desproporção de suas ambições com a realidade factual. (PAULA E SILVA, 2002, p. 34 – 35)

Com o monopólio da distribuição de terras em mãos do Governador Geral, tinha início uma teia de poder que manteria o acesso à propriedade como caráter exclusivo das aristocracias rurais e próximas da administração colonial. Excluíam-se, desta feita, os colonos independentes despossuídos, empurrando-os em direção ao interior ou alocando-os nos pequenos terrenos espremidos entre os grandes latifúndios. Essas formas de apropriação da terra pelas populações menos favorecidas marcariam em definitivo a estrutura da configuração fundiária brasileira, e em especial no município de São Paulo, tornando-se cada vez mais latentes com as legislações editadas sobre a propriedade da terra, desde o período Colonial até o Republicano durante todo o século XX (PAULA E SILVA, 2002, p. 35).

Ao longo dos séculos XVII, no final do século XVIII e início do XIX novas normas para a distribuição de terras foram formuladas. As mudanças mais significativas foram com relação à imposição de impostos, por meio de foros, a partir dos quais o concessionário pagaria certa quantia àquele que detinha o domínio das terras em sesmaria. A extinção do regime de terras sesmeiro só viria por meio de resolução às vésperas da independência, em 1822 (PAULA E SILVA, 2002, p. 36). Após 1822, "sobretudo – data da abolição das sesmarias – as posses passam a abranger fazendas inteiras e léguas a fio, (...) cujas divisas os posseiros marcavam de olho nas vertentes ou onde bem lhes aprazia" (LIMA apud PAULA E SILVA, 2002, p. 38). O apego à grandiosidade territorial arraigado no inconsciente dos habitantes da colônia brasileira tornou-se traço cultural marcante na sociedade brasileira. Debret, ao citar o viajante Saint Hilaire, relatou que "não raro, bastou ao antigo colono brasileiro subir num morro e exclamar 'a terra que eu descortino me pertence' para fundar e limitar uma propriedade cuja transmissão hereditária foi quase sempre confirmada pelo tempo" (DEBRET apud PAULA E SILVA, 2002, p. 38). A mesma legislação que encerrou o regime sesmeiro incorporou como meio de aquisição de propriedade a ocupação ou posse, exigindo-se para efetivação da propriedade a cultura da terra. (PAULA E SILVA, 2002, p. 39).

Em 1850 foi promulgada a Lei de Terras (nº 601) que instituiu a posse como meio de aquisição aos posseiros que ocupassem efetivamente a área com culturas, reforçando a norma vigente de 1822. No entanto, ressalta-se que a prática frisada no dispositivo legal tem raiz nos costumes romanos e na tradição portuguesa, tendo em Portugal recebido o nome de *fogo-morto.* A nova legislação de 1850 tratou de validar a ocupação como forma de aquisição de terras, mas limitou seu uso no futuro, estabelecendo em seu artigo primeiro como proibitórias as "aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. " Entretanto, a mesma lei em seu artigo 14º autorizava a venda de terras devolutas pelo poder público "como e quando julgar mais conveniente."[182] O regime de terras imposto pela legislação de 1850 perdurou até 1916, com o advento do Código Civil que classificou as terras públicas como *Dominiais*, de *Uso Comum* e de *Uso Especial*, sem, entretanto, alterar drasticamente o que se havia estabelecido pela norma de 1850. (PAULA E SILVA, 2002, p. 39 – 40)

Em síntese, o que se destaca entre essas normas legais é a política de afastamento da possibilidade das classes menos favorecidas de aquisição e acesso à terra. Em linhas gerais, o que trazemos ao apresentar esse histórico é o modo como se davam a aquisição e distribuição da propriedade da terra no Brasil: desde o regime de sesmaria implantada enquanto prática de governo para a colônia recém-invadida, além das ocupações e posses por meio de pagamento de foros ou pela implantação de cultivos agrícolas, sendo em qualquer um dos casos, modos de aquisição contaminados pelo traço cultural da "extensão desmedida" (PAULA E SILVA, 2002, p. 43).

Além de suprimir o acesso à terra àqueles que não desproviam de recursos econômicos, a Lei de Terras de 1850 trouxe novos atores na disputa de poder na capital paulista, transformando

> (...) o conflito recorrente em torno das terras de sesmaria de índios em um conflito de níveis de poder, mas não tolheu a concessão das terras naquela área. No final do século XIX, nos arredores da cidade se São Paulo, "*além de chácaras, sítios, fazendas, terras de ordem religiosa e lotes coloniais, havia ainda, grandes extensões de terras devolutas. […] Os pedidos de concessão destas terras chegavam a cerca de 1.000 requerimentos. […] Mesmo nas proximidades da cidade havia terras devolutas, como no Ipiranga".* (LAGENBUCH apud PAULA E SILVA, 2002, p. 50). Se antes a Câmara afrontava as ordens régias, após a Lei de 1850, as disputas passaram a ser entre a antiga Província (atual Estado) de São Paulo e o Império (atual União). A Lei Imperial 3.348, de 1887, transferia às Províncias todas as terras das extintas aldeias de índios, e o Art. 64 da Constituição da 1.ª República declarava pertencerem aos Estados (novo estatuto das antigas províncias imperiais) as terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios. Com isso, travaram-se gongóricas

[182] Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais - Último Acesso: 14/03/2021)

> batalhas judiciais, para se saber se as aldeias de índios em torno da cidade estavam extintas à época da lei imperial e da 1ª República ou, estando apenas vazias dos donatários originais – os índios – permaneciam sob domínio do governo central (PAULA E SILVA, 2002, p. 50).

Exemplo significativo dessas disputas é o caso já citado do "estudo dominial dos terrenos dos índios de São Miguel e Guarulhos" produzido por Nicolau Alekhine (ver figuras 52 e 53) para servir de subsídio documental na disputa pelos terrenos entre a União e o Estado de São Paulo. Nele são frisadas a manutenção de domínio por parte da União de 1560 até 1822, exatamente no momento de promulgação das primeiras leis imperiais sobre o tema.

Quando o Estado passa de mero mediador de conflitos para parte interessada nos meios de aquisição e distribuição da propriedade da terra, cria-se um conflito de interesses entre as esferas públicas de administração - União, Estados e Municípios. Nicolau Alekhine, ao atuar na Procuradoria da Fazenda Nacional em São Paulo - PGFN, debruçou-se na análise sobre as terras das sesmarias dos índios para iniciar processos discriminatórios e legalizá-las em favor da União. Tendo trabalhado até meados dos anos 1950, atuando em causas particulares e na Prefeitura Municipal de São Paulo, agregou subsídios suficientes através da feitura de seu arquivo para atuar em prol da União, segundo ele mesmo, "sem vencimentos", "apenas com a oportunidade de ampliar seu arquivo". No entanto, ao iniciar seu trabalho na PGFN, Alekhine se deparou com um crônico problema: a falta de organização dos arquivos do Serviço de Patrimônio da União – SPU e por vezes, a inexistência ou insuficiência de subsídios documentais para propositura de ações. Desse modo, entra em cena mais uma vez o caráter organizativo e os saberes pragmáticos do campo da arquivologia adquiridos por Alekhine para tentar resolver a questão.

Nos primeiros anos de atuação na PGFN, entre 1956 e 1957, Alekhine, por meio de uma pesquisa minuciosa e utilizando como fontes relatórios antigos de funcionários do Serviço de Patrimônio da União - SPU, produziu um memorial manuscrito criticando o Arquivo Regional deste órgão em São Paulo. Segundo este material,

> Para demonstrar o estado em que se acham os bens patrimoniais da União, basta transcrever os trechos dos relatórios oficiais que apresentam as provas, bem dolorosas, expressas nos relatórios das Delegacias Fiscais em diversos Estados assim (...)
>
> 7) Delegacia Fiscal de S. Paulo no relatório de 1916 diz:
>
> "Este serviço está completamente abandonado, assim por falta de dados, como pela falta de uma comissão de técnicos, que, exclusivamente, se encarregasse de procurar no Arquivo desta Repartição os processos que firmassem os direitos da União, cujo prejuízo é incalculável".

> No Estado de S. Paulo, no relatório de 1924, aponta o delegado fiscal que,
>
> "não exagero afirmando que é, neste Estado, um dos serviços mais em abandono, o que se refere aos próprios nacionais (...) Tudo é ambíguo, vago e indeterminado" (...) "a situação de verdadeiro abandono em que se achava esse importantíssimo serviço, que exigia, por parte desta repartição, urgentes medidas acauteladoras dos direitos da Fazenda Nacional. Os livros existentes no Arquivo desta Delegacia, nada ou quase nada podiam adiantar para quaisquer investigações proveitosas relativas aos Próprios Nacionais neste Estado. Em meu relatório do ano próximo passado demonstrei, exuberantemente, a necessidade imperiosa e inadiável de se cuidar de pronto desta matéria, relatando, pormenorizadamente, quais as medidas que expedi afim de que não fossem totalmente sacrificados os interesses patrimoniais da Nação".
>
> Enumerando a origem dominial destes em seu relatório, só limitou de examinar estes documentos, anotando-os, em vez, se fizesse recolhendo-os e formando o arquivo patrimonial dessa Comissão, salvaria, perpetuando, seu trabalho. Mas, infelizmente, não se fez. Os papéis, documentos e provas continuavam em suas carunchosas prateleiras nos úmidos porões da Delegacia Fiscal, apodrecendo lá. Em 1929, 4 montes destes papéis foram retirados destes porões e jogados no relento dos fundos do quintal da Delegacia Fiscal. Quantos documentos e provas inestimáveis perdidas! Que barbaridade![183]

As críticas aos arquivos regionais do SPU em São Paulo por antigos funcionários demonstram como o problema da discriminação de terras estava longe de ser resolvido. Se como subsídio para seu relatório, o assistente técnico utilizou documentos da década de 1920, pelo menos até meados da década de 1950, quase nada foi feito para atenuar a falta de organização dos arquivos do patrimônio público da União – acervos documentais estes que seriam peças-chave para os processos de discriminação de terras e as comprovações de domínio em batalhas judiciais contra a municipalidade e o Estado de São Paulo. Sabendo serem os arquivos os principais documentos legais para a resolução de litígios, Alekhine passa a enxergar a estruturação autônoma de uma unidade dentro da PGFN que cuidaria exclusivamente da custódia dos documentos e da pesquisa.

> Não há dúvida alguma que o arquivo assim organizado não se faz em dois dias, e não se faz sem despesa alguma. Para organização desse gênero é necessário o pessoal especializado e zeloso e que tenha vontade de trabalhar. Aliás como se vê do gráfico e da exposição são três categorias de funcionários necessários para organização
>
> 1ª categoria – do expediente, precisa de funcionários que estão a par do movimento de papéis dentro da repartição da SPU. Estes podem, depois de selecionados, requisitados do próprio quadro da SPU.
>
> 2ª categoria – da classificação, catalogação e fichamento – exige pessoal estritamente especializado, este pessoal não é possível achar, pois o próprio estado do Arquivo Regional, exposto no Capítulo Primeiro, exclui qualquer probabilidade de selecionar. Este tem que ser contratado ou requisitado em outras Repartições

[183] Memorial sobre a organização do Arquivo Regional do Serviço de Patrimônio da União - SPU de S. Paulo – Nicolau Alekhine. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx05/62.

> Públicas estaduais ou municipais. Eu, pessoalmente, indico a minha colaboradora, que trabalha comigo há mais de dez anos, neste ramo de pesquisas imobiliárias, a Senhorita **Elza Ribas Fischer**, funcionária estadual, do Hospital das Clínicas, e se for necessário mais indicarei os outros; o que interessa é a eficiência do trabalho.
>
> 3ª categoria – não exige o pessoal especializado, pois trata de distribuir os documentos de acordo com a classificação já feita, portanto, qualquer funcionário em pouco tempo de adotará nesse serviço. Poderia ser requisitado do próprio quadro do SPU.
>
> Quanto ao material não há dúvida alguma que essa organização exige despesa, quanto a instalação de prateleiras, arquivos de aço, e outro material necessário em tais organizações. Mas essa despesa, em relação o[ao] que se vai recuperar é uma insignificância, e ao contrário, tem que dar a renda a Fazenda Federal.
>
> S. Paulo, 20 de janeiro de 1957, Nicolau Alekhine [grifo nosso].[184]

Nicolau Alekhine, assim, esboça suas ideias para organizar o Arquivo do SPU em São Paulo, indicando, inclusive, sua futura esposa para o trabalho, cuja contratação - assim como os planos de organização – não saiu do papel. Em 1957 foi o começo de sua atuação na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em São Paulo e por conta disso, é possível vislumbrar o tom entusiasmado e o desejo de resolver os problemas da repartição presentes no seu texto.

Do mesmo modo, Alekhine produziu outro memorial, dessa vez, "sobre os próprios nacionais em São Paulo", com a mesma data de 20 de janeiro de 1957. Nele, Alekhine começa por afirmar que "nunca a Fazenda Nacional cuidou da administração desses bens – próprios nacionais",[185] analisando o mesmo tipo de fonte do memorial anterior: antigos relatórios de órgãos da Fazenda Nacional. Isso posto, o pesquisador critica o trabalho ineficaz das Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional. Como retórica argumentativa é lançada uma pergunta inicial

> Porque não foram feitas pela extinta Comissão do Cadastro e Tombamento dos Próprios Nacionais os dossiês dos bens próprios(...)?
>
> Primeiro: as Delegacias Fiscais não possuíam ou perderam os títulos de domínio relativos aos bens próprios, simplesmente lançados nominalmente nos relatórios anuais, sem fazer menção alguma como e com que título foram incorporadas ao Patrimônio Nacional; sem qualquer descrição de suas divisas e sua extensão de área. (...)
>
> Segundo: motivo ponderável e talvez intransponível, foi que a Comissão teve infelicidade apurar entre os bens relacionados – muitos os que estavam invadidos ou empossados pelas pessoas de projeção política e econômica e para estes a atividade dessa Comissão se tornava incômoda e feria seus interesses, e daí, por uma ou outra

[184] Memorial sobre a organização do Arquivo Regional do Serviço de Patrimônio da União - SPU de S. Paulo – Nicolau Alekhine. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx05/62.

[185] Memorial – Nicolau Alekhine, p. 1. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx07/62.

> forma, pondo em andamento sua influência, essa Comissão pouco a pouco sem perceber, foi reduzida, pela introdução da máquina burocrática, a impotência de prosseguir sua obra e enfim foi extinta.[186]

Da resposta de Alekhine, destacamos a sapiência adquirida sobre o modo de distribuição de terras no Brasil: sabendo ser o acesso à terra um privilégio das classes mais altas da sociedade, seja por meio de aquisição ou ocupação ilegal, o pesquisador expõe o caráter sensível da questão que, caso houvesse interesse político em resolvê-la, deveria necessariamente passar pelo conflito com particulares próximos às esferas de poder, político e econômico. Extrai-se dessa exposição, consequentemente, que Nicolau Alekhine tinha a compreensão de que a invasão de terras públicas não era prática exclusiva das classes menos favorecidas.

Sobre os próprios nacionais em questão, Alekhine aponta em seu relatório que teve oportunidade de colher elementos para seus estudos quando trabalhou na Comissão de Defesa Jurídica do Patrimônio do Município de São Paulo e "confrontando a relação dos próprios nacionais localizados na capital feito em 1830, em 1890 e em 1921 (...) constatamos pouca diferença na individualização do imóvel" sendo que nestas informações havia uma "completa ausência de referências aos títulos de origem e às divisas do imóvel."[187] Assim ele analisa caso a caso, os terrenos relacionados pela Comissão de Cadastro e Tombamento dos Próprios Nacionais na cidade de São Paulo e nos arredores, a saber: terrenos do antigo Palácio Provincial; terreno da Chácara da Glória; antigos aldeamentos de São Miguel, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Pinheiros, Barueri e Carapicuíba; terrenos na Freguesia do Ó; Fazenda de Santana; Terreno intitulado Jaguarahé; Fazenda Cubatão; Sítio Quilombo; Fazenda Araçariguama; Colônias Militares de Itapura e Avanhandava; Colônia de Cananéia; Fazenda Boa Vista em Jacareí; Fazendas de Turvinho, Salto, Geada, Furquilha e Ponte Pensa; Núcleo Colonial Rodrigo Silva em Porto Feliz; Fazenda Ribeirão Preto, Sítio Cafezal e Fazenda Retiro localizadas em Ribeirão Preto.

Já os próprios nacionais não relacionados pela dita Comissão constituem-se em: Sesmaria de Pacaembu-Pinheiros; terrenos dentro da Sesmaria de Afonso Sardinha; Aldeia de M'Boy; Terrenos em Botucatu; Terrenos à margem do Rio Paranapanema; terrenos na cabeceira do Tietê em Mogi das Cruzes. Segundo ele

[186] Memorial – Nicolau Alekhine, p. 7. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx07/62.

[187] Idem, p. 8.

> Em resumo: nessa situação estão dezenas de próprios nacionais cujo destino é ignorado pela própria Fazenda Nacional só porque faltou à essa organização adequada nos moldes expostos pelo Delegado Fiscal Dr. Manoel Madruga, que concluiu seu relatório de 1921, com as seguintes palavras: "quantas dezenas de milhares de contos de reis estão na posse "mansa e pacífica" dos vários milhares de intrusos que se apoderaram sem a menor consideração às leis do nosso país, dos numerosíssimos bens patrimoniais da Nação, cuja existência era completamente desconhecida na Delegacia Fiscal deste Estado".[188]

Seguindo seu memorial, Alekhine esboça uma série de cálculos de quanto a Fazenda Nacional está perdendo em valor econômico ao não se apropriar dos terrenos que deveria exercer seu título de domínio e, na sequência, ele explica como devem ser realizadas as pesquisas sobre estes bens (origem histórica, origem geográfica e origem imobiliária),

> Para levantamento dessa origem primitiva e posterior filiação cronológica até a data de incorporação aos próprios nacionais as pesquisas recorrem aos elementos ou documentação existente nos
>
> 1º arquivos de repartições públicas – federais, estaduais ou municipais
>
> 2º arquivos judiciais – examinando nas questões sobre as terras, os documentos constantes;
>
> 3º arquivos eclesiásticos;
>
> 4º cartórios de registros de paz, tabeliães;
>
> 5º arquivos dos Institutos Históricos e Geográficos;
>
> 6º publicações existentes nos arquivos particulares ou bibliotecas públicas;[189]

Todas estas informações coletadas seriam arquivadas no órgão projetado por ele: o "Departamento do Arquivo Imobiliário Nacional" que deveria recolher

> **Todos os livros** de notas, de trinta anos para trás, existentes nos tabeliães, cartórios, arquivos, como também os autos judiciais referentes as questões de terras, devidamente inventariados e fichados, passando pela devida vistoria, e se for necessário, pela perícia grafológica se remetiam para o serviço de classificação nominal e cadastral do imóvel transacionado e depois microfilmado, cujo filme se remetia para o serviço de coordenação dominial pela origem, zona, proprietário ou sucessão, formava depois o dossiê da propriedade individual do imóvel. Este dossiê remetido ao serviço técnico de cadastro e tombamento dos próprios nacionais. [grifo nosso].[190]

Destaca-se desta parte do memorial que Nicolau Alekhine detinha o conhecimento de como fazer a pesquisa e como deveriam ser arquivados os documentos no órgão criado por ele,

---

[188] Idem, p. 26.

[189] Idem, p. 37.

[190] Idem, p. 38.

arrolando, inclusive, os materiais necessários para essa tarefa: 4 aparelhos de microfilme com os aparelhos de projeção; laboratório completo de microfilmagem; arquivos de aço; equipamentos de medição; fichários para acondicionamento de documentos, plantas, gráficos, memoriais, relatórios. Complementando, ele arrola o "material humano" necessário para a execução do trabalho:

> 1. Para os serviços técnicos: engenheiro, topógrafos, desenhistas, datilógrafas, arquivistas, escriturários e camaradas para o serviço e campo;
> 2. Para o serviço de pesquisas: pesquisadores, classificadores, datilógrafas, escriturários, arquivistas, grafólogos e serventes;
> 3. Para o serviço de microfilmes: fotógrafos, projetistas, arquivista e servente;
> 4. Para o serviço de avaliadores: avaliadores, lançadores, datilógrafas, arquivistas, escriturários e servente;
> 5. Para o serviço de expediente e protocolo: escriturários, datilógrafas, arquivista, servente e oficiais de justiça;
> 6. Para o serviço de transporte: choferes, ajudantes, mecânicos e limpadores; [191]

Analisando esta relação feita por Alekhine, notamos que os arquivistas estão presentes em cinco dos seis setores do órgão, demonstrando essa preocupação com o sistema de organização dos arquivos referentes ao patrimônio da União.

Por fim, o pesquisador faz uma projeção da atuação do órgão polêmica à época sobre os interesses em jogo com a efetivação do serviço

> Não há dúvida alguma que o serviço de recuperação dos próprios nacionais, vão ferir os interesses econômicos de muitas pessoas de projeção política, estes não se conformarão e vão levantar celeuma sobre este serviço taxando-o como calamidade pública, vão levar essa questão até em cima, tentando intervir e anular essa recuperação, que dará a Fazenda Nacional uma renda de bilhões de cruzeiros, justamente estes bilhões que vão sair do bolso dessas pessoas.[192]

Mais uma vez é notório o conhecimento de Alekhine de que as invasões acometidas sob as terras públicas, em especial na cidade de São Paulo, não eram práticas que ocorriam apenas entre a população menos favorecida. Ao tratar de forma sistêmica sobre a questão das invasões das terras públicas pertencentes ao município de São Paulo, Paula e Silva (2002) apresenta dados que corroboram para a questão a partir de levantamentos realizados na década de 1970 e 1991, revelando que

> no final da década de 1970, segundo dados do IBGE e PMSP, entre as famílias com renda até 5 salários mínimos, na cidade de São Paulo, 10% eram invasores e, destes, 60% em terras públicas (MALTA apud PAULA E Silva, 2002, p 77). Lúcio Kowarick, por sua vez, informa que os domicílios alugados em São Paulo, em 1940,

[191] Idem, p. 53.

[192] Idem.

> correspondiam a 75%, em 1950 a 68% e, em 1970, a 38%, subindo para 40%, em 1980, e caindo para 29%, em 1991." (PAULA E SILVA, 2002, p. 77)

Ao contrapor as invasões até então praticadas com a crescente diminuição da locação de domicílios na cidade e, sabendo que número de habitantes da capital paulista estava em franca expansão, conclui-se pelo aumento de áreas ocupadas na cidade e como explicitado no trabalho de Paula e Silva (2002), fenômeno que abarcou várias camadas sociais.

Da possível implementação deste órgão, podemos levantar duas hipóteses, que embora não divirjam entre si, podem explicar o interesse de Alekhine pela questão, de forma a resolvê-la. A primeira delas é a organização dos arquivos da Fazenda Nacional em São Paulo em "perfeito estado de abandono". Como se tratam de documentos produzidos no primeiro ano de sua atuação na PGFN fica perceptível o desejo de organizar a matéria-prima principal para subsidiar a sua atuação profissional: os documentos. A segunda é o desejo de chefiar um órgão nacional sobre o patrimônio da União que, embora não esteja explícito, pela produção do memorial minucioso, etapa por etapa, constituindo uma espécie de "receita" para resolver os problemas da Fazenda Nacional, ele certamente tinha pretensões de dirigir o serviço caso fosse implementado e supomos, contava com isso. Esta segunda hipótese põe em xeque suas declarações nos IPMs de que ele atuava sem remuneração na PGFN, apenas para adquirir conhecimentos sobre o patrimônio imobiliário da União. A partir do memorial produzido, ele desejava mais do que conhecimento, pretendia chefiar e organizar a criação do "Departamento do Arquivo Imobiliário Nacional". Através da atuação em cargos de direção nesta instituição, Alekhine poderia finalmente contribuir para a preservação do patrimônio da União, ampliando sua atividade que nos primeiros anos em São Paulo limitava-se ao local, passando para uma abrangência nacional.

Conhecendo as inúmeras dificuldades que pairavam sobre o trabalho de regularização fundiária das terras públicas paulistas, Alekhine propôs uma solução que envolvia, de maneira permutável, sua investidura como servidor e chefe de um novo órgão federal subordinado à Fazenda Nacional. Através do gerenciamento desse órgão e a constituição do arquivo correspondente, Alekhine poderia, finalmente, deixar seu legado como agente à serviço da União e garantir a perpetuação tanto de sua memória quanto de seu arquivo.[193] No Brasil, existem alguns exemplos de arquivos de homens públicos que foram recolhidos para

[193] Sobre a concepção de legado atrelados às pragmáticas arquivísticas, entendemos o termo como sendo a monumentalização do acervo através de criação de entidades especializadas na preservação da memória do titular e todo o processo de patrimonialização que isso envolve (ver HEYMANN, 2012).

instituições de guarda: Getúlio Vargas, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso.[194] A valorização destes arquivos e sua caracterização como arquivos pessoais se dão a partir da dimensão de seus titulares na vida pública (HEYMANN, 2012, p. 54). Tendo Nicolau Alekhine atuado boa parte de sua vida na esfera pública, é lícito supor que existia um desejo emanado por ele de ver reconhecidos os seus feitos como especialista na história da organização fundiária de São Paulo. Nessa esfera, cabe mencionar como exemplo a aquisição realizada em 1962 pelo Museu Paulista do arquivo particular de João Batista Campos Aguirra pelo preço de C$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros). Depois de muitas tratativas e de receber propostas de empresas e bancos que desejavam adquirir o arquivo, Aguirra enfim, aceitou a negociação com o Museu e em carta manifestou seu desejo de que o Estado de São Paulo "tenha sob sua guarda esses documentos, que poderão enriquecer o patrimônio literário e cultural do Estado" (PIRES, 2003, p. 65).

Além dos memoriais mencionados, encontramos no FNA, desenhos, croquis e relatórios sobre o tema, projetando inclusive, outros órgãos, com nomenclaturas diferentes, e que tinham a mesma finalidade. A partir desta ideia inicial exposta no memorial que, acreditamos, possa ter sido um dos primeiros trabalhos realizados por Alekhine na PGFN, suas ideias foram se aprimorando para resolver o problema dos imóveis da União no Estado. Seu empenho era provar que medidas mais efetivas precisavam ser tomadas em prol da organização do arquivo da Fazenda Nacional, mais especificamente do SPU e da PGFN, e que somente por esta via, seria garantida a preservação e manutenção das terras que compõem os próprios nacionais.

Na imagem abaixo, está representado o funcionamento do "Serviço Discriminatório da União – SDU". Este órgão funcionaria como um braço que assessoraria aqueles dois órgãos, realizando pesquisas e executando os serviços de discriminação de terras da União.

[194] Estas instituições, inclusive, levam o nome dos titulares: Fundação Getúlio Vargas, Fundação Mário Covas, Instituto Fernando Henrique Cardoso.

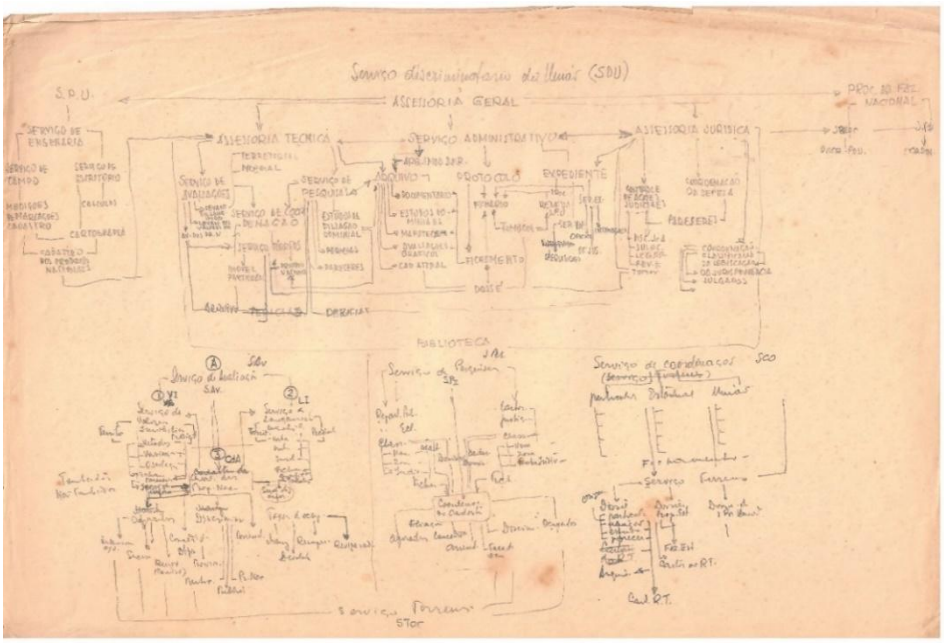


Figura 56 - Organograma de funcionamento do "Serviço Discriminatório da União (SDU)". Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx17-62.

Para a implantação do SDU previa-se a criação de departamentos que atuariam conjuntamente com a SPU e PGFN como Serviço de Engenharia, Assessoria Técnica, Serviço Administrativo, Assessoria Jurídica e Biblioteca. A Biblioteca englobaria os serviços de Avaliações, Pesquisas e Coordenação. O "Departamento de Pesquisas e Avaliações" seria crucial para o trabalho da SDU e possuía um esquema complexo de atuação buscando fontes de informações em arquivos públicos, cartoriais, registro de imóveis, tabeliães, autos judiciais, dentre outros. Separados no departamento estariam as seções histórica, geográfica e de recenseamento que teria pelo menos um pesquisador para cada seção que seria responsável pelos fichamentos e cópias dos principais documentos. Estes setores ainda contariam com um arquivo, um setor de desenho e de foto-reprodução.

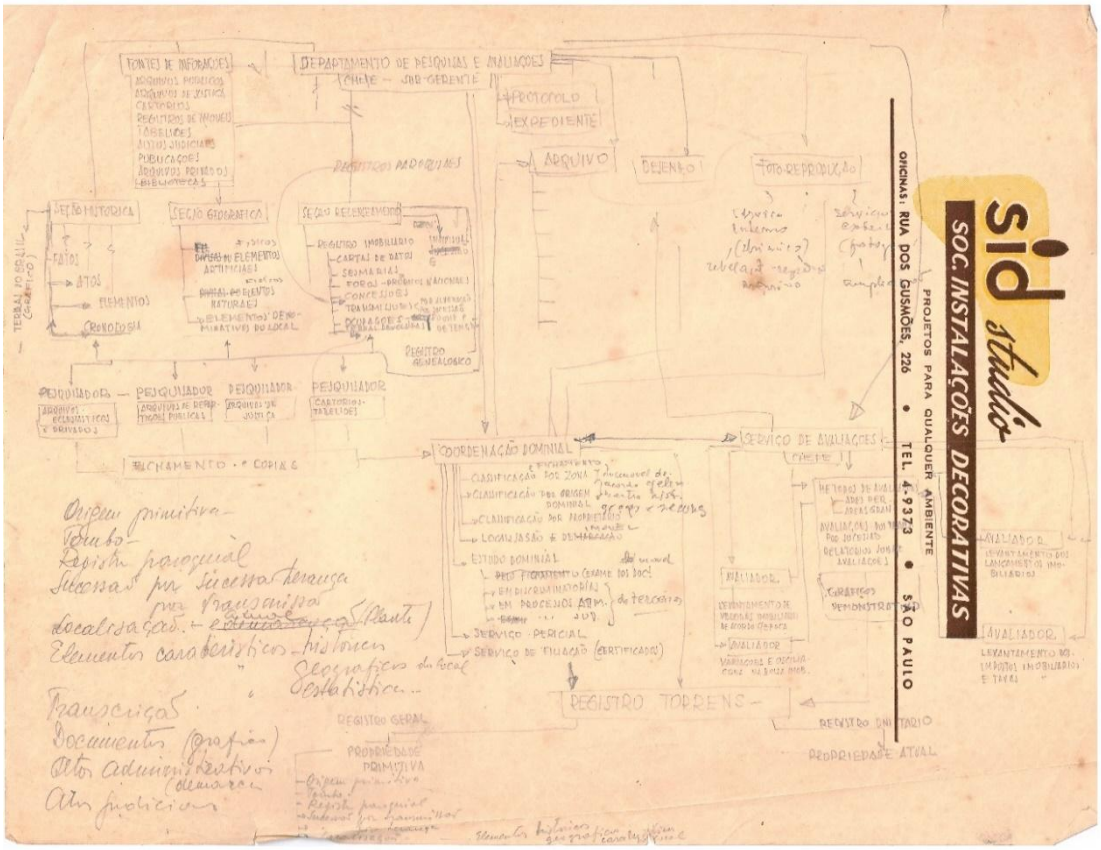


Figura 57 - Organograma de funcionamento do "Departamento de Pesquisas e Avaliações" do "Serviço Discriminatório da União (SDU)". Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx17-62

O ponto máximo de suas projeções foi a produção de minutas que deveriam ser assinadas pelo Presidente da República, que versavam sobre a criação e regulamentação dos órgãos. É o caso do decreto alterando o Registro Torrens e portaria da Fazenda Nacional criando o órgão.[195]

Num aspecto mais amplo, compreendemos através da análise do FNA, que não só a União tinha problemas com a desorganização de arquivos relativos ao patrimônio. No âmbito municipal, décadas antes, em 1941, Alekhine alertara seus superiores para a questão da organização do serviço que deveria ser feito para a resolução da questão através de correspondência de 20 de agosto,

[195] Minuta de Decreto de 1957 revogando o Decreto nº 955-A de 5 de novembro de 1890 (a ser assinada pelo Presidente da República). Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx23/62. Registro Torrens é o sistema criado para inscrever a propriedade imobiliária no Brasil. Alekhine produziu um memorial sobre o Registro Torrens por conta do seu artigo 2º que diz: "as terras públicas, alienadas depois da publicação deste regulamento, serão sempre submetidas ao seu regimen, pena de nulidade da alienação; sendo o preço restituído pelo Governo, com dedução de 25 por cento" (Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-955-a-5-novembro-1890-553430-publicacaooriginal-71319-pe.html - Último acesso em: 06/07/2019).

> Quanto a informação prestada pelo (...) Chefe da Sub-divisão do Patrimônio, relativamente a um relatório que o mesmo apresentou ao Exmo. Sr. Prefeito, visando uma solução definitiva do problema das terras devolutas municipais, tomo a liberdade, aproveitando este ensejo, de sugerir que essa solução consubstancie à criação de uma repartição, dotada de uma secção de investigações dominiais, com o respectivo arquivo de dados, elementos e documentos respectivamente classificados. Uma vez organizada, de acordo com todos os requisitos exigidos em questões de terras, essa repartição forneceria à Procuradoria Judicial todos os elementos uteis e assistência necessária ao andamento das ações judiciais, reduzindo a zero os erros que se repetem.[196]

A convergência de documentos produzidos por Alekhine tanto na Prefeitura, quanto na Fazenda Nacional, demonstra que o problema era crônico nas esferas municipal e federal no quesito discriminação de terras. Estes documentos reforçam a importância que os arquivos têm como prova judicial na questão da terra. Em São Paulo, principalmente, os problemas oriundos desta questão não haviam sido solucionados, e sabemos, não o foram pelo menos até a virada do século XX. Paula e Silva (2002) aponta que,

> Os anos finais do século XX, desde os anos 70, viram a cidade expandir-se para fora de seus limites municipais, engolfando em uma megalópole única vários municípios ao redor de São Paulo, sem equacionar a questão da propriedade da terra urbana que, mesmo quando adquirida por compra, o é, com muita frequência, de um *grileiro* que vende terras que não são suas ou de um loteador clandestino que não se rege pela legislação existente. É neste quadro de propriedades, *semi-propriedades* e ocupações que a terra pública municipal está inserida (PAULA E SILVA, 2002, p. 57).

Por fim, os estudos e relatórios apresentados comprovam que Nicolau Alekhine tinha uma preocupação pulsante com os arquivos imobiliários de São Paulo, tanto da municipalidade quanto da União. A resolução das questões envolvendo o domínio público de propriedades no município deveria passar irremediavelmente pela organização dos arquivos pertencentes aos órgãos que travavam da configuração fundiária da capital. O zelo e o domínio com que o pesquisador aponta a questão demonstra o quanto seus conhecimentos eram vastos sobre as práticas que envolviam o trabalho arquivístico. A maneira como é tratada a questão documental em seus relatórios revela um conhecimento de praticamente todo o processo de constituição de arquivos, desde a pesquisa até o acondicionamento dos documentos.

A experiência adquirida com o trato de arquivos ao longo de sua vida, fez com que Alekhine se aproximasse das práticas que envolvem a constituição de arquivos. Pelos fatores apresentados até aqui, quais sejam, sua atuação como arquivista em duas instituições de custódia, a prática sistemática de produção e guarda de anotações, a feitura de encadernações esteticamente bem construídas para seus relatórios, a utilização de fichas de pesquisa para a

[196] Correspondência – Nicolau Alekhine. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx19/62.

recuperação de informações no seu arquivo, a produção constante de documentos cartográficos colorizados como peças de fundamental importância para a resolução de litígios, e a produção de extensos memoriais contendo planos de resolução para a questão da discriminação de terras públicas no município de São Paulo que envolvem inevitavelmente a organização dos arquivos, nos encaminham para conceber que enquanto a documentação estava sob a posse de Nicolau Alekhine, existia um sistema de organização dos arquivos e que a maneira como se encontra o Fundo Nicolau Alekhine hoje na Superintendência do Iphan em São Paulo é um reflexo direto das apropriações compulsórias que foram feitas, em 1964 pelos agentes da 2ª Região Militar e em 1965, por Luís Saia enquanto chefe do Iphan-SP.

2.4 Um titular dentro de seu arquivo

Recuperar traços que podem levar a uma metodologia de organização construída pelo titular do arquivo no contexto do Fundo Nicolau Alekhine, institucionalizado e dissociado, torna-se uma tarefa árdua e, portanto, desde já nos escusamos sobre as limitações envolvidas na exploração desse aspecto do arquivo. Inicialmente, há que se retomar as fronteiras entre os atributos "particular" e "institucional" que envolveram as dinâmicas de apropriações pelas quais o FNA passou. Para tanto, estabelecemos para fins didáticos um marco temporal na biografia do arquivo: a prisão de Alekhine e seus documentos em 1964, momento em que o titular perde o agenciamento de seu arquivo. Tendo plena consciência de que essa fronteira é por vezes fluida, atrevemo-nos a traçá-la para melhor assimilação das diversas temporalidades que permeiam o arquivo. Diante disso, a documentação adquire o status de particular desde os momentos iniciais de sua feitura, em 1923, quando Alekhine muda-se para São Paulo com o objetivo de iniciar sua vida profissional até a data de sua prisão, em abril de 1964, 28 dias após o Golpe Civil Militar. Já a dimensão institucional pode ser conferida a partir da doação para a Superintendência do Iphan em São Paulo, em 1965, por solicitação de Luís Saia. Entre abril de 1964 e maio de 1965 a documentação esteve sob posse dos militares, mediadores e protagonistas das decisões tomadas para a mudança de status do arquivo. Nesse pouco mais de um ano em que documentação ficou apreendida pelo Exército o acervo foi retalhado de acordo com interesses econômicos, políticos e institucionais, de forma que, a desorganização em que hoje ele se encontra é reflexo direto dessas ações. Em suma, percorreremos os fios que levam aos rastros deixado pelos papéis, na tentativa de tecer os sentidos que envolvem as

ações inerentes à pragmática arquivística realizadas pelo titular do arquivo, Nicolau Alekhine, quando tinha pleno agenciamento de seus documentos.

Seu interesse pelo campo da pesquisa e da arquivística pode ser comprovado pelo acúmulo de recortes de livros sobre a organização dos arquivos públicos. É o caso de um artigo publicado na Revista "O Direito" vol. 11 em que ele recortou a parte que trata do Decreto nº 6164, de 24 de março de 1876, que reorganiza o Arquivo Público do Império.[197] Nele estão grifados em vermelho os artigos:

> Art. 2º. O arquivo será dividido em quatro secções: a 1ª legislativa; a 2ª administrativa; a 3ª judiciária; e a 4ª histórica.
>
> Art. 4º. Na 2ª secção serão arquivados:
>
> XV. Os originais dos documentos e autos que demonstrarem a propriedade dos bens nacionais, depois de feito o competente assentamento no Tesouro Nacional.
>
> XVI. Uma relação dos processos da medição e demarcação dos terrenos devolutos, feitas pela repartição competente; os documentos demonstrativos da venda ou cessão dos mesmos terrenos; e os originais e registros das antigas cartas de concessão e confirmação de sesmarias.
>
> Art. 6º. Na 4ª secção serão arquivados:
>
> XIII. Os mapas geográficos do Império e das províncias que forem feitos por ordem do governo geral ou vos provinciais, ou por particulares; bem assim todos os documentos, memorias, relatórios, roteiro ou notícias relativas a geografia do Brasil (...).
>
> XVIII. Os livros, documentos e papeis que tiverem pertencido a repartições extintas.
>
> Art. 9º. Haverá também uma mapoteca, onde estarão devidamente classificados os atlas, mapas, plantas, cartas geográficas, hidrográficas e outras, antigos e modernos, relativos ao Brasil.
>
> Art. 20. Todos os documentos e papeis do arquivo serão classificados, numerados e marcados, com a seguinte chancela – Arquivo Público do Império.

O ato de guardar e grifar estas páginas amareladas sobre a legislação organizativa do Arquivo Imperial revela-nos pelo menos duas intenções: pontuar a localização dos arquivos de importância para sua atuação profissional e se instruir de como funciona um arquivo, especificamente, o Arquivo Imperial – atualmente, Arquivo Nacional. Os incisos XV e XVI do artigo 4º denotam a exata localização dos documentos originais relativos às terras do Império e os autos dos processos de demarcação de terras devolutas, acompanhados das cartas de sesmarias originais, na 2ª Seção do Arquivo. Já na 4ª Seção estariam os mapas geográficos oficiais do território brasileiro. Essas informações são de igual importância para os arquivistas e pesquisadores, pois dizem respeito ao mapeamento dos arquivos nas instituições, sendo

[197] Recorte – Revista o Direito Vol. 11. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx 18/62.

condição prévia para qualquer tipo de investigação em instituições de custódia de documentos.

A experiência como pesquisador e interessado na guarda de documentos foi sendo gestada a partir da visita a inúmeros arquivos ao longo de sua vida, condição sem qual não conseguiria atuar profissionalmente. O fato de ele ter trabalhado no Arquivo de João Batista Campos Aguirra, nos primeiros anos em que esteve em São Paulo, bem como o trabalho realizado no Arquivo do Patrimônio Imobiliário da Prefeitura Municipal de São Paulo configuraram atuações suficientes para Alekhine adquirisse conhecimentos mínimos na área da documentação. Essas experiências podem ser percebidas no zelo com a organização de seu próprio arquivo, como o uso de fichas de localização e pesquisa, capas e encadernações com cuidados estéticos para os maços e estudos minimamente identificados. Todos esses fatores contribuem para aventarmos que, enquanto Alekhine esteve à frente do agenciamento de seu arquivo, havia um sistema de arquivamento,[198] ainda que não contivesse o rigor preconizado pela disciplina da arquivística.

Nesse sentido, adquire importância o documento apresentado às autoridades militares intitulado "Histórico da Formação do Arquivo",[199] de autoria do próprio Nicolau Alekhine, em que são narradas as experiências de vida e o modo como foi constituído seu arquivo particular. A finalidade principal da produção deste documento foi requerer a devolução de seus papéis pelas autoridades militares e se desvencilhar de qualquer acusação de extravio de documentos públicos que pairavam sobre ele. Sua estratégia de narrativa é organizada a partir da "pragmática da função" (HEYMANN, 2012, p. 70): organização comumente utilizada em arquivos de pessoas que ocuparam cargos públicos ou com reconhecimento nacional - como chefes de estado, políticos, escritores, dentre outros – em que a lógica principal para a definição das séries documentais se pauta pelas funções profissionais exercidas pelo titular. Esses elementos contribuem para que as trajetórias do titular e do arquivo entrem em convergência. Outros fatores que contribuem para a rota de confluência entre titular e arquivo são os observados na metodologia de acumulação realizada por Nicolau Alekhine para formar seu arquivo: a partir de seus serviços executados nas repartições públicas, anotava e

[198] Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, *Sistema de Arquivamento* é o "Conjunto de rotinas, procedimentos e métodos de arquivamento compatíveis entre si, tendo em vista a organização e a preservação de preservação documentos ou arquivos, bem como o acesso à informações nele contidas" (Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 156).

[199] Apelação nº 40729 – Arquivo do STM: Brasília-DF, fl. 1074 – 1081 (Vol. 5).

reproduzia informações e documentos para seu próprio arquivo. Na Comissão de Defesa Jurídica do Patrimônio Municipal, órgão em que atuou entre 1929 e 1932, Alekhine

> Contratado como desenhista para servir junto a referida comissão sob as ordens do Engenheiro Dr. Antenor Azevedo Soares, a cargo de quem estavam as pesquisas sobre as origens dominiais dos terrenos pertencentes ao Patrimônio da Prefeitura de São Paulo e de particulares que pretendiam tais terrenos como sendo de domínio privado, acompanhando-o tanto no arquivo estadual, em todas as pesquisas, também na Delegacia Fiscal, nos tabeliães, nos cartórios do fórum examinando autos judiciais de ações possessórias, reivindicatórias, divisões e outras ligadas ao domínio imobiliário, foram por mim copiadas todas as plantas e feitas anotações sobre a documentação examinada.[200]

Quando da atuação na organização do Arquivo de João Batista Campos Aguirra, no mesmo período, ele

> Convidado por ele (Aguirra) a prestar, fora do expediente da Comissão, meus serviços na organização técnica de seu arquivo, tive a oportunidade de, com seu consentimento, fazer anotações a fim de facilitar a formação de meu arquivo e que também serviu para facilitar os estudos da referida Comissão.[201]

Entre 1930 e 1932, atuando na Comissão de Retificação do Rio Tietê, Alekhine teve a incumbência de fazer o levantamento topográfico da medição feita em 1913 pelo Engenheiro Saturnino de Britto e para tal, requisitou "as plantas das referidas propriedades, como também, os levantamentos cadastrais executados em 1926 pelo engenheiro José Cuba de Souza e pelo Dr. Antenor de Azevedo Soares"

> Com a permissão deste último, tirei cópias abrangendo os bairros Ipiranga, Vila Mariana, Vila Clementino, Ibirapuera, Alto da Mooca, Belém, Hipódromo, Catumby, Vila Guilherme, Santana, Bom Retiro e Barra Funda.[202]

Ao ser demitido da Comissão de Defesa Jurídica do Patrimônio Municipal, em 1932, o pesquisador passou a prestar serviços para particulares que o contratavam. Assim, ele

> Preparava e pesquisava filiações dominiais, à pedido de advogados sobre terra em questão e, para engenheiros e firmas, executava serviço de campo. Nestes, examinando os autos, continuava a fazer anotações e a copiar plantas enriquecendo meu arquivo.[203]

---

[200] Apelação nº 40729 – Arquivo do STM: Brasília-DF, fl. 1074 (Vol. 5).

[201] Apelação nº 40729 – Arquivo do STM: Brasília-DF, fl. 1074 (Vol. 5).

[202] Apelação nº 40729 – Arquivo do STM: Brasília-DF, fl. 1075 (Vol. 5).

[203] Apelação nº 40729 – Arquivo do STM: Brasília-DF, fl. 107 - 1076 (Vol. 5).

Readmitido na Prefeitura em 1939, Nicolau Alekhine atuou na Procuradoria Judicial da Prefeitura de São Paulo onde passou a organizar o Arquivo Imobiliário desta repartição até 1944, quando pediu demissão e passou a atuar novamente prestando serviços para terceiros. A partir destas pesquisas realizadas ele copiava os documentos e produzia as respectivas plantas para subsidiar as ações e para a formação de seu arquivo.[204]

Por fim, Alekhine relata sua atuação na PGFN, na "defesa dos próprios nacionais", "não tendo dúvida em aceitar tal oferecimento, pois ampliaria meu arquivo com as anotações de elementos e títulos e plantas e outros dados necessários à definição da extensão do domínio da propriedade da União, ou de particulares".[205] No texto, a opção narrativa perpassa por uma espécie de esforço constante com a finalidade de defender os interesses da União no Estado.

> Tudo isso só foi possível por possuir eu um arquivo imobiliário pretendido pelo Sr. Cel. Médico Dr. Tito Ascoli de Oliva Maia e pelo Capitão João Sihler como subversivo e que afeta a Segurança Nacional. É contrassenso, que traz enorme prejuízo à Fazenda Nacional, privando-a de se defender nas ações contra ela propostas, a apreensão de meu arquivo imobiliário, que foi por mim conseguido através de mais de trinta anos de labor exaustivo e constante. (...) A retenção de meu arquivo é um ato arbitrário dos Encarregados do IPM já condenado, por unanimidade, pelo Superior Tribunal da Justiça Militar. Cumpre, finalmente, esclarecer que, apesar de a Justiça Militar, pela sua mais alta corte, ter declarado e condenado a ilegalidade da apreensão, o meu arquivo imobiliário continua retido, num flagrante desrespeito às determinações do Superior Tribunal Militar
>
> São Paulo, 3 de outubro de 1964. Nicolau Alekhine.[206]

O documento referenciado é importante, pois foi escrito pelo próprio Nicolau Alekhine, relatando episódios de sua vida e a trajetória de seu arquivo. Como uma espécie de autobiografia, concentra-se a narrativa no propósito de reaver a documentação, além de espantar vestígios de suspeição que recaíam sobre o indiciado. A ênfase dada ao caráter principal de sua feitura se dar por meio de reprodução e não como extravio de originais, como os militares suspeitavam, projeta a imagem de Alekhine imbuído de índole ilibada, eximindo-se de possíveis contravenções. Ao tratarmos desse aspecto, Artières (ARTIÈRES, 1998, p.10-11) elabora uma questão crucial refletindo sobre o "arquivamento do eu": "Por que arquivamos nossas vidas? ". A resposta vem na sequência: "para responder a uma injunção social". Desse modo Artières destaca que

[204] Apelação nº 40729 – Arquivo do STM: Brasília-DF, fl. 1079 (Vol. 5).

[205] Apelação nº 40729 – Arquivo do STM: Brasília-DF, fl. 1080 (Vol. 5).

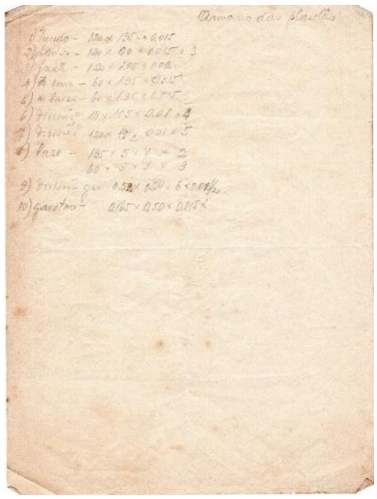
[206] Apelação nº 40729 – Arquivo do STM: Brasília-DF, fl. 1081 (Vol. 5).

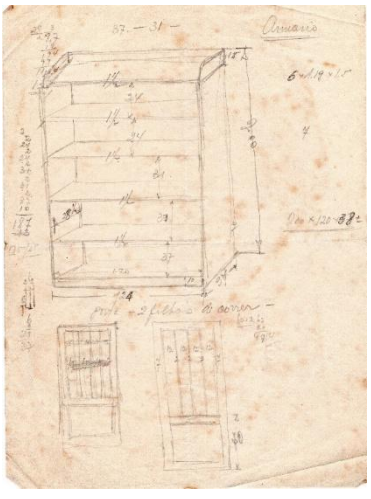
> (...) não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos nossa existência, omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens (ARTIÈRES, 1998, p. 11)

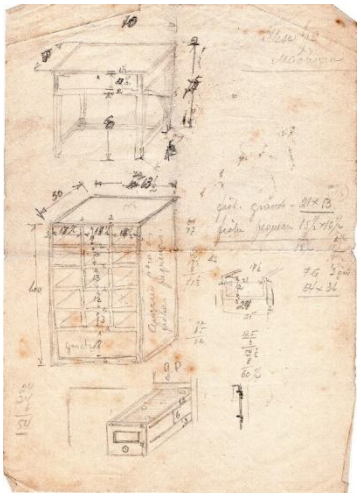
Levando-se em conta os objetivos da produção do memorial escrito por Alekhine e tomando como central as questões levantadas por Artières, concebemos o ocultamento de boa parte das informações de sua vida pessoal, destacando, principalmente, suas contribuições enquanto pesquisador, engenheiro e arquivista para o poder público, seja municipal ou federal. Essa seleção é inerente à prática arquivística, quando utilizada, principalmente, nos arquivos pessoais. Ainda segundo Artières,

> O indivíduo deve manter seus arquivos pessoais para ver sua identidade reconhecida. Devemos controlar as nossas vidas. Nada pode ser deixado ao acaso; devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas sobretudo para existir no cotidiano (ARTIÈRES, 1998, p. 14)

Alekhine se apresentava publicamente como assistente técnico, pesquisador de filiações e estudos dominiais, localizador,[207] esta constituía sua identidade profissional e para a realização de todos estes serviços, ele necessitava de seu arquivo. É possível supor, com base em Artières, que ele não tenha mais se reconhecido nessa projeção profissional depois que seu arquivo foi apreendido. Apesar de não nos atermos na investigação dos passos de Nicolau Alekhine após a prisão de seu arquivo – por não constituir nosso propósito - permanece a reflexão para uma futura pesquisa. Importa-nos antes, os rastros que demonstram sua preocupação em manter seus arquivos organizados enquanto os agenciava. Nessa linha, destacam-se no FNA alguns documentos que elucidam essa possível organização mantida pelo titular.







[207] Ver figura 1 - Cartão de Visita – Nicolau Alekhine (Introdução).

Figura 58, 59 e 60 - Croquis para projeto de mobiliário para arquivo. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP – Cx33/62. Destaque no desenho para os "armários das plantas" em madeira para guardar a documentação cartográfica e a projeção de uma mesa de consulta junto com gaveteiros personalizados para armazenar a documentação textual.

Os croquis referenciados são uma projeção de mobiliário para a guarda de arquivos. A existência desses documentos em meio aos seus arquivos profissionais revela uma preocupação com a conservação e preservação dos arquivos. Ao projetar a fabricação de um mobiliário exclusivo para a guarda de seus documentos, Alekhine demonstra mais uma vez, o zelo com seu arquivo atribuindo a dimensão de importância para a documentação.[208] Desse modo, pela curadoria da madeira escolhida - vê-se que o autor escolheu uma primeira opção de madeira e optou ao final pela peroba - bem como pelas dimensões do mobiliário, incute-se que provavelmente esse projeto de sua autoria foi pensado para seu próprio arquivo.

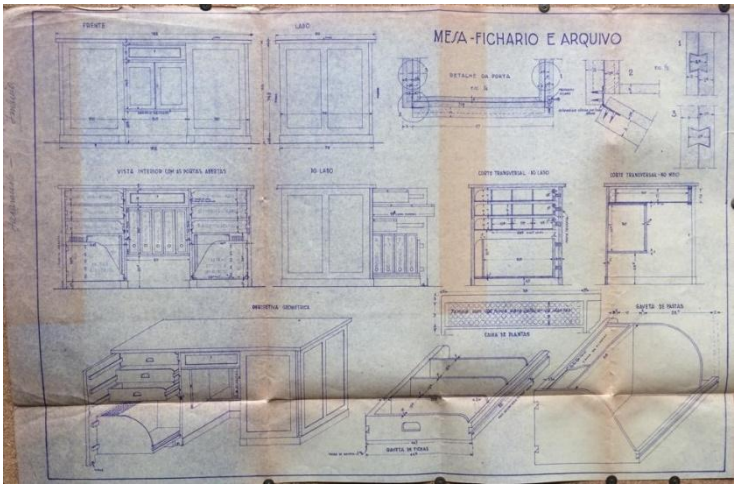


Figura 61 - Projeto de mobiliário para arquivo. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP – Cx03/62.

Já no desenho em grandes dimensões, possivelmente, o produto final dos croquis projetados,[209] são apresentados mobiliários com toda uma estrutura para um arquivo doméstico, com gaveta de plantas, pastas e fichas. Embora o projeto não tenha uma data específica, é possível pensar na década de 1950 - pelo fato de Alekhine ter realizado uma grande reforma na sua residência entre 1953 e 1956, tendo, portanto, um maior espaço para a guarda de seu arquivo.

[208] Embora os croquis não estejam assinados, pelo exame da caligrafia é possível atribuir a autoria à Nicolau Alekhine.
[209] Utilizamos o "possivelmente" pelo fato dos documentos estarem dissociados, embora pareçam estar dentro de um mesmo projeto. Enquanto os croquis estão na caixa 33, a planta com o desenho final está na caixa 3.

Outros elementos que podem atestar o zelo, a organização e a importância dispensada por Alekhine para seu próprio arquivo são os requerimentos enviados às autoridades militares por terceiros, solicitando a devolução do papelório para o titular. Quando o arquivo de Nicolau Alekhine foi apreendido em 1964, uma série de solicitações foram enviadas às autoridades militares pelos interessados que contrataram seus serviços. A devolução dos documentos fazia-se necessária pois o andamento das ações em litígio estava comprometido, uma vez que Nicolau Alekhine não mais poderia consultar seus arquivos. Diz o representante da Sociedade Civil Terreal Imóveis

> A requerente vem solicitar de V. Excia., a devolução dos documentos, de si e em todo estranhos ao processado, pois, que emitidos que se encontram nos Autos tais documentos, imprescindíveis aos negócios e bem andamento das atividades da Sociedade, com danos e prejuízos a mesma, possíveis ficam de ações futuras, apuradas as responsabilidades "ad-quem" no caso de extravio ou desaparecimento.[210]

Do mesmo modo Cláudio de Moraes, herdeiro do espólio de Joaquim Mariano da Silva, argumenta que,

> De acordo com os pronunciamentos proferidos nas decisões do STM nos habeas corpus nº 26.827, 27.161 e 27.393 constatou-se a violência e a arbitrariedade da apreensão ilegal do arquivo imobiliário particular pertencente ao nosso técnico pesquisador e financiador nas demandas que sustenta em prol dos herdeiros no inventário de Joaquim Mariano da Silva. (...) Nestas condições, a retenção desses documentos e papeis trazem transtorno nas ações propostas e a propor. Por essa razão, pede a restituição desses documentos ao Sr. Nicolau Alekhine(...).[211]

No processo, são juntados ainda os requerimentos de Alcides Gonzaga Vasconcellos[212] Felipe Moblize[213] Nagib Jafet[214] e Abílio dos Santos.[215] Estes requerimentos são acompanhados de correspondência endereçadas pelo próprio Nicolau Alekhine para estes interessados informando a relação dos documentos que deveriam ser solicitados aos encarregados dos IPMs. Estas relações provam o total conhecimento e domínio que Alekhine detinha sobre seu arquivo. Mesmo não estando sob sua posse, os documentos foram

[210] Requerimento da Sociedade Civil Terreal Imóveis – Apelação nº 40.729 – Arquivo do STM: Brasília/DF, fl. 1146 (Vol. 5).

[211] Requerimento de Claudio de Moraes – Apelação nº 40.729 – Arquivo do STM: Brasília/DF, fl. 1153 (Vol. 5).

[212] Idem, fl. 1160.

[213] Idem, fl. 1173.

[214] Idem, fl. 1184.

[215] Idem, fl. 1203.

relacionados de acordo com cada caso específico, discriminando, exatamente, quais documentos deveriam ser requeridos para o andamento de cada processo.

Esse conhecimento que Alekhine possuía sobre seu arquivo revela uma pragmática típica de um profissional organizado e que tinha domínio sobre seu papelório. Isso nos leva a conjecturar que, enquanto os documentos estavam sob sua posse, permaneceram organizados, perdendo este status a partir da apreensão pelos militares. Além disso, demonstra o pragmatismo arquivístico tocado pelo titular acerca de seu arquivo, visto que saberia exatamente como recuperar as informações presentes no seu papelório. O domínio sobre as dinâmicas de funcionamento de um arquivo, desde o arranjo previsto em lei para o Arquivo Imperial até as especificidades de como deve ser feito o acondicionamento, a previsão de mobiliário sob medida e a adoção de fichas de pesquisa para a organização demonstra a familiaridade de Alekhine com as práticas arquivísticas. Do modo como Alekhine narra a formação do arquivo e a destreza como aponta quais documentos precisariam ser devolvidos para que se não paralisassem as ações judiciais que ele representava enquanto o arquivo estava em mãos dos militares, deduzimos que, enquanto os documentos estavam sendo agenciados por ele, possuíam uma organização. Da metodologia de acúmulo baseada na reprodução pragmática de informações dos arquivos públicos que foram consultados, emana um desejo pela constituição de um arquivo temático específico atribuído de valorização, seja pelo titular, por particulares, pelo procurador-chefe da Fazenda Nacional, pelos militares, pelo chefe do Iphan-SP e em última instância, por nós que debruçamos sobre o papelório. Por todos esses vetores de valorização, seria condição prévia a organização desse arquivo que provavelmente existiu até o momento de prisão do titular e de seus documentos.

Embora seja possível ainda perceber permanência da titularidade de Nicolau Alekhine em seu arquivo, a apreensão da documentação pelos militares e a institucionalização do arquivo pelo Iphan-SP contribuíram sobremaneira para uma tentativa de supressão deste vínculo. Nesse sentido, torna-se oportuna uma reflexão sobre o processo de institucionalização do arquivo buscando trazer luz aos prováveis motivos – de certa maneira ainda pouco nítidos – que poderiam justificar a transferência da documentação e as razões por ter permanecido tanto tempo ‘esquecido’.

3. ECOS DE UM ARQUIVO ESQUECIDO: REFLEXÕES ACERCA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO E DO APROVEITAMENTO DO FUNDO NICOLAU ALEKHINE PELO IPHAN-SP

Em 1965, o arquivo de Nicolau Alekhine foi transferido para o Iphan-SP por intermédio de Luís Saia, então chefe da regional paulista do Iphan. O processo de transferência da 2ª Região Militar - II Exército para a Superintendência do Iphan em São Paulo se deu por meio de ofício e termo de entrega relacionando os documentos que foram doados. Inicialmente, foram transferidos os documentos referentes às fortificações no litoral de São Paulo, sob jurisdição do Ministério da Guerra e em processo de tombamento pelo Iphan. Estrategicamente, a doação foi realizada para subsidiar processo de reintegração de posse nas áreas do entorno das fortificações no município do Guarujá e para que, por meio dos instrumentos legais, fossem freadas as ações do Coronel Ernesto Souza Barbosa, que alugava terrenos próximos aos bens culturais tombados para instalação de anúncios publicitários. Num segundo momento, por intermédio do Capitão João Sihler - encarregado do inquérito que investigou a documentação de Nicolau Alekhine – foram doados os documentos encaminhados ao Serviço de Patrimônio da União – SPU em São Paulo, por não haver nesta repartição condições mínimas de segurança e nem espaço de guarda adequados.[216] O início de todo o processo partiu do conhecimento prévio que Luís Saia obteve sobre a documentação, seja por meio do exame do papelório quando prestou depoimento no IPM,[217] seja por acompanhar o arrolamento da documentação na sede do Iphan-SP pelo Capitão Reginaldo Miranda – escrivão do inquérito – pouco antes de ser efetivamente transferido. A partir da análise inicial, os documentos foram classificados pelo arquiteto e chefe da regional paulista como "indispensáveis para o estudo e proteção dos monumentos."[218]

No entanto, uma vez transferido, o arquivo ficou 'esquecido' na instituição por mais de 50 anos, sendo pesquisado apenas pelo historiador e ex-funcionário do Iphan-SP, Jaelson

[216] Ver subitem 1.2 – Capítulo 1.

[217] Termo de Inquirição de Testemunha Informante – 05 de agosto de 1964 - Apelação nº 40.729 (1975) – STM, fl. 68 - 70 (Apenso 1).

[218] Ofício 105/64 de Luís Saia – Chefe do 4º Distrito da Dphan ao Capitão João Sihler – encarregado do IPM, 02 de outubro de 1964. Apelação nº 40.729 (1975) – STM, fl. 637 (Apenso 3).

Trindade,[219] a pedido de Luís Saia, na década de 1970. O contraponto entre a valorização da importância dos documentos - a priori, 'indispensáveis' para os trabalhos da unidade paulista do Iphan no que tange à competência principal do órgão de preservação do patrimônio no âmbito federal - e o real aproveitamento que foi feito da documentação depois de doada tornar-se-ão os principais objetos de análise neste capítulo. Dessa forma, esses dois fatores, tornando-se confrontantes - a institucionalização do arquivo e seu aproveitamento, ligados pela matriz de valor atribuída por Luís Saia – tornam-se pano de fundo para lampejarmos questionamentos que possam auxiliar na compreensão das razões que contribuíram para a definição dos caminhos da trajetória deste arquivo.

Inicialmente é preciso pontuar, mais uma vez, que o arquivo foi institucionalizado compulsoriamente e desprovido de qualquer organização. Quanto à primeira característica, cabe apontar a diferença de 10 anos entre a transferência da documentação (1965) e a sentença final que declarou culpado Alekhine pelos crimes de apropriação indébita e estelionato (1975).[220] Nessa esteira, a arbitrariedade dos agentes militares ganha protagonismo já que a documentação foi doada muito antes da conclusão do processo investigativo, da posterior sentença e do processo de julgamento do titular. Presume-se dessa ação que os agentes envolvidos nesta transação sabiam desde o início que os documentos jamais voltariam para a posse de seu titular. Com referência à organização do arquivo, vimos que os documentos foram transferidos desprovidos de ordenação: uma vez apropriado, os agenciamentos coercitivos fizeram com que a documentação perdesse uma organicidade atribuída por seu titular.[221] Em que pese o fato do recebimento de uma quantidade

[219] Jaelson Bitran Trindade é historiador e ex-servidor do Iphan. Formou-se em história na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH – USP (1975), onde também desenvolveu Doutorado em História Social (2002) em parceria com a Universidade de Coimbra – Portugal, investigando a produção de arquitetura em Minas Gerais. É Conselheiro da Associação Nacional de História – ANPUH desde 2004 e membro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP. Na Superintendência do Iphan em São Paulo, atuou como técnico, historiador, perito e pesquisador desde a década de 1970 até 2019 - quando se aposentou - desenvolvendo pesquisas sobre arquitetura vernácula, produção cafeeira no Estado de São Paulo, história da produção siderúrgica no Brasil, patrimônio documental em São Luís do Paraitinga – SP, tropeirismo no Brasil, patrimônio musical no Estado de São Paulo no período colonial, aldeias missioneiras na Capitania de São Vicente, patrimônio cultural da baixada santista, dentre outros. É um exímio conhecedor da obra de Luís Saia, tendo, inclusive trabalhado com o arquiteto no início de sua atuação no Iphan. Em 2012 foi um dos organizadores da exposição "Luís Saia: Memória e Política". Fonte: informações obtidas a partir da plataforma lattes. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/3161320649852800 (Último acesso em: 14/05/2021).

[220] Alekhine foi enquadrado no artigo 207 do Código Penal Militar de 1944, que considera crime "obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento". (Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del6227.htm - Último acesso em: 21/04/2021).

[221] Ver subitem 2.4 – Capítulo 2.

considerável de documentos sem nenhum tipo de ordenação, atrelado à falta de funcionários disponíveis no Iphan-SP e a ausência de tempo para o exame e catalogação do arquivo diante da grande quantidade de projetos tocados simultaneamente na unidade, forma-se um conjunto de fundamentos suficientes que explicam o esquecimento do arquivo, principalmente nos anos que se sucederam à institucionalização.

Explicados os motivos para a incorporação do arquivo e as características contextuais para o não aproveitamento do acervo, seria cômodo aceitarmos estes argumentos e ensaiarmos um encerramento do assunto com base nas assertivas narradas sobre o Fundo Nicolau Alekhine. No entanto, como nos propusemos a desnaturalizar o arquivo, é preciso ir além se quisermos minimamente refletir sobre as dimensões que envolveram o processo de transferência e a efetiva utilização das informações contidas no arquivo para os trabalhos do Iphan-SP. Para tanto, o resgate da memória institucional nos auxiliará para esboçarmos nossas hipóteses tendo como panorama os principais projetos articulados na década de 1960 e 1970 – período político conflituoso da história recente do nosso país – e que envolveram a unidade regional do Iphan em São Paulo e particularmente, Luís Saia enquanto diretor. Nosso recorte para esta análise abarca desde o ano de transferência da documentação, 1965, até a morte de Luís Saia em 1975. Este último coincidindo com o ano de julgamento do IPM que declarou Nicolau Alekhine culpado pelos crimes a que foi julgado. Em última análise, ainda que Luís Saia tenha constituído o maior interessado na documentação e a sua morte tenha acarretado a falta de incentivos para o aproveitamento do arquivo, levantaremos reflexões para possíveis aproveitamentos do arquivo que dialogam com nossa própria pesquisa.

Longe de pretendermos abordar todas as atividades realizadas pela Superintendência do Iphan em São Paulo, selecionamos alguns dos principais projetos que foram levados a cabo pelo Iphan-SP e pelo seu diretor, Luís Saia, dentro do recorte temporal estabelecido. Nessa linha, investigaremos em que medida esses projetos foram ganhando importância na unidade que pudessem justificar o estabelecimento de prioridades e até que ponto é possível perceber, tanto as características que podem indicar uma aproximação entre o chefe da regional e os militares – causas e consequências da institucionalização do arquivo de Nicolau Alekhine – quanto as práticas institucionais enraizadas no Iphan sobre o trato com os arquivos. A partir das questões levantadas, procuraremos refletir de que maneira nossa pesquisa pode contribuir para superar o ‘esquecimento’ que pairou sob o arquivo durante todo esse tempo.

Desse modo, ganham visibilidade as obras de restauro da Fazenda Pau D'alho (1969-1975) – último grande projeto empreendido por Luís Saia antes de sua morte; o Curso de Restauro de 1974 empreendido em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-USP; e os projetos tocados pelo Iphan-SP no Sul do país durante a década de 1970. Devido ao fato destes projetos terem sido executados simultaneamente, a composição deste capítulo não segue uma linearidade cronológica, em função disso, para algumas passagens, recuperaremos alguns assuntos já analisados anteriormente. Já que estabelecemos um recorte cronológico um tanto quanto nítido, cabe primeiramente uma contextualização acerca da atuação da instituição ao longo das décadas de 1960 e 1970.

No panorama nacional, o Iphan na década de 1960 passou por transformações significativas. Em 1961 foi promulgada a Lei nº 3.924, de 26 de julho, que dispôs sobre a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos e teve como consequência novas atribuições para o órgão como a prévia autorização deste para escavações arqueológicas dentro do território nacional (MOTTA, 2015, p. 30-31). Do mesmo modo, em 1965, entrou em vigor a Lei nº 4.845, de 19 de novembro, que proibia a saída de obras de arte e antiguidades produzidas até o fim do império. Se essas duas leis trouxeram maiores atribuições para o Iphan, a mudança mais significativa da década de 1960 dentro do órgão foi o fim da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1967, depois de 30 anos de gerência.

Advogado, Rodrigo Melo Franco de Andrade geriu o Iphan desde o primeiro ano de criação da instituição, tendo sido, inclusive, um dos responsáveis pela elaboração do projeto de lei de criação do órgão. Sua gestão foi marcada pelo conceito da "monumentalidade" como atribuição de valor aplicada aos bens selecionados como patrimônio cultural.[222] Ao lado do grupo modernista, Rodrigo Melo Franco imprimiu ao órgão suas características de atuação, contando com nomes como Lucio Costa, Afonso Arinos, Oswald Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade e Manuel Bandeira. A figura do jurista dentro da instituição foi importante para manter uma posição enfática frente às pressões que inexoravelmente foram surgindo quando, para a criação do Iphan, o interesse público foi sobreposto ao direito de propriedade.[223] Denominada "Fase Heroica"[224] na historiografia do patrimônio por uma

[222] Sobre o conceito de monumentalidade no Iphan nas primeiras décadas de sua atuação ver *O Patrimônio em processo*: *trajetória da política federal de preservação no Brasil* (FONSECA, 2005).

[223] Durante a década de 1920 e o início da década de 1930, foram apresentados alguns projetos de lei de preservação do patrimônio cultural, demonstrando que o tema já era uma questão preocupante, muito antes da criação do Iphan. A maioria deles não logrou êxito pois esbarrava num direito fundamental garantido pela

série de motivos, entre eles o 'heroísmo' de seus funcionários frente à falta de verba na instituição, de infraestrutura e principalmente, de pessoal para o serviço, a gestão de Rodrigo ficou conhecida como marcada pela dedicação daqueles que se embarcavam na "missão" de preservar o patrimônio nacional. Rodrigo Melo Franco de Andrade tornou-se ele próprio monumento da instituição, quando, principalmente na década de 1960, lhe foram feitas diversas homenagens (BAUER, 2015). A bibliografia que trata de Rodrigo enfatiza principalmente sua "devoção" pela causa do patrimônio, enraizada na memória da instituição.[225] Em 1967, o conhecido Dr. Rodrigo deixou suas funções na direção do Iphan passando o cargo para Renato Soeiro, figura que teve na bibliografia do patrimônio nacional pouca atenção, já que se manteve entre os dois diretores consagrados do instituto, Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães.

Renato Soeiro foi responsável por modernizar o órgão, ampliando o número de unidades estaduais e promovendo o Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio. O evento que ocorreu em Brasília - DF e Salvador - BA no ano de 1970 constituiu um marco na história da preservação do patrimônio nacional pois resultou na criação dos órgãos municipais e estaduais de preservação do patrimônio, mudança necessária já que até então, era unicamente o Iphan que detinha essa atribuição. Segundo o arquiteto Victor Hugo Mori (MORI, 2011), foi na gestão de Soeiro que foi criada o Programa de Cidades Históricas que

> (...) realizou os primeiros cursos de preservação e reforçou a posição do Iphan com os organismos internacionais. Nesta segunda fase do Patrimônio começou a ênfase aos conjuntos urbanos e em especial o intercâmbio sistemático com os organismos internacionais. Renato Soeiro participou em 1972 da Convenção do Patrimônio Mundial em Paris e foi um dos signatários das Normas de Quito da Organização dos Estados Americanos - OEA em 1967.[226]

---

constituição de 1891: o direito de propriedade. Somente após o Movimento de 1930 e a promulgação da Constituição Federal de 1934 é que o interesse público prevaleceu, acima do direito de propriedade, dando a condição essencial para que fosse criado o órgão de preservação e o tombamento instituído como instrumento de proteção. (MOTTA, 2015).

[224] Segundo Mori (2011), "O título do artigo de autoria de Luís Saia para a revista *CJ Arquitetura* publicado após o seu falecimento – "Até os 35 anos, a Fase Heroica" – serviu de referência para denominar todo o período da administração de Rodrigo de Melo Franco como "A Fase Heroica. ""

[225] Sobre a "monumentalização" de Rodrigo Melo Franco de Andrade, ver *O Homem e o Monumento: criações e recriações de Rodrigo Melo Franco de Andrade* (BAUER, 2015). No trabalho, a autora analisa entrevistas com antigos funcionários do Iphan dando voz às memórias institucionais sobre o antigo diretor do Iphan.

[226] As Normas de Quito foi um documento produzido em âmbito internacional a partir de uma reunião sobre a "conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico". Já a Convenção do Patrimônio Mundial ocorrida em 1972 na França foi uma conferência geral promovida pela Unesco para o

Essas realizações foram significativas já que colocaram a pauta da preservação do patrimônio cultural em outro patamar. Com a criação dos órgãos estaduais e municipais, bem como a promoção de cursos de especialização em restauro instrumentalizando tecnicamente o campo do patrimônio, o Iphan compartilhava sua "missão" aos níveis regionais e locais, além de se inserir nos debates internacionais em torno da preservação, em consonância com o sistema das Organizações das Nações Unidas (ONU).

No final da década de 1970, o designer Aloísio Magalhães assumiu a direção do Iphan tendo sua gestão marcada por uma atuação pautada na diversidade cultural. Novos conceitos foram formulados e retomados para o Iphan, entre eles, o de *bens culturais*, ampliando as práticas de preservação outrora pautada na materialidade representada pelo ideal de monumentalidade. Aloísio teve uma gestão marcante no Iphan interrompida com sua morte em 1982, no entanto, as práticas inovadoras deixaram abertos os caminhos para a reformulação do pensamento preservacionista (FONSECA, 2006).[227]

No panorama regional, o estado de São Paulo ampliara sua atuação preservacionista ao criar o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – Condephaat em 1968 tendo Luís Saia como um de seus articuladores e membros. Neste mesmo ano, foi tombada a Fazenda Pau D'alho no município de São José do Barreiro, por suas características históricas como exemplar de edificação voltada para o plantio do café tendo início um dos principais projetos de restauro conduzidos por Luís Saia. Através destes dois fatores, ganhava protagonismo o patrimônio oriundo da produção do café que tinha na fazenda um projeto ambicioso de pesquisa e estudo sobre a rubiácea responsável pelo período de florescimento econômico do estado. Ao recém-criado órgão de preservação estadual coube a produção de um inventário que mapeou cerca de 500 fazendas de café espalhadas pelo território paulista. Já ao Iphan-SP ficou a responsabilidade de conduzir a intervenção na edificação e a projeção de um Museu do Café no coração do Vale do Paraíba. O projeto tocado por Luís Saia para a instituição museológica gerou documentos que nos ajudarão a entender as concepções metodológicas de acúmulo e formação de arquivos para o chefe da

---

estabelecimento de diretrizes de preservação e salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural (CURY, 2004).

[227] Para uma melhor definição da expressão "bem cultural" ver Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural – verbete específico *Bem Cultural* produzido por Tarsila Guedes e Luciana Maio – Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural - Último acesso em: 21/04/2021.

regional, as quais poderão fornecer subsídios para estabelecer paralelos comparativos entre o aproveitamento do arquivo recém transferido de Nicolau Alekhine e a implantação de um centro de memória sofre o café na propriedade tombada nos anos 1960.

Igualmente importante foi o Curso de Restauro empreendido pela FAU-USP em parceria com o Iphan-SP e outras instituições internacionais em 1974. A iniciativa iria ao encontro de criação dos órgãos municiais e estaduais pois instrumentalizava profissionalmente o contingente de arquitetos e urbanistas desejosos de atuar no campo do patrimônio. A coordenação do curso teve como figura central, mais uma vez, Luís Saia, compartilhando sua experiência de quase 40 anos de atuação na preservação do patrimônio paulista. Como base de argumentação para os partidos adotados nas práticas de restauração veremos que constituíram como basilares a pesquisa e o levantamento sistemático de informações sobre a edificação objeto do restauro. Devido ao pioneirismo do órgão de preservação federal do patrimônio, seu arquivo era projetado com uma importância absoluta para todos aqueles que desejassem se aventurar no campo do patrimônio. Dessa maneira, através do exame de trechos reproduzidos nas falas de Saia enquanto coordenador e professor do curso de restauro de 1974, tentaremos entender quais as características atribuídas ao arquivo do Iphan por ele próprio enquanto pesquisador e agente atuante da feitura do arquivo.

Em última análise, projeta-se luz aos projetos do Iphan-SP no Sul do país para as intervenções que foram realizadas nas edificações da região missioneira e a relação de Saia com os militares no contexto político da ditadura militar. Ganha protagonismo, neste contexto, a atuação política do chefe da regional paulista, ora se aproximando de oficiais da corporação militar, ora se afastando por meio de contravenções que desafiavam a ordem social estabelecida. O fio de análise será o teor das correspondências entre Saia e os oficiais militares com relação às obras de restauro e o caráter de subversão do chefe da regional pautado em narrativas produzidas sobre ele por antigos funcionários e colaboradores da instituição.

Em suma, há que termos em mente que as atividades realizadas pelo Iphan-SP naquele período se confundem intrinsecamente com as atividades que Luís Saia realizara enquanto chefe da unidade de maneira que intersecções serão constantemente percebidas entre pessoa e instituição com contornos quase translúcidos. Se a atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade se confundia com a do Iphan, sendo ele próprio monumentalizado, a atuação de Luís Saia era a do próprio Iphan-SP. Esta pessoalidade na atuação profissional está enraizada na instituição desde a atuação de Mário de Andrade nos momentos iniciais de criação do Iphan

em 1937.[228] Através das correspondências deste último e o diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade é possível perceber o quanto as dimensões pessoais e profissionais eram confundidas dentro do Iphan. O que pode ilustrar bastante essa questão é o fato que a própria casa de Mário de Andrade, na Rua Lopes Chaves - São Paulo, passou a sediar a regional paulista do Iphan nos primeiros anos de criação do órgão, enquanto ainda não se tinha disponível uma sede oficial da autarquia federal. Como exemplo, no nosso caso, ganha destaque a relação de amizade entre Luís Saia e os Capitães Reginaldo Miranda e João Sihler, fator de destaque para a institucionalização do arquivo de Nicolau Alekhine pelo Iphan-SP.

3.1 De protagonista a coadjuvante: Alekhine institucionalizado

Se Nicolau Alekhine tinha um protagonismo enquanto agenciava seu papelório, quando o arquivo foi apreendido e institucionalizado esta característica foi se perdendo durante o processo, culminando com o mínimo aproveitamento do acervo que foi incorporado ao longo do tempo pelo Iphan-SP. A presença no Fundo Nicolau Alekhine - FNA de documentos produzidos pelas instituições militares datados de períodos posteriores à transferência da documentação nos leva a inferir pelo entendimento de que Saia projetou unicamente, pelo princípio da proveniência nos arquivos, o protagonismo dos militares em detrimento do titular. Desse modo, o arquiteto foi reunindo documentos e correspondências produzidas por oficiais militares sobre o patrimônio histórico do exército e anexando junto ao FNA.[229] Boa parte dos documentos que foram remetidos pelo exército para o Iphan-SP, neste

[228] Para uma análise da dimensão pessoal da atuação Mário de Andrade enquanto funcionário do Iphan ver ANDRADE (1981).

[229] Ofício nº 19/67 – SPR/2, de **17 de janeiro de 1967** – De César Schimmelpfeng - Coronel Chefe do Estado-Maior Regional do 2º Exército para Luís Saia, Diretor do 4º Distrito do Iphan "remetendo documentos sobre próprios nacionais sob jurisdição do Ministério da Guerra situados no município de Itu, presentemente ocupados pelo 2º regimento de Obuses 105"; Ofício nº 357/67 – SPR/2, de **29 de agosto de 1967 –** De Hélio João Gomes Fernandes – Coronel Chefe do Estado Maior Regional do II Exército para Luís Saia, Diretor do 4º Distrito do Iphan remetendo "exemplar do Cadastro Edição de 1967" sobre o "patrimônio da 2ª Região Militar"; Ofício nº 309/70 – SPR/2, de **31 de julho de 1970,** de José Albuquerque – Coronel Chefe do Estado Maior Regional do II Exército para Luís Saia – Diretor do 4º Distrito do Iphan solicitando devolução de documentos sobre a Chácara da Glória e os terrenos da Casa da Pólvora no Cambucy; Ofício nº 726/SNI/NAFL/70 - CONFIDENCIAL, de **22 de agosto de 1970,** do General Álvaro Veiga – Chefe do Serviço Nacional de Informações – SNI para Luís Saia, Diretor do 4º Distrito do Iphan solicitando "esclarecimentos e informações referentes a Casa de Vitor Meirelles em Florianópolis – Santa Catarina – SC"; Ofício nº 36/ARSI/DSI/MEC/71, de **25 de agosto de 1971,** de Arminak Cherkezian – Assessoria Regional de Segurança e Informações do Ministério Educação e Cultura para Luís Saia – Diretor do 4º Distrito do Iphan, solicitando "relação completa dos funcionários lotados nessa repartição, indistintamente, bem como as suas respectivas ocupações; Correspondência de **29 de novembro de 1972,** de João Sihler para Dr. Saia, encaminhando relatório de sindicância sobre fortificações militares solicitando sugestões de como proceder para ajudar na transferência de jurisdição dos Fortes do Ministério do

período, foram incluídos no Fundo Nicolau Alekhine, mesmo que não tenham sido acumulados pelo titular. Esta prática ignora o fato de que os arquivos pertenceriam ao titular Nicolau Alekhine, mas que antes, são documentos enviados pelo II Exército e por isso, deveriam permanecer juntos. A partir desta primeira premissa, levantamos algumas questões que nos ajudarão a refletir sobre as práticas realizadas na unidade paulista do Iphan com relação ao arquivo recém institucionalizado, como: que interesses poderiam haver em jogo para Luís Saia com relação à manutenção da posse dos arquivos perante os militares? O que haveria de "não-dito" nessas práticas institucionais a partir da transferência do arquivo?

O motivo principal para a institucionalização dos arquivos, lembremos, foi a defesa dos terrenos do entorno da Fortaleza da Barra Grande e do Fortim da Praia do Góis no município do Guarujá – SP. Estas edificações constituíam propriedades da União sob jurisdição do Ministério da Guerra, portanto, do Exército e estavam na iminência de transferência para a administração do Ministério da Educação e Cultura através do Iphan e da Superintendência de São Paulo. Numa época em que as áreas das fortificações estavam sendo invadidas por terceiros, o tombamento serviu a todos os entes públicos interessados no processo. Dessa maneira, Exército e Iphan se aproximariam ainda mais já que compartilhavam a missão de preservar o patrimônio histórico representado por meio das citadas edificações militares. A ameaça, neste caso, foi principalmente as ocupações realizadas pelo Coronel da Reserva, Ernesto Souza Barbosa, figura que foi investigada através de sindicância no Exército e responsável pela locação de parte dos terrenos da Fortaleza da Barra Grande para colocação de anúncios visando a obtenção de lucros. Com um inimigo em comum e dotados de subsídios documentais sob sua posse, os militares e o Iphan uniram esforços para que os terrenos das Fortalezas fossem restituídos como áreas públicas pertencentes à União. A questão teve como desfecho o "aviso aos incautos" de Luís Saia publicado no jornal *A Tribuna* de Santos,[230] numa matéria sobre o tombamento da Fortaleza intitulada "Conheça a área que pertence à União", em que Saia advertia a população para não mais ocuparem as áreas no entorno da Fortaleza pois lhe acarretariam problemas.

Em tese, foi através da justificativa de angariar subsídios para a 'proteção dos monumentos' que a Superintendência de São Paulo conseguiu a doação do arquivo de Nicolau

---

Exército em Santa Catarina sejam transferidos para o Ministério da Educação e Cultura; Correspondência RESERVADA, de **04 de março de 1974,** de Reginaldo Moreira de Miranda para Luís Saia solicitando apoio para ajudar uma amiga ameaçada de afastamento de cargo no Arquivo Público do Estado de São Paulo; [grifo nosso]. Fundo Nicolau Alekhine – Cx35/62 – Arquivo Iphan – SP.

[230] Ver Figura 15 - Recorte de Jornal A Tribuna de Santos, de 01/05/1969. Pasta 00138, 12/12- 441-T-50 – Fortaleza da Barra Grande, Fortim da Praia do Góis e Portão Espanhol. Série Tombados. Arquivo Iphan-SP.

Alekhine. A partir desta convergência de interesses entre Saia e os militares, é possível analisarmos em que ponto a relação de amizade entre o chefe da regional e os capitães João Sihler e Reginaldo Miranda possa ter sido decisiva para os rumos que o arquivo de Nicolau Alekhine tomou. Se os documentos foram enquadrados como evidência de crimes contra a "Segurança Nacional" por que não ficaram sob posse do Exército? Ganha nitidez, à luz do questionamento levantado, a relação de confiança que os militares depositavam em Luís Saia a partir de laços de amizade pré-estabelecidos muito antes da transferência dos documentos - informação prestada por antigos funcionários do órgão e expressas em correspondências datadas de períodos anteriores à doação do arquivo. Torna-se plausível, nesse sentido, a hipótese levantada pelo historiador Jaelson Trindade, de que a institucionalização do arquivo pode ter sido realizada com o intuito de projetar uma possível blindagem de Saia perante os militares que dele suspeitavam de atividades 'subversivas'.[231]

Todas essas conjecturas e hipóteses contribuíram para suprimir a titularidade protagonizada por Nicolau Alekhine e projetá-la sob os militares. É como se, a partir da apreensão, o arquivo jamais tivesse pertencido ao titular, sendo o ato de apreensão uma maneira de 'recuperar' as informações outrora supostamente extraviadas por Alekhine. Em consonância, temos o fato de que a doação foi realizada antes da conclusão dos inquéritos e a sentença final. Nesse sentido, questionamos: teriam os agentes do Exército a convicção de que mesmo na hipótese de Alekhine vir a ser absolvido, seus arquivos não seriam restituídos? Esta confluência de fatores nos leva a responder positivamente à questão. Com a transferência efetivada da documentação para o Iphan-SP, a unidade constituiria, a priori, um ente parceiro na defesa dos interesses militares. Para adentrarmos um pouco mais na questão, cabe a análise dos projetos tocados por Luís Saia no Sul do país e a reflexão sobre o movimento ambivalente do arquiteto perante às instituições militares.

3.2 Luís Saia e sua relação com os militares

Com obras de restauro em andamento, foi nas décadas de 1960 e 1970 que Luís Saia se dirigia com frequência ao Sul do país com a finalidade de estudar as Missões Jesuíticas. Oficialmente, desde a promulgação do Decreto-Lei nº 8534, de 02 de janeiro de 1946, a Superintendência do Iphan-SP (4º Distrito da Dphan) tinha como jurisdição as áreas de São

[231] Entrevista concedida por Jaelson Bitran Trindade no Arquivo Iphan-SP, no dia 17/08/2017.

Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A mudança de jurisdição só viria acontecer 30 anos depois com a portaria de 1976 (MOTTA, 2015, p. 88). Em 1966, o arquiteto Júlio de Curtis, a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade, fez uma inspeção nas ruínas de São Miguel Arcanjo (Santo Ângelo/RS), depois de ter chegado à Diretoria a notícia de um desabamento de uma das paredes dos remanescentes da edificação.[232] Após a verificação do arquiteto, Rodrigo acionou Luís Saia que acabou empreendendo diversas viagens para as obras de contenção das ruínas, neste primeiro momento, durante dois anos, até 1968. Em ofício datado de 26 de dezembro de 1968, Luís Saia informa estar terminando as obras das Ruínas de São Miguel das Missões[233] e indica ainda, o tombamento das ruínas de São João (Santo Ângelo/RS), São Lourenço (São Luís/RS) e São Nicolau (São Nicolau/RS), documento que subsidiou a abertura do processo de tombamento nº 813-T-69.[234] Pouco mais de um ano após a abertura do processo, em janeiro de 1970, o diretor Renato Soeiro determinou a inscrição no livro do tombo histórico.[235]

Com a indicação dos bens culturais que poderiam vir a ser tombados pelo Iphan e a atenção voltada ao patrimônio missioneiro, não só do sul do país, como em toda a América Latina, cria-se uma rede internacional com a possível indicação de uma proteção mais abrangente visando o reconhecimento da Unesco, entre os países Brasil, Argentina e Paraguai. Desse modo, em 8 de maio de 1972 é realizado o *Seminário Sub-Regional sobre o Circuito das Missões Jesuíticas*, "com vistas a conservar os monumentos e as tradições da região e estabelecer um projeto de turismo cultural, organizado pela Comissão Nacional do Paraguai". Segundo Fernando Sales, o Brasil esteve representado por Luís Saia, Nilza Roquette (Ministério da Indústria e Comércio), Dante de Laytano (Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Agostinho Olavo Rodrigues (Secretário-Executivo do IBECC). Após a reunião, devido à boa impressão da apresentação feita por Luís

[232] Carta de Júlio de Curtis para Rodrigo Melo Franco de Andrade, Porto Alegre, 29 de novembro de 1966. Série Bens Culturais Tombados em outros Estados – Bens Tombados no Rio Grande do Sul. Arquivo Iphan-SP.

[233] Patrimônio nacional tombado desde 1938, o conjunto histórico composto pelas ruínas de São Miguel das Missões é também cadastrado como sítio arqueológico, declarado Patrimônio Mundial, Cultural e Natural pela Unesco desde 1983. Fonte: website oficial do Iphan – Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/292 (Último Acesso em: 15/05/2021).

[234] Ofício nº 215 de 26 de dezembro de 1968 de Luís Saia, Chefe do 4º Distrito da Dphan a Renato Soeiro, Diretor da Dphan. Série Bens Culturais Tombados em outros Estados – Bens Tombados no Rio Grande do Sul. Arquivo Iphan-SP.

[235] Processo de Tombamento nº 813-T-69 – Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro/RJ.

Saia, Renato Soeiro o designa como responsável pela elaboração de um anteprojeto nacional "que integrará um grande projeto multinacional de turismo cultural".[236]

Se oficialmente as viagens teriam como objetivo a coleta de informações sobre a arquitetura religiosa erigida pelos jesuítas, objetivos até então silenciados são apontados por Mauro Bondi (2016)[237] para as rotineiras viagens ao Sul do país. Segundo o arquiteto, Luís Saia teria organizado algumas viagens ao sul do país, no *Land Rover* da Superintendência - veículo oficial que deveria ser de uso exclusivo do serviço - para transportar perseguidos políticos para o Paraguai. As viagens empreendidas teriam, inclusive, o consentimento de Renato Soeiro,

> É importante assinalar o consentimento da Direção do Iphan nestas viagens técnicas porque o verdadeiro objetivo dos deslocamentos era levar perseguidos políticos ameaçados pela ditadura militar clandestinamente para o exilio. Acomodados na parte traseira, e cobertos pela lona do jipe, eles atravessavam a fronteira sem problemas, constando como carga e bagagem de funcionários do governo federal; os policiais de fronteira não ousavam fazer revista em um veículo oficial em Missão Oficial. Sobre o episódio, José Saia Neto, filho de Luís Saia, confirma: "sobre esta história do Paulo Vanzolini, só sei que havia um grupo (Prof. Eurípides, Paulo Vanzolini, Aziz Ab-Saber, Luís Saia e Renato Soeiro) que salvaram a pele de muita gente, tirando ou trazendo para o Brasil perseguidos. O velho não era de entrar em detalhe sobre as estratégias utilizadas" (BONDI, 2016)

Em *As Missões Jesuíticas sob o comando de Luís Saia: histórias silenciosas,* o arquiteto do Iphan-SP, Victor Hugo Mori (MORI, 2019, p. 342 – 345) apresenta parte desta história e cita duas entrevistas concedidas pelo cientista e compositor Paulo Vanzolini, respectivamente em 2003 e 2009,[238] em que são narradas a história da composição da música *cuitelinho,* em viagem no Rio Paraná, acompanhado do arquiteto Luís Saia "em mais uma das suas missões de levar e trazer refugiados políticos pelo Paraguai" (MORI, 2019, p. 344). Segundo o compositor, a música teria sido cantada pelo barqueiro de Saia, Nhôgustão, que fazia a transladação dos passageiros clandestinos:

---

[236] Processo nº 1579/74 – Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura – DAC-MEC de Fernando Sales, Chefe da Seção de História à Presidência da República, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1975. Fundo Iphan-SP – Conjunto Tombamentos Outros Estados – Arquivo Iphan-SP.

[237] Mauro Bondi (1948 – 2019) foi arquiteto formado pela Universidade de Brasília, em 1975, lotado como servidor da Superintendência do Iphan em São Paulo entre 1983 até 2019, ano de sua morte. Sua experiência do campo do patrimônio e no Iphan-SP culminou com sua atuação em diversas frentes de trabalho sendo o patrimônio ferroviário e as edificações de caráter religioso suas maiores especialidades. Sua expertise na unidade paulista também o levou a desempenhar as funções de Coordenador Técnico e Superintendente.

[238] 2003 – Entrevista concedida aos jornalistas Fernando Toledo e Áurea Alves; 2009 – entrevista para o documentário "um homem de moral" (MORI, 2019, p. 344)

> Tinha um arquiteto aqui em São Paulo que tinha o que eles chamavam de uma estrada de ferro subterrânea, para tirar gente perseguida pelos militares do Brasil e passar chileno, paraguaio, para a Europa. E como eu tinha facilidade de viajar por causa do Museu, às vezes eu ia com ele. "Qual o nome do arquiteto?" pergunta a entrevistadora. Luís Saia, responde Vanzolini. (VANZOLINI, Paulo apud MORI, 2019, p. 344)

A própria indicação de Luís Saia como responsável nacional pelo projeto missioneiro internacional reforça a hipótese de que a diretoria do Iphan tinha conhecimento das viagens clandestinas. Segundo documento pertencente ao conjunto das regiões administrativas do Rio Grande do Sul, arquivado no Iphan-SP, "o arquiteto Luís Saia, ouvido por nós a respeito as atividades do Iphan a seu cargo, no tocante às Ruínas de São Miguel, acentuou que, periodicamente, empreende visitas de inspeção àquela área, possibilitando-lhe toda a assistência possível".[239]

A atuação clandestina de Luís Saia, aproveitando de sua posição de diretor do Iphan-SP para ajudar perseguidos políticos corrobora com a hipótese aventada pelo historiador Jaelson Trindade já que a aproximação com os militares toma caráter de blindagem para ocultar estratégias mais minuciosas de atuação política contra o regime autoritário brasileiro. Sobre os supostos motivos que levaram à transferência da documentação, Trindade levanta a questão:

> Como tinha documentação sobre terras antigas e sabiam que o Saia trabalhava com casa bandeirista - século XVII, XVIII – eles acharam a justificativa. Foi por ter coisas sobre bens militares, monumentos é que eles arrumaram esse jeito de transpassar para o Saia, até como uma segurança para o Saia viu?! Saia depositário disso, acalmava a situação com relação as perseguições contra as pessoas com ideias socialistas. Pode ter tido até esse sentido na época.[240]

Jaelson Trindade aponta, inclusive, que Luís Saia tornou-se, ele próprio, perseguido político através de uma ordem de prisão do General Dale Coutinho:

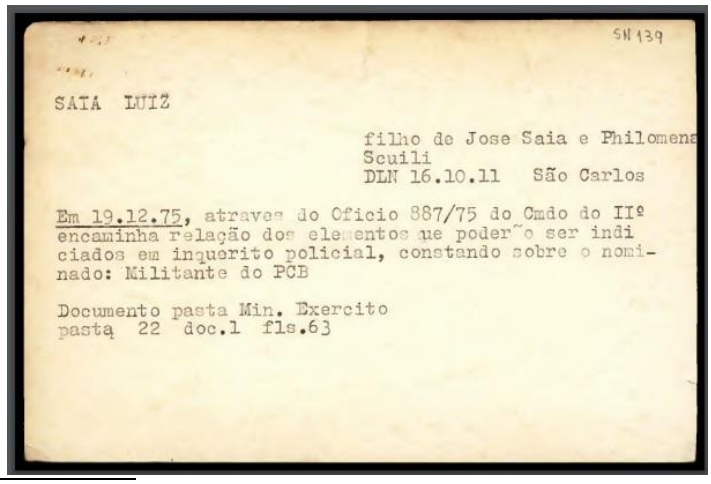
> (...) pelo que eu soube - quem me contou foi Armando Rebolo, que era auxiliar do Saia direto o arquiteto Armando Rebolo - que havia uma ordem logo depois do golpe. Uma ordem do General Dale Coutinho, que era o comandante do II Exército, de prisão do Luís Saia por ser socialista, comunista... eles queriam prender todo mundo. Eles souberam dessa ordem, claro, o serviço de informação - Miranda e Sihler - e eles avisaram o Saia. E o Saia se afastou e foi para um lugar desconhecido

[239] Processo nº 1579/74 – Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura – DAC-MEC de Fernando Sales, Chefe da Seção de História à Presidência da República, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1975. Série Bens Culturais Tombados em Outros Estados – Bens Tombados no Rio Grande do Sul – Arquivo Iphan-SP.

[240] Entrevista concedida por Jaelson Bitran Trindade no Arquivo Iphan-SP, no dia 17/08/2017.

> durante 6 meses. (...) Graças até o pessoal do Rio, da Direção Geral, dissuadiram que o Saia estava imbricado em partido – coisas secretas e tal – e que o Saia era muito importante, sempre teve uma ação fundamental e tudo. Parece, mais tarde, que então foi revogada sua ordem de prisão, que é quando o Saia volta. Pelo que eu sei, ele ficou escondido em uma fazenda no interior de Minas, foi auxiliado pelo Sylvio de Vasconcellos, o arquiteto, que também depois vai ser caçado pelo Golpe.[241]

Estas informações trazidas pelo historiador são ainda mais cruciais pois aventam que os dois militares, Miranda e Sihler, tiveram papel crucial na blindagem de Luís Saia perante à corporação militar e ao comando do II Exército. De fato, o arquiteto chefe da regional prestou seu primeiro depoimento no inquérito policial militar em 5 de agosto de 1964, apenas 4 meses após o golpe civil-militar. Se a ordem de prisão veio logo após o golpe, a estratégia de utilização do arquivo de Nicolau Alekhine como instrumento defensivo viria a calhar. Esta informação aliada ao fato de que os dois militares já mantinham relações de amizade com Luís Saia antes mesmo das investigações do inquérito tornam ainda mais evidentes a estratégia de blindagem conduzida pelo chefe da regional perante o regime autoritário através do arquivo de Nicolau Alekhine. De fato, constam no repositório digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Série Delegacia de Ordem Social - Deops, duas fichas de identificação com o nome do dirigente do Iphan-SP sendo Militante do Partido Comunista Brasileiro - PCB:



SW 139

SAIA LUIZ

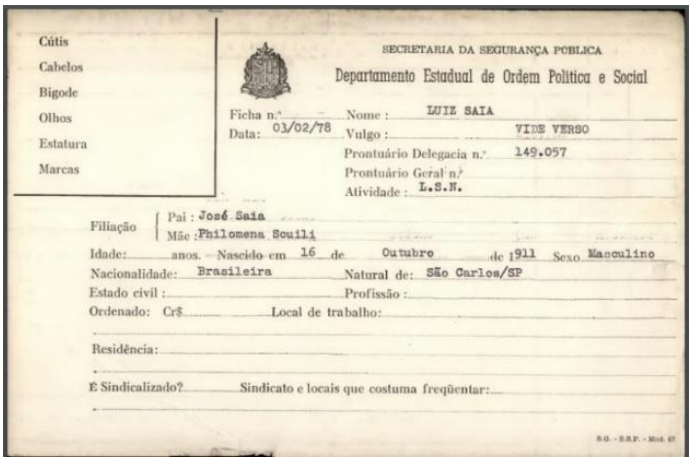
filho de Jose Saia e Philomena Scuili
DLN 16.10.11 São Carlos

Em 19.12.75, atraves do Oficio 887/75 do Cmdo do IIº encaminha relação dos elementos que poderão ser indiciados em inquerito policial, constando sobre o nominado: Militante do PCB

Documento pasta Min. Exercito
pasta 22 doc.1 fls.63

[241] Entrevista concedida por Jaelson Bitran Trindade no Arquivo Iphan-SP, no dia 17/08/2017. Sylvio de Vasconcellos (1916 – 1979) foi arquiteto modernista e historiador especializado na temática do barroco mineiro e na formação dos primeiros povoados em Minas Gerais. Foi professor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e diretor do Iphan-MG na década de 1960: "Uma de suas grandes contribuições para o registro e a documentação da arquitetura mineira foi a implantação do Laboratório de Fotodocumentação da Escola de Arquitetura da UFMG, o LAFODOC. Criado em 1954, constituiu-se a partir da visão de vanguarda de Sylvio, que procurava estruturar novas formas de aprendizagem, interligando conceitos e práticas. Uma das maiores contribuições do LAFODOC foi a geração de material de referência para as disciplinas do curso de arquitetura, pois poucos eram os livros e textos disponíveis naqueles tempos." Fonte: Sylvio de Vasconcellos e o laboratório de fotodocumentação: viaje no tempo em imagens antigas do LAFODOC. Disponível em: https://tainacan.eci.ufmg.br/cidadepalimpsestica/sylvio-de-vasconcellos-e-o-lafodoc/ (Último acesso em: 15/05/2021).

Figura 62 - Ficha de Identificação de Luís Saia - Série Delegacia de Ordem Social – Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNS000139 – Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP[242]



Cútis
Cabelos
Bigode
Olhos
Estatura
Marcas

SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA
Departamento Estadual de Ordem Politica e Social

Ficha n.º
Data: 01/02/78
Nome: LUIZ SAIA
Vulgo: VIDE VERSO
Prontuário Delegacia n.º 149.057
Prontuário Geral n.º
Atividade: L.S.N.

Filiação — Pai: José Saia
Mãe: Philomena Scuili

Idade: anos. Nascido em 16 de Outubro de 1911 Sexo Masculino
Nacionalidade: Brasileira Natural de: São Carlos/SP
Estado civil: Profissão:
Ordenado: Cr$ Local de trabalho:
Residência:
É Sindicalizado? Sindicato e locais que costuma freqüentar:

Figura 63 - Ficha de Identificação de Luís Saia - Série Prontuários – Nº de Prontuário: 149057. Nomenclatura: DEOPSSPL007123 – Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP[243]

Segundo alguns autores de estudos que se debruçaram sobre Luís Saia (ROLIM, 2006; TRINDADE, 2014; JANJULIO, 2014; SODRÉ, 2014), o arquiteto tinha relação com ideologias políticas progressistas, seja de proximidade e flerte, seja como membro ativo ou "simpatizante aguerrido" (ANDRADE, 2014, p. 83). No entanto, para além do fato de Saia ter se aproximado de posições políticas de esquerda, as informações que merecem destaque nas fichas são as que remetem a um ofício do Comando do IIº Exército, de 19 de dezembro de 1975, relacionando "os elementos que poderão ser indiciados em inquérito policial militar". Ao agrupar as pessoas consideradas subversivas pelo Exército que poderiam ser alvo de investigações militares, o comandante responsável pela expedição do documento não tinha a informação de que o arquiteto havia morrido em 15 de maio 1975 em decorrência de um infarto, ou seja, 7 meses antes da expedição do ofício. Mesmo com esse anacronismo, impedindo que o chefe da regional de São Paulo fosse indiciado, o documento do Deops e o depoimento de Trindade, nos informam que Luís Saia foi alvo de perseguições políticas, pelo menos em 1964 e em 1975, ano de seu falecimento. Desse modo, a atuação do chefe da

[242] Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNS000139.pdf (Último acesso em 18/03/2020)

[243] Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/DEOPSSPL007123.pdf

regional na década de 1960 e 1970 se deu em paralelo, ora ajudando perseguidos políticos a saírem do país, ora se estreitando seus laços com oficiais do Exército.

Segundo Rolim (2006), Luís Saia era membro ativo do Partido Comunista Brasileiro, mas são sofrera maiores perseguições pelo fato de o arquiteto não ser um militante de "panfletagem" e pelo cargo que ocupava na Superintendência do Iphan em São Paulo, informações que a autora apresenta a partir de entrevista concedida por Murillo Marx. Este último, ainda revela que o chefe da regional acabara se aproximando de um coronel que por vezes lhe pedia ajuda:

> Muita coisa foi encaminhada para ele [Saia] para ser guardada. O quartel general do 2º Exército que era muito importante, não pela região política, mas por ser de São Paulo, o comandante chega pro chefe de uma repartição pública e diz pra ele guardar um pacote. O Saia disse que não podia, não tinha lugar e o comandante, mas isso não é um lugar de patrimônio? Então guarda que aqui eu sei que está seguro. (...) Não sei como se deu isso, porque isso aconteceu veladamente, mas era até um reconhecimento de honestidade da pessoa. Por favor, eu vou tirar da minha repartição, que mexe né... e faça o favor de guardar na sua. (MARX apud ROLIM, 2006, p. 138 – 139)

Essa relação de confiança de Luís Saia com os militares fora essencial para que todo o processo de institucionalização do arquivo fosse efetivado, independentemente de quais poderiam ter sidos os seus motivos. É provável que umas das "coisas" de que trata Marx em sua fala possa ter sido a documentação de Nicolau Alekhine "encaminhada para ser guardada". É também possível que o crédito mútuo desprendido desta relação possa também explicar o porquê de Luís Saia manter os arquivos provenientes do Exército armazenados em um mesmo local, junto ao Fundo Nicolau Alekhine, ainda que alguns destes documentos não digam respeito à atuação do pesquisador russo.

No processo de transferência do arquivo de Nicolau Alekhine entre o Exército e o Iphan, vão ganhando nitidez as relações próximas de Luís Saia com os agentes responsáveis pela apreensão da documentação, João Sihler e o então Capitão Reginaldo Moreira de Miranda. Tanto na entrevista concedida por Jaelson Trindade quanto através de conversas com Victor Hugo Mori – arquiteto do Iphan-SP – os antigos funcionários afirmam que o arquiteto mantinha relações de amizade com o Capitão Miranda, sendo este, um grande colaborador da Superintendência fornecendo elementos de pesquisas sobre diversos bens culturais, principalmente na cidade de Santos – SP, onde o militar atuava. Exemplo desta relação colaborativa é uma correspondência datada de 10 de novembro de 1965 em que o militar fornece elementos históricos sobre a Capela de Santa Cruz dos Navegantes, na Ilha de

Santo Amaro, no Guarujá, coletada na Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo de 1938.[244]

Em outras correspondências trocadas entre Luís Saia e Capitão Miranda é possível perceber o tom de cordialidade que havia entre eles e ainda, a colaboração de Miranda para com os trabalhos do Iphan-SP. Em correspondência de 5 de julho de 1963, de Miranda para Saia, o Capitão inicia com "Prezado e distinto amigo Dr. Luiz Saia". No mesmo documento são encaminhados negativos das plantas: Ministério da Guerra – Diretoria do Serviço Geográfico do Exército – Morro da Conceição – Rio de Janeiro (1953); Plano da Villa de Santos no Brazil (1798); Planta topográfica de Santos, Forte São Luiz da Bertioga, Forte da Trincheira Grande da Barra de Santos (1849). Ao fim da correspondência, pede Miranda que sejam citadas em caso de divulgação, como propriedade do Ministério da Guerra e Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, lembrando "ao prezado amigo existirem plantas históricas no Ministério da Guerra na Diretoria do Patrimônio do Exército e certamente em outros órgãos como a Diretoria de Obras e Fortificações, Arquivo do Exército, Estado Maior etc."[245]

Analisando o documento, com destaque para data de produção, 1963, ou seja, 2 anos antes da doação ser realizada para o Iphan, fica nítida a improbabilidade de este documento ter sido apreendido em posse de Nicolau Alekhine, já que se trata se uma correspondência endereçada diretamente pelo militar para o chefe da regional paulista. Esta peça documental acaba por somar às outras existentes no FNA que foram incorporadas ao arquivo: a) por Luís Saia; b) por constituírem documentos provenientes do 2º Exército (ver item 3.1 deste capítulo).

Outro documento enviado por Miranda para o chefe da regional é uma correspondência datada de 13 de novembro de 1974 – momento em que o militar atuava no Comando da 5ª Brigada de Infantaria Blindada de Ponta Grossa/PR - em caráter pessoal e sigiloso. Através desta carta são encaminhadas cópias de Boletim Interno versando sobre o andamento do processo do IPM que investigou Nicolau Alekhine e uma ordem de Serviço nº 14/74 – E4, de 19 de setembro de 1974 "determinando providências para a extinção do Contingente do Exército no Forte de Paranaguá e 'dar destino ao patrimônio'", terminando a

[244] Correspondência de Reginaldo Moreira de Miranda para Luís Saia, 10 de novembro de 1965. Fundo Nicolau Alekhine, Cx14/62, Arquivo Iphan-SP.

[245] Correspondência de Reginaldo Moreira de Miranda para Luís Saia, 05 de julho de 1963. Fundo Nicolau Alekhine, Cx32/62, Arquivo Iphan-SP.

carta com "acredito que referidos documentos interessam ao Senhor, por motivos óbvios".[246] Esta obviedade representada na fala do Capitão Miranda pode ser atribuída tanto ao fato de que Saia constituía uma parte interessada no IPM de Alekhine - já que detinha sob sua posse o arquivo apreendido do pesquisador russo - quanto pelo fato de que a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres no município de Paranaguá – PR constitui bem tombado pelo Iphan desde 1938. Sobre este último fato, resgatamos a informação de que o 4º Distrito do Iphan (Iphan-SP) também englobava a jurisdição dos patrimônios da região sul do país. Para além da obviedade representada, merece destaque o fato de Miranda enviar documentos cujos assuntos seriam exclusivos da corporação militar em caráter pessoal e sigiloso para Luís Saia. A efetivação da remessa demonstra um laço de confiança e lealdade entre eles, e essa relação é reforçada se levarmos em conta que possivelmente Luís Saia estaria sendo investigado nesta época, como demonstram as fichas apresentadas pertencentes ao Deops.

A documentação relacionada até aqui demonstra que Luís Saia tinha contato direto com oficiais do Exército e que recebia constantemente peças documentais referentes aos bens militares, sejam em caráter profissional ou pessoal. O agrupamento destes documentos junto ao Fundo Nicolau Alekhine pode ter sido realizado em decorrência da classificação de restrição de acesso atribuída, já que muitos possuem caráter confidencial e/ou sigiloso. Ao manter todos estes documentos agrupados, o chefe da regional teria um controle maior sobre o acesso. Ainda que Saia tenha sido um 'contraventor' aos olhos do regime político implantado em 1964, sua aproximação com oficiais do Exército teve um impacto significativo no Arquivo do Iphan-SP. Através de uma rede de colaboração de oficiais da corporação militar, foram enviados diversos documentos para a regional paulista. Entre estes oficiais, fica nítida a participação como protagonista do Capitão Reginaldo Moreira de Miranda, amigo de Luís Saia, colaborador da Superintendência[247] e escrivão do Inquérito Policial Militar que apreendeu o Arquivo de Nicolau Alekhine. Para além dos motivos que levaram à doação do arquivo, institucionais ou pessoais: seja o interesse de Luís Saia pelo papelório e sua importância para os trabalhos do Iphan, seja como uma estratégia de blindar o arquiteto

[246] Correspondência do Major Reginaldo Moreira de Miranda para Luís Saia – 13 de novembro de 1974. Fundo Nicolau Alekhine – Cx35/62 – Arquivo Iphan-SP.

[247] A obra *Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do porto de Santos (2003),* de Victor Hugo Mori, arquiteto do Iphan-SP é dedicada à Miranda: "O velho Coronel Reginaldo Moreira de Miranda, fez seu baluarte dentro do Arquivo Histórico do Exército. Muito antes do arquiteto Antônio Luiz iniciar seu aprendizado no Iphan, o historiador Miranda já era um colaborador assíduo de Luís Saia e o ajudou, inclusive, nos momentos difíceis de sua vida particular como um amigo fraterno. Parte dos documentos aqui reproduzidos foram frutos de seu trabalho durante os anos em que serviu no Arquivo do Exército como Capitão" (p. 8). Mesmo depois da morte de Luís Saia, Miranda continuou atuando como colaborador do Iphan-SP.

perante o regime militar autoritário, o fato é que o arquivo ficou inerte durante boa parte do tempo em que esteve institucionalizado, o que nos leva à refletirmos mais especificamente sobre o seu aproveitamento.

3.3 Amplificando vozes de um arquivo silenciado

O esquecimento, substantivo escolhido neste trabalho para nomear a inércia em que se manteve o Fundo Nicolau Alekhine no Iphan-SP, nos servirá de base para analisar as causalidades que poderiam ter contribuído para o silenciamento em que se manteve a documentação por vários anos. Nesse sentido levantamos uma questão crucial que sedimenta a nossa análise: por que o arquivo outrora pertencente a Nicolau Alekhine não foi aproveitado para os trabalhos do Iphan-SP, já que classificado como "indispensável" para a proteção dos bens culturais? Além da falta de tempo e pessoal atrelados à desorganização em que se encontrava, que outros motivos poderiam ter contribuído para o esquecimento? Mais uma vez, nossa análise será subsidiada a partir do resgate da memória institucional da Superintendência.

O silêncio, dessa maneira, pode ser entendido a partir da concepção de Michael Pollack: a partir de situações ambíguas ou passíveis de gerar mal-entendidos, levam ao silêncio "antes de produzir o ressentimento que está na origem das reivindicações e contestações inesperadas" (POLLACK, 1989, p. 7). O "não-dito" faria fronteira com o esquecimento definitivo e estão sempre em deslocamento:

> (...) essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou , ao menos, de se expor a mal entendidos (POLLACK, 1989, p. 8)

À luz da reflexão de Pollack, é também possível conceber, através da relação de Luís Saia com o arquivo, que o "não-acesso" também poderia se dar como mecanismo de segurança para o chefe da regional do Iphan, enquanto depositário de arquivos enviados pelos militares. Desta maneira, Luís Saia controlava o acesso ao arquivo e, portanto, à memória que a documentação representava, incluindo todo o contexto da trajetória do arquivo (POLLACK, 1989, p. 10). A intencionalidade de se manter documentos provenientes da 2ª Região Militar num mesmo lugar, agrupados sob o fundo, contribui para que nos direcionemos para este caminho. Se a partir das considerações levantadas por Murillo Marx (MARX apud ROLIM,

2006, p. 138 - 139), Luís Saia recebia frequentemente itens a serem guardados na Superintendência diretamente de oficiais do II Exército, torna-se plausível que a documentação permanecesse silenciada, principalmente durante as décadas de 1960 e 1970. No entanto, em um arquivo de quase 10 metros lineares de documentação, haveria de conter informações que poderiam ser aproveitadas para subsidiar projetos da Superintendência que não estivessem classificadas com grau de sigilo. A questão referenciada nos permite trazer para a análise as práticas institucionais do Iphan com relação à pragmática de acúmulo de arquivos e a atuação de colaboradores na instituição. Isso nos permitirá compreender de que maneira a transferência do arquivo de Nicolau Alekhine pode ser um reflexo de práticas institucionais já consolidadas no tocante à lida com os arquivos.

O Iphan, enquanto instituição responsável pela preservação do patrimônio nacional, vem acumulando documentos desde os primeiros anos de seu funcionamento. Mesmo antes da Instituição ser criada oficialmente, o Arquivo do Patrimônio[248] já tinha iniciado seus trabalhos com o arquivamento de correspondências oficiais de Rodrigo Melo Franco de Andrade, seu primeiro diretor (THOMPSON, 2009, p. 70). Em 1946, com a mudança de personalidade jurídica de *Serviço* para *Diretoria* do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi estabelecido um regimento interno, segundo o qual o Arquivo passou a estar ligado à Seção de História, dentro da Divisão de Estudos e Tombamentos – DET. Desse modo, o segundo artigo do Decreto nº 8534, de 02 de janeiro de 1946,

> A Diretoria terá por finalidade inventariar, classificar, tombar e conservar monumentos, obras, documentos e objetos de valor histórico e artístico existentes no país e promover:
>
> I. a catalogação sistemática e a proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil (...) (THOMPSON, 2009, p. 71).[249]

O texto do artigo apresenta um recorte bastante amplo de atuação do Arquivo ao estabelecer a "catalogação sistemática" de documentos pertencentes aos arquivos estaduais,

[248] Esta é uma das terminologias utilizadas para referenciar o Arquivo Central do Iphan, outrora chamado de Arquivo Noronha Santos ou mesmo Arquivo Central. Fonte: Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural – Verbete 'Arquivo do Patrimônio' produzido por Nayara Cavalini. Fonte: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/22/arquivo-do-patrimonio (Último acesso em: 16/05/2021).

[249] Neste mesmo decreto, foram criadas oficialmente as representações regionais do Iphan em Minas Gerais e São Paulo, sendo esta última atuando nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (MOTTA, 2015, p. 88)

municipais, eclesiásticos e particulares representativos da história nacional. Essa amplitude de atuação demonstra o interesse pela feitura de um Arquivo múltiplo e robusto. Essas diretrizes regimentais pautadas no Decreto de 1946 estiveram vigentes até 1970, quando a Diretoria foi convertida em Instituto. Com esse recorte amplo de atuação, o Arquivo do Iphan foi sendo formado a partir das atividades e atribuições do órgão, enquanto instituição federal de preservação do patrimônio. Além do papelório acumulado de suas atividades cotidianas, o Iphan, por vezes recebia doações de pessoas físicas e jurídicas que desejavam contribuir com a formação de seu arquivo.[250] Não obstante, o próprio Iphan por meio de suas políticas editoriais através da *Revista do Patrimônio*, solicitara aos leitores o envio de documentos, principalmente fotográficos. É o que diz o artigo de Gilberto Ferrez, na Revista do Patrimônio de 1946:

> O autor aproveita o ensejo para dirigir um apelo a todos aqueles que, por feliz acaso, possuam fotografias de cidades, prédios, fazendas, engenhos, paisagens, etc., do Brasil, colhidas no século passado, solicitando-lhes que se comuniquem com ele ou com os museus, bibliotecas, arquivos públicos e especialmente a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a fim de que se possa empreender o levantamento de quanto ainda existe.[251]

O recebimento de documentos nas unidades do Iphan e no Arquivo Central foi uma prática corrente, principalmente nos primeiros anos de atuação do órgão, quando as informações sobre os bens culturais eram escassas. A corrida contra o tempo empreendida para proteger os bens culturais da ruína em que se encontravam no início do funcionamento do Iphan exigiu que se empreendesse uma campanha simultânea para a feitura do arquivo. Quanto aos documentos fotográficos isso fica ainda mais em evidência na atuação do Iphan já que a captura visual dos bens culturais no tempo e no espaço através do recurso da fotografia muitas vezes constituiu caráter de prova para os restauros empreendidos (COSTA, 2015, p. 8). Também é notória no início da atuação do Iphan, a ocorrência de uma "supremacia ou valorização do critério de valor artístico em detrimento de outros valores, como o histórico" e nesse sentido, a feitura sistemática de documentos fotográficos era essencial para representar

[250] Antigos funcionários do Iphan-SP afirmavam com frequência este tipo de doação. Ela pode ser verificada no antigo website do Arquivo Central, na aba "histórico", que diz: "(...) Com a diversificação da atuação do Patrimônio, bem como a criação de novos setores regionais, o arquivo foi sendo enriquecido com o recebimento da documentação produzida por todos os setores do Iphan, principalmente nas décadas de 40, 50 e 60, além de receber doações de pessoas físicas e jurídicas" (Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans/inicial.htm - Último Acesso em 29/04/2021).

[251] FERREZ, Gilberto. A fotografia no Brasil e um de deus mais dedicados servidores: Marc Ferrez (1843 – 1923). In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 10 (1946, p. 169).

os valores estéticos (SOUZA, 2014, p. 12). O projeto de constituição de um arquivo fotográfico pode ser percebido quando, em 1946, o Iphan-SP contrata o fotógrafo Herman Hugo Graeser – "Germano" – em caráter permanente. Germano foi o responsável pela produção dos documentos fotográficos (negativos e positivos), pela catalogação sistemática e pelo acondicionamento do acervo. Dois anos mais tarde, em 1948

> (...) o Iphan passou a registrar sistematicamente as entradas de fotografias em seu arquivo, o que bem demostra um cuidado com a sua documentação e com a sistematização de um Arquivo Fotográfico do patrimônio brasileiro. A história do Iphan passa, portanto, pela história da feitura e organização de sua visibilidade. (COSTA, 2015, p. 177).

O apelo de Ferrez parece ter sido acolhido. Se por um lado a documentação podia ser enviada por anônimos entusiastas da "missão" do Iphan, por outro, prática mais corriqueira era o encaminhamento de material arquivístico por "colaboradores" da instituição que prestavam os mais diversos tipos de serviços, entre eles o de pesquisa e captação de imagens. No caso da pesquisa, vale destacar a frente de atuação dos colaboradores na elaboração dos 'primeiros relatórios' onde constavam o inventário de bens culturais que poderiam ser passíveis de tombamento nos anos iniciais do órgão. Nessa perspectiva, Rodrigo Melo Franco enquanto Diretor do Iphan (1936 – 1967) e Lúcio Costa, como Diretor da Divisão de Estudos e Tombamento – DET (1937 – 1972), foram os principais responsáveis para a definição de critérios para a seleção do que haveria de ser tombado ou não, mediando através destes, as relações institucionais entre o Iphan e seus colaboradores:

> (...) caberia a cada colaborador interpretá-los, segundo sua perspectiva, buscando a atuação mais correta. Já o corpo de funcionários tinha a função de decidir aquilo que, demandado ou encaminhado pelos colaboradores, mereceria ser apreciado pelo Conselho Consultivo do órgão (GONÇALVES, 2009, p. 4)

Dessa forma, tiveram atuação no Estado de Santa Catarina, os historiadores Oswaldo Rodrigues Cabral, Walter Fernando (GONÇALVES, 2009, p. 6) e David da Silva Carneiro, este último, optando por "percorrer os pontos onde ou deviam existir monumentos históricos conhecidos e consagrados afim de verificar, in loco, se eles são conserváveis, transformáveis ou restauráveis".[252] Para o Iphan, "conseguir colaboradores era uma tarefa primordial" (GONÇALVES, 2009, p.8) uma vez que o instituto quase não dispunha de pessoal e infraestrutura em seus primeiros anos de atuação. Segundo Janice Gonçalves,

[252] O relatório de David Silva Carneiro, datado de 24 de dezembro de 1937 foi copiado pelas autoridades militares e está anexado ao Relatório de Sindicância das Fortalezas de Santa Catarina – Fundo Nicolau Alekhine - Cx35/62 – Arquivo Iphan-SP.

> A empreitada de encontrar nomes de intelectuais e profissionais que pudessem identificar, selecionar, proteger e conservar bens culturais não era mesmo fácil, sobretudo porque envolvia, antes de tudo, atribuir aos bens um valor que deveria ser partilhado socialmente, em uma coletividade entendida como nacional. Se as escolhas dos bens passíveis de patrimonialização não podiam ser mera expressão de gostos individuais, as escolhas dos 'nomes', dos estudiosos que seriam responsáveis por esses gestos sistemáticos de valoração, deveriam ser cuidadosas. (GONÇALVES, 2009, p. 9)

Já a atuação no campo da fotografia, dentre os diversos colaboradores, Eduardo Costa (COSTA, 2015, p. 259)**,** reproduzindo uma fala de Lucio Costa, cita alguns fotógrafos que contribuíram para o trabalho da instituição como Vosylius, Pinheiro, Benício Dias, Marcel Gautherot, Pierre Verger e Erich Hess. Em São Paulo, Victor Hugo Mori (MORI, 2011), cita importantes colaboradores nas fases iniciais do órgão como Nuto Sant'Anna e Luís Saia (inicialmente colaborador e depois contratado para substituir Mário de Andrade na chefia da Superintendência). Para este envolvimento com o campo da preservação do patrimônio, antigos funcionários encontraram causalidades até mesmo comparáveis a enfermidades virais. Segundo Bauer (2015, p. 70):

> Essa adesão pode ser entendida por meio da noção de engajamento ou, mais especificamente, de empenho na "causa" ou "missão". Nesse sentido, José Bento Faria Ferraz, ao rememorar sua atuação na regional de São Paulo, comentava da seguinte maneira o envolvimento do arquiteto Luís Saia na "causa do patrimônio": era um moço ativo, muito consciente da importância do patrimônio – isto deve-se dizer com justiça: o Saia foi mordido pela mosca azul, como todos nós que trabalhamos no Patrimônio fomos mordidos pela mosca azul. E quem transmitiu este veneno da mosca azul foi não só Mario de Andrade como Rodrigo Melo F. de Andrade [Entrevista de José Bento Faria Ferraz para Teresinha Marinho com a presença de Jaelson Bitran Trindade realizada em 20-21 setembro de 1985 [entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro]

Outro agente importante do Iphan foi o arquiteto Júlio de Curtis, inicialmente colaborador e primeiro Superintendente do Iphan no Rio Grande do Sul, que empreendeu viagens a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade no Estado do Rio Grande do Sul, visitando as obras em andamento nas Ruínas de São Miguel na década de 1960, sendo responsável pelo início das reparações nesta estrutura:

> Apesar da lamentável noticia relativa à sua transferência para o patrimônio, acredito que este não pode prescindir da sua valiosa colaboração (...). O pedido que lhe fazemos é o seguinte: você daria um pulo a São Miguel e tomaria lá todas as providências que forem julgadas indispensáveis para evitar o prosseguimento do processo ruinoso bem assim tudo aquilo que você julgar imediatamente indispensável para que qualquer outro ponto dos "restos" venha a sofrer queda ou maior ruína. (...) Curtis, isto é coisa urgente e peço encarecidamente que você

> empreenda essa viagem com a maior urgência. E for necessário mostre essa carta ao seu superior responsável, tanto na escola como na estrada de ferro de que é funcionário. Acredito que em face da emergência tais órgãos não se negarão a prestar colaboração ao Patrimônio.[253]

Ao final das palavras de Rodrigo de Melo Franco, fica evidente a projeção de importância que é elevada a missão da preservação do patrimônio em detrimento de outras atividades, sendo motivo suficiente para que o colaborador alegasse dispensa nos outros locais em que trabalhava. A 'mosca azul' do patrimônio contaminava primeiramente funcionários e colaboradores e "para além desses indivíduos diretamente vinculados à instituição por meio da prestação de serviços concretos, importa mencionar a figura do "intelectual frequentador" (BAUER, 2015, p. 73). Alguns desses intelectuais frequentadores eram Antônio Cândido, Prudente Morais Neto, Magalhães Pinto. Desse modo, a Diretoria do Patrimônio no Rio de Janeiro, mantinha suas "portas abertas". Muitos destes colaboradores foram responsáveis pelo acúmulo dos documentos que compõem os arquivos do Iphan. Através da figura do diretor do Iphan criou-se uma "rede de amizades" em que "Arquivo teria passado a reunir não somente correspondências da repartição, mas também documentação selecionada por Rodrigo Melo Franco de Andrade e por outros intelectuais envolvidos no projeto de seleção, atribuição e reconhecimento de valores de patrimônio nacional, pautado por critérios específicos" (SOUZA, 2014, p. 19). Em São Paulo, Jaelson Trindade informa na sua entrevista ter sido ele próprio, o primeiro contratado como pesquisador, evidenciando mais uma vez essa atuação colaborativa. Sobre o fato, o historiador discorre sobre as diretrizes determinadas pela direção do Iphan e a consulta prévia ao Rio de Janeiro para as contratações:

> (...) sobre essas diretrizes que ele [Rodrigo Melo Franco de Andrade] deu para o Iphan: se era possível contratar ou não contratar. Inclusive, pelo que eu soube bem mais tarde - muito recentemente – que tanto Lúcio Costa quanto o Rodrigo sempre foram contra ter historiadores no quadro funcional. Mas ele concordou, segundo o que Saia me contou, achou interessante que uma verba fosse destinada à contratos de pesquisador. Até então todos pesquisadores que tinham feito pesquisas paro Iphan não eram do quadro e não receberam por isso. Não tiveram contrato, era uma coisa mais de colaboração. No caso de contratar como profissional da área para fazer pesquisa no Iphan foi a primeira vez que aconteceu. A minha contratação foi a primeira.[254]

[253] Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Júlio de Curtis – 3 de novembro de 1966. Arquivo Iphan-SP – Fundo Tombamentos em outros Estados – Rio Grande do Sul - Cx8/66.

[254] Entrevista concedida por Jaelson Bitran Trindade no Arquivo Iphan-SP, no dia 17/08/2017.

Outro colaborador é o já citado Capitão Reginaldo Moreira de Miranda, que enviava documentos para a Superintendência bem como outros oficiais da 2ª Região Militar. Por sua vez, Luís Saia constantemente solicitava plantas e documentos para os organismos militares. Em ofício de 12 de outubro de 1964, o chefe da regional solicitou ao Comando da 2ª Região Militar,

> Tendo este 4º Distrito da Dphan a sua atenção voltada, na órbita de suas atribuições legais, para diversos monumentos que estiveram sob a jurisdição do Ministério da Guerra, neste estado, cabe-lhe estar informado sobre fatos relacionados com os locais onde estão os mesmos situados.
>
> Em consequência e para fins de estudo e preservação, solicito providências de vossa excelência no sentido de o Serviço Regional do Patrimônio (SPR/2) forneça em caráter permanente, plantas antigas, documentos e papéis de valor histórico, etc, em dupla via quando possível (Luís Saia)[255]

Ao solicitar em caráter permanente estes documentos de diferentes formatos, além de buscar a ampliação do arquivo, transferia a responsabilidade de avaliação histórica dos documentos para a entidade solicitada. Os requerimentos se revestiam da intencionalidade, quase constante, de reunião do máximo de informações possíveis sobre os bens tombados pelo Iphan administrados pelas instituições militares. Em suma, a preocupação parecia se ater mais ao caráter quantitativo quanto ao qualitativo.

Nessa esteira, um conjunto significativo de documentos presentes no Arquivo Iphan-SP é o denominado ‘não-tombados’, em referência à documentação dos ‘bens tombados’ da instituição. A nomenclatura escolhida para este conjunto específico diz respeito à instrução dos processos de tombamento, em que mesmo aqueles que tivessem sido indeferidos, ainda precisariam ser mantidos na instituição sob o status de ‘arquivados’. Com a atribuição de arquivar os processos de tombamento atribuída ao Arquivo Central do Iphan, o arquivo de ‘não- tombados’ reúne espécies e tipologias diversas de guarda permanente. São correspondências entre os órgãos de preservação no Estado de São Paulo comunicando múltiplas ações acerca de determinados bens culturais, cópias de fotografias, matérias de jornal, resoluções de tombamento de outros órgãos de preservação, croquis, dentre outros. O que se percebe tendo contato com estes documentos é que muitos foram reunidos ali com o intuito de concentrar informações diversas acerca dos bens culturais de notável interesse para preservação. Em certa medida, é como se os funcionários da instituição fossem acumulando documentos que poderiam ser aproveitados pela instituição num futuro próximo ou que

[255] Ofício nº 115/64 de 12 de outubro de 1964 – De Luís Saia para Comando da 2ª RM. Boletim regional nº 206 de 26 de outubro de 1964. Arquivo Iphan-Sp - Fundo Nicolau Alekhine, Cx48/62.

poderiam subsidiar algum tipo de atividade. Sem procedimentos claros de classificação e avaliação, estes documentos foram sendo arquivados a partir da identificação do objeto a que se referem, com a esperança de um dia serem aproveitados.

A partir da questão do acúmulo dos arquivos no Iphan, em âmbito geral e na Superintendência de São Paulo, é admissível a concepção de que na instituição prevaleceu o recolhimento de arquivos para guarda com critérios pouco nítidos sem recortes específicos. A dinâmica do arquivamento em torno do objeto – em sua maioria, os bens culturais edificados – tida como principal característica norteadora das práticas arquivísticas institucionais, permitiu a reunião do maior número de informações possíveis sobre os bens culturais, colocando o recorte em segundo plano. Historicamente,

> São reconhecidas duas propostas de arranjo para o acervo do Arquivo do Patrimônio: a proposta do monge beneditino alemão Dom Clemente da Silva Nigra, historiador da arte cedido ao SPHAN em meados de 1940, que consistia na separação tipológica entre documentos textuais e fotográficos na ocasião do arquivamento; e a proposta do funcionário do SPHAN, o escritor e poeta Carlos Drummond de Andrade. A proposta de Drummond, pautada na organização geográfica dos documentos – ou seja, em dossiês numerados e separados por estados da federação e municípios, dispostos em ordem alfabética – foi a vencedora.[256]

A partir desta perspectiva, é possível concebermos o Fundo Nicolau Alekhine possuindo relação direta com estas práticas arquivísticas até então realizadas na instituição, onde o eixo central dos procedimentos de organização e acúmulo gira em torno do objeto, inserido em um contexto geográfico. Nesse sentido, perde-se a dimensão histórica ao reunir toda e qualquer informação sobre o bem cultural, independente de quando foi produzida. O contexto de transferência do arquivo de Nicolau Alekhine sugere que inicialmente foi priorizado o recolhimento institucional para, num segundo momento, proceder a avaliação dos documentos. No caso do FNA esta avaliação jamais foi feita exaustivamente.[257] O historiador

[256] Fonte: CAVALINI, Nayara. Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural – Verbete "Arquivo do Patrimônio". Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/22/arquivo-do-patrimonio (Último acesso em: 16/05/2021).

[257] Atualmente, existem procedimentos específicos previstos em resoluções oriundas do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ para a transferência e o recolhimento de arquivos para instituições públicas. A Resolução nº 24 de 3 de agosto de 2006, prevê em seu artigo primeiro, alínea A o dever prévio de executar a identificação, classificação, avaliação e a destinação dos arquivos antes de serem transferidos. Fonte: Resolução CONARQ nº 24 de 3 de agosto de 2006. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-24-de-3-de-agosto-de-2006#:~:text=Estabelece%20diretrizes%20para%20a%20transfer%C3%AAncia,digitais%20para%20institui%C3%A7%C3%B5es%20arquiv%C3%ADsticas%20p%C3%BAblicas. (Último acesso em: 29/04/2021).

Jaelson Trindade discorre em seu depoimento que, apesar de Luís Saia o ter incumbido de realizar a pesquisa sobre os próprios nacionais,

> Ele não me pediu que continuasse levantando, porque, enfim, já estavam de certa forma determinado o tombamento da Escada e seu Pátio, Embu - o Embu não tinha uma delimitação - mas o Patrimônio tinha meios na legislação de tentar proteger o entorno de alguma forma e como tudo isso era complicadíssimo: as terras da união e se depois foram vendidas, não foram vendidas, se as pessoas foram tomando posse e ocupando, invadindo, digamos. O Saia nem tinha tempo para tratar disso e ele precisava de mim para a pesquisa dos vários monumentos que estavam sendo restaurados: São Bento de Santos, quase que simultaneamente, Carmo de Mogi, Pau d'Alho.[258]

Ainda que se tivesse a concepção inicial de que haveriam documentos que poderiam ser aproveitados pelo Iphan-SP no Fundo Nicolau Alekhine as atividades rotineiras da Superintendência demandavam prioridades que colocaram o arquivo em segundo plano.

O acúmulo de documentos em torno de um objeto concebido como eixo central para a feitura de arquivos é passível de análise a partir do projeto idealizado por Luís Saia para o aproveitamento da Fazenda Pau D'alho - município de São José do Barreiro – SP – como sede do Museu do Café. Em 1968 a Fazenda foi tombada e no ano seguinte tiveram início as obras de restauro da edificação localizada estrategicamente no Vale do Paraíba, berço do plantio do café no Estado de São Paulo. As obras de intervenção foram realizadas com o propósito de abrigar a sede do Museu Nacional do Café, em parceria com o Instituto Brasileiro do Café - IBC. O restauro deste bem cultural é emblemático pois além de ter sido o último restauro executado por Luís Saia antes de sua morte, as soluções e os partidos adotados foram passíveis de críticas por especialistas, à luz da Carta de Veneza (1964) e dos Cursos de Restauro organizados pela FAU-USP (ANDRADE, 1987). Para além da repercussão do que foi entregue como produto das obras em andamento, para nós interessa a idealização de um centro de referência de estudo do café por Luís Saia e os planos e estratégias do arquiteto para a reprodução, captura e disponibilização dos arquivos referentes ao plantio da rubiácea.

[258] Entrevista concedida por Jaelson Bitran Trindade no Arquivo Iphan-SP, no dia 17/08/2017. Neste trecho, ao relacionar as palavras Escada e Embu, o historiador se refere às igrejas de Nossa Senhora da Escada (Guararema/SP) e Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Embu das Artes/SP). Quanto aos outros bens citados no trecho, temos: Mosteiro de São Bento (Santos/SP), Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Mogi das Cruzes/SP) e Fazenda Pau D'alho (São José do Barreiro/SP).

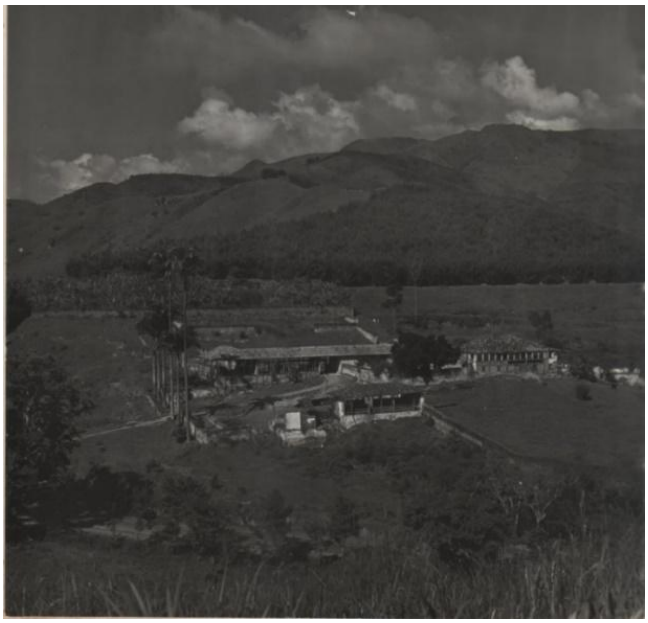


Figura 64 - Fazenda Pau D'alho, Município de São José do Barreiro – SP. Foto: José Saia Neto, 1973. Arquivo Iphan-SP.

A intenção principal de Luís Saia com a implantação do museu era que se fizesse um centro de estudos do café, através de tecnologia apropriada para tal. Segundo ele,

> Inicialmente, para começo desse acervo, há que se microfilmar todos os documentos que tratam das fazendas de café, nos arquivos oficiais, cartórios, Prefeituras, Estados e União, ou das cidades formadas em função do café (...). Uma medida de extensão potencial deste documentário pode ser dada pelo fato de cerca de 90% das cidades do Estado de São Paulo serem formadas sob o signo do café. (...) Documentos manuscritos sobre a fazenda de café, existem aos milhares e se perdem facilmente. É trabalho urgente a sua microfilmagem e organização. (...) A melhor maneira de encarar este problema é utilizar meios modernos para superar o desgaste infinito que representa catar um documento aqui, outro ali, sem sistemática e ao sabor dos azares de pesquisas pessoais trabalhosíssimas. O microfilme representa, na verdade, a saída moderna para esse problema, de maneira que se afigura o jeito possível e econômico de reunir informações que se encontram esparsas e por isso dificilmente abordáveis, num bloco único e em condições admissíveis e viáveis para consulta. Muito tem se falado em banco de informações. Esse seria não apenas um banco de informações sobre o café, posto a disposição dos interessados e estudiosos, numa forma e ambiente adequados, posto que ao seu lado encontrarão "restos" e testemunhos que participaram da aventura do café na vida brasileira. (SAIA, 1975, p. 627-628)

Algumas questões desse trecho merecem destaque por conter a projeção do chefe da regional para as ações de pesquisa, documentação e feitura do arquivo que constituiria a base de dados sobre a produção do café no Estado. Mais do que um uso museológico, Luís Saia

projetou uma espécie de ‘centro de referência’ sobre a planta que deveria contemplar um trabalho exaustivo de acúmulo de fontes. Desse modo, quando se pretende “microfilmar **todos** os documentos que tratam das fazendas de café” [grifo nosso] trata-se um volume imensurável de peças documentais proveniente de diversos municípios, que segundo Saia, seriam 90% do Estado. A preocupação com a preservação dos documentos também toma corpo na narrativa do arquiteto quando ele menciona a urgência nos procedimentos de microfilmagem e organização. Nesse sentido, ainda segundo o chefe da regional, o microfilme restaria como solução moderna para o problema da pesquisa exaustiva.

O exemplo do projeto de implantação do Museu do Café em São José do Barreiro nos interessa por demonstrar a preocupação de Luís Saia no tocante às práticas arquivísticas. Mais uma vez percebemos o método de acúmulo de arquivos através de um recorte pelo objeto: o café. A partir desta opção de organização de acúmulo e feitura de arquivos seria possível a captura de “todos os documentos” que são referentes à produção de café. Nesse sentido, ganha convergência o interesse de Luís Saia pela doação do arquivo de Nicolau Alekhine para o Iphan-SP na medida em que o Arquivo da Superintendência não só possuiria informações sobre as edificações tombadas, mas sim, sobre o histórico da propriedade da terra, as transmissões, os herdeiros, dentre outras, acumulando informações substanciais sobre os bens culturais no estado. Tendo Luís Saia se especializado no estudo da arquitetura colonial paulista, seria de grande interesse a posse de arquivos que tratam da propriedade da terra no mesmo período.

O projeto de aproveitamento da Fazenda através da implantação do Museu, contemplaria a realização sistemática de pesquisas sobre o café que não pouparia esforços de coleta documental com a finalidade de reunir o maior número de informações sobre o ciclo responsável pelo desenvolvimento econômico do Estado, sejam elas, fontes primárias ou secundárias, acervos públicos ou particulares. Assim, o autor continua

> É claro que um trabalho mais completo não dispensará a consulta como se tentou fazer no presente trabalho, dos documentos cartoriais e demais fontes primárias, como o fizeram Silva Telles e Stanley Stein para Vassouras, bem como o documentário jornalístico (notícias, arquivos e anúncios) e, muito especialmente, os manuscritos inéditos que – espera-se - estejam guardados pelos descendentes de antigos fazendeiros. Um dos principais propósitos no Museu Nacional do Café será, de acordo com o plano de aproveitamento da Fazenda Pau D’Alho, a reunião de todo documentário do café, que para isso deve ser microfilmado, esteja o documento onde estiver, seja ele de quem for (SAIA, 1975, p. 589).

Ao longo do texto, é notória a preocupação do arquiteto com a efetiva execução do Projeto de Aproveitamento, tanto detalhado como ambicioso. A reunião de "todo o documentário do café" com a finalidade de ser microfilmado "esteja o documento onde estiver, seja ele de quem for" revela um status obsessivo da pesquisa, presumindo a dificuldade de obtenção e principalmente, de acesso. Esta obsessão presente na fala do chefe da regional merece destaque pois a partir dela pode ser observada a dimensão totalitária da pesquisa no esforço de constituir o centro de referência sobre a produção do café. Em suma, o que se projetou como ambição para a constituição do centro de documentação do café a partir da fala de Luís Saia, recolhendo documentos cartoriais, fontes primárias, documentário jornalístico, manuscritos inéditos e ainda, o caráter obsessivo presente na empreitada são elementos que se aproximam sobremaneira das práticas de feitura do arquivo de Nicolau Alekhine. Este último, enquanto pesquisador, reuniu documentos com tipologias, espécies e suportes dos mais diferenciados em torno de um mesmo objeto de forma que os procedimentos de avaliação acabaram por não terem sido realizados, nem quando estavam sob posse particular, tampouco institucionalizado. Apesar da aquisição do imóvel em 1971 pelo Instituto Brasileiro do Café para a implantação do Museu pretendida para o ano de 1972, o projeto nunca saiu do papel (THOMPSON, 2015, p. 175). No entanto, o projeto desenvolvido por Luís Saia para o aproveitamento da Fazenda Pau D'alho como sede do Museu Nacional do Café é revelador na medida em que podemos observar e perceber rastros que remontam às práticas institucionais referentes ao Fundo Nicolau Alekhine.

Em última análise, a importância dos arquivos pertencentes ao Iphan-SP para Luís Saia pode ser evidenciada no Curso de Restauro de 1974 realizado a partir do I Encontro de Governadores de 1970, evento que marcou a trajetória do campo da preservação do patrimônio no país. Segundo Nascimento (2016), entre as Diretrizes do I Encontro de Governadores de 1970 estava o "culto ao passado", "elemento básico da formação da consciência nacional". Nesse sentido, as políticas culturais emanadas pelo governo militar, encontravam no Iphan um arcabouço valioso de práticas que iam ao encontro do projeto de nação que se desejava construir. Jarbas Passarinho, então ministro da educação e cultura à época, no referido encontro se pronunciou da seguinte forma: "Cabe a nós, representantes do povo, em cujo nome exercemos o poder, fazer com que o orgulho nacional pela nossa história se manifeste, mais acentuadamente, na manutenção de nossos documentos e na conservação de nossas relíquias" (PASSARINHO apud NASCIMENTO, 2016, p. 214).

Novas mudanças ocorreram na instituição, trazendo projetos inovadores nas políticas de patrimônio, entrando em cena outras instâncias, como o Ministério do Planejamento. O Programa Cidades Históricas - PCH foi implementado fomentando uma nova demanda de profissionais para a área. O turismo entrou como pauta nos debates do campo do patrimônio visando a movimentação econômica de municípios e regiões do país.

> A década de 1970 havia sido profícua em mudanças, estabelecidas a partir das diretrizes do regime militar para a cultura e patrimônio. O interesse dos governos militares nos temas do patrimônio e da educação, no âmbito da "modernização conservação autoritária", havia vertebrado novas políticas no campo. Para citar algumas, às quais retomaremos adiante: o Programa de Cidades Históricas (PCH) estava em curso, realizando inúmeras obras de restauração no Nordeste e depois do Sudeste; os órgãos estaduais de preservação do patrimônio cultural haviam sido criados e/ou tiveram sua atuação incrementada (Condephaat, Inepac, Fundarpe, por exemplo); experiências municipais de planejamento urbano trouxeram os debates da preservação para perto, como no caso do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife; a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan) transformou-se em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o que deu mais autonomia a atuação do órgão. Finalmente, os cursos de especialização em restauração foram responsáveis pela formação de arquitetos para a preservação em cursos, em São Paulo, Recife e Belo Horizonte, que reuniram especialistas nacionais e internacionais, fomentando debates, questionamentos, além de formar novos quadros. (NASCIMENTO, 2016, p. 206-207)

Mobilizando recursos vultuosos, foram realizados três cursos de especialização em restauro (1974, 1976 e 1978), estruturados a partir dos Encontros de Governadores de 1970 e 1971. É também dessa época o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PCH), incentivando o uso turístico do patrimônio. Nos interessa, o primeiro curso de restauro, de 1974, realizado em São Paulo, que "tornou-se lugar de memórias de fundação das práticas de preservação no Estado de São Paulo, ajudando a forjar a identidade dos seus agentes e de suas práticas" (NASCIMENTO, 2016, p. 208). Para este curso, foi articulada uma parceria entre três esferas, a Secretaria de Cultura e Esportes do Estado de São Paulo, o Iphan e a USP. A justificativa para realização do curso em São Paulo foi dada em parecer de Luiz Saia

> Ainda em 1970, Luis Saia na qualidade de conselheiro do Condephaat dá parecer favorável `realização do curso, alegando que São Paulo, além do Rio de Janeiro, era o único lugar em que se encontrava a documentação gráfica do Iphan, indispensável para a realização do curso. Ademais, para a parte prática, nos arredores, de São Paulo estavam disponíveis diversos exemplares de bens tombados restaurados pelo Iphan no estado, ou seja, por ele próprio Luiz Saia (NASCIMENTO, 2016, p. 214).

A fala do arquiteto em seu parecer para realização ganha evidência na medida em que ele próprio e o arquivo da Superintendência tornam-se protagonistas de diversas formas. Dessa maneira, Saia atribui uma valorização de seus próprios feitos já que ele foi o grande responsável pela realização dos restauros no Estado de São Paulo e ainda, o principal produtor de documentos do Arquivo da Superintendência acumulando a memória profissional de seus quase 40 anos à frente da unidade paulista. Ao estabelecer o status comparativo do Arquivo Iphan-SP com o Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro ele posiciona o arquivo de São Paulo num grau de importância nacional para a formação especializada em restauro. Sendo a documentação gráfica da instituição o elemento "indispensável", fica ainda mais claro o caráter de "prova" que a visualidade representada nos arquivos fotográficos da instituição ganha para as ações que envolvem a principal atribuição do órgão, a preservação do patrimônio através das intervenções.

Todas essas considerações realizadas por Saia analisadas tendo como pano de fundo o conhecimento sobre o Arquivo Iphan-SP deixam um terreno para que possamos afirmar que a pesquisa sobre os bens culturais tombados quanto a documentação produzida sobre eles (textual ou fotográfica) constituíram um dos principais elementos de importância dentro do Iphan durante muito tempo. O protagonismo dos tombamentos fica refletido no arquivo da instituição à medida que outros temas, como os documentos sobre bens arqueológicos por exemplo, só foram ganhando espaço no arquivo à medida em que o campo da arqueologia foi sendo sedimentado no país.

Como vimos, muito das práticas que levaram à criação e feitura de um arquivo no Iphan foram pouco pragmáticas. Muitas mãos participaram do acúmulo dos arquivos no âmbito do Iphan, no entanto, pouquíssimas tiveram protagonismo no ato de avalia-los organizá-los. A escolha de recorte para a composição de conjuntos arquivísticos por meio do objeto como eixo central aglutinador teve sua responsabilidade na captura sistemática de documentos. Quanto à Luís Saia, seu empenho na acumulação de arquivos em certa medida até contribui para aproximação com o titular da documentação, Nicolau Alekhine. Nesse sentido, permitindo nos contrapormos, cabe contextualizar que, numa época em que os documentos eram menos acessíveis e as informações circulavam em velocidades mais lentas, o desejo pela aquisição de arquivos por quaisquer meios, de forma a facilitar o acesso é plausível. Contribui para esta análise a natureza da constituição do Arquivo do Iphan nas suas primeiras décadas de atuação: essencialmente pensado para o uso de seus profissionais, em

sua maioria, arquitetos. Desse modo, o arranjo estabelecido visava unicamente atender às ações internas que envolviam as práticas de preservação do patrimônio.

Por fim, o que pretendemos com estas reflexões é tentar rastrear vestígios na atuação institucional da Superintendência do Iphan em São Paulo e particularmente, na de Luís Saia enquanto chefe da unidade, que ajudassem a compreender a contradição entre os motivos que levaram à transferência da documentação e o pouco aproveitamento que foi feito dela. Para tanto, tentamos mobilizar e recortar algumas das principais atividades realizadas no contexto de institucionalização do arquivo. Muitos dos documentos citados ficaram guardados nos arquivos da Superintendência, sem que subsidiassem algum tipo de pesquisa ou que fossem de interesse maior de seus funcionários. Relegados a um segundo plano estes documentos continuam aguardando a exploração de seu potencial de pesquisa. Desse modo, quaisquer que fossem os projetos de aproveitamento do Arquivo de Alekhine idealizados por Luís Saia, foram sumariamente, ao longo do tempo, deixados de lado. Nesse sentido, a qualificação de "indispensáveis" para o estudo e proteção dos monumentos utilizada na justificativa para doação parece ter pouco fundamento.

3.4 Lócus de atuação profissional, fonte documental e objeto de pesquisa: diálogos sobre a forma, o conteúdo e os sentidos

O contexto da pesquisa, apresentado até aqui, permite que lancemos reflexões sobre as múltiplas abordagens possíveis para o arquivo de Nicolau Alekhine, enquanto pertencente ao titular, e recebendo a classificação de 'fundo' à luz de sua institucionalização. A partir da nossa experiência profissional e de pesquisa, no mínimo três abordagens - interseccionais e complementares – merecem destaque tendo como pano de fundo o arquivo de Nicolau Alekhine: como campo de trabalho enquanto passível de agenciamentos por funcionários do Arquivo Iphan-SP; como fonte de pesquisas diversas, principalmente sobre a configuração territorial de São Paulo; e em última instância, como objeto de pesquisa ao considerarmos o contexto histórico da trajetória do arquivo e de seu titular. Dessa maneira, nossa análise recai de maneira transversal, sob a forma, o conteúdo e o sentido do arquivo. A partir destas abordagens possíveis do Fundo Nicolau Alekhine, acreditamos com nossa pesquisa, ter dado um primeiro passo na tentativa de devolver o protagonismo, seja para o titular ou para o arquivo.

Enquanto campo de trabalho, o Fundo Nicolau Alekhine é um objeto de formação, na medida em que é possível identificar inúmeros desafios para o profissional da área de arquivos. A ausência de elementos que demonstrem um trabalho arquivístico prévio ao exame da documentação torna-se um fator preponderante. Não há ordenação, tampouco descrição dos documentos. As intervenções realizadas suprimiram a nitidez da proveniência, elemento caro às práticas arquivísticas. Muitos documentos apresentam perda de suporte ou de informação. A dissociação é elemento constante, principalmente entre os mapas e os estudos descritivos. Todas estas questões práticas também podem ser elementos que ajudam a refletir sobre o esquecimento da documentação dentro do arquivo. Este esquecimento foi motivo para que em alguns momentos de nossa prática profissional no Iphan, em companhia de colegas e funcionários do arquivo, levantássemos algumas questões frente à indisponibilidade de espaço nas dependências da sede do Iphan-SP para guarda de arquivos: faz sentido ainda mantermos a guarda desta documentação no Iphan-SP? Qual a relevância da temática presente no Fundo Nicolau Alekhine para os trabalhos atualmente executados pelo Iphan-SP? Não seria viável nova transferência do Fundo Nicolau Alekhine para uma instituição cujo tema seja a configuração territorial de São Paulo, como o Instituto de Terras de São Paulo – ITESP ou o Arquivo Aguirra, pertencente ao Museu Paulista da Universidade de São Paulo – USP?[259]

A resposta para estas questões nos aproxima, inversamente, da avaliação feita por Luís Saia para a transferência do arquivo. Se para ele, a transferência justificava-se pela avaliação de que os arquivos eram importantes para os trabalhos do Iphan-SP, seria justo e viável nova transferência pautada na avaliação de que os documentos não possuem relevância para as ações da Superintendência? A questão da avaliação de documentos é uma prática inerente à atuação profissional na área de arquivos e tornou-se questão de debates recorrentes ao longo do tempo no campo da arquivologia, principalmente quanto à metodologia.

Theodore Roosevelt Schellenberg, teórico do campo da arquivologia, "estabeleceu que os documentos tinham valor primário e valor secundário. O valor primário refletia a importância dos documentos para seu produtor original, e o valor secundário, sua utilização por subsequentes pesquisadores" (COOK, 2018 p. 33). Desse modo, Schellenberg dividiu o valor secundário entre probatório e informativo. Os valores probatórios "refletiam a importância dos documentos para os pesquisadores e não para os administradores, por

[259] Cabe trazer o exemplo do Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro, que doou a série *Revistas Brasileiras* formada pelas revistas *O Cruzeiro* e *Para Todos* para o Arquivo Nacional e a Fundação Biblioteca Nacional a partir da percepção de que seu conteúdo destoava dos temas caros ao Arquivo. Nesse sentido o material doado complementou as coleções já existentes naquelas instituições (SOUZA, 2014, p. 43).

documentarem funções, programas políticas e procedimentos do produtor" (Idem). Já o informativo "dizia respeito ao conteúdo dos documentos" (Ibidem, p. 34). Esse preceito da avaliação baseada no aproveitamento funcional do arquivo prevaleceu longamente pelos predecessores de Schellenberg nos Estados Unidos e segundo Terry Cook, permaneceu até o final do século XX, sendo que

> (...) a maioria dos arquivistas americanos depois de Schellenberg enfatizava – mais do que ele próprio – que a definição do uso efetivo ou potencial por parte dos acadêmicos, em especial os historiadores, deveria ser a metodologia básica para determinais quais documentos têm valor arquivístico (COOK, 2018, p. 37)

Com os avanços tecnológicos oriundos principalmente do campo da informática, propiciando inclusive a produção de arquivos em suporte digitais, o campo da arquivologia se viu em um momento de reflexão sobre suas práticas. A virada no pensamento dentro do campo da arquivologia com relação aos procedimentos de avaliação ganhou força na década de 1990, sobretudo com atuação e pesquisa dos arquivistas os canadenses, entre eles Terry Cook, que lançou preceitos de referência, inclusive, utilizados em nossa pesquisa. Segundo a abordagem canadense no tocante à avaliação dos documentos

> A antiga ênfase dada ao conteúdo temático dos documentos, o qual deveria refletir a opinião pública ou as necessidades dos usuários e as tendências históricas, foi substituída pela ênfase no "macrocontexto" dos documentos, tal como expresso através das funções, programas, atividades e transações de seus produtores, ou seja, pelo contexto e pelo processo da própria produção documental" (COOK, 2018, p. 40-41)

Ainda segundo Terry Cook,

> Trata-se de pesquisar a história e a natureza dos documentos, e não as administrações, para saber como e porque foram produzidos, e como esses processos de produção, organização e utilização corrente dos documentos refletem as funções sociais, a interação entre cidadão e estado, e a dinâmica da governança. (...) O foco teórico é, pois, social, não administrativo (COOK, 2018, p. 42).

Através da abordagem sociológica e histórica, é possível fornecer subsídios para procedimentos de avaliação dos documentos de uma maneira mais ampla. Ao adotarmos os preceitos de Cook nesta pesquisa, esperamos contribuir para análises diversas, seja do ponto de vista dos pesquisadores que poderão consultar a documentação caso permaneça na instituição, seja do ponto de vista das tomadas de decisão por parte dos gestores do Iphan-SP no caso de deliberarem pela futura transferência do acervo. A experiência de pesquisa no

âmbito do Mestrado Profissional do Iphan mostra-se importante, pois é possível concebermos a abordagem de pesquisa interdisciplinar, tanto como pertencente aos cânones científicos quanto como atividade inerente às práticas da lida cotidiana com os arquivos. Isso posto, torna-se potencial a dimensão do Fundo Nicolau Alekhine como *lócus* privilegiado para atuação profissional.

Já o caráter de fonte documental do Fundo Nicolau Alekhine é praticamente inerente à própria constituição do arquivo pelo seu titular, na medida em que foi concebido para subsidiar estudos e peças judiciais produzidos pelo pesquisador. Nessa linha, o fundo já nasceu sob a classificação e valorização como fonte documental histórica sobre a configuração territorial da Cidade de São Paulo. Contribui para isso o fato de que grande parte de seus documentos terem sido reproduzidos de outros arquivos. Essa classificação também pode ser constatada através dos discursos dos diferentes agentes que de alguma forma utilizaram ou se apropriaram do arquivo, desde o momento em que esteve sob posse de Nicolau Alekhine até à institucionalização pelo Iphan. Na regional paulista, ainda que o fundo tenha sido poucas vezes pesquisado, era recorrente o discurso dos colegas que tinham conhecimento sobre a documentação de que havia ali um grande potencial de pesquisa, principalmente para a história da cidade de São Paulo. Por parte dos funcionários mais antigos, havia um discurso permanente sempre reforçando a dimensão da relevância do arquivo de Nicolau Alekhine, acompanhado da clássica frase complementar: 'precisa digitalizar'. A possibilidade de reprodução e a consequente facilidade de acesso trazida pelo procedimento digital, atreladas ao caráter do ineditismo presente na documentação são fatores que contribuíram para a valorização dentro da Superintendência, ainda que o conteúdo do acervo permanecesse desconhecido.

Enquanto fonte para a nossa pesquisa, desde os primeiros momentos, nos vimos imersos diante de um denso conjunto documental sobre a história do processo de urbanização da Cidade de São Paulo. Sendo simultaneamente fonte e objeto de pesquisa nos deparamos com uma questão crucial: por onde começar? A dificuldade de resposta ficou ainda mais latente ao constatar a ausência dos já citados elementos de 'navegação' do arquivo: ordenação, associação e identificação das caixas que correspondesse, de fato, ao seu conteúdo. Nesse sentido, optamos intuitivamente, por iniciarmos com a caixa de número 01 na esperança de encontrar dados pré-investigativos, principalmente sobre o titular: ledo engano. Para além destas dificuldades inicialmente apresentadas, torna-se igualmente importante apresentar as particularidades que envolveram o contexto da pesquisa. Costa Pinheiro (2010), ao refletir

sobre a relação entre o "trabalho de arquivo" do historiador e o "trabalho de campo" do antropólogo, faz uma interessante aproximação entre essas duas metodologias que definem o *ethos* de cada uma destas profissões. Utilizando o instrumental da Antropologia, ele afirma que para além das relações entre o historiador e suas fontes, há uma dimensão muito maior que é o contexto da pesquisa: lugar, funcionários, os diálogos realizados, criação de laços de amizade e/ou interesse. Assim, o autor define três pontos principais de análise: a entrada na instituição de pesquisa, o acesso aos documentos e o relacionamento com os arquivistas (COSTA PINHEIRO, 2010, p. 9). Por ter atuado como estagiário, assistente e documentalista responsável pelo Arquivo Iphan-SP durante minha trajetória na Superintendência de São Paulo, tive o 'privilégio' de realizar o 'autoatendimento', até porque meus colegas de arquivo sabiam que a pesquisa não iria durar 3 dias ou 1 semana. Essa familiaridade, atrelada à minha condição de bolsista do Mestrado Profissional do Iphan, me projetaram praticamente solitário com a documentação. Nessa esteira, seguimos apenas eu e os documentos durante três meses, tempo levado para examinar inicialmente as 62 caixas que compõe o Fundo Nicolau Alekhine.

Do exame da documentação, nos deparamos com uma questão recorrente em quase todo o trabalho investigativo: a necessidade permanente de realizar micropesquisas tão importantes quanto a investigação principal. Modestamente, a verdade é que o tema da configuração territorial urbana na cidade São Paulo se traduziu em novidade. Embora conhecesse minimamente a história da cidade, minha pesquisa durante a graduação teve como tema a Greve Geral de 1917 e a atuação dos anarquistas sapateiros. Meu conhecimento sobre o tema principal do arquivo dizia mais respeito à história de alguns bens tombados no Estado de São Paulo pelo contato direto e recorrente com os documentos do Arquivo Iphan-SP. Dado o panorama inicial, o Fundo Nicolau Alekhine demandou diversas pesquisas, dentre elas: termos jurídicos e legislação sobre a terra no Brasil; jurisprudências sobre disputas de terras; história da política agrária no país; genealogias diversas; sistemas de sesmarias; divisão política-administrativa da região de São Paulo; história dos aldeamentos jesuíticos implantados na região paulista; história de Nicolau Alekhine; possíveis descendentes vivos de Nicolau Alekhine; história de Elza Ribas Fischer antes e depois do casamento com Alekhine; pesquisas sobre as 38 testemunhas informantes nos inquéritos policiais militares; bibliografia sobre Luís Saia e história da Superintendência do Iphan em São Paulo.

Em suma, o arquivo de Alekhine como fonte de pesquisa permite ainda a meta-experiência de pesquisar o arquivo acumulado a partir de pesquisas, ou seja, investigar o

arquivo de um investigador. Em números, Alekhine pesquisador investigou 122 terrenos, entre sítios, chácaras, fazendas ou vilas; 21 Sesmarias correspondentes ao período de povoamento de São Paulo e arredores; 44 bairros referentes ao período de urbanização; história de 21 municípios do Estado de São Paulo; 28 instituições de personalidade jurídica cujo patrimônio foi seu objeto de pesquisa. Por fim, 97 pessoas físicas foram contratantes de seus serviços. Esperamos, com esta pesquisa, promover novas investigações que tenham o Fundo Nicolau Alekhine como fonte documental, primária ou secundária, já que em ambas o resultado se demonstra promissor.

Enquanto objeto de pesquisa, o Fundo Nicolau Alekhine constitui um campo privilegiado de estudo. A partir da lente etnográfica em diálogo com análise sociológica e histórica da documentação, buscamos perscrutar a relação pendular entre o arquivo e seu titular a partir do exame da trajetória do arquivo procurando características que ajudassem a entender a personalidade do titular e o movimento contrário. Buscamos, ainda, através da análise do arquivo, trazer luz aos sentidos que levaram à feitura e as intervenções no próprio arquivo.

Do diálogo entre as disciplinas de antropologia e arquivologia, Kaplan enfatiza que

> A antropologia fornece uma base especialmente proveitosa para comparações porque as duas disciplinas têm em comum certas características essenciais. No fundo, ambas se ocupam de representações – de pessoas, de culturas, de fatos e, em última instância, de história e de memória. Ambas exercem poder na criação e uso de documentos, observações, informação. Os antropólogos (assim como os arquivistas) costumam ver-se como desinteressados selecionadores e compiladores de fatos de uma realidade transparente. Na verdade, porém, ambos servem como intermediários entre um objeto e seus posteriores intérpretes, uma função/papel que, por si só, é de interpretação. Isso se traduz em poder sobre o documento e como este é interpretado; e indica onde o poder é negociado e exercido. Esse poder sobre a evidência da representação e o poder sobre o acesso à mesma dão-nos algum poder sobre a história, a memória e o passado. (KAPLAN, 2018, p. 179).

Os agenciamentos realizados no arquivo de Nicolau Alekhine dialogam diretamente com a perspectiva levantada por Kaplan na medida em que em todos os agenciamentos identificados, é possível entrever as relações de poder. À luz desta observação, em primeiro lugar destacamos o agenciamento do arquivo pelo próprio titular através de seus métodos de acumulação. Levando em conta a atuação profissional de Alekhine, em que ele enquanto funcionário público teria acesso aos mais diversos arquivos, faz com que o fundo seja constituído em seu prelúdio, a partir de relações de poder. De outro modo, quando o arquivo é subtraído do titular e retalhado pelos militares à luz da interpretação de que o papelório se

traduziu em ‘crimes contra a Segurança Nacional’ fica latente outra forma de exercício de poder, dessa vez, de abuso, já que o arquivo foi doado antes mesmo do término do julgamento. Institucionalizado a partir da justificativa de ‘defesa do patrimônio nacional’ por Luís Saia e subsidiando processo de reintegração de posse dos terrenos da União no Guarujá – SP, evoca-se no arquivo, mais uma vez, seu caráter de instrumento de poder. Dessa maneira, a disputa pelo agenciamento do arquivo se traduz em disputa pelo agenciamento da cidade de São Paulo, à medida em que o arquivo serve se subsídio para o acesso à terra. Em um território em constante processo de urbanização - hoje pela verticalização - onde estão inseridos bairros que configuram na lista dos metros quadrados mais caros do país, torna-se compreensível, mas não justificável a disputa pelo agenciamento do arquivo.

Se a intenção era trazer luz às interpretações do arquivo ao longo do tempo, perscrutando seus sentidos, resta ainda uma última interpretação: a nossa. Segundo Malinowski,

> Ninguém pensaria em fazer uma contribuição à ciência física ou química sem fornecer uma descrição detalhada de todo o planejamento das experiências; do aparato utilizado; do modo como foram realizadas as observações; do número delas; do tempo que lhes foi dedicado. (...). Nas ciências menos exatas, não se pode fazer isso com o mesmo rigor, mas todo pesquisador fará o possível para informar o leitor sobre as condições em que a experiência ou as observações foram feitas. [MALINOWSKI apud KAPLAN, 2018, p. 181).

Com a ausência de materiais objetivos e específicos que fizessem referência às intervenções ou aos sistemas de organização do arquivo, tanto por parte do titular quanto pelos agentes que se apropriaram, exploramos os vestígios deixados, através das marcas, dos sinais, das rupturas e permanências deixadas no arquivo. Para tanto, tornou-se peça-chave em nossa abordagem, o caderno de campo utilizado na pesquisa (ver figura 39). As informações e observações inseridas no caderno partiram do exame dos documentos pertencentes às 62 caixas que constituem o Fundo Nicolau Alekhine. As anotações foram divididas pela identificação numerada dos maços de documentos a partir de uma ordem genérica dentro da caixa, sempre da esquerda para a direita, já que os maços não são numerados, embora alguns estivessem identificados. Deste procedimento, procuramos referenciar:

a) **Aspectos arquivísticos**: identificação da caixa; identificação do maço (quando havia); identificação do produtor do documento e vínculo institucional, se existente; descrição mínima do conteúdo; identificação do suporte, da tipologia e da espécie documental; identificação do caráter de produção – original ou cópia;

b) **Aspectos antropológicos**: descrição das intervenções, dos autores e possível identificação de seus sentidos; observações acerca da produção do documento em diálogo com a trajetória do titular; identificação dos agentes recorrência da presença destes no arquivo; pesquisas complementares acerca de determinado tema, quando necessárias; questões e reflexões que precisariam ser retomadas; esquemas comparativos com outros fundos dentro do Arquivo Iphan-SP; metadados referentes à nossa própria pesquisa referenciando e existência de reprodução do documento por meio digital e como poderia ser utilizada dentro da dissertação; reprodução de trechos considerados importantes;

Para a diferenciação e a rápida assimilação numa segunda análise, diferenciamos os dois aspectos pelas anotações em caneta azul, para observações atinentes ao campo da arquivologia e vermelha para os da antropologia. Foram produzidas a partir desta metodologia, 262 páginas de anotações. As informações que continham dados de identificação dos documentos e de interesse para os pesquisadores, foram condensadas em uma planilha que poderá servir de 'navegação' neste mar de documentos chamado Fundo Nicolau Alekhine (ver figura 40).

Em suma, enquanto observador-participante - condição propiciada pelo contexto de minha trajetória no Arquivo Iphan-SP e pela dinâmica das atividades atinentes ao Mestrado Profissional do Iphan – pude me lançar à esta pesquisa de maneira imersiva. Esta análise dos documentos jamais poderia ter sido feita sem a colaboração dos colegas da Superintendência, ora fornecendo elementos que ajudassem na pesquisa, ora incentivando a realização dela. Nesse sentido, a presença das relações humanas no contexto da pesquisa no Iphan-SP foi crucial para suprir as ausências presentes no arquivo. Kaplan, em seu artigo intitulado "muitos caminhos para verdades parciais", responde de maneira reflexiva como podem as atitudes dentro da pesquisa na antropológica encaminhar-nos para uma nova direção: "revelar métodos; declarar preconceitos; refletir sobre nosso trabalho; e dialogar com outras disciplinas e com os interessados em nossa atividade. Principalmente, devemos aprender a conviver com a incerteza" (KAPLAN, 2018, p. 189). Esperamos que as incertezas que envolveram nossa pesquisa sejam força-motriz para novas e (in)certas investigações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem antropológica dos arquivos, assim como a perspectiva de estudá-los como entidades passíveis de serem biografadas é uma perspectiva recente. A dinâmica e as características presentes no arquivo de Nicolau Alekhine permitiram que os caminhos escolhidos para as abordagens nesse trabalho fossem considerados acertados. A partir dos documentos foi possível explorar as convergências entre e as divergências entre a história de Nicolau Alekhine e do seu arquivo. A identificação dos principais atores que participaram do agenciamento do acervo também fez com que pudéssemos esboçar os sentidos marcantes para as diferentes ações realizadas no arquivo.

Nicolau Alekhine, enquanto titular, desde 1922 manteve a preocupação constante durante toda a sua vida profissional no Brasil em ampliar o arquivo de maneira obstinada. Reuniu um grande conjunto de informações sobre a configuração territorial de São Paulo através de diversos suportes documentais: estudos, plantas, recortes de jornais, peças judiciais, dentre outras. Através de sua atuação profissional, pôde reproduzir documentos de arquivos públicos e particulares, um dos principais métodos de acúmulo de seu arquivo. Sendo réu em Inquérito Policial Militar sobre tentativa de estelionato, Nicolau Alekhine teve seu arquivo apreendido pelos agentes militares em 1964, perdendo definitivamente sua titularidade. Como instrumento de trabalho contendo informações que subsidiaram toda a sua atuação profissional, o pesquisador tentou durante mais de 10 anos reavê-lo, sem sucesso: é o *Arquivo-Artefato (1922 – 1964).*

Nero de Macedo Júnior, procurador - chefe da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em São Paulo se utilizou do arquivo de maneira estratégica através da contratação de Nicolau Alekhine como assistente particular em 1956. Os estudos produzidos puderam subsidiar a defesa da União em processos de discriminação de terras públicas em São Paulo. Tendo um conhecimento amplo do estado de conservação em que se encontravam os arquivos do Serviço de Patrimônio da União – SPU no país, Alekhine, inclusive, pôde projetar e pleitear a criação de dois órgãos especializados nos processos de discriminação das terras da União. A relação profissional entre Alekhine e Nero de Macedo Júnior acabou levando ambos a serem indiciados em Inquérito Policial Militar sobre crime previsto na Lei de Segurança Nacional ‘evidenciado’ através da análise do arquivo pertencente ao pesquisador pelos militares. Por outro lado, a utilização do conhecimento de Nicolau Alekhine e de seu arquivo em prol dos interesses nacionais a favor da União nos litígios envolvendo as terras devolutas contribuiu

sobremaneira para a valorização do papelório, inclusive, projetando ao titular a perspectiva de deixar um legado: é o *Arquivo–Evidência (1956 – 1964).*

Uma vez apreendido em 1964 pelos agentes encarregados dos inquéritos policiais militares, Coronel Tito Ascoli de Oliva Maya e o Capitão João Sihler, o arquivo foi classificado como prova de 'crimes contra a Segurança e Patrimônio Nacional'. De maneira coercitiva, o arquivo foi subtraído do seu titular, restituído os originais para os órgãos competentes e doado para outras instituições, entre eles, o Iphan-SP. Em posse dos militares, o arquivo foi perdendo qualquer tipo de organização que porventura pudera existir através dos processos de transferência, sendo, inclusive, alvo de intervenções de caráter punitivo: trata-se do *Arquivo–Delito (1964).*

No ano de 1965, o arquivo foi transferido para o Iphan-SP por intermédio de Luís Saia, então diretor da unidade, através de solicitação às autoridades militares. A justificativa apresentada foi a de que os documentos seriam indispensáveis para a defesa e o estudo do patrimônio histórico e artístico nacional. Fato determinante para a transação foi a relação de amizade entre o chefe da regional e os militares encarregados do inquérito, levando-nos à conjeturar hipóteses sobre os motivos até então obliterados para a transferência. Uma vez institucionalizado, o arquivo permaneceu 'esquecido' na instituição, fato que motivou nossa pesquisa e poderá motivar tantas outras que poderão se realizar: enfim, o *Arquivo–Projeto (1965 –).*

Múltiplas são as possibilidades de pesquisa 'do' e 'no' Fundo Nicolau Alekhine. A particularidade de inserção deste conjunto de documentos no Arquivo Iphan-SP também suscita a necessidade de novas investigações. A história institucional da Superintendência do Iphan em São Paulo consagra a obra de outros atores cujo protagonismo pode ser percebido no Arquivo da instituição como Luís Saia, arquiteto e diretor do Iphan em São Paulo durante praticamente toda sua vida profissional; Herman Hugo Graeser, o 'Germano', fotógrafo, conservador e principal agente na criação do Arquivo Fotográfico do Iphan-SP; Antônio Luís Dias de Andrade, o 'Janjão', arquiteto, diretor do Iphan-SP, desenhista e responsável pela produção de inúmeros levantamentos arquitetônicos no Estado de São Paulo. Nesse sentido, nossa pesquisa busca, minimamente, refletir e trazer luz sobre a atuação de um de seus atores até então coadjuvantes: Nicolau Alekhine.

Enquanto observador-participante, a pesquisa realizada visa também elucidar aspectos até então inexplorados do arquivo com a finalidade de tornar menos íngremes os percalços

para as investigações que por ventura tenham o Fundo Nicolau Alekhine como fonte ou como objeto. Se a trajetória do arquivo contribuiu para o estado atual de organização em que se encontra, é preciso romper essa barreira e a lente antropológica provou ser substancial. A coexistência de múltiplas biografias dentro de um mesmo arquivo permitiu que explorássemos aspectos até então silenciados, à luz de interpretações diversas, inclusive a nossa.

Como convergência entre os agentes que se apropriaram do arquivo, temos a constatação de que todos eles o utilizaram para fins de 'defesa do patrimônio'. Nesse sentido, o *slogan* utilizado por Nicolau Alekhine em seu cartão de visita ultrapassa a dimensão de estratégia de *marketing* para consagrar o uso do arquivo ao longo do tempo. Nicolau Alekhine pôde defender o patrimônio de diversas maneiras através de seu arquivo, sobretudo o patrimônio particular nos litígios em que se envolveu como pesquisador mediante vencimentos. Nero de Macedo Júnior foi o responsável por credenciar o arquivo como subsídio para a defesa da União nos processos litigiosos que tinham como objeto as terras públicas pertencentes à federação. Os militares Tito Ascoli de Oliva Maya, João Sihler e Reginaldo Moreira de Miranda se apropriaram do arquivo na defesa do patrimônio do exército, seja o terreno do Hospital Geral de São Paulo ou das fortificações da baixada santista, todos administrados pelo Ministério da Guerra. Por fim, Luís Saia, diretor do Iphan-SP, que pretendia utilizar o arquivo para defender o patrimônio histórico e artístico nacional de um modo geral e o fez sobretudo no caso dos terrenos da Fortaleza da Barra Grande e da Praia do Góis no município do Guarujá, terrenos até então sendo alvos de ocupações e objetos de tombamento pelo órgão federal. Dessa maneira, podemos afirmar que o acesso ao arquivo de Nicolau Alekhine se converteu também ao acesso à terra, pública ou privada. Quanto à legitimidade de seus estudos, caberia uma outra pesquisa, desta vez para se ater substancialmente sobre o conteúdo.

Por fim, esta pesquisa se pretendeu como um instrumento amplificador das diferentes vozes presentes no arquivo que só foram passíveis de serem ouvidas através da imersão no 'campo' que para nós constituiu o Fundo Nicolau Alekhine. Esperamos que novas vozes possam ser ouvidas e de igual forma amplificadas através deste arquivo. Sem a presença do titular Nicolau Alekhine,[260] seus arquivos falaram, às vezes contra, outras a favor de si

[260] Nicolau Alekhine morreu em 05 de maio de 1988, com 94 anos de idade em sua casa, na Rua Prisciliana Duarte, nº 55, Bairro da Saúde, exatamente 24 anos e 1 dia depois de ter sido preso pelo Exército. Apesar de não deixar filhos nem testamento, seus documentos podem ser lidos como um 'legado' sobre a história da ocupação territorial de São Paulo. Certidão de óbito. Registro Civil das Pessoas Naturais do 21º Subdistrito – Saúde – São Paulo/SP. (ver Anexo 10)

próprio. É neste contexto que a pesquisa antropológica nos arquivos é promissora. Para tanto é preciso romper com a concepção da naturalização das práticas arquivísticas. É tempo de revirar os guardados... desassossegar os arquivos.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. **Restauração de Bens Culturais - Teorias e critérios: O caso da Fazenda Pau D'Alho**. (Texto datilografado) 1987.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro [et. Al.] [Coord.]. **Luís Saia: memória e política**. Brasília, DF: Iphan, 2014. (Catálogo de exposição).

ARTIÈRES, Philipe. Arquivar a própria vida. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro nº 21, julho-dezembro, 1998, p.9-34.

BAUER, Letícia Brandt. **O homem e o monumento: criações e recriações de Rodrigo Melo Franco de Andrade.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

BONDI, Mauro. Se o nosso Land Rover falasse: os primeiros automóveis que trabalharam na preservação do patrimônio em São Paulo. In: **Vitruvius – Arquitextos**, 193.08, Ano 17, jun 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAMELO, Genésia M. Alves. Análise da compatibilidade do procedimento adotado para o tombamento, previsto no Decreto-Lei nº 25/37, com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. In: **Direitos culturais, a questão patrimonial brasileira e a AGU**. Publicações da Escola da AGU: ano IX, nº 03, jul./set. 2017, p. 121-140.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. In: **Revista Topoi (Rio Janeiro)**. 2003, vol.4, n.7, pp.313-333.

COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: **Pensar os arquivos: uma antologia**. HEYMANN, Luciana e NEDEL, Letícia (organizadoras). Tradução: Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

COSTA PINHEIRO, Claudio. Nativos de Papel. Algumas possibilidades de comparação em torno da noção de trabalho de campo em antropologia e história. In: **XXII Reunião Brasileira de Antropologia**, 2000, Brasília. Anais da XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília: ABA, 2000. v. 1. p. 9-10.

COSTA, Eduardo Augusto. **Arquivo, poder e memória: Herman Hugo Graeser e o Arquivo Fotográfico do IPHAN**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2015.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Etnografia de arquivos – entre o passado e o presente. In: **Revista Matrizes**, Ano 3 – nº 2 – jan./jul. 2010, p. 171-186.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3ª Ed. rev. Aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional - Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, 2012,

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2009.

DOREA, Augusta Garcia Rocha. **Aclimação.** São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1982. (História dos bairros de São Paulo, vol. 19).

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

_____. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: **O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho de patrimônio imaterial**. Brasília: Ministério da Cultural, IPHAN, 4ª ed, 2006, p. 83 – 98.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Nevez, 7ª Ed., 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, (2008).

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Metodologia para restauração arquitetônica: a experiência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Paulo, 1937 - 1975.** São Paulo, FAU-USP, Dissertação de Mestrado, 2004.

GONÇALVES, Janice. Arquivos e História: perspectivas. In: **Revista Esboços** nº 17 – UFSC, 2006, p. 205-211.

_____. O Sphan e seus colaboradores: construindo uma ética do tombamento (1938 – 1972). In: **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.** Associação Nacional de História – ANPUH.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos:** coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

_____. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1996.

HEYMMAN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2012.

JANJULIO, Maristela da Silva. **A arquitetura de Luís Saia.** In: **Risco – Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, nº 18 – 19**, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo: 2014, p. 7 - 19.

KETELAAR, Eric. (Des)construir os arquivos. In: **Pensar os arquivos: uma antologia**. HEYMANN, Luciana e NEDEL, Letícia (organizadoras). Tradução: Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória. Trad. Bernardo Leitão.** Campinas: Editora Unicamp, 1990.

Mário de Andrade: cartas de trabalho, correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade [1936-1945]. Brasília: SPHAN / Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro.** Hely Lopes Meirelles, José Emmanuel Burle Filho. 42. Ed. Atualizada até a Emenda Constitucional 90, de 15.09.2015. – São Paulo: Malheiros, 2016.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORI, Victor Hugo. 70 anos do Patrimônio em São Paulo. In: **Patrimônio: 70 anos em São Paulo.** D´ALAMBERT, Clara Correia coordenação de pesquisa; SOUZA, Marise Campos de, BASTOS, Rossano Lopes (Org.). São Paulo: IPHAN, 9ª Superintendência Regional (SR) - São Paulo, 2008.

_____. As missões jesuíticas sob o comando de Luís Saia: histórias silenciosas. In: **7 povos: retratos de um território** (Catálogo de exposição). BRITO, Marcelo ESPASANDIM, Cláudia Ardións (Orgs.) – Brasília, DF: IPHAN, 2019, p. 325 – 374.

_____. **Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do porto de Santos.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

_____. O Iphan em São Paulo. In: **Vitruvius – Arquitextos**, 136.00, Ano 12, 2011.

MOSANER, Fábio Ferreira Lins. **O desenho como método de estudo: Antônio Luiz Dias de Andrade e a Arquitetura do Vale do Paraíba. (**Dissertação de Mestrado em Arquitetura de Urbanismo) São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, 2012.

MOTTA, Lia (org.); THOMPSON, Analucia. **Um panorama do campo da preservação do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2015.

NASCIMENTO, Flávia Britto do. Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970. In**: Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 205-236. jan.- abr. 2016.

PAULA E SILVA, Guilherme Henrique de. **As invasões de áreas públicas municipais em São Paulo: uma abordagem sistêmica**. EAESP/FGV. São Paulo – 2002. (Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração Pública da EAESP/FGV – Área de Concentração: Políticas Urbanas).

PIRES, Walter. Arquivo Aguirra. Fonte documental sobre a formação territorial de São Paulo. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 10/11. p. 61-78 (2002-2003).

_____. Configuração territorial, urbanização e patrimônio: Colônia da Glória (1876 – 1904). In: **Revista CPC – USP**: São Paulo, v. 1, n. 1, p. 75-90, nov. 2005 – abr. 2006.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro vol. 2, nº 3, 1989, p. 3 – 15.

Relatório da Comissão Municipal da Verdade: Vladimir Herzog 2013/2014. Câmara Municipal de São Paulo; Presidente da comissão Gilberto Natalini; Vice-Presidente Juliana Cardoso; relator Mário Covas Neto – São Paulo: CMSP, 2015.

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 10 (1946).

ROLIM, Mariana de Souza. **Luís Saia e a ideia de patrimônio: 1932 – 1975.** Dissertação apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial para obtenção do título de mestre em arquitetura e urbanismo. Orientador: Prof. Dr. Carlos Guilherme Mota. São Paulo: 2006.

SAIA, Luís. Notas preliminares sobre a fazenda Pau d'Alho: história, restauração e projeto de aproveitamento. In: **Revista de História da USP**. v. 51, nº 102 (1975), p. 581 – 630.

SILVA, A. M. D. da. **Ditadura e Justiça militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980).** Doutorado em História, PPHPBC, FGV, 2011.

SODRÉ, João Clark de A. Luís Saia e a formação de uma geração. In: **Risco – Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, nº 18 – 19**, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo: 2014, p. 76 – 94.

SOUZA, Nayara Cavalini de. **Documentos fotográficos no Arquivo: preservação, conservação, dissociação e acesso no Arquivo do Patrimônio (IPHAN/RJ).** Dissertação de mestrado do programa de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Rio de Janeiro, IPHAN, 2014.

THOMPSON, Analucia (org.) **Memórias do Patrimônio – Entrevista com Judith Martins**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009.

TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (orgs.). **Arquivos Pessoais: Reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

TRINDADE, Jaelson Bitran. Luís Saia, arquiteto (1911 – 1975): a descoberta, o estudo e o restauro das "moradas paulistas". In: **Risco – Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, nº 18 – 19**, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo: 2014, p. 123 – 169.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo.** 1993. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

ARQUIVOS PESQUISADOS

Arquivo Iphan-SP – São Paulo/SP

Arquivo Fotográfico Iphan-SP – São Paulo/SP

Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro/RJ

Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP – São Paulo/SP

Arquivo do Superior Tribunal Militar - STM – Brasília/DF

Base Cartográfica – GEOSAMPA – Disponível online

Registro Civil das Pessoas Naturais do 21º Subdistrito – Saúde – São Paulo/SP

ANEXO 1 – ENTREVISTA DE JAELSON BITRAN TRINDADE PARA RAFAEL DE ARAÚJO OLIVEIRA

Data da entrevista: 17 de agosto de 2018
Realizada às 11h da manhã nas dependências do Arquivo Iphan-SP
Duração: 49 minutos e 42 segundos
Transcrição: Jaíne Diniz
Data final da Transcrição: 02 de dezembro de 2018
1ª Revisão: Rafael de Araújo Oliveira em 03 de dezembro de 2018
2ª Revisão: Rafael de Araújo Oliveira em 17 de maio de 2021

Rafael: Acho que para começar a gente pode falar um pouco sobre você desde o tempo de vínculo profissional.

Jaelson: Não Pode chorar!

Rafael: E no Iphan, um pouco dessa sua trajetória aqui para nós.

Jaelson: Está bem. Eu vim procurar emprego trazendo uns artigos porque eu era um historiador, tinha pretensões de fazer história. Gostava e comecei a frequentar o Instituto Histórico e Geográfico de Santos com 14 anos de idade, porque eu era fascinado por coisas do passado, já tinha essa coisa e artigos que eu lia sobre Santos antiga e tal. Então, era muito perto da minha casa - um quarteirão e meio, nem isso. Então eu comecei a ir lá, tirar umas horas depois da escola e ficava lá vendo, sentindo o cheiro de livro antigo, aquelas coisas. Era um lugar vazio o Instituto Histórico e tinha uma biblioteca grande, recortes antigos da cidade, fotografias. Eu comecei até que assim, interessou essa minha, paixão, gosto por essas coisas e, um historiador da cidade já um homem velho perguntou se não tinha alguém para secretária da biblioteca, não tinha alguém disponível para fazer pesquisa para ele, porque ele tinha ficado cego. Então ela disse: "só frequenta aqui um rapazinho de 14 anos" [Risos] "E ele gosta de ficar anotando coisas aqui". Bom, ele pediu para falar comigo pelo telefone e no fim ele tinha sido amigo do meu avô materno, tinha feito discurso no enterramento do meu avô paterno, né. Esse historiador da cidade de Santos, Costa e Silva Sobrinho. E ele que diz que queria me conhecer, perguntou depois se eu queria pesquisar para ele, me deu umas orientações gerais que ele queria escrever artigos. Ele tinha algumas coisas anotadas na casa dele, mas não tinha mais como ele pesquisar. E eu comecei a pesquisar em tudo quanto foi coisa: entrevista oral com 14 para 15 anos, entrevistas com pessoas antigas, anotações de cartório de registro civil, de notas, inventários, prefeitura, arquivo dos bombeiros de Santos e fui aprendendo a pesquisar vários arquivos antigos com essa idade. E cruzar, juntar as informações e tal. Ele punha que eu era o colaborador dele nos artigos, e depois eu comecei a

escrever por conta própria quando eu tinha uns 18 anos. E quando eu vim pedir emprego - porque eu queria trabalhar com essas coisas - vi no jornal que existia um lugar que tratava das coisas que eu conhecia. Porque nos arquivos de Santos, as vezes pegava material de compra de tintas, materiais de reforma da cadeia antiga de Santos, ou da casa do Porto, da Igreja, e por essa reportagem com o Luís Saia - que eu vi na Tribuna de Santos - ele estava reformando, restaurando essas coisas. Então eu falei: talvez o que eu sei serve para alguma coisa. E juntei meus artigos da Tribuna, que eram terríveis, artigos em que eu era o amador do amador, e vim pedir emprego. Fui na Cadeia[261] e tinha um cartaz com o endereço aqui de São Paulo do Iphan, do Dphan. Aí eu bati na porta da Cadeia, estava em obras, me atendeu o mestre de obras antigo do Iphan e era o Lincoln Faria, se apresentou - "Sou Lincoln Faria" e tal. E eu expliquei para ele que eu estava interessado em trabalhar, se era ali que eu podia tratar. Ele falou: "você tem que ir a São Paulo, falar com o Doutor Luís Saia mesmo, ele é um bom homem". Isso é para aquela musiquinha: "Não tenho parentes importantes" [Risos]. Eu tinha 20 anos. Aí eu vim pra São Paulo com os artigos, pus na mesa, ele me atendeu - marquei né, por telefone - mostrei os artigos grandes que saíram no jornal, ele só olhou por cima e achou interessante que eu pesquisava em tudo que era arquivo, juntava e escrevia. Ele falou: "é isso que eu preciso, alguém que faça as pesquisas. Estou com várias obras de restauro e estou precisando de pesquisador que fique o tempo inteiro pesquisando todas essas coisas. Vou tentar te contratar, mas não posso pagar muito". E foi assim até que eu mostrei outras pesquisas que eram mais afins do Patrimônio, coisas sobre gravuras antigas e tudo. Ele discutiu no Rio e acabou conseguindo uma verba para me contratar como pesquisador profissional. E eu tive um contrato só. Quando eu vim trabalhar, tinha três contratos profissionais, o Júlio Abbe Wakahara, como fotógrafo, o José Roberto Hofling, um sociólogo contratado para fazer o Inventário de Artes Menores, essas coisas. Eu fui o terceiro contratado profissional, os outros eram subcontratados dos projetos.

Rafael: E isso foi em?

Jaelson: Eu vim aqui na Baronesa de Itu[262] pedir emprego em fim de junho de 1969. E foi pedido que eu esperasse até ver a solução que davam. Luís Saia me ligou em fevereiro, dizendo que em março eu já poderia estar morando aqui que ele já teria verba para me pagar o mês. Em resumo é como é que eu cheguei no Patrimônio.

Rafael: Então, seria desde 1969 que você está aqui na Superintendência.

---

[261] Casa de Câmara e Cadeia de Santos – SP. Bem cultural tombado pelo Iphan.

[262] Rua Baronesa de Itu – Bairro de Santa Cecília – São Paulo. O historiador se refere à antiga Sede da Superintendência do Iphan em São Paulo, situada nesta rua, no número 639.

Jaelson: Bom, aí o meu contrato foi para fazer uma pesquisa de toda documentação possível e uma resenha de cada documento sobre a Fábrica de Ferro de São João do Ipanema[263]. Está aí [apontando para a sala da mapoteca do Arquivo], tem as gavetonas com todas as pesquisas anotadas por ele. O que interessava, ele ia lendo junto comigo e ia riscando se era importante.

Rafael: É a documentação que hoje que está nas pastas do bem tombado?

Jaelson: Não. São gavetas com fichas datilografadas. Isso deve estar lá no fundo[264]. E tem um potencial de conhecimento sobre Ipanema que ninguém tem ainda hoje. E está, infelizmente, sepultado aqui dentro, não é?! Nem quando o Museu Paulista foi fazer arqueologia lá, a arqueóloga não consultou essa documentação. Ela não tinha conhecimento exatamente de todos os processos de construção e evolução da ocupação do terreno da Fábrica. Ela foi fazer arqueologia sem isso porque a diretoria achou, na época, entre 1980 e 1983, que era melhor deixar. A gente não queria interferir no Museu Paulista. Eu falei: mas é um trabalho conjunto. Não foi. Infelizmente. Bom, que mais?!

o Alekhine! Uma das coisas que o Saia me pediu por volta de - eu já não me lembro se é 1972 ou 1973: foi levantado, acho que no Rio de Janeiro que era Sede do Iphan, Diretoria Geral, qualquer questão com relação aos terrenos desses bens. E sabia-se que antigamente, os bens dos Jesuítas tinham sido confiscados e tornados bens próprios da União. Foi com a Coroa Portuguesa e depois no Império, que se tornaram bens nacionais, terrenos nacionais. Então, o Saia me pediu para pesquisar e começar a pesquisa nos arquivos do Alekhine. Não foi só no Alekhine porque eu também fui ao Arquivo Público do Estado ver o que tinha, pegar livros de legislação. O Arquivo do Estado recebia essas leis provinciais, essas coisas todas. E eu consultei o que foi possível. O Alekhine tinha coletado esse acervo que estava depositado aqui e tinha muita reprodução dessas legislações.

Rafael: A pesquisa então, nesse início de trabalho, seria para pesquisar os próprios nacionais?

Jaelson: Os próprios nacionais: dar uma ideia desses aldeamentos, principalmente. O Iphan tinha tombado a Escada de Guararema[265], São Miguel Paulista[266], Carapicuíba[267] e Embu[268].

---

[263] Bem cultural tombado pelo Iphan no município de Iperó – SP.

[264] Referência espacial das salas do Arquivo localizadas na edícula da atual Sede da Superintendência do Iphan em São Paulo, na Avenida Angélica, 626.

[265] Igreja de Nossa Senhora da Escada – município de Guararema – SP.

[266] Capela de São Miguel – município de São Miguel Paulista – SP.

[267] Aldeamento jesuítico de Carapicuíba – município de Carapicuíba – SP.

[268] Igreja de Nossa Senhora do Rosário – município de Embu das Artes – SP.

Então o Saia falou: “olha, deve ter documentação sobre isso nesse arquivo”. Ele já tinha alguma ideia e falou para eu pesquisar nesse acervo do Alekhine e depois, montar para ele levar para o Rio de Janeiro o maior número de informações possíveis de como se desenvolveu a legislação e a posse desses terrenos: como é que ela evoluiu, se foram vendidos, se não foram vendidos, se a União podia se desfazer ou não e até quando era da União. Eu preparei e deve estar em algum lugar também aqui, em folhas A3. São folhas grandes, tudo manuscrito, como está aqui nas capas que eu pus nos maços que já existiam, algumas eu que fiz [apontamentos a partir da exibição dos maços de documentos provenientes do Fundo Nicolau Alekhine – reproduzidos em anexo]. No acervo do Alekhine, eu preparei depois um negócio grossinho, deve ter umas 60 - 70 páginas grandes em que eu ia arrolando a documentação e pondo em ordem cronológica. Isso tudo o Saia levou para eles verem no Rio de Janeiro, mas isso veio de volta. E está em algum lugar aqui porque eu nem tenho lugar para guardar isso.

Rafael: Isso do Rio de Janeiro foi pedido do Rodrigo Melo Franco?

Jaelson: Não, o Rodrigo já tinha falecido. O Rodrigo acho que faleceu em setembro de 69, setembro ou outubro. O Rodrigo ainda teve uma interferência. O Saia mostrou essas gravuras que eu tinha achado e que eram inéditas, para demonstrar que precisava de mim no Iphan. O Rodrigo Melo Franco estava afastado, mas era o Diretor. O Renato Soeiro que tomava conta como Substituto, mas ele não deixou de ser diretor até a hora de morrer, o Rodrigo Melo Franco. Ele era consultado, porque ele podia voltar eventualmente, sobre essas diretrizes que ele deu para o Iphan: se era possível contratar ou não contratar. Inclusive, pelo que eu soube bem mais tarde - muito recentemente – que tanto Lúcio Costa quanto o Rodrigo sempre foram contra ter historiadores no quadro funcional. Mas ele concordou, segundo o que Saia me contou, achou interessante que uma verba fosse destinada à contratos de pesquisador. Até então todos pesquisadores que tinham feito pesquisas paro Iphan não eram do quadro e não receberam por isso. Não tiveram contrato, era uma coisa mais de colaboração. No caso de contratar como profissional da área para fazer pesquisa no Iphan foi a primeira vez que aconteceu. A minha contratação foi a primeira. Então o Alekhine... Pergunta!

Rafael: Eu ia perguntar sobre quando você manipulou...

Jaelson: Agora, para manipular eu percebi a dificuldade. Percebi que tinham umas coisas interessantes: pelo que eu escrevi nas capas, dá para ver né?! Sítio Pirajussara, por causa do bandeirismo e essas coisas; Casa Bandeirista, que eu sabia que pelos textos, identificavam onde era a casa do Fernão Dias Paes; essas coisas da Sesmaria de Afonso Sardinha e a questão do ferro. Mas isso são anotações que eu fiz mais tarde porque eu quase que manipulei isso em

bruto. Essa tentativa de organizar foi porque eu já conhecia o potencial e achava que precisava organizar para a gente poder trabalhar melhor e usar essa documentação.

Rafael: Nesse primeiro contato com a documentação, ela estava bem desorganizada?

Jaelson: Estava. As caixas tinham de tudo, as pastas às vezes não tinham identificação e tinha muita coisa dentro além do que estava escrito ou nem tinha nada escrito. Aqui dá pra ver a *situation* [apontamentos a partir da exibição dos maços de documentos provenientes do Fundo Nicolau Alekhine – reproduzidos em anexo]. As coisas estavam misturadas. Você vê que aqui não tem identificação nenhuma e aqui tem 'Água Branca', 'Jaguarahé'. Aqui não tem identificação nenhuma, é uma planta, isso aqui estava assim, essa folha solta. Essas plantas estavam soltas. Aí pelo menos eu pus - até para fazer uma ficha - tal número: caixa 1 tem a pasta 'sesmaria, tal tal tal'. Na caixa 2, quando eu pegava a ficha para saber onde estava, tinha que pegar todas as fichas que eu punha dentro das caixas. Punha com clipes a ficha pregada na caixa. Mas isso era pra coisas futuras, não foi exatamente para essa primeira pesquisa. Essa pesquisa me fez ver as dificuldades de manipular e de aproveitar o acervo, porque eu fui vendo que tinham plantas dos aldeamentos, plantas desses lugares, as fazendas também. Não só os aldeamentos. Está vendo?! Tudo isso fui eu que fui organizando. Foi uma tentativa de. Eu tinha tantos outros trabalhos de pesquisa que eu não podia me dedicar a isso, né?! Mas sempre eu tirava um tempo para fazer isso.

Rafael: Você acredita que o Saia tinha conhecimento do potencial dessas fontes ou?

Jaelson: Olha....

Rafael: Conforme você foi fazendo as pesquisas foi passando um relatório para ele?

Jaelson: Eu já não me lembro se essa arrumação é de depois, eu já não me lembro. Foi depois da morte do Saia. Foi uma época que a gente teve que tomar tento de tudo. Não só eu fiz uma busca em tudo que tinha em armário jogados e gavetas - que eram muitas - e a gente foi descobrindo coisas ótimas, como eu tenho a impressão que isso daqui já foi posterior à morte do Saia, quer dizer, planta de aldeamento eu devo ter mostrado para ele, planta da sesmaria. Isso tudo eu devo ter mostrado para ele e essas coisas realmente interessavam, mas veja, como arquivos de pesquisa, que servem para muita outra gente. A linha Santos-Jundiaí - terrenos apropriados - isso não interessava diretamente a nós na época, mas era o que tinha. E eu tinha que ir pondo para saber o que tinha. Fazenda Cubatão eu sabia que não existia mais nada. Foi simplesmente para identificar as coisas, para facilitar a achar outras coisas. Já que eu estou achando outras coisas que eu quero classificar, classifico tudo. A ideia foi essa, entende?! Porque se não é uma loucura, por que eu nunca vou saber. De repente eu passei tão rápido e não vi. Então classificando tudo eu sei o que eu poderia aproveitar para o Iphan ou não. De

fato, tem muita coisa a não ser aproveitada pelo Iphan: localização da cidade nova, isso nunca foi motivo de trabalho no Iphan. Pode ser para quem estuda a cidade de São Paulo antiga né?! Os terrenos ali e tal. Chácara Bela Veneza, na Água Branca. Já não era mais ocasião de sair para ver onde era essa chácara, entende?! Seria um trabalho que em princípio interessaria ao patrimônio municipal, que estava sendo criado na época ainda do Saia. o Saia estava sendo o agente principal junto ao prefeito, era o Setúbal, de consolidar um Patrimônio Municipal[269]. O Saia foi o cabeça do Patrimônio Municipal, então, todas essas coisas eram mais se um dia alguém quisesse saber, não eram assuntos mais nossos: ficar procurando chácaras antigas no meio de são Paulo e em lugares que a gente sabia que estava completamente urbanizado. Mas estava aqui e eu notei, que aí eu já descarto e não venho aqui, entendeu, seria mais isso [referindo-se à recuperação das informações nos maços de documentos apresentados pertencentes ao Fundo Nicolau Alekhine e reproduzidos em anexo]. Em termos de pesquisa e de organização é isso. Cubatão Geral, terrenos de Marinha que eram aldeamentos, São Miguel, Guarulhos, Barueri e Pinheiros: sim, aqui eu sabia que tinha dados que a gente deveria capturar - não é tê-los aqui, é capturar e fichar. E saber onde está essa informação. Pode estar aqui [no Arquivo Iphan-SP] ou pode - já comentei com você e vou comentar mais no final - pode estar no Museu Paulista, pode estar no Arquivo do Estado, mas eu sei que no arquivo do Alekhine, graças a essa primeira, e numa organização futura, vai ser muito melhor e mais bem-feita, né?!

Rafael: Seria visando também otimizar o tempo e organizar a informação para poder recuperar depois...

Jaelson: Exato. Sobretudo, só aquilo que interessa. Se eu não organizo as outras, eu penso que está no meio do resto lá e perco tempo. Era mais isso e não que eu fosse realmente fazer uma organização completa. Isso facilitou muito, se algum dia eu tivesse que vir aqui, de novo, no acervo do Alekhine, isso me facilitou e acho que até quem um dia quisesse ver outras coisas, de certa forma, facilita. Sabe que aqui tem o Sítio Caxingui, tem a Fazenda Morumby e não são de interesses nossos, mas de, eventualmente, um pesquisador de distribuição de terras no município de São Paulo; da evolução da propriedade, dos lugares, da toponímia, da topografia, entendeu?! São outros estudos diversos que podem e são possíveis por aqui, estudar um personagem que foi e teve envolvido com essas terras, sei lá... mil coisas.

Rafael: Você lembra se o Saia chegou a mencionar um pouco da história da transferência dessa documentação? Se ele chegou a dar uma introdução do que que era...

[269] Refere-se ao Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, da Secretaria de Cultura do município de São Paulo – órgão de preservação do patrimônio criado em 1975.

Jaelson: Ah... deu mas são coisas que a gente retém para o momento. A memória foi se enchendo de tanta coisa que não consegue. A gente não consegue ter tudo retido e conservado na memória, você tem que fazer seleções, né?! Se não, estoura a cabeça. Mas o Saia, claro, me falou o que era isso. Sem dúvida, falou de onde veio isso. Não detalhes, por exemplo. Essas coisas, que ele [Alekhine] era um "urso branco", os chamados "ursos brancos" que vieram depois da Revolução, eu soube depois. Quando mexi mais nisso o Saia já não existia mais. De ver cartão postal da onde ele era, então, é que eu fui vendo essas outras coisas. Eu nunca vi direito, material sobre a apreensão disso. E o Saia me falou por alto. Deve ter me falado por alto. Foi por causa das terras militares que eles foram mexer, perto da Fortaleza Barra Grande; no Hospital Militar que já eram terrenos que alguém quis se aproveitar, que no fundo era deles, de propriedade da família. Eu sei que foi por causa, sobretudo, dessa questão. De ele ter se metido com terras que eram militares e depois devem ter percebido no - como é que chama?! - coisa de inquérito.

Rafael: Inquérito policial militar.

Jaelson: Inquérito policial militar. Devem ter percebido que ele [Alekhine] foi se meter com terras devolutas, terras nacionais. Mas o ponto de partida deve ter sido, e parece que foi porque ele quis mexer com terrenos que eram do exército antigamente. E que ele foi apreendido, sabia que foi. Mas quanto à transferência, sei foi feita por duas pessoas da Segunda Região Militar, encarregadas de pesquisa e de arquivos, principalmente. Parece que o chefe de arquivos da Segunda Região Militar era o Major Sihler, que eu vi uma vez só, muito simpático, veio aqui uma vez, lá na Sede. Mas também, o Sihler promoveu essa transferência pro Iphan juntamente com o Major Miranda - acho que na época o Miranda já era Major, não sei se Capitão ainda, não me lembro mais. O Miranda era - funcionava ainda o segundo exército - um historiador. Ele não era o arquivista, ele não trabalhava no arquivo mas trabalhava com informação pelo que eu soube mais tarde, já nos anos 1980 ou 1990. Ele que me contou que ele era ligado ao Serviço de Informação, mas fora isso, era um historiador de Santos, minha cidade. Era um historiador que se interessava muito por esses assuntos da arquitetura militar, fortificações, Casa do Trem de Santos[270]. Ele pesquisava e escrevia sobre isso, ia em arquivos do Rio de Janeiro, nos arquivos mais variados. Ele era apaixonado por história da arquitetura militar. E não só da arquitetura, mas da história militar: batalhões antigos, fardamentos, ele gostava dessas coisas. Eu o conheci em Santos. Só tinham pessoas idosas lá no Instituto Histórico e às vezes tinham conferências sobre a história de Santos,

[270] Casa do Trem Bélico – município de Santos – SP. Bem cultural tombado que esteve durante muito tempo sob administração do exército.

palestras, festividades, e ele era sócio do Instituto de Santos talvez um dos mais moços. Só tinha duas pessoas mais novas que frequentavam: eu, tinha 15 anos, e ele, que devia ter 30. E já era um militar que ia nessas festividades e eles achavam curioso um garoto tão novo ir nessas palestras, ou viver lá enfurnado. Ele se apresentou, quis me conhecer, me apresentaram para ele, e ele criou uma simpatia, ele era um sujeito muito simpático. Aí ele passou a me oferecer os artigos dele: mandava pelo correio a revista em que ele publicava, milícia, e outros boletins militares que ele escrevia sobre essas coisas de arquitetura antiga. Ele me mandava quando eu tinha essa idade ainda: 15, 16 anos. E depois passamos a nos escrever, porque ele saiu de São Paulo e ele ia a Santos muito, por que eram de lá os pais dele. Ele foi deslocado para as fronteiras, então, as vezes eu recebia carta dele: "como é que estão as pesquisas?" Eu escrevia para ele e ele me escrevia de Ponta Grossa, fronteira com do Mato Grosso com o Paraná. De Ponta Grossa ele foi para a fronteira do Sul, né, Santo Ângelo - para aquelas regiões - e sempre nos correspondemos. Quando eu comecei a trabalhar no Patrimônio eu escrevi para ele e ele foi me ver no Patrimônio, que ele costumava visitar o Saia, né?! Mas era muito raro. Ele estava sempre deslocado para lugares muito longe. Quando vinha, ele passava no IPHAN às vezes. Ele ficou muito contente que eu fui trabalhar no Patrimônio por que ele gostava e eles admiravam o Saia. Teve um episódio lá - que eu soube também muito mais tarde, depois do falecimento do Luís Saia - que, esse processo foi anterior ao golpe civil militar de 1964. Essa época eu já o conhecia o Major, não tinha muita ideia política, consciência política, e ele nunca tinha conversado de assuntos, a não ser de história comigo, mas eu sei que esse processo começou antes, não é isso? De 1964...

Rafael: A investigação começou em 1962 mais ou menos.

Jaelson: Eu soube agora, também não sabia em que época começou. Eu só achei um documento que eu passei para você, um tempo atrás, que eu encontrei com a data de 1965 né, transferindo, do João Sihler. E dizendo porquê da transferência: por causa do interesse pelos bens militares, fortalezas e tal. Essa justificativa para tentar vir para cá - eles teriam que arcar com essa coisa gigantesca. Eles não iam mais trabalhar nisso, tinham coisas de 1940 e 50, 60. Quer dizer, coisas que já eram passadas. Não cabia a eles ficar fazendo processo judicial imenso, porque eles tinham um interesse perante um juiz, perante a justiça, que eram os bens militares que o cara [Alekhine] tinha mexido. Quanto ao resto todo que ele fez a vida inteira dele aqui, anos antes, eles não iam cuidar disso e entregaram para o Patrimônio. Acho que notificaram a Justiça Militar que estava no Patrimônio, tudo. Se algum dia fossem acionar ou procurar coisas do cara [Alekhine], saberiam que estavam aqui, só isso. Mas eu sei que, já nesse processo de investigação, deveriam conhecer o Saia, ou tinham contato com o Saia,

porque pelo que eu soube - quem me contou foi Armando Rebolo, que era auxiliar do Saia direto o Arquiteto Armando Rebolo - que havia uma ordem logo depois do golpe. Uma ordem do general Dale Coutinho, que era o comandante do II Exército, de prisão do Luís Saia por ser socialista, comunista... eles queriam prender todo mundo. Eles souberam dessa ordem, claro, o serviço de informação - Miranda e Sihler - e eles avisaram o Saia. E o Saia se afastou e foi para um lugar desconhecido durante 6 meses. Foi o que o Armando me contou. Graças até ao pessoal do Rio, da Direção Geral, dissuadiram que o Saia estava imbricado em partido - coisas secretas e tal – e que o Saia era muito importante, sempre teve uma ação fundamental e tudo. Parece, mais tarde, que então foi revogada sua ordem de prisão, que é quando o Saia volta. Pelo que eu sei, ele ficou escondido em uma fazenda no interior de Minas e foi auxiliado pelo Sylvio de Vasconcellos, o arquiteto, que também depois vai ser caçado pelo golpe. Essa história, mais ou menos, que envolve o Saia e os responsáveis pelo arquivo Alekhine, tem esse vínculo com a história política, com a história do Patrimônio e do Luís Saia: que era a pessoa fundamental nesses primeiros quase 40 anos do Patrimônio, não é?! Então... isso eu não sabia, só sabia que eles eram amigos. Já a coisa tinha passado quando eu vim ficar aqui a partir de 1970 né. Agora quanto à questão das pesquisas para o Patrimônio, é isso. Basicamente, naquela altura o Saia ficou sabendo que tinha muita coisa sobre os aldeamentos, claro, mas isso foi uma coisa que nós não trabalhamos juntos. Ele não me pediu que continuasse levantando, porque, enfim, já estavam de certa forma determinado o tombamento da Escada e seu Pátio, Embu - o Embu não tinha uma delimitação - mas o Patrimônio tinha meios na legislação de tentar proteger o entorno de alguma forma e como tudo isso era complicadíssimo: as terras da união e se depois foram vendidas, não foram vendidas, se as pessoas foram tomando posse e ocupando, invadindo, digamos. O Saia nem tinha tempo para tratar disso e ele precisava de mim para a pesquisa dos vários monumentos que estavam sendo restaurados: São Bento de Santos[271], quase que simultaneamente, Carmo de Mogi[272], Pau d'Alho[273]. Saia me jogou para todas as coisas... Ipanema... então eu tinha ocupação para o tempo todo. Porque aquilo que mais interessa seria a área toda que foi do aldeamento. Mas é muito difícil de você saber, até por aqui... talvez eu não explorei o suficiente. Saber quem foi ocupando as terras próximas, o entorno do aldeamento, os colonos, proprietários que foram se apossando... talvez aqui até explique, mas não sei, acho que não

[271] Mosteiro de São Bento – município de Santos – SP.

[272] Igreja de Nossa Senhora do Carmo – município de Mogi das Cruzes – SP.

[273] Fazenda Pau D'Alho – município de São José do Barreiro - SP

tanto. Mas devem ter dados para isso. Dados que já para nós, nessa altura, não vão resolver nada em relação ao monumento. Por isso não se pesquisou mais, eu não me debrucei mais sobre isso: porque não tinham dados - que eu percebi diretamente - sobre o bem imóvel, o 'monumento'. Não tinha. Era mais sobre a terra. Então eu fui percebendo isso, devo ter comentado com ele. Percebi melhor depois que ele morreu, que eu fui organizando. Então... em grosso modo é isso. Em todo caso, como a gente tinha esse "pepino", eu fui testar se tinha mais coisa depois que ele morreu. A gente tinha muito tempo, já não tinha todas as obras e as pesquisas, a maior parte já estavam feitas. Depois que ele morreu e eu fui me dedicando a tentar organizar as informações todas que tinham no patrimônio, entre elas, o arquivo Alekhine. É aí que eu fui testando. Vendo se tinha coisas mais importantes. Por isso que eu posso dizer que não percebi se tinham dados da maior importância para gente tratar o monumento ou interpretar melhor o monumento.

Rafael: Você tem conhecimento se existe, se na época existiu alguma restrição ao acesso a essa documentação?

Jaelson: Não, isso não era público né?!. Uma coisa que estava encaixotada. Quer dizer, estava em umas prateleiras. Não era publicizado, era uma coisa que a gente sabia que tinha sido jogado, repassado, tinha que ser guardado, né, até segunda ordem, terceira ordem. Tinha que se guardar, mas não era uma coisa pública, então ninguém sabia que tinha isso, se alguém soube, e quando, a primeira pessoa que procurou e teve interesse por isso foi o Walter Pires que era do Condephaat [Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo], concursado em 80 que assumiu em 81 no Condephaat... esse arquiteto, que é muito interessado em São Paulo. Mas não foi nessa época, foi mais tarde ainda, que ele soube do Alekhine porque o Victor falou, já trabalhava aqui. O Victor Hugo tinha sido colega dele, o Carrilho, falaram que existia, porque sabiam, por mim, que existia o Alekhine. Sabiam por ver as caixas. Contaram para o Walter que era material sobre São Paulo - tudo isso que eu deixei assinalado, graças a essas anotações minhas sobre e a colocação em pastas - sabia-se das várias terras em volta de São Paulo e o Walter Pires se interessou. Agora, não houve restrição a ele porque era um colega e era para estudar São Paulo com vistas a conhecer como é que foi a evolução do que se interessava preservar... como é que foi a cidade. Ele também mostrou interesse, mas não tinha tempo. Enfim, tantas tarefas. Depois ele passou para o DPH [Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo], acho que foi na época que ele passou para o DPH que ele veio se interessar. Ninguém veio buscar. Restrição teria se viesse algum cara estranho, entende?! Que a gente sabe que isso foi usado para grilagem de terras, para criar posses, no interesse de empresários de caras que queriam

pegar. E é por isso também que o Alekhine foi pêgo, porque ele estava querendo favorecer pessoas e ganhando por isso. Para se apossar de terras. Lógico que teria restrições, e disso eu sabia porque tem uns registros de terras, registro de propriedades do século XIX e que eles têm restrições, exatamente para que não seja usado malandramente, e a gente não sabe o quanto ele armou e 'fajutou' ou montou para favorecer empreendimentos ou interessados em se apossar de terras. Lógico que teria restrições: a consulta seria só pesquisa cientifica, pesquisadores, acadêmicos, universitários, patrimônio, e é para isso mesmo. Eu acho que hoje deve servir porque isso pode, realmente, dar margem a usos impróprios, né?! Como já foi no passado quando era do Alekhine,

Rafael: Por todo esse conhecimento, por tudo isso que a gente estava conversando... você acredita que deva continuar aqui, essa documentação?

Jaelson: Já chegamos ao fim, é verdade. Não, é como eu disse a você, já algumas vezes: essa documentação, ela pode servir a quem tem bom estudo, quer fazer estudos históricos, acadêmicos, de fundo acadêmico, gente preparada para estudar a cidade, a evolução urbana, posse de terra, a distribuição de terra no período colonial, no período imperial. Como era. E para isso [que] serve. E o Iphan não é... isso é anômalo ao Iphan. Só foi colocado aqui por ter os bens militares e eles tinham que se livrar dessa documentação imensa. Não iam pôr ocupando um grande espaço no arquivo militar. Como tinha documentação sobre terras antigas e sabiam que o Saia trabalhava com casa bandeirista - século XVII, XVIII - eles acharam a justificativa. Foi por ter coisas sobre bens militares, monumentos é que eles arrumaram esse jeito de transpassar para o Saia, até como uma segurança para o Saia viu?! Saia depositário disso, acalmava a situação com relação as perseguições contra as pessoas com ideias socialistas. Pode ter tido até esse sentido na época. Mas é uma coisa que é anômala. Não é do Patrimônio ter esse tipo de documento. Ora, como eu já contei para você, locais como o Arquivo do Estado de São Paulo, onde tem muita coisa sobre terras para as pessoas que estudam isso, que é, vamos dizer, é o forte desse acervo, desse fundo, ou coleção Alekhine, pode-se dizer porque, ele ia juntando pra poder... E há outro lugar que tem muita coisa sobre terra e de alguma maneira ao modo como a Alekhine organizou e acumulou: é o arquivo Aguirra que está no Museu Paulista, que hoje tem até um catálogozinho. Isso faz com que os pesquisadores, sabendo que existe e o que tem sobre terras, o Arquivo Aguirra é famoso. Quando eu comecei o curso de História, havia professores de História do Brasil que falavam do Arquivo Aguirra. Eu conheci por causa disso também e pelos artigos do João Batista Campos Aguirra na revista do Arquivo Municipal em 1940. Eu folheava essas revistas todas. Então é um outro local em que se isso for juntado e classificado, e como se diz,

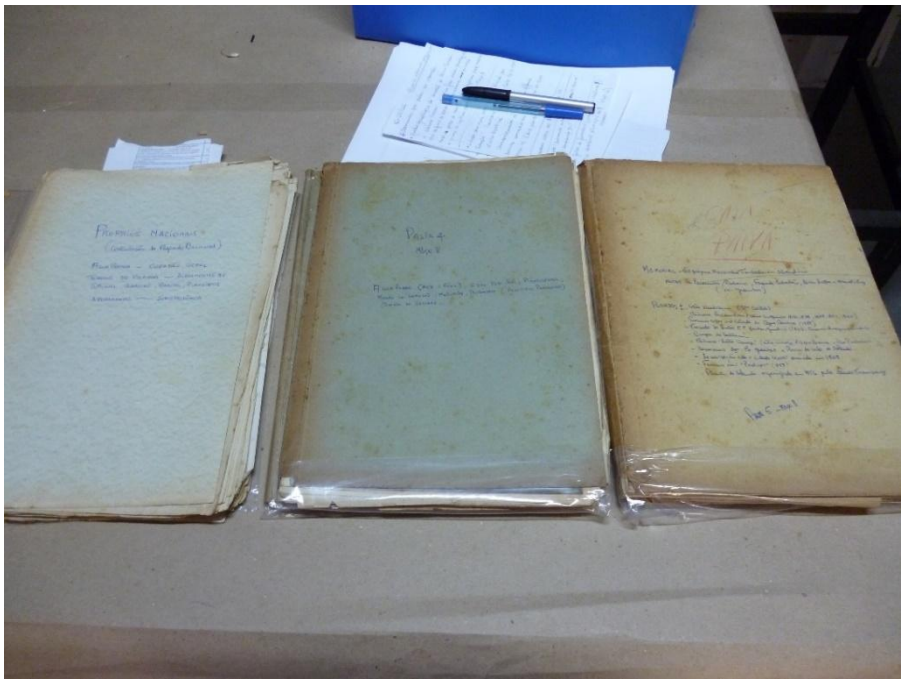
difundido, publicitado, só reforça a massa documental de interesse a esses pesquisadores, e não aqui. Aqui não tem o mínimo, é só uma coisa depositada que pode ser. A lei permite que você deixe em depósito, ou repasse, tudo justificado, tudo documentado. A lei permite isso. Aqui é uma coisa que vai ficando. As pessoas que realmente podem e querem usar este tipo de material é o historiador dedicado a questão do solo, da terra, da estrutura fundiária, da estrutura social como se distribuem os proprietários, quem se apossava ou não, onde eram chácaras, onde eram só sítios, onde tinham grandes, como se diz, posses de grandes propriedades. Quer dizer, a historiografia cada vez se dedica mais à essas coisas, e é bom que esteja onde as pessoas usem. Vir ao Iphan não é o lugar onde se estuda este tipo de coisa e aonde estão os acervos com esse tipo de coisa. E não nos dariam um encargo de coisas que não servem para o Iphan e não são próprios de uma Unidade de Patrimônio. Nesse sentido, ainda continuo achando que deveria estar, sobretudo, no Museu Paulista. Eu antes tinha alguma prevenção porque o Museu Paulista não divulgava os acervos documentais que tinha. Não é próprio de Museu. Os museus durante o século XIX e XX receberam manuscritos, aquarela, aquarela ainda vá né... material iconográfico. O Museu trata disso, né?! Dessa arte do desenho, arte da pintura, aquarela, bidimensional, os museus tratam disso. Mas documento não é próprio de museu, no entanto, os museus receberam muitas doações ao longo do século XIX e XX, até uma época do século XX. As pessoas não sabiam, o Arquivo do Estado dizia: "não, aqui é só arquivo da documentação do Estado". Aí a neta do Marquês de Resende que tinha as cartas dele no tempo do Império e podia se perder: "então vou doar ao Taunay, ao Doutor Taunay o grande historiador". Se comunicavam com o Taunay: "não, põe no Museu Paulista que lá tá preservado." E assim o Museu Paulista acumulou fundos bastante interessantes, até cartoriais, né. Cartório de Porto Feliz não tinha para onde mandar e a sua documentação era antiga, o tabelião botou no Museu Paulista... está lá. Se não divulgarem, quem quer estudar Porto Feliz, Monções, o açúcar naquela região... pode nem saber que está lá. E na cidade de Porto Feliz nem saberem mais onde estão esses acervos judiciais. Então eu tinha esse receio. Mas agora, eu sei que eles já têm, inclusive impresso para publicidade, quais são os acervos que contém o que não contém lá. O que já faz com que os pesquisadores comecem a se dirigir ao acervo documental do Museu Paulista. Eu acho que isso tem tudo a ver, juntar com o acervo Aguirra. O arquivo Aguirra amplia as possibilidades das pesquisas que são próprias de uma pesquisa que não é uma pesquisa de patrimônio, de bens patrimoniais, patrimônio cultural. Essa é minha posição.

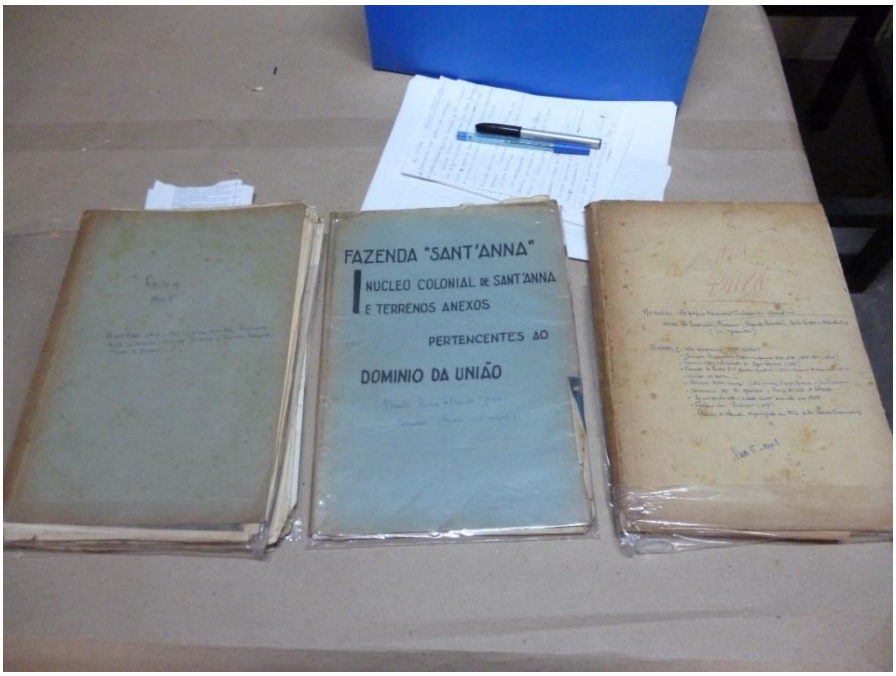
Rafael: Maravilha! Muito obrigado, Jaelson. Você quer fazer mais alguma consideração?

Jaelson: Não, quero dizer que admiro seu trabalho e você. E gostei muito que você está tratando do assunto.

Rafael: Muito obrigado, Jaelson.

Maços de documentos apresentados na entrevista, pertencentes ao Fundo Nicolau Alekhine do IPHAN-SP





CARTA DE CESSÃO

São Paulo, ___ de _____ de 2018.

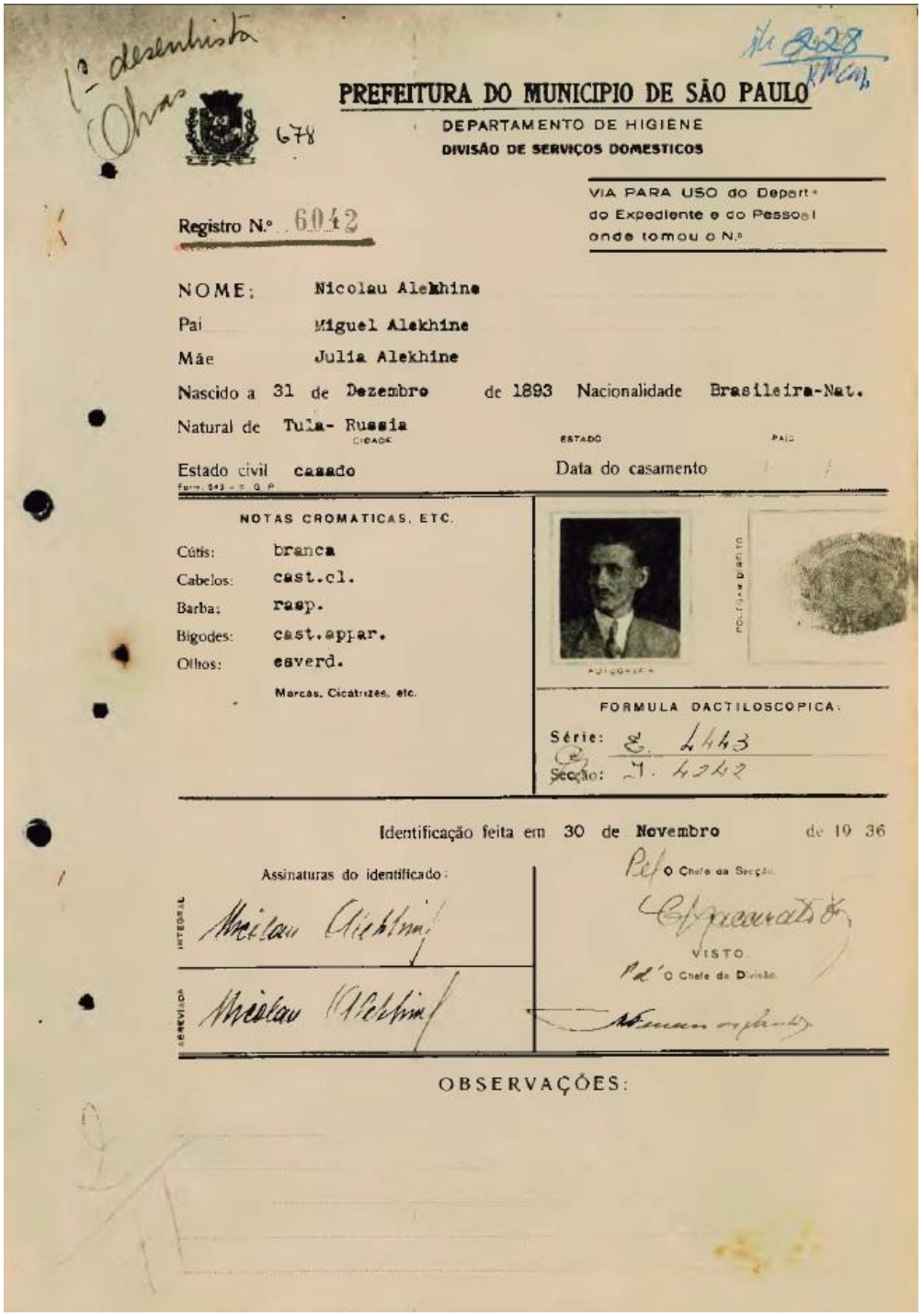
*Eu, **Jaelson Bitran Trindade**, RG nº_____, declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minha entrevista gravada em 17 de agosto de 2018 para Rafael de Araújo Oliveira utilizá-la em sua pesquisa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – PEP-MP/IPHAN, integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data.*

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto dessa carta de cessão, subscrevo a presente.

_____

Jaelson Bitran Trindade

ANEXO 2 - REGISTRO Nº 6042 – NICOLAU ALEKHINE - DEPARTAMENTO DE HIGIENE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



1º desenhista
Obras
678

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE HIGIENE
DIVISÃO DE SERVIÇOS DOMESTICOS

VIA PARA USO do Depart.º do Expediente e do Pessoal onde tomou o N.º

Registro N.º 6042

NOME: Nicolau Alekhine
Pai Miguel Alekhine
Mãe Julia Alekhine
Nascido a 31 de Dezembro de 1893 Nacionalidade Brasileira-Nat.
Natural de Tula- Russia
CIDADE ESTADO PAIZ
Estado civil casado Data do casamento

NOTAS CROMATICAS, ETC.
Cútis: branca
Cabelos: cast.cl.
Barba: rasp.
Bigodes: cast.apar.
Olhos: esverd.
Marcas, Cicatrizes, etc.

FOTOGRAFIA
POLEGAR DIREITO

FORMULA DACTILOSCOPICA:
Série: 2. 1443
Secção: 7. 4242

Identificação feita em 30 de Novembro de 19 36

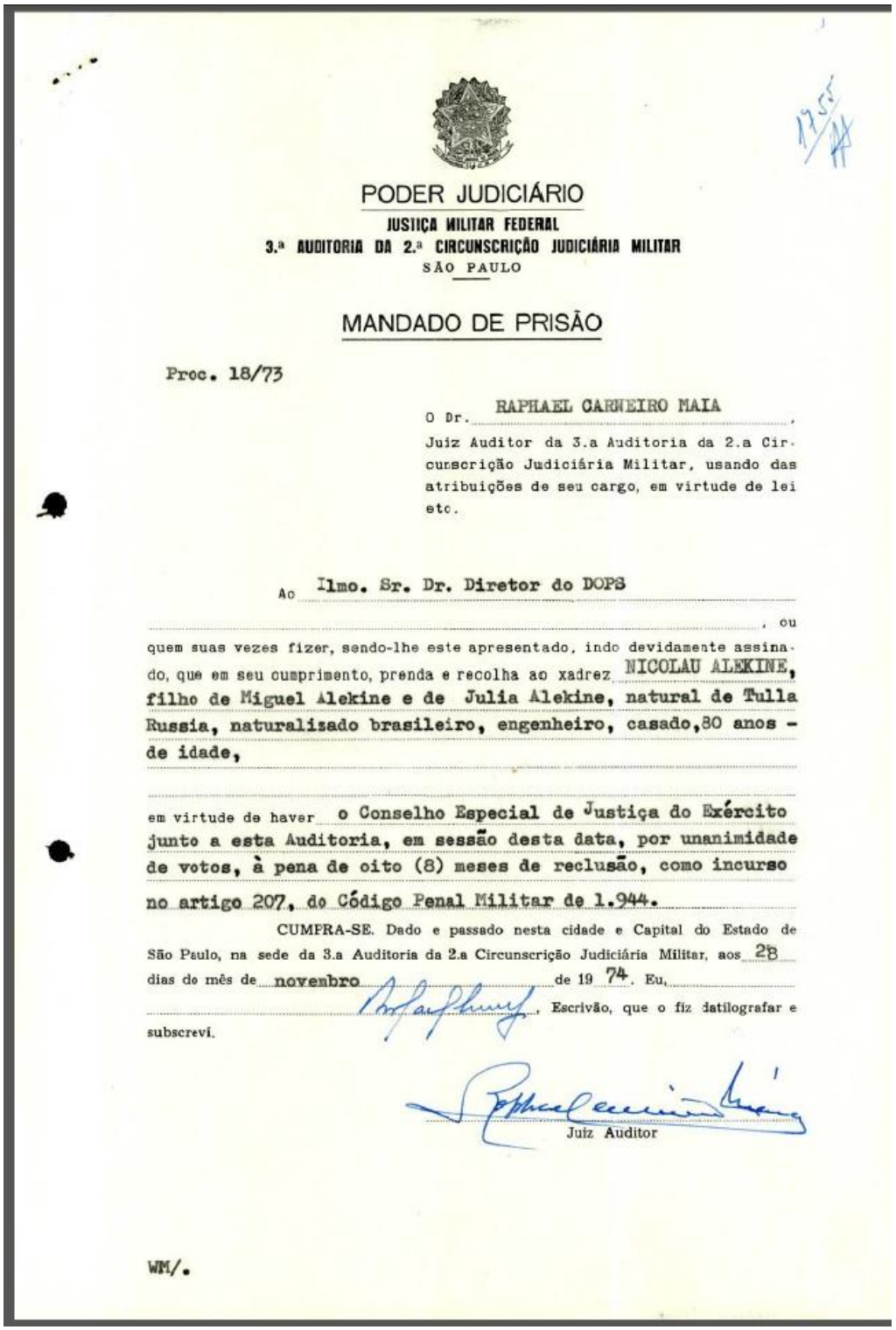
Assinaturas do identificado:
INTEGRAL
ABREVIADA

O Chefe da Secção
VISTO
O Chefe da Divisão

OBSERVAÇÕES:

Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 228 (Apenso 1)

ANEXO 3 - MANDADO DE PRISÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR FEDERAL
3.ª AUDITORIA DA 2.ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR
SÃO PAULO

MANDADO DE PRISÃO

Proc. 18/73

O Dr. RAPHAEL CARNEIRO MAIA, Juiz Auditor da 3.a Auditoria da 2.a Circunscrição Judiciária Militar, usando das atribuições de seu cargo, em virtude de lei etc.

Ao Ilmo. Sr. Dr. Diretor do DOPS, ou quem suas vezes fizer, sendo-lhe este apresentado, indo devidamente assinado, que em seu cumprimento, prenda e recolha ao xadrez NICOLAU ALEKINE, filho de Miguel Alekine e de Julia Alekine, natural de Tulla Russia, naturalisado brasileiro, engenheiro, casado, 80 anos - de idade,

em virtude de haver o Conselho Especial de Justiça do Exército junto a esta Auditoria, em sessão desta data, por unanimidade de votos, à pena de oito (8) meses de reclusão, como incurso no artigo 207, do Código Penal Militar de 1.944.

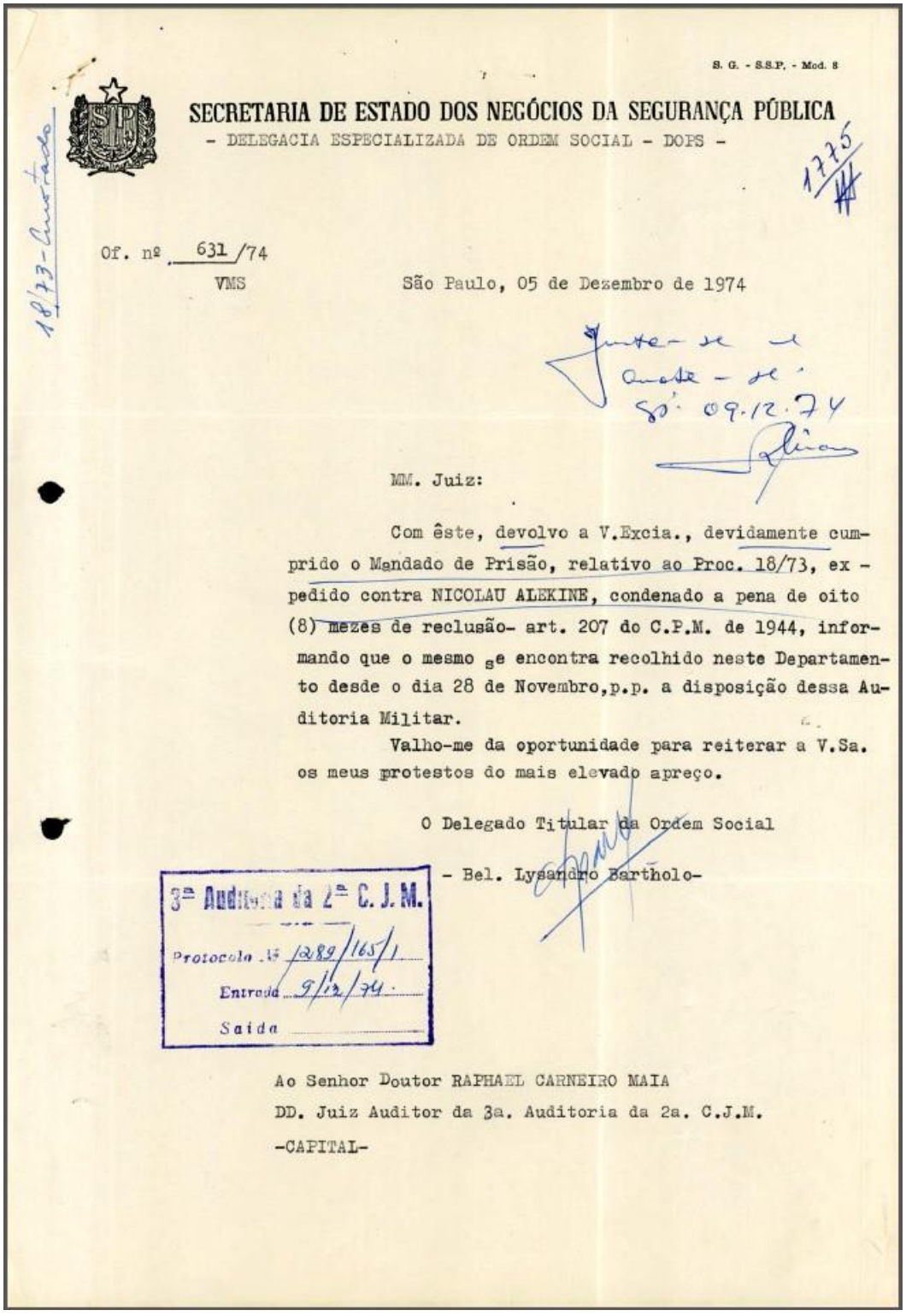
CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade e Capital do Estado de São Paulo, na sede da 3.a Auditoria da 2.a Circunscrição Judiciária Militar, aos 28 dias do mês de novembro de 19 74. Eu, ..., Escrivão, que o fiz datilografar e subscreví.

Juiz Auditor

WM/.

Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1755 (Vol. 6)

ANEXO 4 - OFÍCIO INFORMANDO A PRISÃO DE ALEKHINE NA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM SOCIAL – DOPS



S. G. - S.S.P. - Mod. 8

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
- DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM SOCIAL - DOPS -

1775

18/73 - Auditoria

Of. nº 631/74
VMS

São Paulo, 05 de Dezembro de 1974

Junte-se
Anote-se
SP. 09.12.74

MM. Juiz:

Com êste, devolvo a V.Excia., devidamente cumprido o Mandado de Prisão, relativo ao Proc. 18/73, expedido contra NICOLAU ALEKINE, condenado a pena de oito (8) mezes de reclusão- art. 207 do C.P.M. de 1944, informando que o mesmo se encontra recolhido neste Departamento desde o dia 28 de Novembro,p.p. a disposição dessa Auditoria Militar.

Valho-me da oportunidade para reiterar a V.Sa. os meus protestos do mais elevado apreço.

O Delegado Titular da Ordem Social

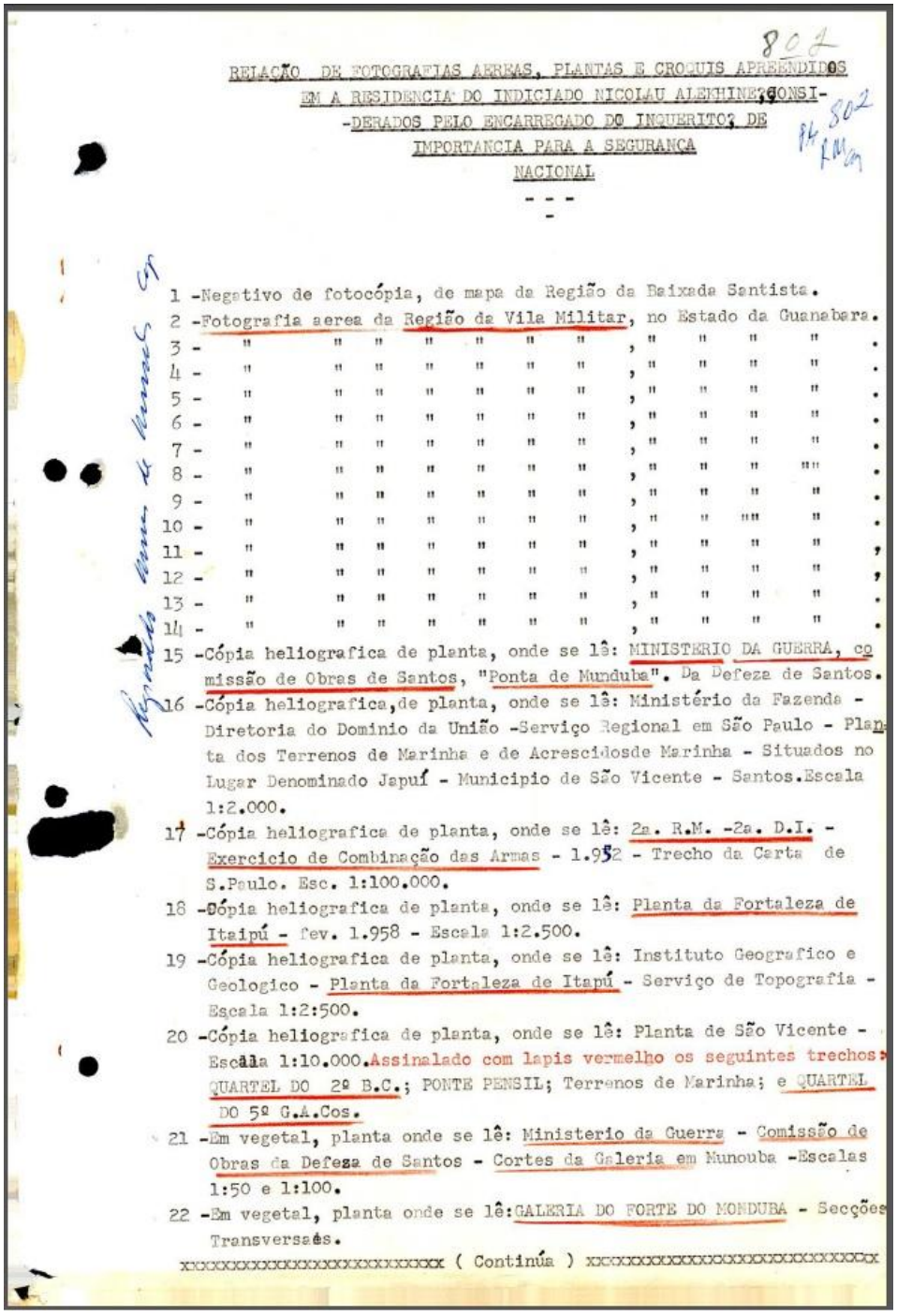
- Bel. Lysandro Bartholo-

3ª Auditoria da 2ª C. J. M.
Protocolo nº 1289/165/1
Entrada 9/12/74
Saida

Ao Senhor Doutor RAPHAEL CARNEIRO MAIA
DD. Juiz Auditor da 3a. Auditoria da 2a. C.J.M.
-CAPITAL-

Apelação nº 40.729 (1975) – STM: Brasília/DF, fl. 1775 (Vol. 6).

ANEXO 5 – RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS APREENDIDOS NA RESIDÊNCIA DE NICOLAU ALEKHINE CONSIDERADOS IMPORTANTES PARA SEGURANÇA NACIONAL



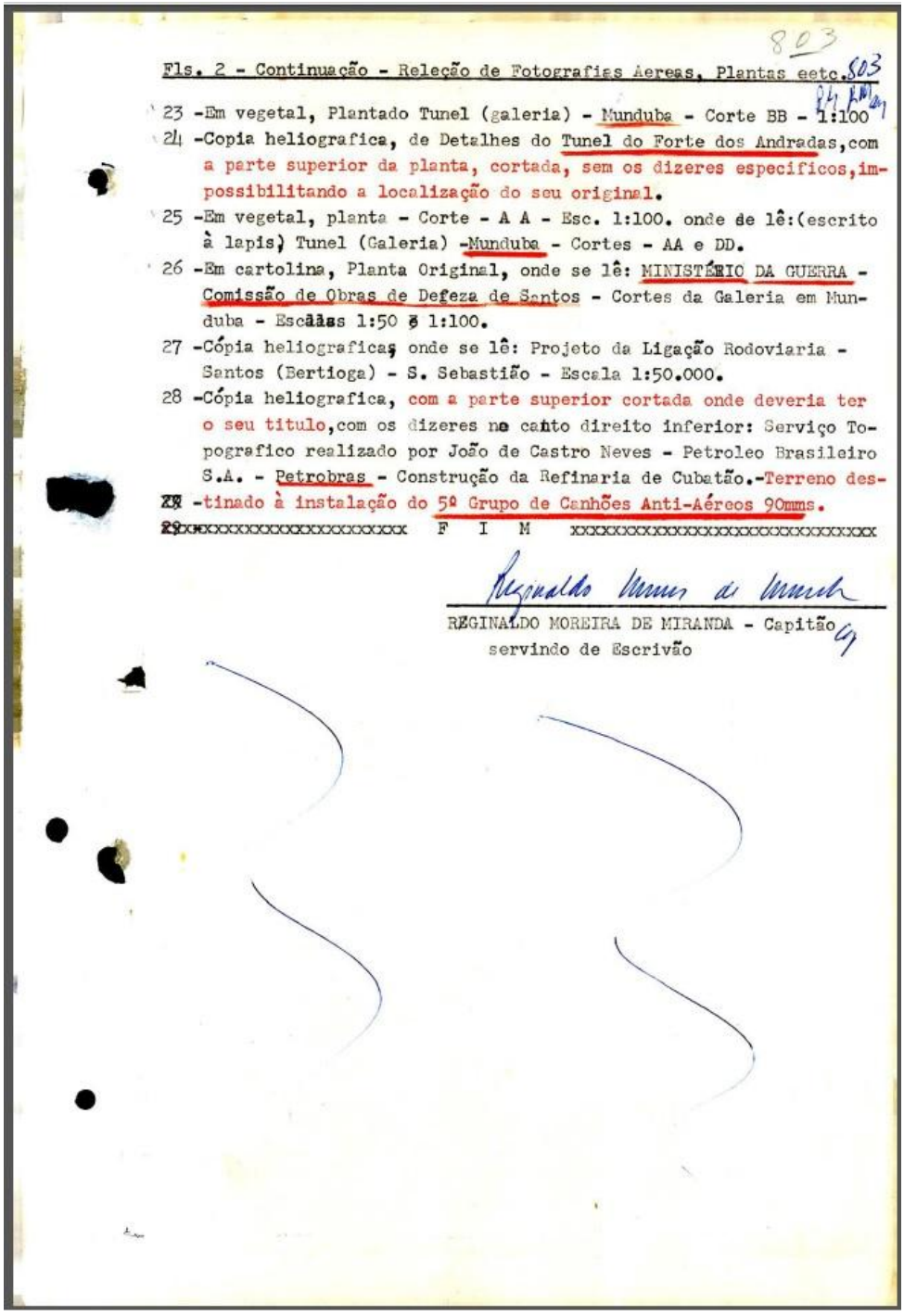
807

RELAÇÃO DE FOTOGRAFIAS AEREAS, PLANTAS E CROQUIS APREENDIDOS EM A RESIDENCIA DO INDICIADO NICOLAU ALEKHINE, CONSIDERADOS PELO ENCARREGADO DO INQUERITO, DE IMPORTANCIA PARA A SEGURANÇA NACIONAL

- - -

1 -Negativo de fotocópia, de mapa da Região da Baixada Santista.
2 -Fotografia aerea da Região da Vila Militar, no Estado da Guanabara.
3 - " " " " " " " , " " " " .
4 - " " " " " " " , " " " " .
5 - " " " " " " " , " " " " .
6 - " " " " " " " , " " " " .
7 - " " " " " " " , " " " " .
8 - " " " " " " " , " " " "" .
9 - " " " " " " " , " " " " .
10 - " " " " " " " , " " "" " .
11 - " " " " " " " , " " " " ,
12 - " " " " " " " , " " " " ,
13 - " " " " " " " , " " " " .
14 - " " " " " " " , " " " " .
15 -Cópia heliografica de planta, onde se lê: MINISTERIO DA GUERRA, comissão de Obras de Santos, "Ponta de Munduba". Da Defeza de Santos.
16 -Cópia heliografica,de planta, onde se lê: Ministério da Fazenda - Diretoria do Dominio da União -Serviço Regional em São Paulo - Planta dos Terrenos de Marinha e de Acrescidosde Marinha - Situados no Lugar Denominado Japuí - Municipio de São Vicente - Santos.Escala 1:2.000.
17 -Cópia heliografica de planta, onde se lê: 2a. R.M. -2a. D.I. - Exercicio de Combinação das Armas - 1.952 - Trecho da Carta de S.Paulo. Esc. 1:100.000.
18 -Cópia heliografica de planta, onde se lê: Planta da Fortaleza de Itaipú - fev. 1.958 - Escala 1:2.500.
19 -Cópia heliografica de planta, onde se lê: Instituto Geografico e Geologico - Planta da Fortaleza de Itapú - Serviço de Topografia - Escala 1:2:500.
20 -Cópia heliografica de planta, onde se lê: Planta de São Vicente - Escala 1:10.000.Assinalado com lapis vermelho os seguintes trechos: QUARTEL DO 2º B.C.; PONTE PENSIL; Terrenos de Marinha; e QUARTEL DO 5º G.A.Cos.
21 -Em vegetal, planta onde se lê: Ministerio da Guerra - Comissão de Obras da Defeza de Santos - Cortes da Galeria em Munouba -Escalas 1:50 e 1:100.
22 -Em vegetal, planta onde se lê:GALERIA DO FORTE DO MONDUBA - Secções Transversaes.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx (Continúa) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx



803

Fls. 2 - Continuação - Releção de Fotografias Aereas, Plantas eetc. 803

23 -Em vegetal, Plantado Tunel (galeria) - Munduba - Corte BB - 1:100

24 -Copia heliografica, de Detalhes do Tunel do Forte dos Andradas, com a parte superior da planta, cortada, sem os dizeres especificos, impossibilitando a localização do seu original.

25 -Em vegetal, planta - Corte - A A - Esc. 1:100. onde se lê:(escrito à lapis) Tunel (Galeria) -Munduba - Cortes - AA e DD.

26 -Em cartolina, Planta Original, onde se lê: MINISTÉRIO DA GUERRA - Comissão de Obras de Defeza de Santos - Cortes da Galeria em Munduba - Escalas 1:50 e 1:100.

27 -Cópia heliografica, onde se lê: Projeto da Ligação Rodoviaria - Santos (Bertioga) - S. Sebastião - Escala 1:50.000.

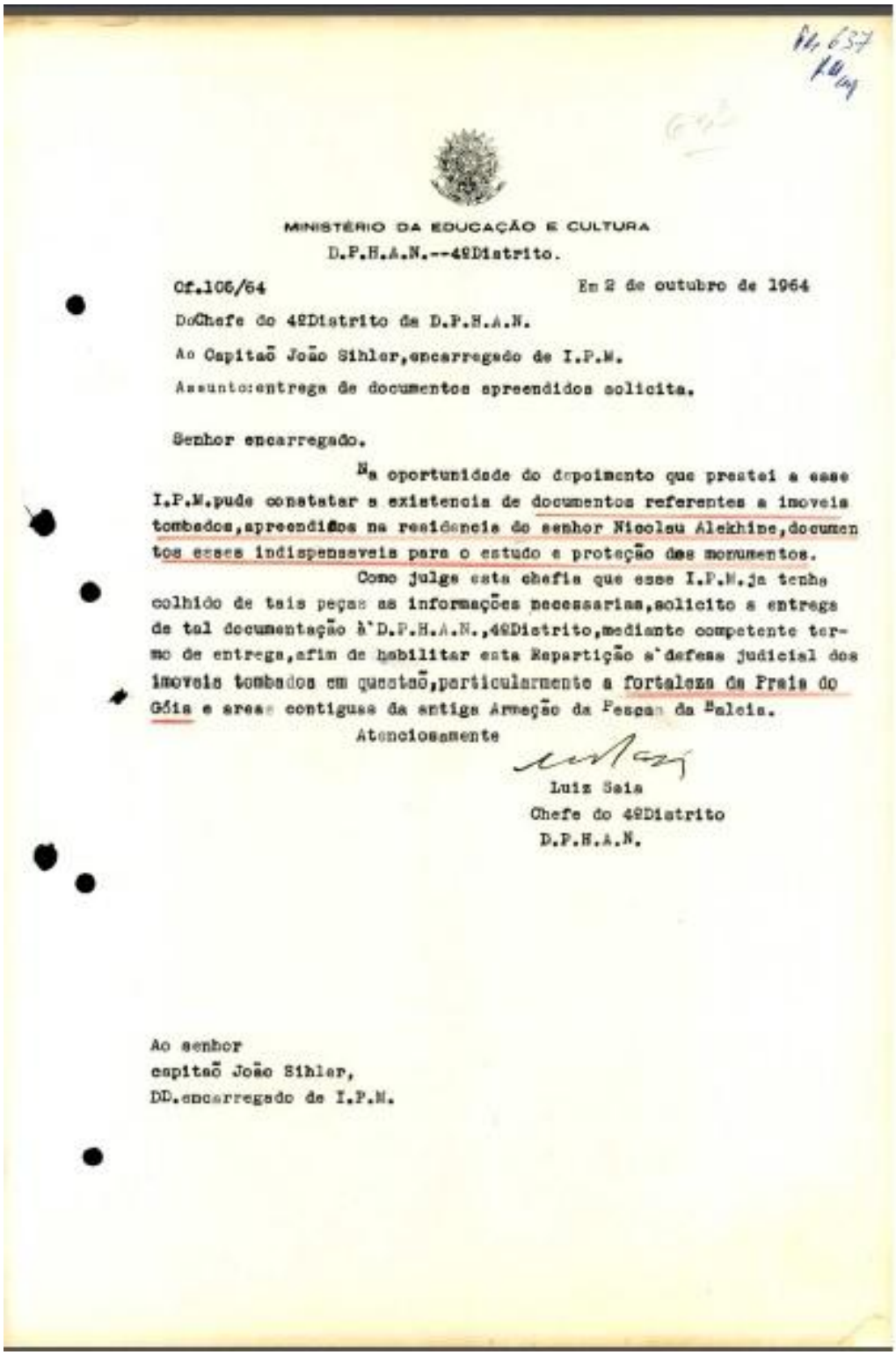
28 -Cópia heliografica, com a parte superior cortada onde deveria ter o seu titulo, com os dizeres no canto direito inferior: Serviço Topografico realizado por João de Castro Neves - Petroleo Brasileiro S.A. - Petrobras - Construção da Refinaria de Cubatão.-Terreno destinado à instalação do 5º Grupo de Canhões Anti-Aéreos 90mms.

F I M

REGINALDO MOREIRA DE MIRANDA - Capitão
servindo de Escrivão

Apelação nº 40.729 (1975) – STM, fl. 802-803 (Apenso 4)

ANEXO 6 - OFÍCIO DE LUÍS SAIA AO CAP. JOÃO SIHLER



Fls. 637

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
D.P.H.A.N.--4ºDistrito.

Cf.106/64 Em 2 de outubro de 1964

DoChefe do 4ºDistrito da D.P.H.A.N.

Ao Capitão João Sihler,encarregado de I.P.M.

Assunto:entrega de documentos apreendidos solicita.

Senhor encarregado.

Na oportunidade do depoimento que prestei a esse I.P.M.pude constatar a existencia de documentos referentes a imoveis tombados,apreendidos na residencia do senhor Nicolau Alekhine,documentos esses indispensaveis para o estudo e proteção dos monumentos.

Como julgo esta chefia que esse I.P.M.ja tenha colhido de tais peças as informações necessarias,solicito a entrega de tal documentação à D.P.H.A.N.,4ºDistrito,mediante competente termo de entrega,afim de habilitar esta Repartição a defesa judicial dos imoveis tombados em questão,particularmente a fortaleza da Praia do Góis e areas contiguas da antiga Armação da Pesca da Baleia.

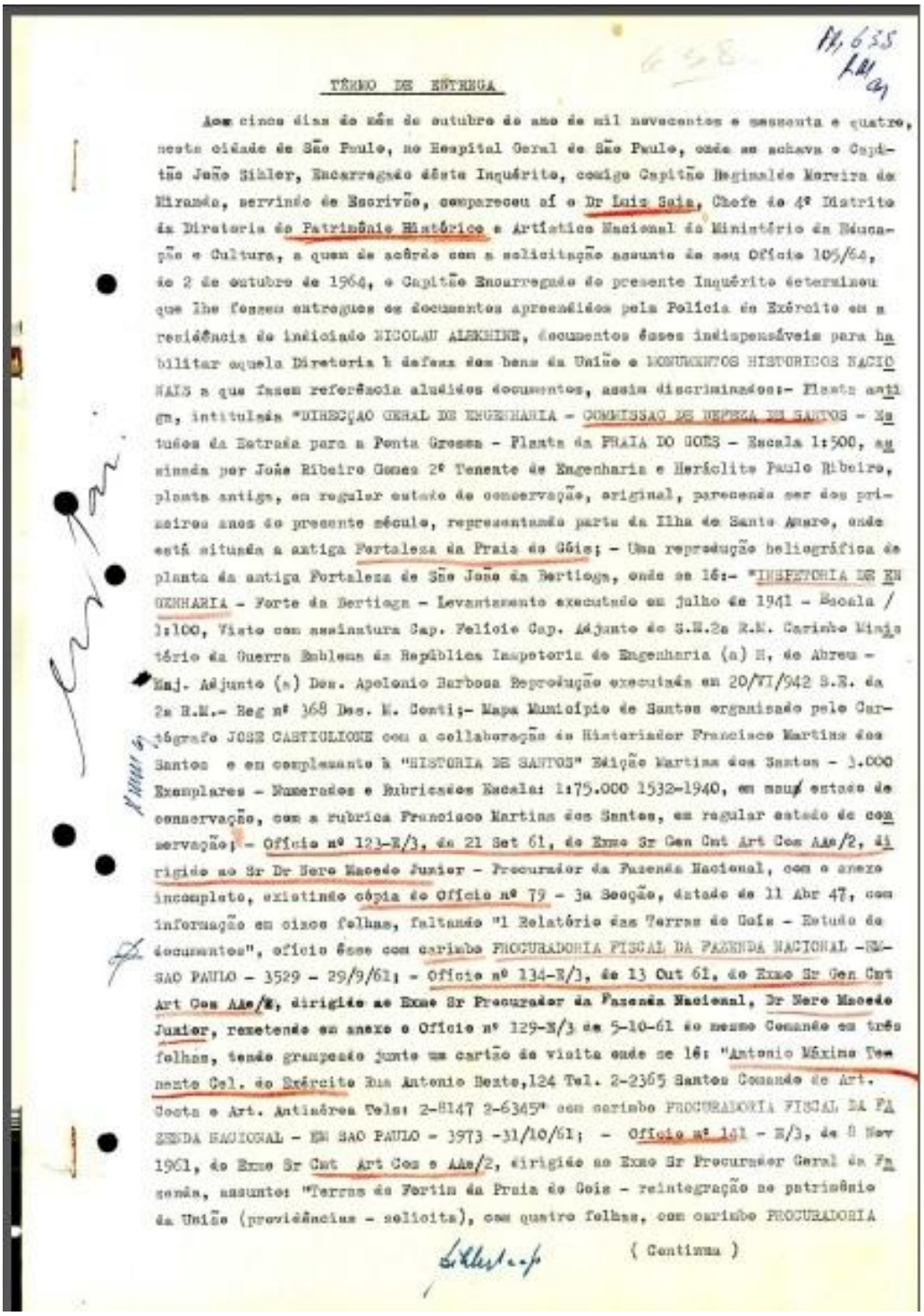
Atenciosamente

Luiz Saia
Chefe do 4ºDistrito
D.P.H.A.N.

Ao senhor
capitão João Sihler,
DD.encarregado de I.P.M.

Apelação nº 40.729 (1975) – STM, fl. 637 (Apenso 3).

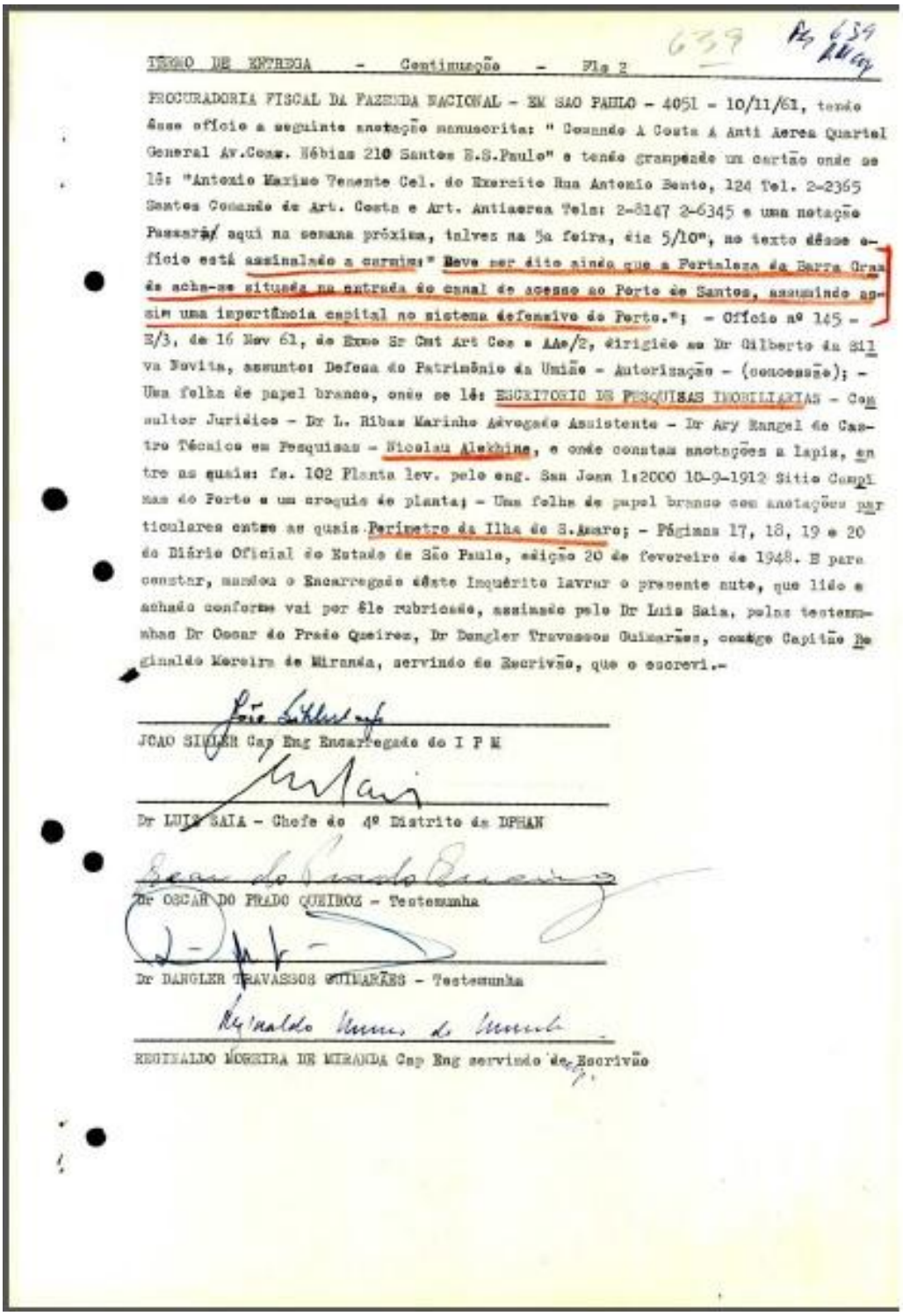
ANEXO 7 - TERMO DE ENTREGA



TÊRMO DE ENTREGA

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de São Paulo, no Hospital Geral de São Paulo, onde se achava o Capitão João Sibler, Encarregado dêste Inquérito, comigo Capitão Reginaldo Moreira de Miranda, servindo de Escrivão, compareceu aí o Dr Luiz Saia, Chefe do 4º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Educação e Cultura, a quem de acôrdo com a solicitação assunta de seu Ofício 105/64, de 2 de outubro de 1964, o Capitão Encarregado do presente Inquérito determinou que lhe fossem entregues os documentos apreendidos pela Polícia do Exército em a residência do indiciado NICOLAU ALEKMINE, documentos êsses indispensáveis para habilitar aquela Diretoria à defesa dos bens da União e MONUMENTOS HISTÓRICOS NACIONAIS a que fazem referência aludidos documentos, assim discriminados:- Planta antiga, intitulada "DIRECÇÃO GERAL DE ENGENHARIA - COMMISSÃO DE DEFESA DE SANTOS - Estudos da Entrada para a Ponta Grossa - Planta da PRAIA DO GOES - Escala 1:500, assinada por João Ribeiro Gomes 2º Tenente de Engenharia e Heráclito Paulo Ribeiro, planta antiga, em regular estado de conservação, original, parecendo ser dos primeiros anos do presente século, representando parte da Ilha de Santo Amaro, onde está situada a antiga Fortaleza da Praia do Góis; - Uma reprodução heliográfica de planta da antiga Fortaleza de São João da Bertioga, onde se lê:- "INSPETORIA DE ENGENHARIA - Forte da Bertioga - Levantamento executado em julho de 1941 - Escala / 1:100, Visto com assinatura Cap. Felicio Cap. Adjunto do S.M.2a R.M. Carimbo Ministério da Guerra Emblema da República Inspetoria de Engenharia (a) H. de Abreu - Maj. Adjunto (a) Dos. Apolonio Barbosa Reprodução executada em 20/VI/942 S.R. da 2a R.M.- Reg nº 368 Dez. M. Conti;- Mapa Município de Santos organisado pelo Cartógrafo JOSE CASTIGLIONE com a collaboração do Historiador Francisco Martins dos Santos e em complemento à "HISTORIA DE SANTOS" Edição Martins dos Santos - 3.000 Exemplares - Numerados e Rubricados Escala: 1:75.000 1532-1940, em mau estado de conservação, com a rubrica Francisco Martins dos Santos, em regular estado de conservação; - Ofício nº 123-R/3, de 21 Set 61, do Exmo Sr Gen Cmt Art Cos Ae/2, dirigido ao Sr Dr Nero Macedo Junior - Procurador da Fazenda Nacional, com o anexo incompleto, existindo cópia do Ofício nº 79 - 3a Seção, datado de 11 Abr 47, com informação em cinco folhas, faltando "1 Relatório das Terras de Guia - Estudo de documentos", ofício êsse com carimbo PROCURADORIA FISCAL DA FAZENDA NACIONAL - SÃO PAULO - 3529 - 29/9/61; - Ofício nº 134-R/3, de 13 Out 61, do Exmo Sr Gen Cmt Art Cos Ae/2, dirigido ao Exmo Sr Procurador da Fazenda Nacional, Dr Nero Macedo Junior, remetendo em anexo o Ofício nº 129-R/3 de 5-10-61 do mesmo Comando em três folhas, tendo grampeado junto um cartão de visita onde se lê: "Antonio Máximo Tenente Cel. do Exército Rua Antonio Bento,124 Tel. 2-2365 Santos Comando de Art. Costa e Art. Antiaérea Tels: 2-8147 2-6345" com carimbo PROCURADORIA FISCAL DA FAZENDA NACIONAL - EN SAO PAULO - 3973 -31/10/61; - Ofício nº 161 - R/3, de 8 Nov 1961, do Exmo Sr Cmt Art Cos e Ae/2, dirigido ao Exmo Sr Procurador Geral da Fazenda, assunto: "Terras da Fortin da Praia de Goiz - reintegração no patrimônio da União (providências - solicita), com quatro folhas, com carimbo PROCURADORIA

(Continua)



TERMO DE ENTREGA - Continuação - Fls 2

PROCURADORIA FISCAL DA FAZENDA NACIONAL - EM SAO PAULO - 4051 - 10/11/61, tendo desse ofício a seguinte anotação manuscrita: " Comando A Costa A Anti Aerea Quartel General Av.Conse. Nóbias 210 Santos E.S.Paulo" e tendo grampeado um cartão onde se lê: "Antonio Marino Tenente Cel. do Exercito Rua Antonio Bento, 124 Tel. 2-2365 Santos Comando de Art. Costa e Art. Antiaerea Tels: 2-8147 2-6345 e uma notação Passarão aqui na semana próxima, talvez na 3a feira, dia 5/10", no texto desse ofício está assinalado a carmim:" Deve ser dito ainda que a Fortaleza da Barra Grande acha-se situada na entrada do canal de acesso ao Porto de Santos, assumindo assim uma importância capital no sistema defensivo do Porto."; - Ofício nº 145 - E/3, de 16 Nov 61, do Exmo Sr Cmt Art Cos e AAe/2, dirigido ao Dr Gilberto da Silva Bovita, assunto: Defesa do Patrimônio da União - Autorização - (concessão); - Uma folha de papel branco, onde se lê: ESCRITORIO DE PESQUISAS IMOBILIARIAS - Consultor Jurídico - Dr L. Ribas Marinho Advogado Assistente - Dr Ary Rangel de Castro Técnico em Pesquisas - Nicolau Alekhine, e onde constam anotações a lapis, entre as quais: fs. 102 Planta lev. pelo eng. San Jean 1:2000 10-9-1912 Sitio Campinas do Porto e um croquis de planta; - Uma folha de papel branco com anotações particulares entre as quais Perimetro da Ilha de S.Amaro; - Páginas 17, 18, 19 e 20 do Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição 20 de fevereiro de 1948. E para constar, mandou o Encarregado deste Inquérito lavrar o presente auto, que lido e achado conforme vai por êle rubricado, assinado pelo Dr Luiz Saia, pelas testemunhas Dr Oscar do Prado Queiroz, Dr Dangler Travassos Guimarães, comdge Capitão Reginaldo Moreira de Miranda, servindo de Escrivão, que o escrevi.-

JOAO SIGLER Cap Eng Encarregado do I P M

Dr LUIZ SAIA - Chefe do 4º Distrito do DPHAN

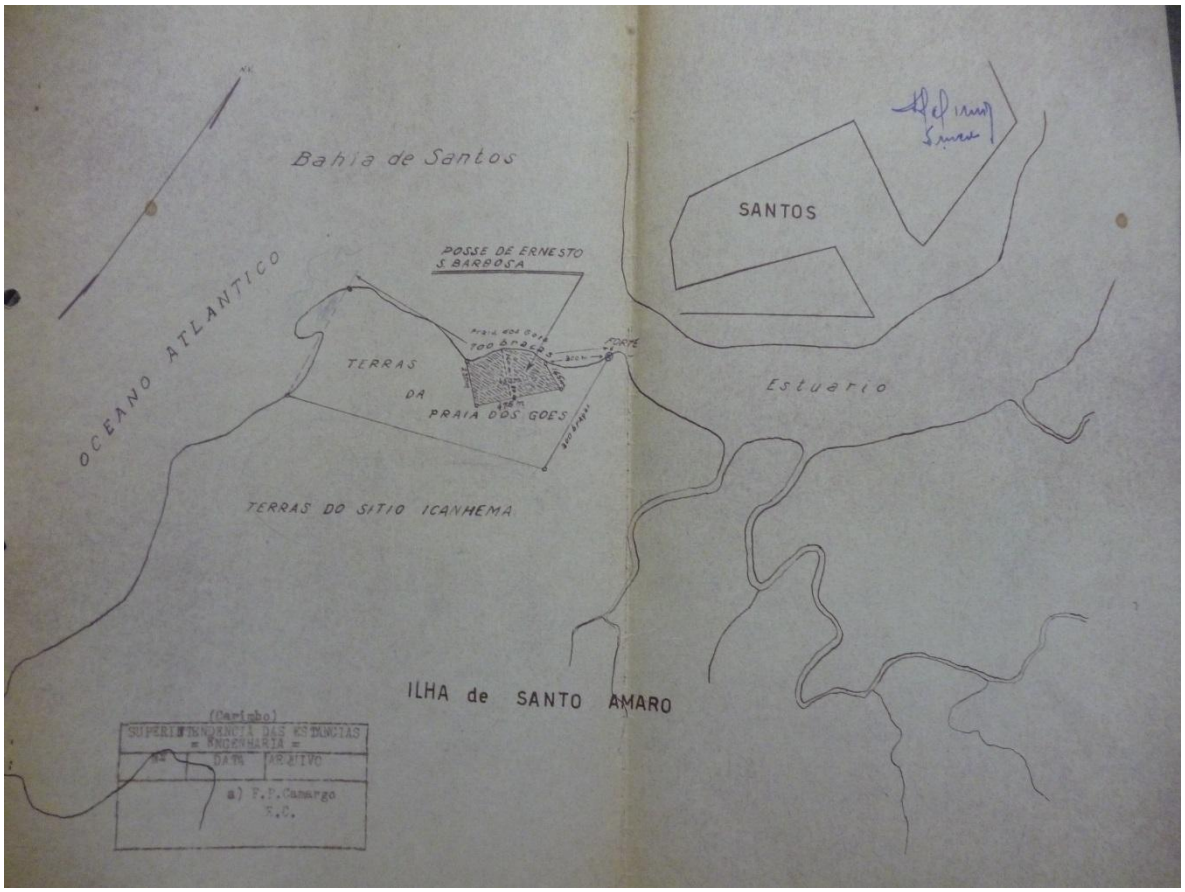
Dr OSCAR DO PRADO QUEIROZ - Testemunha

Dr DANGLER TRAVASSOS GUIMARÃES - Testemunha

REGINALDO MOREIRA DE MIRANDA Cap Eng servindo de Escrivão

Apelação nº 40.729 (1975) – STM, fl. 638 (Apenso 3).

ANEXO 8 - PLANTA DA POSSE DE ERNESTO S. BARBOSA NA PRAIA DO GÓIS



Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx031/62

ANEXO 9 - OFÍCIO Nº 1-E/3 SECRETO, DE 4 DE JANEIRO DE 1962, DO GEN. AMANGÁ LIBERATO DE CASTRO MENEZES, AO GEN. SEC. DO CONS. DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETO

II EXÉRCITO
2ª REGIÃO MILITAR
COMANDO DE ARTILHARIA DE COSTA E ANTIAÉREA

Santos-SP, 4-Jan-962.

Of nº 1-E/3

Do Cmt Art Cos e AAé/2ª RM
Ao Exmo Sr Gen Secretário do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Assunto: Reintegração de dominio de área indispensável a Segurança Nacional.

1- Em obediência ao Despacho Ministerial de 20 de setembro de 1956 e Ofício nº 9-E/3-Secreto de 15-Mar-957 do Exmo Sr Gen Cmt 2ª R M, foi feito pelo então Grupamento o Estudo da Defesa dos Canais de Acesso ao Porto - de Santos (Canal da Bertioga e Canal de Acesso ao Porto), complementando assim o trabalho da Comissão Especial de Estudos do Emprego da Artilharia de Costa e Antiaérea na Defesa do Porto de Santos, creada pelo Aviso Ministerial Reservado 144-120 de 16-Nov-954.

2º No Estudo feito pelo E3 do então 1º Grupamento de Artilharia de Costa da 2ª RM, êle aceita a tese da Comissão de Estudos da Defesa do Porto de Santos, chefiada pelo Cel Alvaro Pratt Aguiar e integrada pelos Majs Afonso Emilio Sarmento, Alfredo Bruno M. Martins e Bruno Augusto C. Neto de que ha absoluta necessidade de defender os canais de acesso ao Porto de Santos, devido a sua importância no cenário nacional e no cenário internacional.

Ja durante a II Guerra Mundial o Cap de Mar e Guerra da Marinha Inglesa R.M.Stephens, observador Naval da Marinha Inglesa, nesta cidade de - Santos, chamou a atenção das Autoridades sôbre o perigo da falta de defesa na entrada do Canal da Bertioga e do Canal do Porto e expos de fórma objetiva as possibilidades de sabotagem do inimigo nos pontos sensiveis do litoral, sugerindo algumas medidas:

- fechamento do Canal da Bertioga;
- instalação de meios de fogo na região do canal aproximadamente a 1,5 - Kms do Forte São Luis, a fim de barrer ou mesmo por a pique qualquer embarcação suspeita;
- analisou a possibilidade de ser obstruido pelo inimigo, o canal do Porto, na região da Ponta da Fortaleza (Ilha de Santo Amaro) e Ponta da - Praia (Ilha de São Vicente) por um navio adredemente preparado para - ser posto a pique de forma clandestina e a noite;
- sugeria que no minimo dentro do raio de ação dos Fortes, os navios devem ser pelo menos identificados.

3- As instalações portuárias, os depósitos de petroleo da Ilha Barnabé e da Alemoa, as instalações do Oleoduto, Cais da Conceiçãosinha, depositos de gaz, tôdas no interior do Porto, etão a exigir medidas praticas e orgãos de defesa que protejam todos esses elementos indispensaveis a economia nacional.

A delicadeza e fragilidade dos nossos meios de defesa face aos orgãos de ataque modernos permitem avaliar o perigo a que estão expostos essas instalações realmente necessarias e indispensaveis a economia brasileira.

Essa delicadeza e essa fragilidade impoem medidas preventivas desde o tempo de paz, senão permanentes ao menos esboçadas, de forma tal que sejam postos em execução no momento oportuno para preservar as instalações de qualquer ameaça ou perigo.

As medidas que devem ser esboçadas são as seguintes:

- estudo da defesa do canal de acesso
- areas consideradas indispensáveis a Segurança Nacional.

SECRETO

Continua . . .

-2- SECRETO

CONT DO OF 1-E/3-SECRETO DE 4-JAN-62, DO CMT ART COS E AAÉ DA 2ª R M.-.-

4- O exame da carta e mesmo do terreno demonstram que qualquer navio que ultrapasse a linha da defesa, Forte dos Andradas - Fortaleza de Itaipu, está em condições não de atacar o porto, por não interessar, mas de fechá-lo, impedindo qualquer movimento das embarcações necessárias ao comércio do país.

Qualquer sistema de defesa deve ser escalonada em profundidade; a defesa deve ser progressiva e continua, devendo em determinado ponto, linha ou zona de diversos elementos de defesa se encontrarem em condições de - concentrarem todos os seus fogos.

5- O Estudo da defesa do canal tem de ser continuado, progressivo, atualizado porque se a tática pouco evolui em virtude dos princípios, permanecerem atuais ou mais ou menos rígidos, os meios estão em evolução continua dado o aperfeiçoamento de técnica, exigindo a efetivação de medidas sucessivas que melhorem a sua defesa. O "Estudo" está portanto em continua evolução exigindo a atualização dos meios de defesa para fazer frente aos meios de ataque que estão em aperfeiçoamento ininterrupto. O "Estudo" é um elemento variável.

As Áreas consideradas indispensaveis a Segurança Nacional são elementos fixos podendo serem destinados a defesa desde os tempos de paz, mesmo que no momento não possam ser utilisadas por deficiência financeira ou outro motivo.

A Comissão presidida pelo Cel Pratt sugere a instalação de dois Grupos 90 mm um no saliente d'Itaipú e o outro na Ponta dos Simões (área da Praia do Gois) justamente para impedir que qualquer navio depois de ultrapassar a linha Itaipu-Andradas, atinja o canal de acesso engarrafando o Porto com tremendas consequências financeiras, morais e psicológicas, provocando situação de verdadeiro panico em todo o País, dado a posição de destaque no cenário internacional do Porto de Santos.

A situação particular do canal de acesso do porto de Santos, exige que a defesa seja desenvolvida de acôrdo com os meios ou possibilidades do - inimigo e atende os seguintes princípios fundamentais:

a- a defesa deve ser continua e estabelecida em profundidade e,
b- fator de velocidade e surpresa no ataque;
c- no caso ora focalizado, o couraçamento é prejudicado em favor da mobilidade a fim de imprimir ao ataque o fator surpresa;
d- velocidade e surpresa dos alvos moveis estão a exigir material de defesa de caracteristicas proprias que atendam especificamente esses - fatores.

Para atender a defesa do canal de acesso do porto de Santos nas condições apontadas linhas acima obedecendo os princípios rigidos da tática - militar, já foi indicado pela Comissão presidida pelo Cel Pratt de Aguiar e pelo Estudo feito pela E/3 do então 1º Grupamento de Art de Costa/2ª RM a Ponta dos Simões onde devera ser instalada a posição de um grupo 90mm (127mm) com a missão de:

- bater qualquer embarcação que tenha ultrapassado a linha Itaipu-Andradas, e surja nas proximidades da Ilha das Palmas e Ponta da Praia;
- proteger o campo minado;
- proteger a rêde de obstaculo na entrada do canal de acesso.

O Aquartelamento desse Grupo deve ser instalado no Forte de Santo Amaro ou da Barra Grande, que inclue as Terras do Gois, (onde esteve instalado o Fortim do Gois) pertencente ao patrimonio da União.

De outro lado o elemento que operar o campo minado, forçosamente terá - de atuar instalado nessa area, que é a unica que na região aproveita condições naturais (pequenas praias) para atracação de embarcações e pequeno Porto.

A complementação da defesa do Porto de Santos está portanto a exigir:

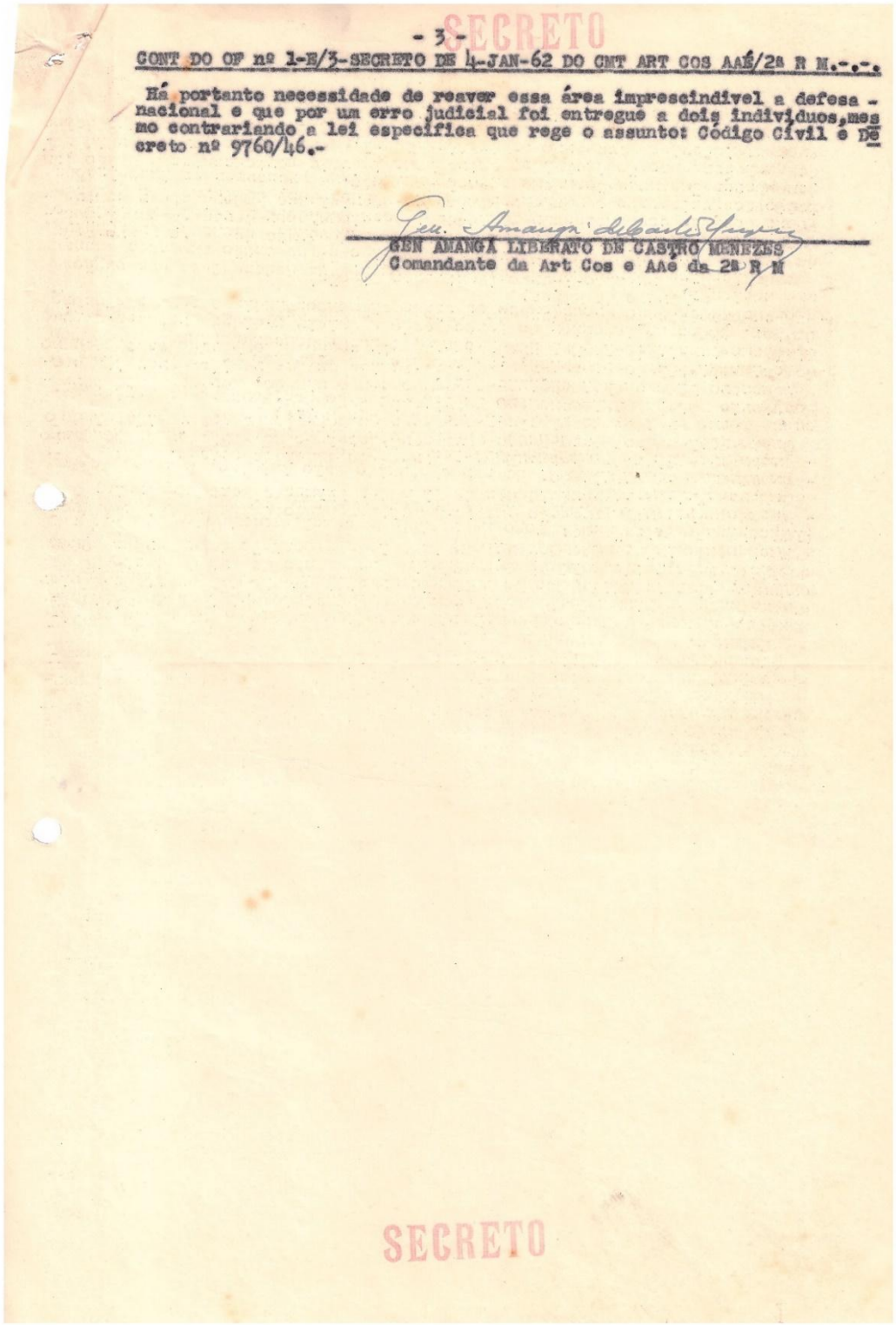
a-1 Grupo de Minas;
b-1 Grupo Antiaereo (Ponta dos Simoes)
c-1 Grupo Antiaéreo (Ponta de Itaipu)

6- Interessa ao Exército a reserva das áreas do Forte de Santo Amaro e da Praia do Gois como necessárias a defesa nacional por terem as condições - indispensaveis para o desdobramento do material que poderá atuar contra - as embarcações que demandem o canal do porto.

Essas áreas estão incluidas entre bens imoveis pertencentes a União, entretanto, devido a um erro da Justiça Local, parte delas foram perdidas - a favor do Cap Ernesto de Souza Barbosa e civil Severino Viana que delas se apossaram devido a ações de usocapião.

SECRETO

C o n t i n u a . . .



SECRETO

- 3 -

CONT DO OF nº 1-E/3-SECRETO DE 4-JAN-62 DO CMT ART COS AAÉ/2ª R M.-.-.

Há portanto necessidade de reaver essa área imprescindivel a defesa - nacional e que por um erro judicial foi entregue a dois individuos,mesmo contrariando a lei especifica que rege o assunto: Código Civil e Decreto nº 9760/46.-

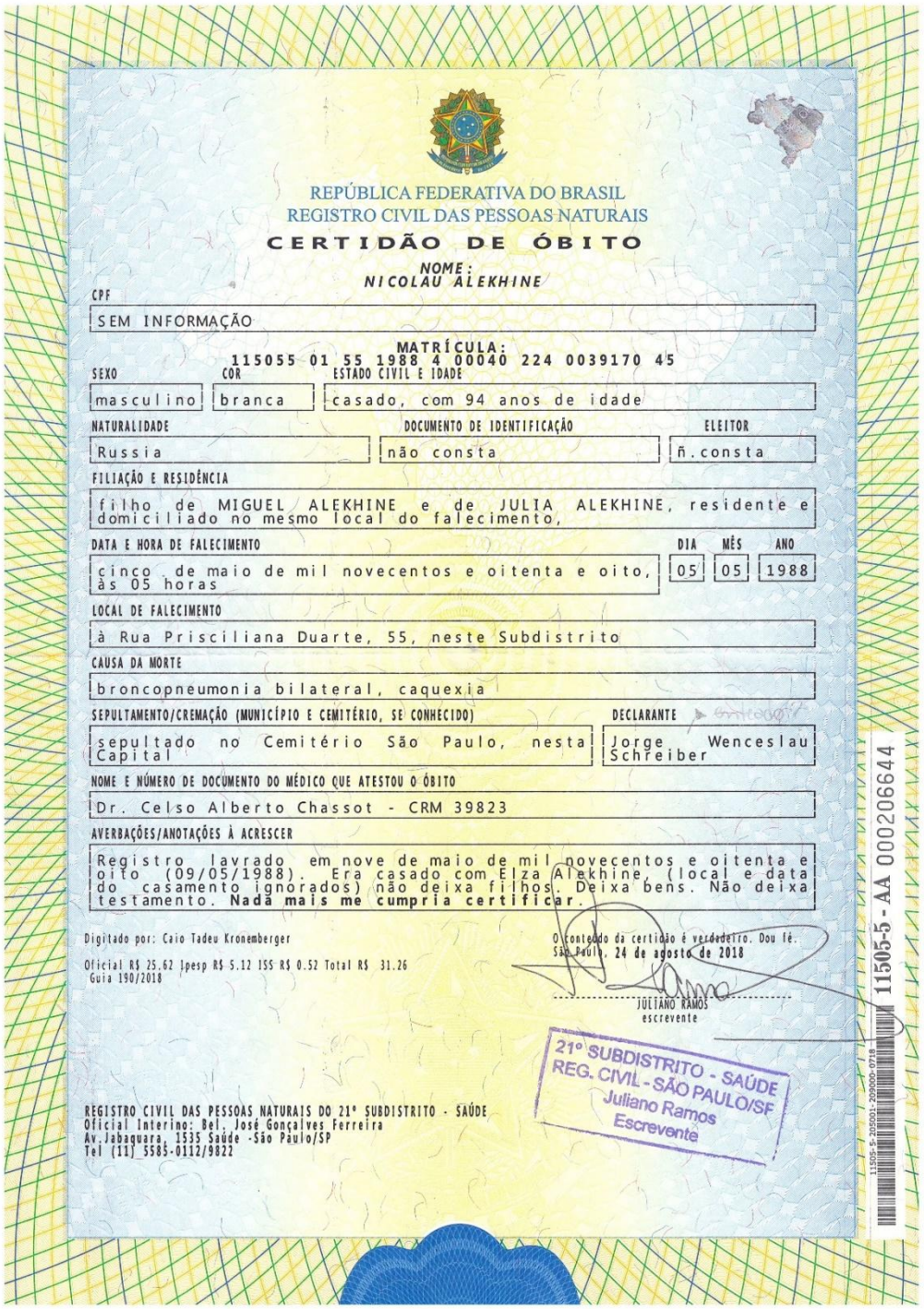
Gen. Amaury de Castro Menezes

GEN AMAURY LIBERATO DE CASTRO MENEZES
Comandante da Art Cos e AAé da 2ª R M

SECRETO

Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx031/62

ANEXO 10 - CERTIDÃO DE ÓBITO DE NICOLAU ALEKHINE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
NICOLAU ALEKHINE

CPF: SEM INFORMAÇÃO

MATRÍCULA: 115055 01 55 1988 4 00040 224 0039170 45

SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE
masculino	branca	casado, com 94 anos de idade

NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ELEITOR
Russia	não consta	ñ.consta

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA: filho de MIGUEL ALEKHINE e de JULIA ALEKHINE, residente e domiciliado no mesmo local do falecimento,

DATA E HORA DE FALECIMENTO: cinco de maio de mil novecentos e oitenta e oito, às 05 horas — DIA 05 | MÊS 05 | ANO 1988

LOCAL DE FALECIMENTO: à Rua Prisciliana Duarte, 55, neste Subdistrito

CAUSA DA MORTE: broncopneumonia bilateral, caquexia

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO): sepultado no Cemitério São Paulo, nesta Capital

DECLARANTE: Jorge Wenceslau Schreiber

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO: Dr. Celso Alberto Chassot - CRM 39823

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESCER: Registro lavrado em nove de maio de mil novecentos e oitenta e oito (09/05/1988). Era casado com Elza Alekhine, (local e data do casamento ignorados) não deixa filhos. Deixa bens. Não deixa testamento. **Nada mais me cumpria certificar.**

Digitado por: Caio Tadeu Kronemberger

Oficial R$ 25.62 Ipesp R$ 5.12 ISS R$ 0.52 Total R$ 31.26
Guia 190/2018

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
São Paulo, 24 de agosto de 2018

JULIANO RAMOS
escrevente

21º SUBDISTRITO - SAÚDE
REG. CIVIL - SÃO PAULO/SP
Juliano Ramos
Escrevente

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 21º SUBDISTRITO - SAÚDE
Oficial Interino: Bel. José Gonçalves Ferreira
Av. Jabaquara, 1535 Saúde -São Paulo/SP
Tel (11) 5585-0112/9822

11505-5 - AA 000206644

Registro Civil das Pessoas Naturais do 21º Subdistrito – Saúde – São Paulo/SP.

ANEXO 11 - FRAGMENTO DO JORNAL "O DIÁRIO DA NOITE" 24/06/1953

Nova sortida dos invasores de terras contida por soldados da Força Publica — Um chacareiro e sua familia, isolados durante 15 dias — Vias publicas ilegalmente fechadas ao transito — Cercas que desaparecem como por encanto

Homens armados e limites de terra que desaparecem

REGIME DE TERROR EM VILA FORMOSA



NA manhã de ontem, o plantão da 10.a Delegacia de Policia foi avisado de que, novamente, nas terras de Vila Formosa, ora em disputa judicial, um grupo de homens, contratados por Abel Bernardino dos Santos, pretendia erguer nova cerca demarcatoria, embora a questão dependesse de rigorosa peritagem. A fim de impedir violencia, a policia da Penha decidiu enviar ao local, alguns soldados e o investigador Iolando de Castro, para suspender aqueles trabalhos e esclarecer que de forma alguma deveriam alterar o panorama geral da situação, derrubando cercas ou levantando novas, que pudessem dar margem a conflitos entre os dois grupos.

Os soldados da força Publica foram distribuidos em torno da area em discussão, ficando o investigador numa das extremidades da avenida, com a incumbencia de se comunicar urgentemente com as autoridades, caso os trabalhadores não obedecessem às ordens.

A LEI DO PATRÃO

No local do conflito, pôde a reportagem do DIARIO DA NOITE observar as profundas alterações no Jardim Vila Formosa, a ponto de serem fechadas, com cercas de arame farpado, varias ruas recentemente abertas e até mesmo estrada de comunicação de uma chacara que faz parte do Jardim Vila Formosa esteve interrompida por varios dias, ficando o chacareiro impedido de sair de sua casa.

Os homens que trabalham para Abel Bernardino dos Santos não permitiram que o jornalista passasse dos limites das terras que estão guardando e a advertencia, embora suave, dispensava qualquer outra recomendação, porque era notória a disposição do grupo em fazer valer como lei a palavra do patrão.

Contornando as divisas, conseguimos atingir a chacara ocupada pelo português Abel Pereira Cardoso, que ali reside com sua esposa, três filhos — duas meninas e um menino — e sua genitora, uma senhora de cerca de 80 anos.

REGIME DE TERROR

A familia viveu durante 15 dias em verdadeiro regime de terror. Cercada por todos os ladôs, sem poder sair dali para colocar a verdura da chácara nas feiras livres, viu perder-se parte da produção, até

(CONCLUE NA 13.a PAGINA)

ÁRCERE PARTICULAR" — A esposa chacareiro ficou satisfeita ao poder novamente ter contacto com o pessoal aqui fora. Estava isolada havia 15 dias



ATE' A ESTRADA — Esta estrada foi fechada com cêrca de arame farpado. Propriedades particulares ficaram "ilhadas" nos limites novos, impostos á fôrça

APUROU A POLICIA

F. A. NETTO

FICOU consignado no inquérito instaurado pelo delegado Geraldo Cardoso de Melo, titular do 5.º Distrito Policial, que no dia 23 de maio último, por volta das 23 horas, na rua Tupiniquins, 414-fundos, Olga Isberosk Medeiros da Silva, depois de tentar envenenar seu filho menor, Norberto, de 6 anos, com substancia toxica, suicidou-se com a mesma droga, D.ª Berta Isberosk, mãe de criação de Olga, prestando declarações na peça policial, esclareceu ter sido a mesma abandonada pelo marido, motivo pelo qual andava desgostosa.

NÃO CABE responsabilidade a terceiros, no acidente em que foi vitima a menor Irene Ramos, de doze anos, filha de Galdino José Ramos, residente à rua dos Bambus, s.n., no Alto de Santana. Segundo consta do inquerito, no dia 14 de abril, a menor em questão, no interior de sua residencia, quando transportava uma lamparina, caiu acidentalmente ao solo, espalhando-se o inflamavel em suas vestes. Recebendo queimaduras de 1.o, 2.o e 3.o graus, Irene Ramos foi transportada para o Hospital das Clinicas, onde veio a falecer em 21 de abril.

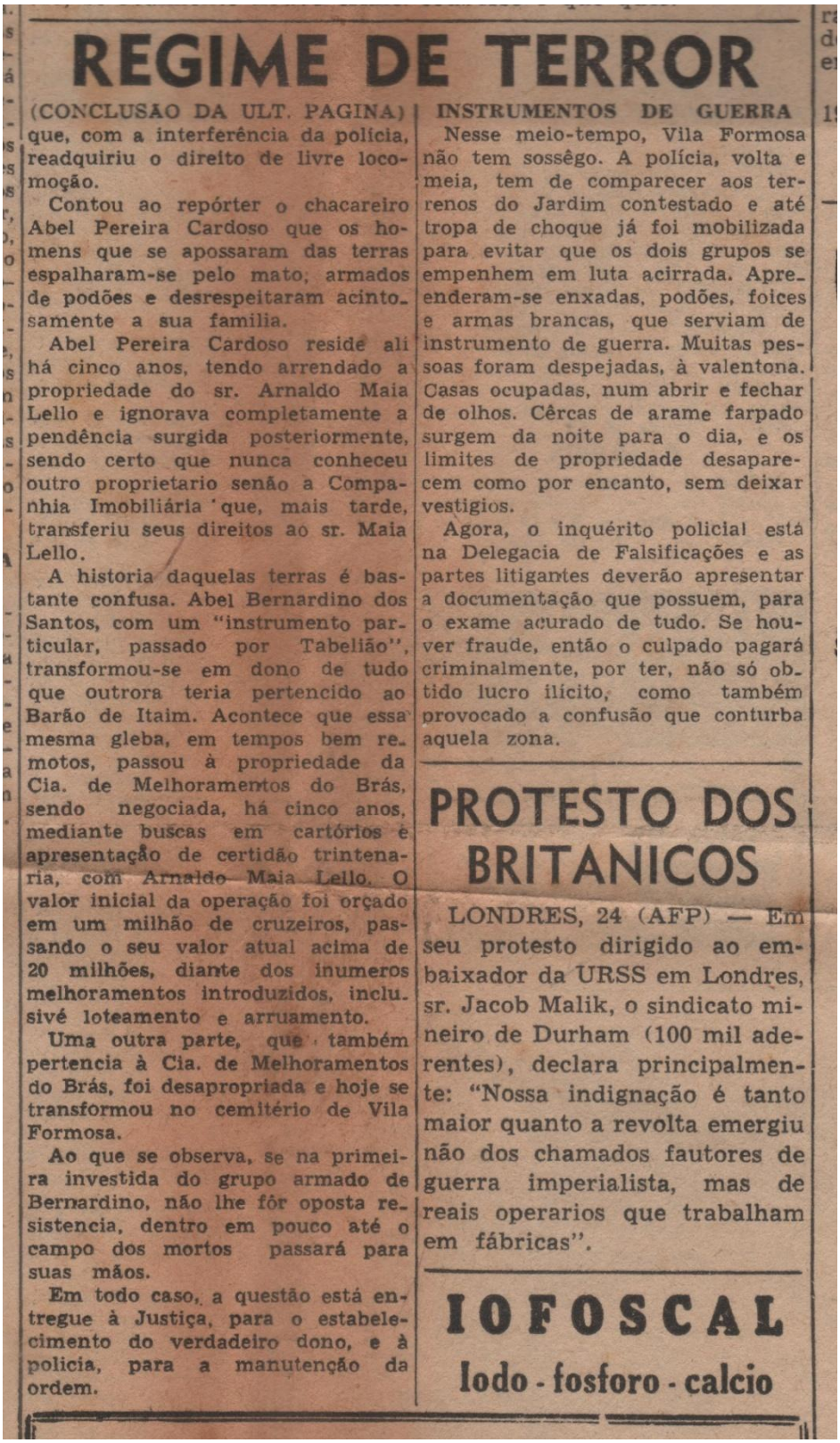
TELEVISÃO CANAL 3

...grama de hoje da PRF-3 (estação de televisão das ...s Tupi-Difusora):

...hs. — LENY CALDEIRA.
...30 hs. — AULA DE CORTE ...OSTURA.
...hs. — ARTIGO DO DIA (Três Leões).
...15 hs. — SOMOS DOIS (Bolsas Kelson's).
...40 hs. — MOMENTO RO...TICO (of. Saint Honoré ...nas).
...hs. — QUE E' QUE HA'? ...intervalos: shortos, dese... documentarios etc.
...hs. — TV NOS SPORTS (Camisas Ricardi).
...15 hs. — REPORTER ESSO

Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx11/62

ANEXO 12 - FRAGMENTO DO JORNAL "O DIÁRIO DA NOITE" 24/06/1953



REGIME DE TERROR

(CONCLUSAO DA ULT. PAGINA) que, com a interferência da polícia, readquiriu o direito de livre locomoção.

Contou ao repórter o chacareiro Abel Pereira Cardoso que os homens que se apossaram das terras espalharam-se pelo mato, armados de podões e desrespeitaram acintosamente a sua familia.

Abel Pereira Cardoso reside ali há cinco anos, tendo arrendado a propriedade do sr. Arnaldo Maia Lello e ignorava completamente a pendência surgida posteriormente, sendo certo que nunca conheceu outro proprietario senão a Companhia Imobiliária que, mais tarde, transferiu seus direitos ao sr. Maia Lello.

A historia daquelas terras é bastante confusa. Abel Bernardino dos Santos, com um "instrumento particular, passado por Tabelião", transformou-se em dono de tudo que outrora teria pertencido ao Barão de Itaim. Acontece que essa mesma gleba, em tempos bem remotos, passou à propriedade da Cia. de Melhoramentos do Brás, sendo negociada, há cinco anos, mediante buscas em cartórios e apresentação de certidão trintenaria, com Arnaldo Maia Lello. O valor inicial da operação foi orçado em um milhão de cruzeiros, passando o seu valor atual acima de 20 milhões, diante dos inumeros melhoramentos introduzidos, inclusivé loteamento e arruamento.

Uma outra parte, que também pertencia à Cia. de Melhoramentos do Brás, foi desapropriada e hoje se transformou no cemitério de Vila Formosa.

Ao que se observa, se na primeira investida do grupo armado de Bernardino, não lhe fôr oposta resistencia, dentro em pouco até o campo dos mortos passará para suas mãos.

Em todo caso, a questão está entregue à Justiça, para o estabelecimento do verdadeiro dono, e à policia, para a manutenção da ordem.

INSTRUMENTOS DE GUERRA

Nesse meio-tempo, Vila Formosa não tem sossêgo. A polícia, volta e meia, tem de comparecer aos terrenos do Jardim contestado e até tropa de choque já foi mobilizada para evitar que os dois grupos se empenhem em luta acirrada. Apreenderam-se enxadas, podões, foices e armas brancas, que serviam de instrumento de guerra. Muitas pessoas foram despejadas, à valentona. Casas ocupadas, num abrir e fechar de olhos. Cêrcas de arame farpado surgem da noite para o dia, e os limites de propriedade desaparecem como por encanto, sem deixar vestigios.

Agora, o inquérito policial está na Delegacia de Falsificações e as partes litigantes deverão apresentar a documentação que possuem, para o exame acurado de tudo. Se houver fraude, então o culpado pagará criminalmente, por ter, não só obtido lucro ilícito, como também provocado a confusão que conturba aquela zona.

PROTESTO DOS BRITANICOS

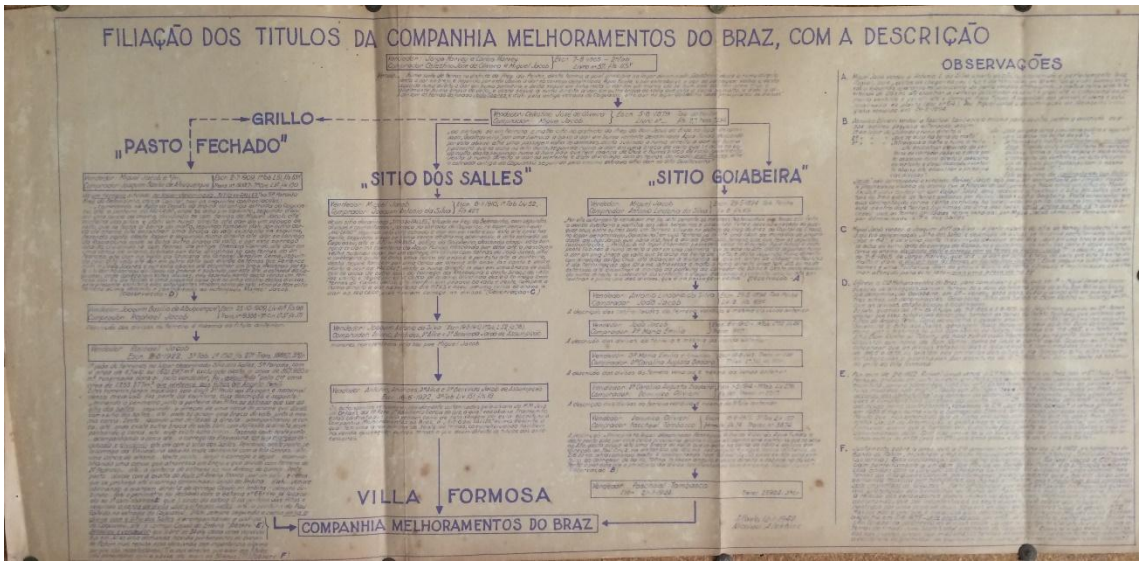
LONDRES, 24 (AFP) — Em seu protesto dirigido ao embaixador da URSS em Londres, sr. Jacob Malik, o sindicato mineiro de Durham (100 mil aderentes), declara principalmente: "Nossa indignação é tanto maior quanto a revolta emergiu não dos chamados fautores de guerra imperialista, mas de reais operarios que trabalham em fábricas".

IOFOSCAL

Iodo - fosforo - calcio

Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx11/62. (Continuação)

ANEXO 13 - GRÁFICO DEMONSTRANDO O “GRILO” EXECUTADO PELA COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DO BRÁS NA VILA FORMOSA



Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo Iphan-SP, Cx21/62.